

BIBLOS

Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

NÚMERO 2, 2016
3.ª SÉRIE

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

DIRETOR

José Pedro Paiva | lepaiva@fl.uc.pt
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

DIREÇÃO EXECUTIVA

COORDENADORA:

Rita Marnoto | rmarnoto@fl.uc.pt
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

ADJUNTOS:

António Campar de Almeida | campar@ci.uc.pt
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Isabel Mota | ifmota@fl.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Beatriz Marques | beatrizmarques@ci.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

SECRETÁRIA:

Maria Manuel Almeida | bliblos.fluc@fl.uc.pt
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

CONSELHO CIENTÍFICO

Abel Barros Baptista | abelbb2@gmail.com
Universidade Nova de Lisboa

Agustín Serrano de Haro | agustin.serrano@cchs.csic.es
Universidade Complutense de Madrid

Albano Figueiredo | afigueiredo@fl.uc.pt
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Ana Gabriela Macedo | gabrielam@ilch.uminho.pt
Universidade do Minho

António Manuel Martins | amm.fluc@gmail.com
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

António Martins da Silva | ams@ci.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

António Sousa Ribeiro | asr@ces.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Ataliba Teixeira de Castilho | ataliba@uol.com.br

Universidade de São Paulo

Carlos Reis | c.a.reis@mail.telepac.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Christian Möckel | MoeckelC@philosophie.hu-berlin.de

Universidade Humboldt de Berlim

Diederik Meijer | d.j.w.meijer@arch.leidenuniv.nl

Universidade de Leiden

Domingo González Lopo | domingoluis.gonzalez@usc.es

Universidade de Santiago de Compostela

Eliás Sanz Casado | elias@bib.uc3m.es

Universidade Carlos III de Madrid

Étienne Nel | etienne.nel@otago.ac.nz

Universidade de Otago

Fátima Velez de Castro | velezcastro@fl.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Fernanda Delgado Cravidão | cravidao@fl.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Fernando José de Almeida Catroga | fcatroga@hotmail.com

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Francisco Javier Pizarro Gómez | jpizarro@unex.es

Universidade de Extremadura, Cáceres

Francisco Oliveira | foliveir@fl.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Gilles Gauthier | gilles.gauthier@com.ulaval.ca

Universidade do Québec, Montréal

Gustavo Cardoso | gustavo.leitao.cardoso@gmail.com

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa –

Instituto Universitário de Lisboa

Isabel Vargues | ivargues@fl.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

João Lima de Sant'Anna Neto | jlsn57@uol.com.br

Universidade Estadual Paulista

Jordi Tresseras | gestiocultural@ub.edu

Universidade de Barcelona

Jorge de Alarcão | jorge.alarcao@gmail.com

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

José Antonio Frías | frias@usal.es

Universidade de Salamanca

José Augusto Cardoso Bernardes | agosto@ci.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

José Augusto Guimarães | guima@marilia.unesp.br

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Lucinda Fonseca | fonseca-maria@campus.ul.pt

Universidade de Lisboa

Lúcio Sobral da Cunha | luciogeo@ci.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Luísa Trindade | trindade.luisa@gmail.com

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Marc Lits | marc.lits@uclouvain.be

Universidade Católica de Louvain

Márcio Moraes Valença | marciovalenca10@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Maria da Graça Simões | gsimoes@uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Maria del Carmen Paredes | paredes@usal.es

Universidade de Salamanca

Maria Helena da Cruz Coelho | coelhomb@gmail.com

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Miguel Bandeira | bandeira@ics.uminho.pt

Universidade do Minho

Pavel Szobi | pavel.szobi@vse.cz

Universidade de Economia de Praga

Pedro Aullón de Haro | p.aullondeharo@gmail.com

Universidade de Alicante

Peter Andersen | peter.andersen@uib.no

Universidade de Bergen

Roberto Gigliucci | roberto.gigliucci@uniroma1.it

Universidade de Roma, La Sapienza

Rui Pedro Júlio | rpj@fcsb.unl.pt

Universidade Nova de Lisboa

Soterraña Aguirre Rincón | sote.aguirre@gmail.com

Universidade de Valladolid

Teresa Seruya | t.seruya@letras.ulisboa.pt

Universidade de Lisboa

Thomas Earle | thomas.earle@mod-langs.ox.ac.uk

St. Peter's College, Oxford

Viriato Soromenho Marques | viriatosmarques@netcabo.pt

Universidade de Lisboa

Vitor Oliveira Jorge | vojorge@clix.pt

Universidade do Porto

REVISÃO DE INGLÊS

Stephen Wilson, Rosa Bandeirinha, Cara Cerise

REVISÃO DE PROVAS

Maria Manuel Almeida

BIBLOS

Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2
MAR

NÚMERO 2, 2016
3.ª SÉRIE

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensa@uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

DESIGN

Carlos Costa

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

ISSN

0870-4112

ISBN Digital

0870-4112

DEPÓSITO LEGAL

/16

[HTTPS://IMPACTUM.UC.PT/EN/CONTENT/REVISTA?TID=28707&ID=28707](https://impactum.uc.pt/en/content/revista?TID=28707&ID=28707)

[HTTP://WWW.UC.PT/FLUC/INVESTIGACAO/BIBLOS](http://www.uc.pt/fluc/investigacao/biblos)

© ABRIL, 2016

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

CONTACTOS

Biblos. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*

Gabinete de Comunicação e Imagem. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Largo da Porta Férrea • 3004-530 Coimbra (Portugal)

Telef. 239 859984 • biblos.fluc@fl.uc.pt

SUMÁRIO

<i>Mar</i>	9
O mar de Sophia, o Marão de Pascoaes e as <i>Metamorfoses</i> de Ovídio	11
<i>Maria Luísa Malato e Celeste Natário</i>	
<i>Suave, mari magno</i> : Roma, a navegação e os seus mares	33
<i>Vasco Gil Mantas</i>	
Il mare degli antichi e i suoi pericoli. Tra gorghi, stretti e rupi cozzanti	79
<i>Anna Angelini</i>	
A prioridade do mar.	95
<i>Avelino de Freitas de Meneses</i>	
O mar na geopolítica de Portugal	117
<i>José Palmeira</i>	
Il Mare. Storie di acqua e di mafia.	127
<i>Nando dalla Chiesa</i>	
Estado Novo e maritimismo - ideologia e discursos culturais	141
<i>Álvaro Garrido</i>	
 <i>Cruzamentos</i>	
A Vénia ao Mar	171
<i>Hélia Correia</i>	
 <i>Entrevista</i>	
Gestão e Governação do oceano e do “Mar Português”, esse “novo” património a haver.	185
<i>Mário Ruivo</i>	

Recensões

Jorge Flores. <i>Nas margens do Hindustão. O Estado da Índia e a expansão mogol ca. 1570 – 1640</i>	201
<i>João Marinho dos Santos</i>	
João Gouveia Monteiro; António Martins da Costa. <i>1415: a conquista de Ceuta</i>	203
<i>José d'Encarnação</i>	
Pedro Proença Cunha; Margarida Porto Gouveia. <i>The Nazaré Coast, the Submarine Canyon and the Giant Waves: a Synthesis</i>	207
<i>António Campar de Almeida</i>	
Senos da Fonseca. <i>Embarcações lagunares. Bateiras & artes. Tomo II. Arquitectura naval lagunar</i>	211
<i>Ana Maria Lopes</i>	
Ina Paul-Horn. <i>Aktualität der Metapher: das Meer, die Metapher und die Sprache</i>	215
<i>Diogo Ferrer</i>	
Armando Silva Carvalho. <i>A sombra do mar</i>	219
<i>Ana Teresa Peixinho</i>	
Helder Macedo. <i>Parts of Africa</i>	223
<i>Maria Irene Ramalho</i>	
<i>Próximo número</i>	227

2

MAR

MAR

Força da natureza, apelo fascinante à demanda, metáfora existencial ou elo mediador entre populações, o Mar é um elemento sobre o qual desde sempre se têm vindo a espelhar, de forma palmar, anseios, empresas e avanços da Humanidade. Este segundo número da 3.^a série de *Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra* dedica-lhe, pois, um conjunto de trabalhos concebido a partir de várias abordagens.

A riqueza do tema é bem ilustrada pela diversidade dos campos disciplinares em que se integram os artigos publicados, entre História da Antiguidade e História Contemporânea, Biologia e Geopolítica, Literatura e Sociologia. A esse conjunto de estudos, acrescenta-se um contributo de ordem literária e uma entrevista, bem como uma rubrica de resenhas relacionadas com a matéria.

Com efeito, a grande massa de água salgada que cobre a superfície do globo fica afinal contida nas depressões de relevo da litosfera, o que faz de qualquer oceano um *medium terraneum*. Já as mais ancestrais culturas consideravam a água um elemento primordial para a formação do universo e para a compreensão do sentido do cosmos. Ao longo dos séculos, as suas características físicas têm vindo a ser associadas a um simbolismo genesiaco e revitalizador que conjuga constantes, diversidades e localismos.

Mais de dois terços da esfera terrestre são recobertos por oceanos e um dos primeiros desafios que o homem enfrentou foi o de desbravar e desvendar os seus enigmas. A sua exploração introduziu grandes modificações na vida gregária, com a troca de experiências, de ideias e de bens entre populações afastadas. Esse intercâmbio logo se erigiu em pilar do desenvolvimento da vida urbana e do espaço público. A simbiose entre água e terra não só condicionou técnicas e modelos de exploração marítima, como também formas específicas de tratamento e organização da terra. Implicou por isso questões de domínio territorial, em momentos de expansão ou de contração, o que fez com que um dos setores mais precocemente regulamentado por normas do direito internacional fosse o marítimo.

Nos nossos dias, os oceanos proporcionam formas de comunicação indispensáveis, sendo além disso uma fonte de recursos riquíssima. Repartem-se em superfícies aquáticas menores, não raro ligadas entre si e até em relação com mais do que um oceano: os mares. A própria Europa teve por berço um mar, o Mar Mediterrâneo. Foi nele que o Oriente se encontrou com África, que os Alpes se cruzaram com o deserto do Saara, que o Nilo e o Tibre juntaram as suas águas. Com ele germinou e cresceu, da mesma feita, o sonho de deixar para trás as Colunas de Hércules e de seguir as rotas oceânicas. O Mediterrâneo Afro-Europeu-Asiático, o Mediterrâneo Americano, o Mediterrâneo Austral-Asiático, o Mediterrâneo Glacial Ártico, bem como outros mares que reentram na mesma tipologia são todos eles *media terranea*.

Rita Marnoto

Coordenadora da Direção Executiva

O MAR DE SOPHIA,
O MARÃO DE PASCOAES
E AS *METAMORFOSES*
DE OVÍDIO

*Sophia's Sea, Pascoaes' Marão
and Ovid's Metamorphoses*

MARIA LUÍSA MALATO

mlmalato@gmail.com

ILCML e IF, Universidade do Porto

CELESTE NATÁRIO

mcnatario@gmail.com

ILCML e IF, Universidade do Porto

DOI

http://dx.doi.org/10.14195/0870-4112_3-2_1

Recebido em setembro de 2015

Aprovado em novembro de 2015

Biblos. Número 2, 2016 • 3.^a Série

pp. 11-32

RESUMO.

O Mar simboliza quase sempre a matéria dinâmica: é “lugar de nascimentos, transformações e renascimentos”. Para o compreender melhor, partiremos da memória de um nascimento: daquela manhã em que a jovem Sophia visitou o consagrado poeta Teixeira de Pascoaes, para lhe falar de Ovídio. Tentaremos demonstrar a influência/ presença das *Metamorfoses* na poética de ambos. Não porque queiramos provar a presença de versos ou imagens de Ovídio: mais do que isso, Ovídio mostrou a ambos uma forma de ver e viver, que a consciência do tempo e da plasticidade da matéria conduz necessariamente a uma estética ética. Talvez Ovídio tenha ensinado a Sophia e a Pascoaes a estranha similitude entre o Mar e o Marão.

Palavras-chave: Mar; Montanha; Sophia M. Breyner Andresen; T. de Pascoaes; Ovídio.

ABSTRACT.

The Sea often symbolizes the dynamic matter: it is “a place of births, metamorphosis and rebirths”. To understand it better, we will start with a *dies memorabilis*: the morning the young Sophia meets the well-known poet Teixeira de Pascoaes to talk about Ovid. This essay aims to prove the influence/ presence of *Metamorphoses* in both Sophia's and Pascoaes' poetry. We do not wish to find some Ovid's verses or images in their poetry. We would prefer to prove that Ovid showed Sophia and Pascoaes a way of seeing and a way of living, and that the conscientiousness of time and movement necessarily leads to an ethical aesthetics. Maybe Ovid is the common cause of a strange similarity between the Sea and the Marão.

Keywords: Sea; Mountain; Sophia M. Breyner Andresen; T. de Pascoaes; Ovid.

“se eu quisesse dar uma revista do papel do mar na imaginação e na sensibilidade dos portugueses, teria de fazer um compendio de quase toda a nossa história literária quase tão marinheira como a história nacional.”

(Fidelino de Figueiredo, *Torre de Babel*)

– O Mar na poesia de Sophia de Mello Breyner Andresen é um tema óbvio. Basta folhear a sua obra poética (ou narrativa) e ele está nos títulos, nas metáforas obsessivas, nas personagens, nos mitos, nos mais comuns figurantes do espaço: anémonas, sereias, ilhas, ondas, naufragos, barcos, praias, marinheiros, conchas, búzios, navegações, piratas, ulisses, porcelárias, espumas, medusas, naus... Luís Serrano publicou já uma análise do núcleo lexical da obra poética de Sophia: entre as 25 mais usadas estão “água”, “mar” e “praia” (Serrano 1991: 13).

– O Marão na poesia de Teixeira de Pascoaes é um tema óbvio também. Basta folhear a sua obra e ele lá está também nos títulos, nas metáforas obsessivas, nas personagens, nos mitos, nos mais comuns figurantes do espaço: montanhas, urzes, penedos, marânus, eleonores, lírios, pedras, ermos, demónios, pinheiros, fontes, sete-estrelas, loduns, ascetismos graníticos... A sua antonomásia, “o poeta do Marão” resume bem esta ligação com a montanha. Ou o seu nome de guerra, que nos remete para Pascoaes, um lugar da freguesia de Gatão, no concelho de Amarante: ele é o Teixeira, de Pascoaes. Montezuma de Carvalho descreveu-o assim inteiro: “o sítio chama-se Pascoaes. O Poeta plantou aí a raiz do seu nome literário e a sua poesia está presa ao mundo e com o próprio mundo se confundindo...” (Coutinho 1995: 43).

– Trataremos todavia aqui de um encontro improvável: o do Mar de Sophia com o Marão de Pascoaes. O Mar está invariavelmente associado a uma “dinâmica da vida” horizontal, entre seres que existem ao nível do homem e

O artigo foi elaborado pelas autoras no âmbito do Projeto Estratégico Literatura e Fronteiras do Conhecimento: Políticas de Inclusão, na Linha de Inter/Transtextualidades (PEst-OE/ELI/U10500/2013 para o Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Unidade I&D, financiada pela FCT), e do Projeto “Raízes e Horizontes da Filosofia e Cultura de Língua Portuguesa” do GFMC do Instituto de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (RG-PHIL-Norte-Porto-502-1948).

que, como a água, não têm forma definida (Chevalier; Gheerbrant 1994: 439). Por sua vez, os montes do Marão inscrevem Teixeira de Pascoaes nos poetas telúricos e obcecados pela verticalidade, simbolizando a Terra a “matéria prima separada das águas”: a Terra é a matriz das formas, densas e fixas. A montanha representa o caminho da forma para a transcendência (Chevalier; Gheerbrant 1994: 642, 456).

– Para falar de Sophia e de Pascoaes, imaginemos pois um lugar em que o Mar e a Montanha se encontram. Teria de ser um lugar estreito, onde vivêssemos empurrados por montes e por vagas. Como se fora um estranho retângulo à beira-mar plantado: se Rémy de Gourmont achava que a temática do mar na literatura francesa tinha sido uma criação literária do século XIX, Fidelino de Figueiredo não podia deixar de encontrar na literatura portuguesa, nas cantigas de amigo ou nas histórias trágico-marítimas, uma invulgar “hidrofilia”, só por momentos abafada por “fraustas pastoris” em paisagens arcádicas (Figueiredo 1925: 228-229).

– Sim, imaginemos pois, nesse lugar curioso, o encontro improvável de dois autores, de muito diferentes gerações: Pascoaes nasceu em 1884, Sophia em 1919. O diálogo entre dois poetas que andam muitas vezes associados a círculos distantes, com diferentes leitores, diferentes admiradores, diferentes movimentos, falando-nos um do mar e outro da montanha, lançando-nos, aparentemente, diferentes desafios.

– Esse encontro improvável todavia sucedeu. Os encontros improváveis ocorrem numa quantidade inimaginável. Numa manhã igual a tantas outras, em que Pascoaes, no seu solar de Amarante, conversava no quarto com sua mãe, e sentiu no átrio um tropel de cavalos...

– “... e cheio de curiosidade – pois nunca tinha visto entrar cavalos por aquele sítio tão silencioso, apenas perturbado pelo chorar baixinho da Fonte dos Golfinhos – chegou à janela”. Diz a irmã de Pascoaes que foi então que Teixeira de Pascoaes viu chegar Sophia de Mello Breyner, e exclamou: “Isto é uma aparição d’além-Marânus”!

– Vê como Maria da Glória se lembra daquela chegada: “Sophia vinha quase deitada em cima do selim, visto as ramadas serem muito baixas e não a deixarem endireitar. Assim foi até às escadas onde o Poeta estava à sua espera.

Deu as rédeas ao criado e entraram, ficando os dois a ouvir-se dizer versos toda a manhã; a Sophia esqueceu-se completamente do pobre Capitão Frazão que a acompanhava. Pascoaes admirava muito a Sophia e além disso sentia por ela um encanto especial. Ainda me lembro dos primeiros versos que ela lhe disse: foi uma tradução d’*As Metamorfoses* de Ovídio feita por ela. ‘Basta isto, para eu saber que vamos ter um grande poeta’, afirmou o Pascoaes. Nessa altura ela devia ter 17 anos” (Vasconcelos 1996: 72)...

– Há várias coisas interessantes nessa memória que a irmã de Pascoaes, Maria da Glória Teixeira de Vasconcelos, guardou da sua adolescência. Não temos do encontro nenhum outro testemunho, e, todavia – talvez por isso, cada palavra tende a ser esmiuçada em busca de acasos significativos. Até mesmo esse registo de uma memória anacrónica, próxima do relato mítico: o tropel de cavalos que anuncia a chegada da amazona, a sedução de uma adolescente que se reclina sobre o dorso do cavalo para não ser ferida pelos ramos das árvores... De onde conheceria Pascoaes a Sophia? Do Porto, da Foz? De Amarante, onde Sophia tinha parentes próximos? Que círculos se intersetaram para que eles se (re)conhecessem? Em 1936 (seria essa a data se Sophia tinha dezassete anos), Pascoaes era um nome muito público, tinha já editado *Marânus* (que é de 1911). Mas Sophia era uma adolescente. Só publicará a sua primeira obra poética em 1944, em Coimbra, na editora Aurora, em edição custeada pela família, cerca de oito anos depois desta cena. A Guerra Civil Espanhola estaria a terminar. Em Portugal, vivia-se uma ditadura de emergência que se tornaria depois de contingência perpétua. Há já um carro na garagem de Pascoaes – como é sabido, e de forma que para alguns será paradoxal, Pascoaes era um entusiasta do automóvel (algumas cartas a Raul Brandão testemunharam-no bem) e tinha carta desde 9 de abril de 1926 (Samuel [2004]: 40). Ora a jovem Sophia entra no átrio anacronicamente, a cavalo, com *chaperon*, como se fosse uma figura retirada de um livro que Pascoaes reconhece: “– Isto é uma aparição d’além-Marânus”!...

– É todavia uma memória precisa, feita de gestos estudados, como se Sophia tivesse preparado a entrada em cena. Com uma natural altivez de elite, “deu as rédeas ao criado”, que naturalmente ocorreu também ao átrio, e “foi até às escadas onde o Poeta estava à sua espera”, ainda que o Poeta não esperasse Sophia. Mesmo o pobre *chaperon*, o Capitão Frazão, fica relegado, esquecido no

palco como o criado, mas como se ambos esperassem também ser esquecidos. E todos parecem saber ao que vêm....

– Depois há também o pormenor do livro de Ovídio de que Sophia vem falar: as *Metamorfoses* de Ovídio e uma sua tradução. Podemos relacionar a visita de Sophia com as traduções de Ovídio publicadas no primeiro livro de Sophia, em 1944. Ou ainda com a notícia recente de terem sido descobertos numa casa de Sophia mais onze poemas inéditos, numa arca de cânfora sem chave e com fundo falso, alguns certamente sobre a sua dilatada influência. Entre os poemas que estavam nas folhas quadriculadas dos cadernos de poemas de 1933-1941, há um chamado *Os Animais*, de 1938...

– Há poucas referências ao mar em Pascoaes, da mesma forma que existem poucas referências à montanha em Sophia. Creio também que são raros os estudos que valorizam a importância fundacional de Ovídio, quer na obra de Pascoaes quer na obra de Sophia. Repito a palavra “fundacional”, porque me parece que Ovídio está no início dos deslumbramentos de juventude em Sophia, talvez como a Nau Catrineta ou Homero estiveram nos deslumbramentos poéticos da sua infância ou da primeira adolescência...

– O mar de Sophia é, em parte, a metamorfose da montanha de Pascoaes, com a sua urze e os seus fantasmas. Leia-se: “No fundo do mar há brancos pavores/ onde as plantas são animais/ e os animais são flores/ [...] Por mais bela que seja cada coisa/ Tem um monstro em si suspenso” (Andresen 2011: 48).

– E montanha de Pascoaes é, em parte, a antecipação das metamorfoses do mar de Sophia, com as suas vagas e rotas invisíveis. Recordo os versos em que ele exclama: “Ó volúpia do ar que nos abraça!/ Exaltação do sol! Ó verde flor/ das águas, que o bater dum coração/ agita em ondas rítmicas de amor!” (Pascoaes 1990: 32). Esta questão da metamorfose perpassa entre a poesia de Sophia e a de Pascoaes. Escreveu Pascoaes, n’*O bailado*, que “os poetas são animais duma exótica espécie antediluviana, onde todos os seres vindouros e passados coexistem, misturando e confundindo as suas formas” (Pascoaes 1987: 19). A tradução de outros poetas é também um fenómeno de metamorfose que preocupa Sophia: mudar de forma e, todavia, manter uma identidade do espírito/ conteúdo reconhecível por quem sabe ver para além da letra, ou forma. As suas traduções de Ovídio (“Níobe transformada em fonte” ou “Medeia”) são

mais precisamente “adaptações livres” dos poemas das *Metamorfoses*, e assim são designados nas edições (Andresen 2011: 50, 133). Maria Helena Rocha Pereira comparou-os já com os originais em latim, que se encontram respetivamente no Livro VI (vv. 146-156) e Livro VII (vv. 1-158, 350-403): como se vê, até pela diferença do número de versos, os poemas de Sophia são uma leitura, muito mais do que uma tradução, ou até uma adaptação (Pereira 2006). Traduzir vem de “trahere”, arrastar, mover. Ato de metamorfose, transformação de uma forma, “morphos”, transportada (cf. “meta”). De certa maneira, para entender a poesia de Sophia ou de Pascoaes, teremos sempre de nos lembrar da função “proteica” da Poesia, no mesmo sentido etimológico da “proteína”, cuja natureza, à semelhança de Proteu, se confunde com a matéria de todos os seres vivos, procedente de reproduções em cadeia, catalisadora de reações vitais, essenciais...

– Há também aquela delicadeza de Pascoaes que fala de Sophia como “Poeta”, e não como “Poetisa”, como seria natural fazê-lo, segundo as normas então correntes da gramática cultural: “Basta isto, para eu saber que vamos ter um grande poeta”. Ele – que era denominado “o Poeta” pelos que o conheciam – vê em Sophia tudo o que era um grande Poeta, género acima do género. Talvez por isso, Sophia venha a demandar a mesma antonomásia: a “Poetisa” é, para ela, uma palavra menor, no sentido em que está marcada pela sua representatividade feminina, enquanto o “Poeta”, ou a “Poeta”, se confunde com a própria universalidade da poesia: “Sou todas as cousas e todas as criaturas. Eu, na verdade não sou eu”, como afirmaria Pascoaes....

– Mas é Sophia, poeta do Mar, que sobe a Pascoaes, à Montanha, ao Poeta-Marão. Decerto a jovem Sophia pressentiria, não sem algumas razões, que o Poeta da “terra funda e fundo rio que se eleva e voa em claro voo...” teria já, do seu búzio do Tâmega, ouvido segredos das ondas do “seu mar”. Seria a instabilidade da juventude da Poeta-Mar que a levaria, desde tão cedo, a procurar a sua identidade na segurança da terra, simbolizada por Pascoaes-Marão? Talvez o consagrado estatuto de Pascoaes levasse Sophia ao solar de Pascoaes. Mas interessa talvez aqui recordar também que Pascoaes-Poeta é um lugar. O advogado Teixeira de Vasconcelos assina os seus poemas ligado a um lugar: ele é Teixeira “de Pascoaes”, sendo Pascoaes o nome do lugar onde se situava o

solar habitado pelo Poeta, confundindo-se o lugar com o seu estatuto poético, a sua matriz de criação. Pascoaes (mais do que o hotel de Lisboa, mais do que o apartamento do Porto, mais do que a casa de Amarante) é um solar nos arredores de uma vila, uma corte na aldeia, um espaço de soberania solitária. Sophia, aos 17 anos, antes de se abrir ao mundo, talvez buscasse o confronto com a alteridade, para descobrir a identidade. Sophia gosta de viajar: viajou regularmente até quase ao final da sua vida, a 2 de Julho de 2004. Seria interessante ler um dia os registos de viagem, as suas embaixadas a Calígula, França, Itália, Grécia... Sophia viajava pelo mar da Grécia, ainda quando estava em Portugal. Usava um colar de pérolas que evocavam nela uma sereia. Os que a surpreenderam um dia numa praia do Algarve com uma ânfora, para ir buscar água ao mar, pensavam que era uma ninfa. A Amarante voltará Sophia amiúde no final do verão, recolhendo-se em casa da Maria do Carvalho Alvito, guardando o gosto “deste primeiro frio misturado/ com um sabor de lenha e de maçã” (Andresen 2011: 752), inscrevendo na escola da terra os filhos pequenos: seu filho, Miguel Sousa Tavares, refere as suas boas recordações da Escola Primária em Amarante (Tavares 2001: 87, 122-124). Mas quando Sophia descreve uma montanha parece ver nela ainda as ondas, confundindo-se “o azul dos montes/ e todos os jardins verdes do mar” (Andresen 2011: 148).

– Em Teixeira de Pascoaes, o apelo da montanha e do recolhimento parece sempre falar mais alto que o apelo do mar, ou da navegação. O seu mar visível é o dos montes de urze. Duvido que Pascoaes viajasse: mudava de lugar. Para Lisboa, a fugir do Inverno. Para Coimbra, porque tinha de se licenciar. Para o Porto, porque tinha de comprar livros. Para a Catalunha, para falar dos poetas lusíadas. Teria chegado a ir visitar Vicente Risco, na Galiza? O próprio solar devia ser um poema sempre incompleto, herdado e continuado. A irmã Maria da Glória refere um mundo em que as crianças e os adultos escreviam livremente nas paredes das casas (v. a casa de Leonardo Coimbra?): “Nesse tempo [em menina, estando o pai ainda vivo] já tinha o hábito de escrever pelas paredes a desfazerem-se da nossa casa velhinha” (Vasconcelos 1996: 73).

– “Sei que bailo em redor da suspensão” (Andresen 2011: 63) ... Este verso de Sophia podia ser uma frase d’*O Bailado* de Pascoaes: “Ó música das ondas, em sons de bruma, encantada numa concha! É todo o mar feito voz, num

ouvido enorme de pedra; a pegada harmoniosa do mar dentro dum relicário” (Pascoaes 1987: 70). Alfredo Margarido sublinha que há no livro de Pascoaes “uma dupla lição”: a de Platão, “na medida em que estas figuras que dançam, aparecem como silhuetas”, vistas da ‘caverna’, e a de Nietzsche, na medida em que “descarna” a escrita filosófica, dissolvendo nela “o excesso de abstracção”, e aproximando-a da escrita literária: “o que interessaria a Pascoaes é essa aprendizagem fundamental da humanidade, que obriga o homem a “readaptar constantemente o seu projecto à dureza da prática” (Margarido pref. Pascoaes 1987. XIII-XIV). Segundo Sophia, “no verso de Pascoaes vemos ‘o que há de aparição no seio da aparência’” (Andresen 2011: 761).

– Ora convém aqui sublinhar que essa observação de Sophia, que aparece num texto dela sobre a pintura de Vieira da Silva (“Landgrave ou Maria Helena Vieira da Silva”), remete expressamente para o verso de Pascoaes. O cruzamento feito (pela própria Sophia) entre a sua poética e a poética de Pascoaes revela bem essa comum evocação da caverna no mito de Platão, já longamente assinalada por Carlos Ceia (1996: 17) Sem nunca nomear o texto filosófico d’*A República*, o texto de Sophia parafraseia-o ao analisar nesse texto a pintura de Vieira da Silva: “Lugar de convocação como um poema muito antigo. Lugar de aparição. Diálogo do visual e da visão. Onde do visível emerge a aparição”. Espaço de teatro: “As paredes, o chão, o tecto avançam para o fundo. Mas no fundo outro espaço desponta [...], espaço denso de memória e de veemência. Lugar de revelação, de espanto e cismar e descobrimento. As cores estão acesas como as luzes de um teatro à hora da representação” (Andresen 2011: 761).

– Não deixa de haver uma certa semelhança entre a forma como Sophia vê a pintura de Vieira da Silva e aquela que Sophia tem da própria poesia. Sophia usa então a renovada metáfora do écran de cinema, em substituição da parede da caverna platónica onde se projetam as sombras: “Como, onde e por quem é feito esse poema que acontece, que aparece como já feito? A esse ‘como, onde e quem’ os antigos chamavam Musa. É possível dar-lhe outros nomes e alguns lhe chamarão o subconsciente, um subconsciente acumulado, enrolado sobre si próprio como um filme, que de repente, movido por qualquer estímulo, se projecta na consciência como num écran” (Andresen 2011: 844-845). É possível que também em Sophia essa Musa tenha ainda outros nomes. Há idêntico

poder simbólico nas varandas e nas janelas, molduras para um diferente tipo de conhecimento que exige diferentes tipos de leitura. Encontra-se essa moldura arquitetónica em muitos poemas. No conto *A casa do mar*, as molduras de prata das fotografias têm a mesma função: projetam sombras, e exigem a memória de outro tempo dentro do tempo, e dentro da casa se descobrem outras casas. Do lado de cá, o conhecimento comum, quotidiano, acidental, “um lugar ocasional entre o acaso das coisas”. Do lado de lá, o acaso dá lugar ao fundamento, “lugar de exaltação e espanto onde o real emerge e mostra seu rosto e sua evidência” (Andresen 2006: 73, 81).

– O que nos deve fazer regressar a Ovídio e às suas *Metamorfoses*. O que interessa a Sophia (para quem a viagem se transforma em permanência), ou o que interessa a Pascoaes (para quem a permanência se transforma em viagem), é talvez o mesmo processo que interessa Ovídio, nas *Metamorfoses*: a busca de uma identidade perante um real que muda constantemente, composto por “formas mudadas em novos corpos”, na expressão de Ovídio. As *Metamorfoses* têm uma dimensão filosófica que falta à anterior poesia erótica do escritor, sobretudo porque colocam num “patamar de verdade” um universo aparentemente ficcional, “em que corpos mudam de natureza e de forma, e se transformam em pedras, fontes, rios, estrelas e muitas outras coisas” (Alberto 2010: 13, 17). Há pois que voltar ao texto de Ovídio, quer para entender melhor Sophia (com os seus náufragos, piratas, marinheiros e ulisses), quer para entender melhor Pascoaes (com os seus demónios, espetros e marânus). É preciso entendê-los a meio da moldura, sempre marinheiros na praia ou tolos a meio da ponte, na fronteira que muda os que por elas passam.

– Compreendo assim melhor que o livro de Ovídio tenha servido de catalisador para a poesia de Sophia (como para a de Jorge de Sena, autor de umas *Metamorfoses*, mas também de umas *Andanças do demónio* sobre coisas igualmente “verdadeiras”) ou ainda para as personagens dos romances de Agustina de Bessa-Luís. Ou que as pinturas de Graça Morais as queiram ilustrar, pegando em retratos de mulheres verdadeiras mitificadas (2007). O tema das metamorfoses reaparece nos títulos de Jorge de Sena (1963) ou de Ruy Cinatti (1942)... Por todos eles – talvez não por acaso todos eles ligados pela amizade – o livro de Ovídio foi sendo revisitado, precisamente para re-

produzir uma arte que é simultaneamente de intervenção social e de iniciação individual. No fundo, todos eles (Pascoaes, Sophia, Cinatti, Sena, Agustina ou Graça Moraes...), ainda que em diferente grau e por diferentes razões, tiveram dificuldade em aceitar os pressupostos ideológicos da escola neorrealista ou da escola neorromântica, no que elas tinham de exclusivamente social ou íntimo. Todos estes autores buscaram entre as escolas um ponto de intersecção. São incisivos os primeiros versos do Prólogo das *Metamorfoses* de Ovídio, não só em relação à novidade do tema (“de formas mudadas em novos corpos leva-me o engenho a falar”), como em relação à duplicidade das suas intenções retóricas: o autor escreve como sujeito simultaneamente ativo e passivo (“ó deuses, inspirai a minha empresa, pois vós a mudastes também”), e dirige a narrativa do universal para o particular (“e conduzi ininterrupto o meu canto, desde a origem primordial do mundo até aos meus dias”), parecendo assim conciliar dois públicos distintos, os outros e ele próprio. Seria importante aqui ler devagar, alguns versos, saboreando, como faz Farmhouse Alberto, intenções sobrepostas por Ovídio e várias evocações intertextuais: “In noua fert animus, mutatas dicere formas/ Corpora; di, coeptis (nam uos mutasti et illa)/ Aspirate meis primaque ab origine mundi/ Ad mea perpetuum deducite tempora carmen” (Ovídio 2010: 35 e Alberto pref. 2010: 14)...

– Esses versos de Ovídio lembram por antecipação aquele parágrafo de Pascoaes que diz: “O dia em que eu renasci é o único facto curioso da minha história em mil volumes, que principia na Nebulosa e findará no Terramoto Universal” (Pascoaes 1987: 15).

– Ou ecoam eles também nos de Sophia: “Não se perdeu nenhuma coisa em mim./ Continuam as noites e os poentes/ que escorreram na casa e no jardim,/ continuam as vozes diferentes/ que intactas no meu ser estão suspensas” (Andresen 2011: 44) ...

– Paulo Farmhouse Alberto sublinha nas *Metamorfoses* de Ovídio essa questão da fluência, desde logo naqueles versos iniciais (“perpetuum [...] carmen”) que anunciam um poema contínuo, o encadeamento tecido (“deducite”) das partes no todo, “como se o próprio texto se fosse metamorfoseando” ao ser entrelaçado (Alberto 2010: 18). Isso se vê claramente em Pascoaes, e muito particularmente em *Bailado*: “Sou todas as cousas e todas as criaturas. Eu, na

verdade, não sou eu: sou o Chico Nozes e o seu remorso vagabundo; o Chichilro carcereiro e os presos da cadeia, o ladrão, o assassino; sou a Gravuna e a sua fome; sou o Gesso a pedir esmola para as alminhas do Purgatório; sou a Beatriz e a sua morte na flor da idade; sou o Silvino e a sua loucura primaveril e sou a procissão de Quinta-Feira Santa de Trevas... e aquela nuvem ao pôr-do-sol, e aquele pinheiro abstracto e solitário; e aquela árvore desgrenhada, ao vento, como as tranças da Aflição” (Pascoaes 1987: 5) ...

– Será isso igual àquele “impulso que há em nós, interminável/ de tudo ser e em cada flor florir”, presente em Sophia (Andresen 2011: 125)?

– É sempre perigoso generalizar, isso é mais certo. A leitura de Ovídio já tem sido, no limite, associada às visões atomistas que entusiasmavam os materialistas do século XIX, de que há evidentes traços no Ega d’Os *Maias* ou naquele Silvestre da Silva, de *Coração, cabeça e estômago*. Quer Eça quer Camilo o leram nas palavras de José Feliciano de Castilho, tradutor de Ovídio, naquela matéria “rolando pelos oceanos, flutuando nos ares, manando nas fontes, correndo nos rios, agregado nas pedras, sumido nas minas, misturado nos solos, viçando nas ervas, rindo nas flores...” (Castilho *apud* Castelo-Branco 1961: 2). Há pelo menos uma menção de Pascoaes a Ovídio, em textos poéticos. Aquela em que ele faz referência a um mesmo sol de Inverno que ilumina uma criança morta de fome no século XX e um mundo atemporal “onde Buda caiu e onde tu bebeste/ O copo de cicuta, ó Sócrates divino;/ Onde tu foste, Horácio, um vate libertino./ Onde tu, Vítor Hugo, encontraste um presídio/ E onde por amor foi desterrado Ovídio!” (Pascoaes s.d.: II: 59). A pena que condenou Ovídio teria sido a de *majestas* (atentado contra a pessoa do *princeps*), mas, ressalve-se o paralelismo entre os vários protagonistas da História e da Literatura: Cristo, Buda, Victor Hugo, Ovídio: é indubitavelmente elevado o conceito em que Pascoaes tinha o poeta das *Metamorfoses*. Poderíamos sublinhar também a semelhança entre Pascoaes e Ovídio de algumas temáticas, sobretudo com as obras do desterro, *Tristia*, a saudade de uma pátria perdida ou de uma infância passada, a subtil denúncia do poder autocrático. A questão porém é saber aqui em que medida Sophia e Pascoaes traçaram ambos um diálogo possível através do texto de Ovídio, numa manhã de 1933 que se estende por uma vasta temporalidade ...

– ...ainda que Ovídio fosse somente um pretexto para falar de coisas muito antigas, de que já nos queria falar Ovídio sob novas formas. Aquela permanente reconstrução do “sentido de si” que tenta compensar a permanente erosão e reformulação do corpo e do espírito. E que podemos encontrar também naquela personagem de Sena, o Físico prodigioso, personagem que poderia ser “como um deus”, mas que é apresentada ao leitor balanceando o ereto corpo ao passo do cavalo, entre a luz e a sombra da floresta, empreendendo uma descida da montanha que pode ser um regresso, sempre indeterminado no nome e na intenção (cf. Seixo 1986: 15). Viagem iniciática e programática que se desenha entre a flexível verticalidade humana e o ritmo animal sob a qual a verticalidade se equilibra. Viagem que pressupõe a capacidade de sermos o que não julgávamos poder ser: animais, homens e deuses. Poder prodigioso de animação, de personificação, literal e literária.

– Diria agora Pascoaes: “O nome transfigura as coisas. O sonho humano alastra, como seria o Mundo sem esta máscara que lhe pusemos no rosto? Sem esta mentira que lhe introduzimos no coração? E que seria o homem despido do seu nome, na sua nudez absoluta? Conhecemos apenas as palavras, borboletas que vêm de dentro pousar um instante na boca das caveiras [...] Que sei eu de mim? Apenas o meu nome. O meu nome? Não! O nome que me deram... Nós e o Mundo somos palavras e palavras... A Natureza converteu-se numa obra de retórica. É um discurso de Cícero, uma ode de Horácio” (Pascoaes 1987: 30-31).

– Há uns versos de Sophia que talvez falem disso também: “Pudesse eu não ter laços nem limites/ Ó vida de mil faces transbordantes...” (Andresen 2011: 33). Para além da preocupação recorrente em Sophia: o nome das coisas, não aquele que os outros deram às coisas, mas aquele nome que as coisas revelam, “palavras que eu despi da sua literatura”. Escreve já num poema de juventude: “Ia e vinha/ e a cada coisa perguntava/ que nome tinha” (Andresen 2011: 207 e 19).

– Talvez seja essa a resposta de Pascoaes, porque, ao reler a passagem que citei, reparo agora que continua até um aparente absurdo da palavra. Dizia Pascoaes, “A Natureza converteu-se numa obra de Retórica”. E continua: “Mas tiremos o nome às cousas. Que resta? O incompreensível, o absurdo. O seu nome é a mentira que lhes dá vida e existência, o vácuo em que elas to-

mam corpo e actividade” (Pascoaes 1987: 31). Disse aparente absurdo, porque o absurdo da palavra é a forma de Pascoaes declarar a importância das coisas. A poesia não é literatice. Parafrazeando o próprio Pascoaes e revendo nelas a noção de Poesia enunciada por Sophia, se dirá que o verdadeiro assunto dos livros de Pascoaes, e não só d’*O homem universal*, “é o drama da vida e o seu actor. O drama cria o actor” (ver Pascoaes 1993: 5). Voltamos decerto modo à metáfora do teatro ou do cinema, “pois a poesia é a minha explicação com o universo, a minha convivência com as coisas, a minha participação no real, o meu encontro com as vozes e as imagens” (Andresen 2011: 839).

– Sim. Há sempre a necessidade de um ponto de equilíbrio entre o caos e o dogma. A “*physis*” é esse ponto de equilíbrio do cosmos. Se a poeta deseja não ter laços e limites é “para poder responder aos teus convites/ suspensos na surpresa dos instantes” (Andresen 2011: 33). A liberdade aqui é uma forma de submissão, uma disciplina, se preferirmos um eufemismo. A poesia pede inteireza, não rigidez. Pede consciência, mas mais funda que a inteligência. Pede fidelidade, mas mais pura do que a que se consegue controlar. Se pede intransigência, é daquelas que não tem lacuna, porque aderente ao corpo que fala. A pose do físico prodigioso de Sena dialoga com a pose do Auriga de Sophia: “A ti mesmo te guias como a teus cavalos” (Andresen 2011: 543). A oscilação natural da verticalidade, uma verticalidade não rígida, encontra-se também nos troncos dos pinheiros saudosos dos mastros, que serão, quando evocados por Sophia, “uma antiquíssima nostalgia de ser mastro/ que baloiça já na madeira dos futuros barcos” (Andresen 2011: 229). Dizemos saudosos aqui porque esta nostalgia do tronco do pinheiro se confunde com a saudade do futuro, tal como era definida por Pascoaes. Como os peregrinos (ou os reis magos), o poeta segue a estrela, de rosto erguido, ainda que depois o olhar se volte para o ponto obscuro e próximo, para o qual aponta a luz (Andresen 2011: 404). Como a Casa de Deus, habitação da eternidade, construída na terra e no tempo (Andresen 2011: 872-873).

– Idêntico movimento vertical (de baixo para cima e de cima para baixo) imprime Pascoaes a toda a matéria: tudo tenderia a elevar-se, a equilibrar-se instável em busca da luz, não havendo nesse movimento universal contradição com o particular. Escreve Pascoaes em *O homem universal*: “O homem é um

novo meio genésico, um processo de transição para outro plano da vida ou de metamorfose electiva. A vida, subindo do vegetal ao espiritual, passando pelo animal, projecta três aparições, mas conserva-se oculta e misteriosa, a rir-se de todos os sábios e filósofos, desde os de Atenas aos de Viena e Viana” (Pascoaes 1993: 47). Atenção: toda a verticalidade é possibilitada somente por um reconhecimento da nossa horizontalidade primária, aquela que nos faz iguais. Poucas linhas depois Pascoaes escreve também: “‘No Princípio era o Desejo’ (*Verbo Escuro*). E o desejo de ser é ser, porque o desejo sabe criar o desejado. A alma criou o corpo, para nele continuar a desejar material e moralmente, para se conservar e aperfeiçoar. Fazer das tripas coração é o máximo do nosso esforço. Que subida! A alma é sensual e quente, casta e luminosa, erótica e mística, pagã e cristã” (Pascoaes 1993: 49-50). E, não querendo eu ligar aqui Teixeira de Pascoaes a Jorge de Sena, constato que há passagens de ambos que parecem remeter para Ovídio. Como aqueles versos de Sena, precisamente das suas *Metamorfoses*, que estabelecem que não foi para morrer que nós nascemos: “Não foi para morrer que falámos/ que descobrimos a ternura e o fogo,/ e a pintura, a escrita, a doce música./ Não foi para morrer que nós sonhámos/ ser imortais, ter alma, reviver,/ ou que sonhámos deuses que por nós/ fossem mais imortais que sonharíamos” (Sena 1984: 171)... Tudo isto lembra Pascoaes e a perfectibilidade dos seus renascimentos, mas também Ovídio, sobretudo o Livro I das *Metamorfoses*, em que se narra uma (re)criação do mundo, nas suas várias idades, e também a descoberta da ternura, do fogo, da pintura, da escrita, da música...

– Talvez seja esse o sentido do livro I das *Metamorfoses* de Ovídio. Talvez haja nas histórias que ele contém um sentido autónomo, que define a forma como podemos ler os restantes livros...

– Queres tu referir a semelhança entre a função do Livro I das *Metamorfoses* de Ovídio e aquela que pode ser a função do denominado Canto I das epopeias primitivas, que a de Virgílio vem a imitar?...

– Em parte, sim. É um bom ponto de partida aquela proposição de que nós já falámos, a que se recusa a falar de coisas inventadas. Mas também aquela invocação, bem como a narrativa *ab ovo*, sobre o princípio do mundo... Tem algo de épico, dramático e narrativo, no sentido em que *A teoria do romance*

(1920), de Georg Lukács, entendeu a epopeia, a tragédia e o romance (*grosso modo*, como géneros respetivamente explicativo, agónico e fraturante), pedindo protagonistas que respetivamente conciliam, ponderam ou opõem o interesse social ao interesse individual. Apesar de estar subjacente na obra de Lukács uma perspetiva histórica, ressalve-se o facto de estes géneros, ainda segundo Lukács, poderem coexistir no mesmo tempo e até na mesma obra. Creio que não será preciso esperar pela *Comédia* de Dante para o demonstrar e que as *Metamorfoses* de Ovídio têm, sob muitos aspetos, ainda que dispersos os protagonistas pelas várias fábulas, uma idêntica possibilidade de serem lidas como um mundo romanesco – em que a Humanidade segue desorientada em busca de sentido para o mundo em mutação – e um mundo épico, onde desde o início se enuncia a origem e as idades do cosmos, como se de uma microestrutura mítica se tratasse. Depois da proposição, segue-se precisamente esta narração do início do mundo e das suas variadas fases – “Antes do mar e das terras e do céu, que tudo cobre,/ um só era o aspecto da natureza no orbe inteiro:/ Caos lhe chamaram. Era uma massa informe e confusa,/ nada a não ser um peso inerte, nela amontoando-se/ as sementes discordantes de coisas desconexas” e “Nada conservava a sua forma” (Ovídio 2010: 35) ...

– Temo ler demasiadas semelhanças desse texto com o discurso do “Espetro montanhês”, em *Marânus*, de Teixeira de Pascoaes: “No Princípio era a Sombra, etéreo Fumo,/ Indefinida Chama adormecida:/ Aparência de morte e de silêncio,/ mas escondendo a aparição da vida” (Pascoaes 1990: 45) ...

– E porque também eu temo, me acautelo. Sem no entanto deixar de ter por estranho acaso esta comum referência mítica a um *Fiat Lux!* Estrelas criadas, em Ovídio, por “um deus, ou a natureza já mais benigna”, “um deus, quem quer que ele fosse” (Ovídio 2010: 35-36). Em Pascoaes, as estrelas são seres personificados, sem identificado criador: nasceram, “como nascem/ as lágrimas do nosso coração”, ressuscitam, transformam-se, “são princípios e fins de encarnações/ do imenso Verbo azul!” (Pascoaes 1990: 45)... É de um drama verbal, performativo, que nascem os sentidos, pelo menos a visão e a audição: “E o frio triste disse ao fogo: *apaga-te!* E o mesmo disse à luz a sombra escura./ E ao coração do mundo desce o fogo/ E a luz subiu aos olhos da criatura./ Beijando-a, o som, quimérico, lhe disse: *Em ti eu quero ouvir-me!*

E por encanto,/ os primeiros ouvidos se inundaram/ de som, que é luz ouvida, etéreo canto” (Pascoaes 1990: 46). É a luz que acende as imagens, finalidade última da criação: “Para acender, além de tudo, além,/ maravilhas de luz, visões de Deus.../ Assim, a alma humana foi criada!” (Pascoaes 1990: 46).

– Também poderíamos ver em todo o Livro I da obra de Ovídio uma maturação do ser humano, ainda que mais demoradamente relatada e distribuída pelas idades do Ouro (todavia sem leis e livre vontade), da Prata (da variedade das estações do ano e conseqüentemente o nascimento do desejo e da saciedade), e do Ferro (idade da agricultura e da guerra por semelhante disputa da propriedade). Júpiter acaba por transformar Licaón e a Humanidade em lobos. Júpiter retira-lhes a fala e uivam...

– Em Pascoaes, a guerra é essencialmente teológica, mas igualmente regressiva no que ao progresso da humanidade diz respeito. Agora o homem, “criatura e criador”, é capaz de ouvir a voz de Deus: “Na tua consciência, em puro amor,/ Existirei por toda a eternidade!”. Mas possuidores agora de sentidos, há homens que julgaram essa voz dimanada de fora: “não sabiam que o reino espiritual/ pertence à mesma ignota natureza/ das cousas, só mais belo e mais perfeito” (Pascoaes 1990: 46-47). Não compreendem a (re)ligação entre o que está fora e o que está dentro de nós, e por isso guerreiam.

– Pelo contrário, o que sabem os homens que “adoram a Deus intimamente” (Pascoaes 1990: 47) é o que aprenderá depois Marânus. Como se não tivesse nascido do ventre de uma mulher, sentir-se-á descendente da fonte, da estrela. O capítulo seguinte começa precisamente com esse sentido da vida (re) descoberto: que é essencialmente uma interseção do sagrado com o profano, e a capacidade de ver num o outro: “O nosso velho mundo-criatura/ era um mundo-criador; o ser humano/ um ser divino, e a terra, ingrata e dura,/ um céu verde, de flores esmaltado” (Pascoaes 1990: 51).

– Não sei se está presente em *Marânus*, embora a possamos encontrar diluída no pensamento de Pascoaes, a lição que depois se pode ler em Ovídio: a linguagem não tem só um nível de leitura, o literal, mas também o figurado, o metafórico. A história de Deucalião e Pirra, esposa de Deucalião, é, a meu ver, sobre a possibilidade de ler duas coisas distintas a partir das mesmas palavras. Tendo a humanidade sido castigada pelo dilúvio, Thémis, a deusa da

Justiça, lhes deu este conselho para terem descendência: “Lançai para trás das costas os ossos da grande mãe”. Pirra se insurge contra o sacrilégio de lançar para trás das costas os ossos da sua própria mãe e, discutindo o casal, cada um “vai remoendo e relembando um ao outro as palavras do oráculo”. Mas é Deucalião que resolve o enigma da linguagem divina: a grande mãe é a terra, mãe de todos os seres; e os seus ossos são as pedras, parte mais dura do seu corpo. E das pedras assim lançadas se refez a Humanidade.

– A presença e a fala do “Verbo iluminado” podem ser lidas como a explicação, em *Marânus*, desse duplo sentido da palavra: o literal e o derivado. Também a palavra tem um lado de fora, o dos sentidos (feito de mancha e de som) e um lado de dentro, consciência do íntimo e da sobreposição do espiritual ao material, do metafísico ao físico. Pascoaes, sublinhando a continuidade entre a Ciência (leitura do material) e a Poesia (leitura do espiritual) – parece até dialogar com a metáfora de Thémis e o relato de Ovídio, ainda que só apareça uma referência sua à *Natura rerum*, de Lucrecio –, escreveria n’*O homem universal*: “É a missão do poeta o ser eleito da terra. Que mistério este poder que ela teve de alcançar a forma humana, a consciência, a autocontemplação! Se a terra é nossa mãe, é claro que está presente nos filhos. A nossa carne é a sua carne, a nossa alma a sua alma. E quem diz terra diz Universo. Tocam-na todas as estrelas, com a ponta dos seus dedos cintilantes, banham-na todos os mares do Infinito, semeados de ilhas de ouro” (Pascoaes 1993: 15-16).

– Não estamos muito longe deste sentido de re-ligação de Sophia, também ela crente neste caráter espiritual das coisas terrenas: “A casa de Deus está assente no chão/ Os seus alicerces mergulham na terra/ A casa de Deus está na terra onde os homens estão/ Sujeita como os homens à lei da gravidade/ Porém como a alma dos homens trespassada/ pelo mistério e a palavra da leveza” (Andresen 2011: 872)...

– De certa forma, a metáfora de Ovídio de um “poema contínuo” das *Metamorfoses* – que se pode ler como uma provocação aos princípios retóricos da brevidade, tendo em consideração o caráter ameno da literatura (Alberto 2010: 16) – pode também ser um indício de leitura, que desencadeia nos primeiros versos uma suspeita: a de que o livro de que se fala não tem fim, é uma sucessão acidentalmente finita de variantes de lutas, perseguições, transformações

e dúvidas, cuja consciência vai tornando o leitor sensível à perfectibilidade infinita mas potencialmente regressiva de todos os seres. Progride-se errando. A Idade do Ouro não conhece a livre vontade, mas a Idade do Ferro trouxe a agricultura; Licaón deixa de poder falar e fica reduzido ao uivo do lobo, mas a Deucalião é devolvido um dom que redime Licaón; fala a deusa como se pedisse um sacrilégio, mas é a consciência da duplicidade da linguagem que permite a Deucalião ler as palavras da deusa; é Apolo responsável pela morte da serpente enroscada na montanha, mas revela a fragilidade do seu arco diante de Dafne; Júpiter perderá Io, transformada em vitelo e Io se verá impossibilitada de falar, como Licaón, mas tentará fugir à vigilância de Argo escrevendo o seu nome com o casco; e se vem depois a falar da origem da flauta, inventada por Pã mas nascida de um equívoco...

– Ovídio ensina a religar. No sentido horizontal, todas as coisas e seres, todas as formas de linguagem. No sentido vertical, todas as coisas físicas com todas as impressões metafísicas. Charles Martindale, editor de um conjunto de estudos sobre a influência de Ovídio ao longo da História, constata: “Ovid is everywhere”. E no entanto constata o silêncio dos críticos sobre a sua presença: Ovídio nem sempre é leitura ortodoxa. Embora Martindale reivindique para as *Metamorfoses* o título de poesia filosófica, ele também reconhece que muitos só nelas viram uma compilação de fábulas latinas ou um exercício lúdico de “short stories” (Martindale 1988: 1-2). O século XVIII leu muito Ovídio, é certo, mas o modo como o leram ainda é hoje pouco estudado. Uma das passagens das *Viagens de Altina* tem mesmo a particularidade de talvez nos revelar que a *Arte de amar*, de Ovídio, foi uma das fontes daquela questão que tanto entusiasmava os homens das Luzes: são os homens mais dominados pela razão ou pelo sentimento? (Ver [Malato] Borralho 2008: 338-339). A complexa estrutura narrativa das *Metamorfoses* permitiu frequentemente lê-las como uma apologia da arte, do pensamento metafórico, sinestésico ou metonímico. O epílogo reforça essa imortalidade pela escrita que se vai formando a partir do episódio de Io, que, muda, fala escrevendo: “Não palavras, mas letras, que traçou no pó com o casco, fazem a triste revelação da transformação do seu corpo” (Ovídio 2010: 53). As *Metamorfoses* serviram de argumento aos poetas para exercitarem os seus dotes comparatísticos entre as artes: a transformação

de uma pintura num poema, de um poema numa prosódia melódica que canta Afrodite: “Vitrai, vitrai, que estamineta cuva!” (Sena 1984: 178). Ovídio entusiasmou-os a ler as transformações do corpo e do “sentido de si”. Sancionou com o rótulo da canonicidade clássica muitas provocações morais, literárias e retóricas. Ensinou a ver. Mas acaba resumido numa nota de rodapé, como aquela escultura clássica de que se leu a legenda num museu.

– Ler Ovídio como nota de rodapé é trair a poesia de Sophia e Pascoaes, e a memória daquela manhã, ...quando Sophia, montada a cavalo e escoltada pelo Capitão Frazão, entrou no solar de Pascoaes para falar das *Metamorfoses*.

– “A terra se desvenda verso a verso/ Seu rosto é de pinhais sombras e mágoas/ Aqui o puro emergir: luas e águas/ E o antigo tempo irmão do universo”: assim Sophia descreveu Pascoaes, muitos, muitos anos depois (Andresen 2011: 721). Há ainda nestes versos que descrevem Pascoaes (e eu não sei se descrevem o Poeta ou o lugar da freguesia de Amarante) qualquer coisa de Níobe, ninfa transformada em fonte, em versão adaptada de Ovídio, poema que Sophia tinha descrito ainda muito jovem, quando entrou no solar de Pascoaes. A mesma mágoa transmitida, a mesma aceitação do tempo que nos vai matando. E ainda a mesma lembrança das ondas e do mar na pedra, e a mesma presença do vento que bate em vão no granito: “Os cabelos embora o vento passe/ Já não se agitam leves [...]/ Mas os olhos de pedra não esquecem./ Subindo do seu corpo arrefecido/ Lágrimas lentas rolam pela face,/ Lentas rolam, embora o tempo passe.” (Andresen 2011: 50). E é Marânus, evocado por Pascoaes quando vê entrar Sophia, que declara: ‘Eu amo a serra e o mar./ Amo o bruto penedo, a branca nuvem,/ As ondas, em seu líquido ansiar/ Ou térrea densidade do seu êxtase.../ Se têm a vossa forma, ó verdes ondas,/ Os seios da mulher, a asas e o vento!’ (Pascoaes 1990: 63).

– Há imagens de Sophia em que também se unem o mar que ela ama e o Marão amado por Pascoaes... Como aquele em que o mar se junta à terra: “Dai-me o sol das águas azuis e das esferas/ Quando o mundo está cheio de novas esculturas/ E as ondas inclinando o colo marram/ Como unicórnios brancos” (Pascoaes 1990: 226).

– Creio que o Mar existe para mapear a Terra...

– Porque não o inverso?

BIBLIOGRAFIA

- Alberto, Paulo Farmhouse, pref. (2010). *Metamorfoses* [de Ovídio]. Lisboa: Cotovia.
- Andresen, Sophia de Mello Breyner (2006). *Histórias da terra e do mar*. Porto: Figueirinhas.
- Andresen, Sophia de Mello Breyner (2011). *Obra poética*. Ed. Carlos Mendes de Sousa. Lisboa: Caminho.
- Borrvalho, Maria Luísa Malato (2008). “*Por acaso hum viajante*”: a vida e a obra de catarina de Lencastre, 1.^a Viscondessa de Balsemão. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Castelo-Branco, Camilo (1961). *Coração, cabeça e estômago*. Intr., notas Jacinto Prado Coelho. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.
- Ceia, Carlos (1996). *Iniciação aos mistérios da poesia de Sophia de Mello Breyner Andresen*. Lisboa: Vega.
- Chevalier, Jean; Gheerbrant, Alain (1994). *Dicionário dos símbolos, Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Trad. Cristina Rodriguez e Artur Guerra. Lisboa: Teorema.
- Coutinho, Jorge (1995). *O pensamento de Teixeira de Pascoaes. Estudo hermenêutico e crítico*. Braga: Faculdade de Filosofia da UCP.
- Figueiredo, Fidelino de (1925). *Torre de Babel*, Lisboa, Emp. Literaria Fulminense.
- Lukács, Georg (s.d.). *A teoria do romance*. Trad. Alfredo Margarido. Lisboa: Presença.
- Martindale, Charles (ed.) (1988). *Ovid Renewed. Ovidian Influences on Literature and Art from the Middle Ages to the Twentieth Century*. Cambridge/ New York: Cambridge University Press.
- Ovídio (2010). *Metamorfoses*. Trad. Paulo Farmhouse Alberto. Lisboa: Cotovia.
- Pascoaes, Teixeira de (1987). *O bailado*. Intr. Alfredo Margarido, Lisboa, Assírio e Alvim.
- Pascoaes, Teixeira de (1990). *Marânus*. Pref. Eduardo Lourenço. Lisboa: Assírio e Alvim.
- Pascoaes, Teixeira de (1993). *O homem universal e outros escritos*. Ed. Pinharanda Gomes. Lisboa: Assírio e Alvim.
- Pascoaes, Teixeira de (s.d.). *Poesia. Obras completas de...*, vol. II. Ed. Jacinto Prado Coelho. Lisboa: Bertrand.
- Pereira, Maria Helena da Rocha (2006). “O Mito de Medeia na Poesia Portuguesa”, *Humanitas*, 15-16. Também disponível em http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas1516/06_Rocha_Pereira.pdf. Acedido em 3/12/2014.
- Samuel, Paulo [2004]. *Viajar com... Teixeira de Pascoaes*. Porto: DRCN/ Caixotim.
- Seixo, Maria Alzira (1989). *Poéticas da viagem*. Lisboa: Cosmos.
- Sena, Jorge de (1984). *Trinta anos de poesia*. Lisboa: Edições 70.
- Serrano, Luís (1991). “Sobre o núcleo lexical da obra poética de Sophia”, *Letras e Letras*, 41, 20 de Fevereiro: 13.
- Silva, Alberto Vaz da (2009). *Evocação de Sophia*. Lisboa: Assírio e Alvim.

- Tavares, Miguel Sousa (2001). *Não te deixarei morrer, David Crockett*. Lisboa: Oficina do Livro.
- Vasconcelos, Maria da Glória Teixeira de (1996). *Olhando para trás vejo Pascoas*. Pref. António Cândido Franco. Lisboa: Assírio e Alvim.

SUAVE, MARI MAGNO:
ROMA, A NAVEGAÇÃO
E OS SEUS MARES

Suave, mari magno:
Rome, navigation
and its seas

VASCO GIL MANTAS

vsmantas@gmail.com

Universidade de Coimbra / Academia de Marinha

DOI

http://dx.doi.org/10.14195/0870-4112_3-2_2

Recebido em setembro de 2015

Aprovado em dezembro 2015

Biblos. Número 2, 2016 • 3.ª Série

pp. 33-78

RESUMO.

A importância do mar na história romana não tem merecido a atenção que lhe é devida. Todavia, o desenvolvimento, a expansão e a manutenção do Império apoiaram-se abertamente no domínio do mar, inicialmente centrado no Mare Nostrum para depois se alargar a outras áreas, como o Atlântico e o Mar Vermelho, reflectindo características de Império Universal, naturalmente dependente do controlo das rotas marítimas. Neste processo, cuja amplitude se pode apreender perante testemunhos dispersos entre a Escócia e a Índia, afirma-se uma invulgar capacidade de integrar o estranho, provincial ou não, revelando um dos aspectos mais interessantes da romanidade, do ponto de vista tecnológico, político e social.

Palavras-chave: Roma; Navegação; Mediterrâneo; Atlântico; Índico.

ABSTRACT.

The importance of the ocean in the history of Rome is under-appreciated. Nonetheless, the development, expansion, and maintenance of the Empire relied on dominance of the sea, initially of the *Mare Nostrum* but later of other regions, such as the Atlantic and the Red Sea. This was to be expected of a global empire dependent on the control of sea routes. Perhaps more remarkable is that in doing this it demonstrate to an unusual degree the capacity to integrate the alien (the 'other') whether provincial or not. The extent of this is apparent from testimonies that are to be found from Scotland to India, and it is one of the most interesting aspects of Roman history and culture from the technological, political, and social standpoint

Keywords: Rome; Navigation; Mediterranean; Atlantic; Indian Ocean.

É conhecida a expressão de Lucrécio que inserimos como epígrafe inicial deste artigo¹, expressão que transmite o pretendido e divulgado sentimento de aversão às coisas do mar por parte dos Romanos². Como veremos, esta ideia não corresponde à realidade, ainda que seja difícil, como acontece quando se trata de ideias feitas, combatê-la com êxito, tanto mais que não é raro encontrá-la em textos assinados por notáveis especialistas do mundo romano. Na verdade, o autor latino também se refere da mesma forma à observação de exércitos em ordem de batalha por parte de um não-beligerante, circunstância nunca utilizada, cremos, para negar aptidão guerreira aos Romanos.

A história romana, embora centrada no Mediterrâneo, caracteriza-se por um cenário resultante de múltiplos contactos culturais e tecnológicos, que acompanharam a transformação de uma medíocre cidade-estado italiana numa república imperial mediterrânica e, finalmente, num império universal, à escala da época, naturalmente. A evolução espacial da República, largamente constituída por territórios separados, definindo um Estado de tipo arquipelágico, e depois o processo de integração desenvolvido durante o Império, obrigaram Roma, por razões militares, económicas e políticas, a considerar o uso e, posteriormente, o domínio do mar.

Cremos que a história militar romana determinou a marginalização da sua história marítima civil, por contágio de uma história naval a que se atribui limitada atenção (Rougé 1975: 111-113; Starr 1989: 83-84), apesar de três dos principais eventos da história romana estarem ligados a sucessos navais: as Guerras Púnicas, a batalha de Áccio e a perda do domínio do Mediterrâneo Ocidental no início do século V, com as suas inelutáveis consequências económicas. Na época imperial, quando o factor militar perde relevância, é o controlo da pirataria e o policiamento das costas e das rotas marítimas a função da marinha, garante de um tráfico comercial de grande intensidade e fundamental para a coesão do mundo romano, então um autêntico império marítimo, cujos

¹ Agradecemos cordialmente ao Dr. Luís Madeira a preparação das figuras deste trabalho.

² Lucr. 2. 1.

interesses e actividades se expandem para lá do Mediterrâneo e, mesmo, para além das fronteiras imperiais (Mantas 2013: 53-95).

Gregos e Etruscos não podem ser afastados do processo complexo e ainda não totalmente conhecido da génese de Roma (Heurgon 1980: 179-181, 223-226; Holloway 1996: 1-102; Pereira 2009: 15-26). A sua relação com os primórdios da marinha romana é indiscutível, e desde logo subentende o princípio da integração ao serviço de Roma das capacidades técnicas dos aliados (*socii*) ou de ex-inimigos, cabendo-lhe a direcção dos empreendimentos marítimos, atitude que corresponde perfeitamente à ideologia expressa no célebre passo de Virgílio ao definir a vocação universal dos Romanos³. A fundação de *Ostia*, menos mítica do que pode parecer nos relatos dos analistas, e sobretudo a sua refundação republicana em 349 ou 335 a.C., comprovam a rápida atracção romana pelo mar. Quando Roma emerge como pequena potência marítima, no século IV a.C., tinha já antecedentes, pelo menos no âmbito da navegação comercial. A primeira referência a um navio romano ocorre a propósito da conquista da cidade etrusca de Veios, em 396 a.C., na sequência da qual foi enviada uma delegação ao santuário de Apolo, em Delfos, com uma oferenda magnífica, navio capturado por piratas no sul da Itália⁴.

É possível que a alternância étnica referida pelas fontes a propósito dos monarcas romanos reflecta a condição de interface que a cidade ocupava entre dois poderes marítimos e comerciais, obrigando a manobras diplomáticas no sentido de estabelecer entendimentos, dada a ausência de uma força naval romana credível, o que não implica a inexistência de comércio marítimo, em parte assegurado por navios gregos e etruscos. Só assim se compreendem os tratados assinados entre Roma e Cartago, em 509 a.C., 348 a.C. e, talvez, em 306 a.C., tratados cujas cláusulas chegaram até nós (Heurgon 1980: 386-391; Ferrer Maestro 1986-1987: 113-121), bem como um outro anterior, em 386 a.C., com a colónia grega de *Massalia* (Marselha). Cabe aqui recordar que Diodoro Sículo nos transmitiu notícia de uma ignota ilha atlântica disputada

³ Verg. *A.* 6. 847-853.

⁴ Liv. 5. 25. 4-10; 28. 1-5.

por Cartagineses e Etruscos⁵, no século V a.C., o que, pelo menos, confirma a capacidade naval etrusca até à sua derrota pelos gregos em 474 a.C., na batalha naval de Cumas, a relacionar com a mudança de regime em Roma (Heurgon 1980: 261-267).

O fortalecimento de Roma no século IV a.C., patenteada nas suas áreas de presença comercial, como sugere o tratado assinado em 306 a.C. com Rodes, então uma relevante potência marítima, se não alterou as grandes linhas da política senatorial, introduziu novos factores, à medida que às relações normalmente belicosas com vizinhos muito próximos se somou uma componente implicando contactos com entidades políticas de estatuto nitidamente superior. Ao mesmo tempo, a luta que opôs durante séculos patrícios e plebeus aproximava-se de uma conclusão feliz, atestada pelas *Leges Liciniae Sextiae* e pela *Lex Ogulnia* (Rodrigues 2015: 69-102), com consequências ao nível da estrutura do poder e dos seus objectivos. A partir de então torna-se evidente a ascensão social de grupos interessados em actividades económicas diferentes da tradicional vertente fundiária dominante nas classes superiores, com particular ênfase no comércio marítimo e na banca.

O que sucedeu parece corresponder à situação clássica em que uma potência fraca no mar procura entender-se com a potência marítima dominante⁶. Na segunda metade do século IV a. C. verifica-se a fundação de uma série de colónias na costa do Lácio, inclusive a de Óstia, na foz do Tibre, que será o porto avançado de Roma e guardião do acesso à cidade a partir do mar (fig. 1). A conquista do porto de Âncio e a eliminação da frota volsca, cujos esporões dos navios (*rostra*) foram decorar a tribuna dos oradores em Roma, em 338 a.C., marca uma nova fase. A presença de cidades romanas na costa lacial mostrou que não bastava a Roma ser forte em terra, uma vez que a defesa dessas cidades exigia uma força naval adequada.

Assim, sabemos que em 311 a. C. foram constituídas duas flotilhas de 10 navios cada, sob o comando de duúnviros navais (Valvo 2006: 179-192),

⁵ D. S. 5. 20.

⁶ Como longamente sucedeu com Portugal e o Reino Unido.

pouco depois da fundação de uma nova colónia marítima, em Pôncias, perto de Gaeta, em 313 a.C. Uma destas flotilhas ao cruzar frente a Tarento causou o conflito que levou à intervenção de Pirro em apoio dos tarentinos e a um novo acordo romano-cartaginês, em 278 a. C., sugerindo que Roma continuava a dispor de uma marinha activa em grande parte do Tirreno e no sector ocidental do Iónico. Tarento acabou por cair, abrindo caminho para um conflito de grandes proporções entre Roma e Cartago, dado que os interesses das duas potências se tornaram antagónicos, devido à Sicília e aos limites da esfera de actuação romana que Cartago pretendia impor, excluindo a ilha, indispensável fornecedora de cereais. Os factores económicos tornam-se essenciais na luta pelo domínio do Mediterrâneo central, confirmando *avant la lettre* a tese de Mahan segundo a qual o primeiro objectivo das forças navais é a defesa das rotas comerciais (Mahan 1987: 26-27).

As Guerras Púnicas, por muito importantes que tenham sido as operações terrestres, foram antes de mais guerras marítimas, primeiro pelo domínio da Sicília, ilha a que se juntaram a Córsega e a Sardenha, colocando todo o Tirreno sob controlo romano, a que se seguiu o controlo da Hispânia cartaginesa e finalmente a destruição de uma cidade marítima ainda perigosa, Cartago. Roma iniciou a guerra, em 260 a. C., com uma esquadra de 100 quinquerremes, 20 trirremes e 25 navios requisitados aos aliados italiotas. Trata-se de uma força imponente, na qual convém sublinhar que só 16% das unidades não pertencem a Roma. As quinquerremes teriam sido construídas no início da guerra, segundo uma referência de Políbio, copiando um navio cartaginês encalhado na costa do Lácio. Julgamos que esta explicação deve ser considerada com reserva, não só por ignorar as semelhanças que existiam entre o material naval em uso no Mediterrâneo e a necessidade real de que o corpo de batalha da frota romana correspondesse tipologicamente o mais possível ao do inimigo, como pela rapidez com que os navios foram construídos e repostas as perdas⁷, o que só pode explicar-se através da mobilização de saberes e de meios materiais já disponíveis na Itália, possibilitando a construção em série (Pitassi 2009: 53).

⁷ Polb. 1. 20. 7; Liv. 28. 45.

A mesma observação é válida para as equipagens dos navios, chave do êxito ou fracasso de qualquer frota, quer através da capacidade de recrutamento, quer da qualidade marinheira dos homens, o que dificilmente se improvisa.

Na verdade, o que as fontes históricas nos transmitem permite verificar que os Romanos se deslocaram quase sempre sem que as esquadras inimigas conseguissem impedir esses movimentos, levando a guerra a África, onde aliás foram vencidos, acabando por triunfar não em terra, mas sim graças a uma estratégia naval vigorosamente conduzida e que os Cartagineses não conseguiram neutralizar. O cônsul Caio Duílio, inesperado almirante, celebrou o primeiro triunfo naval romano e foi homenageado com uma coluna rostral, proclamando que o domínio do Mediterrâneo era, afinal, uma possibilidade a concretizar (Kondratieff 2009: 1-39). Talvez seja este o momento de recordar o que escreveu Raymond Bloch, quando comparou a actuação de Roma e de Cartago: “O importante aqui, para além dos acontecimentos, é ver qual foi o comportamento de Roma e de Cartago no que respeita à marinha, porque esse comportamento é que traçou os seus destinos respectivos” (Bloch 1964: 55).

Durante a Segunda Guerra Púnica, entre 218 e 202 a. C., a capacidade naval romana não só permitiu o transporte de tropas para a Hispânia e o seu abastecimento regular, aniquilando o poderio cartaginês na Península, onde Cádiz pactuou com Roma em 206 a.C., tornando-se num bastião do domínio romano, como foi o recurso ao poder naval que resolveu a situação na Itália, transferindo o conflito para solo africano, o que obrigou Aníbal a acorrer em socorro de Cartago. A operação de desembarque em África do exército de Cipião só foi possível devido ao domínio do mar por parte da frota romana (Morrison; Coates 1997: 43-68, 112-115). Desta forma, uma operação clássica de projecção de forças para o centro do poder inimigo levou a um confronto decisivo, que teve o seu epílogo em terra na batalha de Zama, em 202 a. C., ditando a rendição de Cartago, reduzida a um protectorado romano. É possível que os estratagemas cartagineses tivessem procurado poupar a esquadra, pois a marinha cartaginesa enfrentava dificuldades em encontrar localmente a quantidade necessária de madeira própria para construção naval, o que viria a constituir grave problema futuro para as marinhas mediterrânicas, contrariando opiniões

que desvalorizam a importância do acesso às matérias-primas de interesse naval (Meiggs 1982: 117; Telo 1995: 3-18).

Em 146 a. C., ano da destruição de Cartago, no final da Terceira Guerra Púnica, e da cidade de Corinto, centro económico e político grego, os Romanos têm o caminho aberto para dominar o Mediterrâneo Oriental. A República Romana é, definitivamente, um Estado imperial (fig. 2), o que implica especial atenção aos problemas do poder naval, suporte das operações em terra e da segurança da navegação, sem esquecer o problema do abastecimento de produtos alimentares a Roma, alargando-se a sua acção a todo o Mediterrâneo, significativamente denominado *Mare Nostrum*. Se tivéssemos dúvidas quanto à importância do mar no mundo romano, a posterior reedificação de Corinto e de Cartago, como colónias romanas e de novo centros económicos marítimos, obrigar-nos-ia a aceitar, só por si, o valor atribuído às potencialidades oferecidas pelo domínio do mar, agora aberto a um comércio organizado em torno dos interesses romanos e no qual o capital italiano começava a pesar decisivamente, com forte presença em praças da maior importância comercial, como Delos (Hasenohr 2002: 67-76; Terpstra 2013: 171-222). O domínio do Mediterrâneo levou os Romanos ao contacto com outros mares, onde por vezes encontraram redes comerciais estruturadas e muito anteriores, como sucedeu no Atlântico com o chamado *Círculo do Estreito* (Cunliffe 2001: 265-275).

Depois da queda de Cartago o choque com os grandes estados helenísticos tornou-se inevitável, contando os Romanos com aliados locais, como Rodes e Pérgamo, no embate contra a Macedónia, o Ponto e a Síria. Ainda que não se registassem batalhas navais extraordinárias, o poder naval romano permitiu desenvolver estratégias que levaram inevitavelmente à derrota destas potências, fortes em terra e no mar. Durante estas prolongadas guerras, por vezes complicadas pela situação política em Roma, as frotas da República contaram usualmente com os *socii navales*, ainda que as unidades romanas tenham sido sempre muito numerosas, não sendo difícil, a não ser em determinados momentos das lutas civis entre Mário e Sula, já no século I a. C., reunir frotas importantes, por vezes procedendo a fabricos em navios mantidos em reserva. Simultaneamente, o comércio marítimo, apesar das perturbações provocadas pela instabilidade política, ganha nova amplitude,

exemplarmente comprovada por navios como o naufragado de La Madrague de Giens (Pomey 1982: 133-154).

Embora as quinquerremes continuassem presentes, começam a surgir com regularidade nos relatos navais referências a navios menores, anunciando uma evolução que levará a preferir unidades mais ligeiras para equipar a marinha romana. Esta preferência, ditada por motivos práticos e pelos cenários operacionais, nomeadamente quando Pompeio eliminou a pirataria numa vigorosa campanha desenvolvida entre 67 e 61 a. C., reflecte a desconfiança romana face aos enormes navios em uso nas marinhas helenísticas, que tão ineficazes se mostrariam na decisiva batalha de Áccio (Morrison; Coates 1997: 157-170; Murray 1993: 66-73), cuja consequente submissão do Egipto abriu novas oportunidades ao comércio marítimo romano ou pelo menos controlado por Roma, através do Mar Vermelho, com o qual poderemos relacionar a ara do século I a. C. consagrada em *Puteoli* (Pozzuoli) à divindade nabateia *Dusares* (AA. VV. 2008: 60-63).

A mudança de situação que se verificou com o Principado obrigou a repensar as estruturas marítimas de um mundo mediterrânico que, sendo romano, era também profundamente helenístico e no qual existiam redes comerciais e centros portuários com longo historial e áreas de actuação bem definidas. Com o pragmatismo que os caracterizava, os Romanos integraram a maior parte dessas redes, através de um processo romanizador, se assim o quisermos designar. Esta dinâmica foi rapidamente desenvolvida, o que não significa que não tivesse conhecido alterações pontuais e, quase sempre por razões políticas, algumas perturbações (Rodríguez-Almeida 1980: 277-290), sobretudo a partir do século III. Podemos imaginar o ambiente dos armadores romanos do Alto-Império (Tran 2006: 3-20), ou pelo menos de alguns, através da leitura de Petrónio⁸, sem esquecer as muitas epígrafes que conservaram a memória de gente de uma ou de outra forma ligada ao mar. O papel deixado à iniciativa privada durante grande parte do período imperial permitiu a sobrevivência de muito do tráfego local e regional existente, o que manteve em actividade

⁸ Petr. *Sat.* 27-78.

pequenos portos e preservou tipos de embarcações que, de outra forma, teriam desaparecido, como as *codicariae* que parecem referidas numa epígrafe de Sines (CIL II 25 = IRCP 150).

O Mediterrâneo engloba o que o escritor Predrag Matvejevitch designa como *mares de vizinhança* e *mares de proximidade*, o que implica a existência, a par de travessias de regular duração, que podiam atingir semanas (Matvejevitch 1995: 22; Casson 1995: 281-296), de intensa navegação de cabotagem. Esta concorda eficazmente com as características do comércio marítimo romano, que incluía a concentração de cargas diversas, por vezes de montantes reduzidos, facto que permite, a partir dos achados de naufrágios, reconstituir a rota seguida pelo navio e os portos de escala em que tocou (Robinson; Wilson 2011: 1-11). Muitas destas embarcações (*navigia*) prestavam-se a navegar entre pequenos portos ou simples abrigos em costas recortadas e zonas insulares, podendo também subir os rios, como sucedia com as *caudicariae* no Tíbre (Le Gall 1953: 226-231), utilizadas para transbordar na costa as mercadorias dos navios cujo calado não lhes permitia navegar até Roma. O regime de ventos no Mediterrâneo determinava a observância de rotas mais ou menos estereotipadas, sobretudo na navegação de longo curso, de acordo com o período de navegação normal, entre Março e Setembro, quando o *mare clausum* suspendia a actividade marítima, em particular da navegação civil, ainda que fosse considerada alguma flexibilidade (Beresford 2013: 9-52).

O grande eixo longitudinal constituído pelo Mediterrâneo, do Levante ao Estreito, incluía diversos sectores com características específicas, climáticas e culturais. Sem que pretendamos simplificar, é possível dividi-lo em duas grandes faixas paralelas, um pouco à imagem estirada da *Tábua de Peutinger*, uma estendendo-se pelo norte até à Ásia Menor e outra desenvolvendo-se a sul ao longo da costa africana. As diferenças entre estas duas margens daquilo que Braudel denominava como *Grande Mediterrâneo* cedo se estabeleceram, como facilmente se deduz da forma como a escrita alfabética se difundiu pelas duas regiões, derivando os alfabetos setentrionais do alfabeto grego arcaico e as escritas meridionais do alfabeto fenício. Podemos identificar neste facto cultural a presença logo sugerida do que se considera Ocidente e Oriente, ainda que, como noutras situações, oposta à regular ordenação geográfica. Por

isso, a integração do Norte de África no Império Romano, concluída com a anexação da Mauritânia por Cláudio, abriu caminho para uma nova realidade civilizacional mediterrânica, largamente apoiada em actividades marítimas (Romanelli 1959: 258-264; Chic García 1995: 79-84).

Desta forma, por todo o *Mare Internum* a dinâmica romanizadora, entendida como um processo bilateral de aculturação dominado pelo centro político, actuou eficazmente, garantindo espaço à iniciativa local, colectiva ou individual, e respeito pelas práticas culturais, de que a *interpretatio* religiosa é a mais conhecida, mas não a única. O comércio marítimo, com a presença de colónias forasteiras dispersas pelos portos do Império, contribuiu para a diversidade cultural do mesmo e simultaneamente para fortalecer a coesão de um todo imperial que a partir do século IV se começa a designar como *Romania*. Os mosaicos do chamado Forum das Corporações, em Óstia, identificando as agências das cidades que comerciavam com o grande porto de Roma (Meiggs 1960: 283-288, 449-451; Terpstra 2014: 119-130), mostram claramente a função integradora do mar ao serviço do Império, tanto como o pedido de auxílio enviado à cidade natal pela colónia de comerciantes de Tiro estabelecida em *Puteoli*, a fim de assegurar o culto das divindades pátrias (*IG XIV 830*), ou ainda, também em *Puteoli*, a inscrição honorífica a Trajano levantada por um grupo oriundo de *Berytus* (Beirute), esta mais claramente no campo da cultura política (*CIL X 1634*). Talvez o espírito de pertença a uma pátria comum esteja, afinal, melhor representado na inscrição funerária de um comerciante de *Rusicade* (Skikda), hoje na Argélia, que considerou uma viagem a Roma, *sua mãe*, como o ponto alto de uma vida honesta (Pflaum 1957: 73).

O mundo da navegação mediterrânica na época imperial é um mundo cosmopolita, de labor intensificado pelas condições de paz que a hegemonia romana garantia. É significativo o episódio acontecido poucos dias antes da morte de Augusto, mesmo que exista alguma intenção elegíaca em Suetónio, o que não cremos ser o caso:

Certo dia em que bordejava a baía de Puteoli, os passageiros e a tripulação de um navio de Alexandria, que acabava de acostar, todos de branco, coroados de flores e queimando incenso, cumularam-no de votos de felicidade e de

extraordinários louvores, dizendo ser graças a ele que viviam, graças a ele que navegavam, graças a ele que gozavam de liberdade e de prosperidade⁹.

O espaço mediterrânico surge, desta forma, como uma grande comunidade de interesses, gerida por Roma com aceitação tácita de quase todos, quando não com entusiástica colaboração. É certo que as autoridades provinciais estimulavam a expressão pública de reconhecimento a Roma, através de monumentos colocados em locais de visibilidade garantida. A semelhança dos textos registados em inscrições honoríficas levantadas nas primeiras décadas do Império por cidadãos romanos negociando em diversos portos ou grandes centros comerciais, sobretudo no Mediterrâneo Oriental e em África, sugere uma intervenção oficial na fixação da minuta dos mesmos, de que temos em Portugal um excelente exemplo em *Bracara Augusta*, datado da época de Cláudio (Wilson 1966: 4-6; Alföldy 1966: 363-372).

A ubiquidade de referências a libertos relacionados com o comércio marítimo, com frequência representando os seus patronos nas grandes praças comerciais ou participando nas actividades de transporte, permite reconhecer a variedade de gentes envolvidas na navegação comercial (*IRCP* 10), com particular representatividade para italianos, gregos e asiáticos, muitos deles escravos. A generalização de nomes gregos entre o pessoal servil pode confundir o investigador quanto à sua verdadeira origem, pois muitos podem ser oriundos de zonas mais ou menos helenizadas do Império. A presença de uma numerosa comunidade judaica em Roma, por exemplo, sublinha a grande mobilidade que determinados grupos sociais e profissionais conheceram (Rodrigues 2004: 51-55; Chevallier 1988: 153-238, 273-385), aproveitando oportunidades resultantes em larga medida das necessidades capitais do mundo romano.

A economia romana funcionava com diversos níveis, dois deles, os níveis local e regional, deixando liberdade de acção à iniciativa privada, pelo menos até ao século III, em actividades de pequena e média dimensão. O nível superior, a que chamamos imperial, contemplava operações consideradas estratégicas,

⁹ Suet. *Aug.* 98.

entre as quais os abastecimentos à cidade de Roma e às guarnições destacadas ao longo das fronteiras (fig. 3). Rigorosamente controlado pelo Estado, recorria a meios civis, no caso do transporte marítimo e fluvial, fretados a particulares. Os imperadores, desde logo Augusto, procuraram garantir a regularidade do abastecimento e o fluxo regular de produtos, por vezes vindos de zonas exteriores ao Mediterrâneo, bem como do seu adequado armazenamento (Sirks 1991; Rickman 1971: 15-131; Arce; Goffaux 2011). Para isso era necessário garantir a segurança da navegação durante o período em que ela era possível, entre a Primavera e o Outono. Bastaria o extraordinário esforço de implantação de estruturas destinadas a facilitar o tráfego marítimo, do duplo ponto de vista náutico e da segurança dos navios em trânsito, para atribuir um lugar especial na história marítima aos Romanos.

Desaparecidos no Mediterrâneo os poderes capazes de enfrentar Roma no mar, o principal problema que subsistia era o de uma pirataria residual, não lhe faltando referências (Souza 1999: 149-238). As operações militares, sobretudo no Oriente, que implicavam comboios de transporte de tropas e logísticos exigiam também escolta militar. Embora inicialmente tivesse havido alguma hesitação no estabelecimento do dispositivo naval, os primeiros imperadores resolveram rapidamente o problema com um esquema melhorado gradualmente e que deu provas de eficiência até ao século IV. Augusto estabeleceu duas frotas pretorianas baseadas em Miseno, no Golfo de Nápoles, e em Ravena, no Adriático. Embora lhes estivessem atribuídos os sectores ocidental e oriental do Mediterrâneo, a epigrafia demonstra ter havido alguma flexibilidade neste princípio. Para além destas frotas principais havia outras estacionadas em diversos portos, como *Alexandria*, *Caesarea*, *Seleucia* e *Trapezus*, este último no Mar Negro, bem como destacamentos menores onde necessário (fig. 4). Existiu ainda, e este facto é particularmente interessante, a flotilha permitida a Rodes, atendendo à sua aliança antiga com Roma e ao seu importante passado marítimo, constituída por 10 navios, que parece ter sido o efectivo normal dos destacamentos navais, navios cujos nomes conhecidos se relacionam claramente com a ideologia imperial augustana (Casson 1995: 357-358).

De que meios dispunham as frotas do Império no Mediterrâneo? As grandes unidades, ainda existentes pelos finais da República, não eram neces-

sárias, e apenas uma ou outra desse tipo foi conservada como navio-almirante ou para efeitos protocolares. A epigrafia, mais uma vez, permite vislumbrar a constituição das frotas pretorianas, verificando-se o predomínio numérico de trirremes, seguindo-se birremes e liburnas (Casson 1995: 141-142; 355-357), navios melhor adaptados às suas novas missões de policiamento, escolta e transporte. O recrutamento das guarnições, embora contando com italianos, apoiava-se largamente em elementos oriundos das províncias orientais e balcânicas. Os egípcios estão bem representados, conhecendo-se interessantes cartas de recrutas que permitem acompanhar o processo da sua naturalização romana, para a qual o serviço naval era uma das poucas possibilidades abertas (Petit 1967: 93-94; Chevallier 1988: 93-94). Ainda que menos prestigiado que o serviço legionário, também ele cada vez menos procurado pelos italianos, o serviço na armada tinha algumas vantagens práticas e não deixava de oferecer uma carreira interessante, que podia incluir um destacamento em Roma para manobrar o *velum* do Coliseu (Piganiol 1982: 142).

Embora o Mediterrâneo fervilhasse de actividade durante uma parte do ano, incluindo navegação de cabotagem e de média distância, importante para reunir cargas de pequena dimensão de forma a torná-las rentáveis, devemos destacar o movimento de transporte para Itália de azeite e de preparados piscícolas, em grande parte hispânicos (Remesal Rodríguez 1995: 355-367; Étienne 2002; Étienne 2004; Fabião 2009: 53-74), bem como o tráfego de cereais enviados de Alexandria e de outros portos norte africanos, como Cartago, renascida como grande cidade portuária no início do Império. É particularmente bem conhecida a frota de Alexandria (Casson 1995: 297-299), dotada de navios de grande porte, como o célebre *Isis* descrito por Luciano, ou os navios naufragados em que viajavam São Paulo e Flávio Josefo¹⁰, o primeiro com 276 pessoas a bordo, o segundo com cerca de 600, certamente com muita incomodidade (Rougé 1984: 223-242).

Lionel Casson considerou esta operação logística “the most ambitious maritime enterprise of the Ancient World”, apreciação suficiente para colocar

¹⁰ N.T. *Act. Ap.* 28; Luciano, *Nav.* 5-14; *J. Vit.* 3.

Roma na primeira linha das potências marítimas (Casson 1995: 297). A frota, constituída por navios tipologicamente semelhantes, podia recorrer a duas rotas, ambas lentas, uma setentrional, outra meridional, pela costa africana. Normalmente os navios largavam em Abril, o que permitia duas viagens úteis, invernando parte da frota nos portos italianos, *Puteoli*, *Ostia* ou *Centumcellae*, e a restante em Alexandria. Este fornecimento de cereais foi desviado para Constantinopla no século IV, mantendo-se os envios norte africanos para Itália até praticamente ao fim do Império do Ocidente, com as interrupções provocadas por usurpadores, como Bonifácio ou, com maior gravidade, pelo controlo do Mediterrâneo Ocidental assumido pela frota vândala depois da conquista de África, concluída em 439.

Numa estrutura económica e política tão dependente do mar e da segurança marítima como era o Império (Ward-Perkins 2005: 83-84), os governantes não descuraram a legislação, nomeadamente o direito marítimo, muito inspirado pelo de Rodas, assim como procuraram incentivar, como fez Cláudio, talvez através dos libertos que o aconselhavam, o armamento de navios, procurando interessar nele as próprias damas romanas, estabelecendo também seguros para os armadores. No principado de Cláudio parece também ter sido redigido o *Stadiasmus Maris Magni*, um dos mais importantes portulanos mediterrânicos da Antiguidade (Medas 2008: 13-21). O imperador desenvolveu uma política marítima notável, que se fez sentir para além dos limites do *Mare Internum*, iniciou as obras do *Portus Augusti*, destinado a reforçar o porto fluvial ostiense, porto cujas obras foram terminadas por Nero e depois ampliadas por Trajano. É notável a construção de portos, muitas vezes completamente artificiais, em todo o litoral mediterrânico, investimento pesado e que, se em certos casos pode ter correspondido a uma medida de prestígio, como por exemplo em *Leptis Magna*, na Líbia, na maioria representam equipamentos necessários. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento da navegação nocturna e de longo curso, sem escalas, exigindo a identificação longínqua do ponto de aterragem, levou à construção de numerosos faróis (Mantas 2005: 177-222).

Os armadores ocupavam uma posição destacada na sociedade romana, que lhes reconhecia a importância, muitas vezes através de homenagens públicas. O evergetismo destes profissionais do transporte marítimo e fluvial, muitas

vezes eles próprios produtores de bens de primeira necessidade, encontra-se, por sua vez, bem documentado através de doações ou da manutenção de determinados serviços ou monumentos de interesse social, com destaque para as grandes termas (Mossé 1971: 120-121). Como patronos de *collegia*, incluindo muitos libertos entre eles, a sua acção no desenvolvimento do culto imperial foi relevante, comprovada em numerosos centros portuários. Naturalmente, a sua origem é muito variada, com uma forte presença oriental, como seria de esperar. Os aspectos religiosos da vida marítima no mundo romano, que não podemos desenvolver aqui como desejaríamos, reflectem as características da evolução social e étnica do mundo romano, contribuindo para a difusão de divindades orientais, normalmente nas suas versões helenísticas, caso da deusa Ísis, mantendo-se outras de antiguidade maior, como os Dióscuros, cujo *Fogo-de-Santelmo* se considerava garantia de sobrevivência em caso de tempestade (Bravetta 1908: 19-22; Chevallier 1988: 94-96).

A tipologia dos navios era muito variada, o que se pode vislumbrar através dos documentos iconográficos, apesar de fantasistas ou incorrectos, ou ainda através da literatura. Felizmente, a arqueologia no mar e em terra multiplicou os achados de navios naufragados ou abandonados, é verdade que quase sempre reduzidos às obras vivas, abaixo da linha de água (Carlson 2011: 379-405; Martin 2011: 47-68). Acresce que o Mediterrâneo não é mar favorável à conservação de naufragados em madeira, o que se reflecte na quase total falta de navios de guerra antigos identificados, pertencendo a maioria dos comerciais, embora as dimensões variem, ao tipo *corbita*, um navio de formas arredondadas, de fraco coeficiente de finura, lento portanto, destinado a transportes que não exigiam particular rapidez. A vela redonda parece ter sido largamente dominante, embora não única. Alguns destes navios, continuando uma antiga tradição etrusca, possuíam vários mastros verticais (Beltrame 1996: 135-139), o que lhes garantia maior velocidade e lhes valeu uma retórica condenação por parte de Plínio-o-Velho¹¹, apesar de este ter desempenhado o cargo de prefeito da

¹¹ Plin. *Nat.* 19. 5.

frota de Miseno, morrendo no cumprimento do dever de socorro, que também incumbia às forças navais, aquando da erupção do Vesúvio.

No Norte de África parece ter havido um certo interesse, deduzido da iconografia dos mosaicos, por navios do tipo *actuaria*, galeras comerciais movidas à vela e a remos (fig. 5), o que pode relacionar-se com as características náuticas do sector, tanto como da proximidade da Itália, estimulando viagens mais rápidas, ou de uma anterior prática cartaginesa de navegação em mares de ventos pouco favoráveis. A capacidade da arquitectura naval romana afirma-se também através da construção de navios especiais, destacando-se os transportes de animais selvagens, de materiais de construção e os que foram destinados a conduzir a Itália diversos obeliscos egípcios de grandes dimensões, arrimados no convés. Um desses enormes navios serviu, repleto de *opus caementicium* e submerso, para fundação do farol da barra do porto de Óstia construído por Cláudio, tendo sido registados os seus vestígios por altura das obras do aeroporto de Fiumicino (Reddé 1983: 56-57; Keay; Paroli 2011).

Num mundo de tão grande diversidade, herdeiro de várias tradições marítimas, há que considerar a existência de tipos díspares, sobretudo no cenário da navegação regional de cabotagem, do pequeno comércio e da pesca, onde os hábitos tradicionais não se chocaram com a necessidade de uniformização do Império, uma entidade política orgânica, europeia, asiática e africana, sob a hegemonia romana e, naturalmente, centrada na Itália, pelo menos até à Tetrarquia. A divisão do Império por Teodósio, em 395, contribuiu para reforçar alguns particularismos que sempre existiram entre o Ocidente e o Oriente, com reflexos nas actividades marítimas e na tipologia dos navios, visível já no século VI.

O espaço mediterrânico estende-se em longitude, constituindo o eixo principal do Império e a sua área marítima essencial, sem que esqueçamos as alterações significativas que se verificaram, por razões políticas e estratégicas, a partir de finais do século III, com uma nítida deslocação do centro de gravidade para as províncias setentrionais, alterações que se identificam também no volume do tráfego marítimo, em declínio (Randsborg 1991: 123-126). O Mediterrâneo, designação que se impõe no Baixo-Império depois de introduzida por Solino, representa um grande corredor de comunicações, correndo

de nascente a poente, e contando com diversos *choke points*, ainda hoje da maior importância estratégica e económica (Alexander 1988: 340-355), que o colocam em contacto com outros mares. É o caso dos Dardanelos e do Bósforo, que viu o desenvolvimento de Bizâncio-Constantinopla-Istambul, controlando o apertado canal de acesso ao Mar Negro (*Pontus Euxinos*), uma das primeiras áreas de colonização grega, cuja denominação (o mar agradável) não parece ter impressionado Ovídio no seu exílio¹².

A poente, o muito simbólico Estreito de Gibraltar (Mantas 2015: 11-35), estabelecia a ligação com a vastidão dos espaços marítimos atlânticos, carregados de ficções e de dificuldades náuticas a norte e a sul, desde muito cedo integrados nas narrativas míticas e lendárias, em parte postas em causa pela expansão romana, que não ignorou os mares setentrionais associados, parcialmente controlados, como o Mar do Norte (*Mare Germanicum*) e o Báltico (*Mare Suebicum*), este sobretudo com intenções comerciais. Quanto ao que se abria a sul, o conhecimento herdado dos navegadores púnicos garantiu-lhes descer a costa até áreas muito afastadas da fronteira mauritana, o que exigiria o recurso a navios movidos a remos e à vela, talvez as *barcae* referidas em fontes norte-africanas e numa inscrição lusitana de *Balsa* (Luz de Tavira), onde se menciona um *barcarum certamine* (CIL II 13 = IRCP 73). Mais interessante do ponto de vista económico e cultural era a navegação que, através do Nilo, ligava Alexandria ao Mar Vermelho e ao Índico (*Mare Erythraeum*), do qual é um golfo, constituindo o terceiro grande eixo marítimo do Império, possibilitando também duas rotas, africana e indiana, exteriores às fronteiras imperiais.

Esta constatação leva-nos a abordar o problema dos conhecimentos geográficos romanos acerca da verdadeira dimensão do globo. A simples consulta da *Geografia* de Ptolomeu de Alexandria, redigida no século II, ou do *Périplo do Mar Eritreu*, composto no século anterior (Müller 1883; Casson 1989), não permite dúvidas quanto ao conhecimento de um mundo imenso, estendendo-se da costa lusitana até à China, como o mapa de Ptolomeu ilustra. Praticamente desconhecidas eram as terras fora da zona temperada do Hemisfério Norte e

¹² Ov. *Pont.* 1. 3.

tudo o que estava por descobrir, a ocidente do Atlântico. Como é natural, a ideologia política imperial descurou propositadamente esta circunstância, ou utilizou-a de forma muito inteligente, envolvendo-a no manto dos relatos míticos de que a promessa *Imperio sine fine dedi* presente na *Eneida* constitui um excelente exemplo¹³, temporal e espacial, colocando os limites imperiais onde termina a capacidade humana e a natureza, obedecendo aos deuses, intervém (Roddaz 2012: 95-108), concedendo aos mares situados para além da civilização um sentido explícito de *nec plus ultra*, tão evidente nos miliários hispânicos da *Via Augusta* (Roman 1983: 261-268; Sillières 1990: 582-583, 791-793). A realidade era um pouco diferente e não escapou à iniciativa romana.

Começemos por analisar o eixo atlântico, que se desenvolveu gradualmente a partir da Hispânia. Foi a Segunda Guerra Púnica que trouxe os Romanos às regiões oceânicas da Península, onde encontraram uma estrutura comercial marítima em pleno funcionamento, apoiada em estabelecimentos portuários de tipo colonial, como Cádiz (*Gadir - Gades*), cuja aparente divergência de interesses em relação a Cartagena (*Karthago Nova*), atlânticos num caso, mediterrânicos noutra, poderá ter pesado na sorte da guerra na Hispânia. A partir destes portos desenvolvia-se regular movimento tocando numerosos *ports of trade* caracterizados por um cenário orientalizante, bem conhecido em Lisboa (*Olisipo*) e em Alcácer do Sal (*Bevipo*), que sob a denominação de *Urbs Imperatoria Salacia* manteve durante a República a sua posição de principal porto da fachada atlântica a oeste de *Gades*.

Estes portos serviam de escala à navegação de longo curso que procurava as costas setentrionais do Atlântico, navegação de que se conservaram ecos na *Ora Maritima* de Avieno¹⁴. Foi em Cádiz, associada a Roma em 206 a.C. por um pragmático *foedus*, que os Romanos encontraram o apoio necessário para solucionar os múltiplos problemas com que se depararam no Atlântico, uma vez que os seus conhecimentos sobre a área, mesmo que tivesse havido já alguma experiência etrusca ou navegação comercial romana tolerada pelo controlo

¹³ Verg. *A.* 1. 278-279.

¹⁴ Avieno, 80-416.

púnico, eram decerto limitados. É o que se pode deduzir do que Estrabão, recorrendo a fontes anteriores, recolheu na *Geografia*. Como todas as áreas de fronteira mal conhecidas, o Atlântico prestava-se tanto a interpretações sombrias como a mirabolantes fantasias, que prevaleceram longamente antes de cedem à geografia real através da experiência transmitida ou adquirida (Morillo, Cerdán 2003: 14-41), suficientemente amadurecida no século II para que muitas interpretações mitológicas e livrescas fossem postas em causa criticamente¹⁵.

Não é fácil a navegação atlântica, com enormes amplitudes de maré que vão aumentando para norte, correntes poderosas, como as do Estreito de Gibraltar, ponto alto da geografia mitológica, ou as do Canal da Mancha, tudo zonas de activa navegação romana. Se o regime de ventos no Mediterrâneo obrigava a observar rigorosamente as rotas a seguir e o calendário marítimo, como sucedeu até ao ocaso dos veleiros (Braudel 1985: 62-64), no Atlântico o problema não era mais simples, uma vez que a época de navegação era menor e que a nortada na costa ocidental da Hispânia dificultava, nos meses de Verão, a navegação para norte. Todavia, no Estio era fácil a entrada no Mediterrâneo, o que permitia efectuar as três ou quatro viagens referidas por Horácio¹⁶. Em resultado destas dificuldades verificaram-se transformações na arquitectura naval dos navios atlânticos, não muito evidentes na esparsa iconografia que deles nos ficou, mas garantida pelas fontes literárias¹⁷, desde logo por Estrabão quando refere os navios que demandavam a foz do Tejo e os grandes navios turdetanos que aportavam a *Puteoli*.

As fontes, mesmo descontando alguma retórica, consideram a navegação atlântica normal, primeiro relativamente limitada a áreas a norte e a sul do Estreito, mas rapidamente ganhando outros sectores, alvo de reconhecimentos que acompanharam a progressão da conquista da Hispânia e depois da Gália. Durante o principado de Cláudio, a anexação da Mauritânia e o início da conquista da Britânia abriram novas perspectivas, em parte devido à necessidade

¹⁵ Luciano, *V. H.* 1. 3-4.

¹⁶ Hor. *Carm.* 1. 31. 13-15.

¹⁷ Str. 3. 2. 6; 3. 1.

de transportes maciços de bens para os numerosos efectivos empenhados nas operações militares britânicas e na defesa da fronteira germânica. Este tipo de tráfico, maioritariamente estatal, começa a facultar testemunhos na costa portuguesa para o período augustano¹⁸, relacionados com o abastecimento das tropas envolvidas na pacificação do Noroeste (Bombico 2008; Morais 2013: 309-331). A Lusitânia ganhou particular importância, não só como região abastecedora, mas também como obrigatória área de passagem que servia de escala à navegação vinda do Mediterrâneo ou dos portos da Bética, com os quais sempre esteve relacionada. É certo que o transporte via Mediterrâneo, com transbordo para navegação fluvial pela Gália, permaneceu, mas o custo muito mais reduzido do transporte pelo Atlântico não deixou de pesar na opção por esta rota marítima (Greene 1986: 40-41). O equipamento da costa com faróis como os da Corunha (*Brigantium*), Dover (*Dubrae*) ou Boulogne (*Gesoriacum*) confirma a importância do eixo atlântico, situando-se *Olisipo* no limite do sector de influência mediterrânica, porto de ruptura de cargas e como tal relacionado com muitos outros.

Os achados que se vão acumulando para norte, apesar das dificuldades que a arqueologia subaquática aqui experimenta, comprovam a intensidade deste movimento (Fabião 2009: 53-74), que cresceu com o progresso das províncias setentrionais, circunstância que compensou a limitação das guarnições em certas áreas. Cremos mesmo que as perturbações verificadas na estrutura da navegação comercial hispânica no século III contribuíram para estimular a iniciativa de armadores interessados na rota setentrional, no extremo da qual se encontravam fortes consumidores, sobretudo na Britânia e na Germânia. As muitas dezenas de monumentos votivos, alguns de notável qualidade, achados nos locais dos antigos santuários consagrados à deusa indígena *Nehalennia*, em Colijnsplaat e em Domburg (fig. 6), junto à foz do Reno (Stuart 1971: 5-23; Stuart; Bogaers 2001), comprovam a intensidade do movimento comercial, que incluía preparados piscícolas e sal, neste sector do Mar do Norte durante

¹⁸ Também os cepos de âncoras registados no litoral português são muito numerosos, mas a sua datação levanta problemas, ainda que a maioria pertença à época romana.

os séculos II e III, com evidentes ligações com a Britânia e com a Germânia, neste caso através do Reno. A aparente raridade de materiais hispânicos na costa ocidental gaulesa, onde Bordéus (*Burdigala*) era o porto principal, pode explicar-se, pelo menos em parte, com a prática da navegação directa entre a Península e a Britânia, atendendo inclusive às dificuldades de travessia do Canal da Mancha (Reddé 1991: 481-489; Cunliffe 2001: 37-43).

Os navios romanos frequentaram também as costas a norte do Reno, ainda que toda essa zona fosse considerada difícil e não muito compensadora em termos comerciais. Ainda assim, e a repartição dos materiais arqueológicos, alguns correspondendo a artigos que deviam ter especial procura (Heggers 1951; Lind 1991: 168-177), parece testemunhar a presença de comerciantes romanos, e voltamos a sublinhar, não atribuímos rigoroso valor étnico à expressão, chegados por via marítima, como o registo dos achados na costa do Báltico, rica em âmbar, nomeadamente na região de Königsberg (Kaliningrad) parece confirmar (Wheeler 1955: 83-117; Bursche 1976: 31-50). Os contactos com o mundo céltico e germânico introduziram alterações na construção naval (fig. 7), facilitada pela técnica da curvatura das pranchas pelo vapor, surgindo tipos de transição que no Baixo-Império começam a ocorrer também no Mediterrâneo, como é o caso da substituição gradual do sistema de construção *shell-first* (concha) por um tipo misto, com parte do tabuado do casco pregado directamente às cavernas (Milne 1996: 3-4, 234-238; Cunliffe 2001: 72-73). A segurança das águas do mar do Norte foi garantida por duas frotas, a *Classis Britannica* e a *Classis Germanica*, e reforçada por uma série de fortalezas (Pitassi 2002: 219-235), destacando-se na costa britânica o dispositivo conhecido por *Litus Saxonicum* (Stephen 1979; Cotteril 1993: 227-239), no qual alguns fortes poderão ter desempenhado funções comerciais, tal como sucedia na Muralha de Adriano.

Estamos menos informados sobre o que se passou no litoral africano, a sul da fronteira romana do actual Marrocos. A navegação púnica frequentou a costa a sul de Mogador (Essaouira), avançando para sul até um ponto difícil de precisar, para além da zona a que Cunliffe chama *The Ocean Border* (Cunliffe 2001: 33-36). Não acreditamos, porém, que alguma vez navegadores púnicos tenham circum-navegado a África, por muito aliantes que sejam os relatos a

esse propósito e a outras navegações pouco admissíveis (Lonis 1978: 147-162; Carreira 1996: 67-80). O grande problema para a navegação ao longo da costa saariana era o do regime de ventos, que dificultavam o retorno, já para não valorizar o inóspito de grande parte da região. O problema podia ser minimizado por navios do tipo *actuaria*, agravando desta forma a questão dos alimentos e sobretudo, da água, ou navegando à bolina (fig. 8), o que era possível para os navios de pano redondo que prevaleciam na marinha romana (Tilley 1999: 1-12; Pomey 1982, 150-154).

Os objectivos desta navegação eram de natureza económica buscando produtos exóticos de luxo e ouro (Adalberto 2000: 253-276), eventualmente animais para as arenas, em troca de artigos manufacturados e de sal. A dispersão de materiais romanos até ao Senegal, sobretudo moedas e cerâmica, assegura a existência destes contactos, ainda que alguns possam resultar de tráfico terrestre indirecto (Desanges 1975: 393-401; Ségalas 2010: 77-109). Plínio, utilizando uma passagem de Políbio¹⁹, alude a um rio com hipopótamos e crocodilos, o *Flumen Bambotum*, provavelmente o Senegal (Gautier 1952: 47-51), que conduz à região aurífera de Bambouk. Seja como for, a presença romana nas Canárias, as Ilhas Afortunadas da Antiguidade, alvo de uma expedição de exploração empreendida pelo rei mauritano Juba II na época de Augusto²⁰, com o apoio de uma frota romana (Schmitt 1968: 362-391), está confirmada entre outros vestígios pela escavação em curso na pequena *Isla de Lobos*, em Fuerteventura²¹, de um estabelecimento romano dedicado à produção de preparados piscícolas e de púrpura (fig. 9), com ocupação nos séculos I e II, situado a meia viagem do Senegal. Os navios romanos frequentadores destas águas teriam como portos de armamento as cidades do *Círculo do Estreito*, em primeiro lugar *Gades*, continuadores das anteriores actividades púnicas na zona, que estarão na origem

¹⁹ Plin. *Nat.* 5. 9-10.

²⁰ Plin. *Nat.* 6. 32.

²¹ Escavações conduzidas pela Universidade de La Laguna, Museu de Tenerife e Cabido de Fuerteventura. Aguarda-se a publicação dos resultados deste interessante sítio. A produção de púrpura, referida por Plínio, parece ter sido a principal actividade local.

berbere da população indígena das Canárias (Maca-Mayer 2003: 155-162), que parece remontar ao século V a.C.

Mais complexo e de muito maior interesse económico e cultural era o terceiro eixo da navegação romana, que unia o Mediterrâneo à Índia e à África Oriental. Era também uma navegação de mares de distância, com condições muito diversas ao longo da rota que comunicava o Mar Vermelho com o Índico. Tinha a vantagem de contornar o Império Persa, cujo domínio do Golfo Pérsico constituía um travão às relações comerciais entre Roma e o Oriente. Estas pesavam bastante nas finanças imperiais, pois neste caso temos uma balança de pagamentos muito desfavorável aos ocidentais, e não foi por acaso que houve tentativas para limitar a perda de metais nobres amoadados (McLaughlin 2014: 218-225), tanto mais que a produtividade das minas no Império decresce a partir do século II, registando-se um último momento de equilíbrio permitido pela conquista da Dácia. A navegação para o Índico tinha um historial muito antigo, remontando à Suméria e ao Egipto faraónico, e quando a aventura de Alexandre abriu novas perspectivas aos contactos entre o Mediterrâneo e o Oriente verificou-se o desenvolvimento das relações comerciais, que tiveram em Alexandria o grande polo organizador. Mais uma vez deparamos com uma situação de continuidade semelhante à do *Círculo do Estreito*, imediatamente integrada na esfera dos interesses romanos, mesmo antes da conquista do Egipto. Porém, se as relações marítimas ptolomaicas com a Índia não foram relevantes, destacando-se a importação de elefantes, o mesmo não aconteceu com Roma.

O contributo fundamental para o progresso do comércio marítimo romano foi a descoberta da periodicidade das monções por Eudóxio de Cízico, nos finais do século II a.C., ou por um tal Hípalo, sob o principado de Cláudio, de acordo com o testemunho do roteiro de autor anónimo conhecido por *Periplus Maris Erythraei*, um precioso portulano com descrição das rotas e dos portos africanos e indianos (Pina Polo 2010: 101-113), redigido provavelmente no século I. É evidente que o regime de monções era conhecido pelos navegadores locais, mas as provas do comércio romano com a Índia são numerosas logo a partir do principado de Augusto, como as escavações de Arikamedu demonstraram amplamente (Wheeler 1955: 172-180; Begley 1983: 461-481), sugerindo que a descoberta da regularidade das monções só contribuiu para facilitar o

movimento comercial ao estabelecer um calendário regular para o comércio romano no Índico, em parte assegurado por navios indianos (Casson 1988: 303-308). Quase no extremo oriental da *Tábua de Peutinger* encontramos uma vinheta com a representação de um templo de Augusto (Weber 1976: XI.5), em *Muziris* (Pattanam), um dos portos indianos referidos no *Périplo do Mar Eritreu* (fig. 10), pormenor que nos parece significativo quanto à importância das relações marítimas comerciais entre Roma e a Índia (Begley; De Puma 1991).

Os armadores e comerciantes de Alexandria, habituados ao sistema de navegação das frotas de trigo para Itália, cumprindo um cronograma apertado, compreenderam a importância da regularidade das monções, tanto mais que, ao contrário do que sucedia no Mediterrâneo, era possível navegar no Inverno. Os navios deviam partir do Mar Vermelho em Julho, para aproveitar os ventos de sudoeste, atingindo a Índia em Setembro. A viagem de regresso ao Egipto iniciava-se em Dezembro ou Janeiro, quando sopram os ventos de noroeste. O troço final da viagem implicava transbordo de mercadorias num dos portos do Mar Vermelho e a sua condução por via terrestre, como acontecia entre *Myos Hormos* (Quseir al-Qualim) e *Coptos* (Qift), no Nilo (Pina Polo 2010: 104-106), ou continuavam até *Cleopatris*, no fundo do Golfo de Suez, onde eram transferidas para embarcações fluviais que, pelo canal construído por Trajano (Cooper 2012: 32-39), as transportavam até ao Mediterrâneo, ou seguiam por terra até ao Nilo. Outra possibilidade, esta relacionada com a rota das caravanas que através do território nabateu procuravam os centros comerciais do Levante, era o desembarque em *Leuke Kome* (Aynunah / al-Wajh ?), porto que terminou no século II dependente da província romana da Arábia (Harrigan 2007: 14-23).

Esta navegação supunha boas relações com os poderes políticos envolvidos, de regra para uma diplomacia em que o prestígio de Roma pesava significativamente. Sabemos que havia núcleos de comerciantes romanos em portos do Mar Vermelho, fora dos limites do Império, caso de *Adulis*, assim como outros na costa da Arábia e na Índia (Peacock; Blue 2007; Thomas 2012: 169-199). Na costa egípcia os principais portos romanos foram *Myos Hormos*, onde estacionou uma flotilha destinada a policiar o movimento marítimo, e *Berenike* (Medinet al-Haras), importante porto comercial onde escavações recentes têm permitido obter valiosas informações (Sidebotham 2012). O comércio de ma-

deiras destinadas à construção naval, como a teca indiana, ocupou um lugar importante, como se deduz do texto da célebre *Tarifa de Coptos*, da época de Domiciano (Burkhalter-Arce 2002: 199-233). Outros artigos, como o marfim e o arroz são indicados no *Périplo do Mar Eritreu*, onde também ocorre a primeira referência ao açúcar (mel de cana). A seda chegava ao Mediterrâneo em parte por esta rota, bem como as essências aromáticas da Arábia e as especiarias, como a pimenta, que nalguns casos viajou ainda muito mais até atingir fortes como o de *Vindolanda*, na britânica Muralha de Adriano (Bowman; Thomas 1994: 118-120). Por outro lado, um naufragado romano identificado a sul de *Berenike* continha na carga ânforas de azeite e de preparados piscícolas de origem hispânica (McLaughlin 2014: 100), demonstrando a verdadeira dimensão da mobilidade dos produtos de consumo no mundo romano.

O intercâmbio comercial entre o mundo romano e as regiões indianas teve também consequências culturais, talvez menos fáceis de detectar pois muitas delas pertencem ao que agora se designa como património imaterial. Por exemplo, em Pompeios achou-se uma estatueta da deusa indiana Lakshmi, divindade da beleza e da boa sorte, e em Kolhapur, na Índia, um bronze representando Neptuno, ambos testemunhos adequados a devoções de marinheiros e comerciantes (Wheeler 1955: 141-182; Sidebotham 2012: 253-258). Em consequência dos contactos com o Índico, pode ter chegado ao Mediterrâneo a vela latina, que tanta discussão tem provocado entre os especialistas. A sua presença na área mediterrânica é sugerida numa carta de Séneca descrevendo as embarcações que antecediam a chegada a *Puteoli* da frota anonária de Alexandria²², enquanto um relevo funerário no Pireu, datado do século II, mostra um navio romano dotado de uma vela latina, que nos parece indiscutível (Casson 1995: 243-245). Ora em *Berenike*, porto que parece em vias de abandono no Baixo-Império, achou-se um grafito, sobre um fragmento cerâmico (Sidebotham 2012: 201-202), mostrando um navio comercial aparentemente armado com vela latina (fig. 11). Cremos que este tipo de vela, usual a partir do século V no

²² Sen. *Ep.* 78.

Mediterrâneo Oriental²³, chegou a este mar via Mar Vermelho e Alexandria, e bastante cedo, como sugerem os dados disponíveis (Casson 1995: 268-269). O mundo dos negócios marítimos romanos contou sempre com forte presença de elementos orientais, helenísticos, aqui mais do que noutras circunstâncias, como os nomes de alguns navios envolvidos no tráfico do Mar Vermelho e da Índia demonstram, caso do *Gymnasiarchis* e do *Hermapollon*, este último transportando uma carga de mercadorias indianas não inferior a 220 toneladas (Sidebotham 2012: 217-218; McLaughlin 2014: 89-94, 99).

A rota do Mar Vermelho abria-se, depois do Estreito de Bab al-Mandeb, quer para oriente, quer para a costa africana (fig. 12), nesta descendo até muito ao sul, ainda que a localização precisa dos portos indicados pelo *Périplo do Mar Eritreu* esteja longe de ser fácil, mantendo-se em aberto (Desanges 1975: 401-408). A região é referida como *Azania*, designação utilizada na actualidade para regiões muito mais a sul. Os testemunhos arqueológicos da presença de comerciantes ocidentais nesta área são menos evidentes, mas o texto que se lhe refere garante que a costa era bem conhecida no século I, considerando como limite da navegação o porto de *Rhapta*, usualmente localizado na Tanzânia, perto de Dar-es-Salaam, em cujo litoral se encontraram materiais romanos (Chami 2002: 33-44). Referências a achados numismáticos mais a sul sugerem um prolongamento dessa navegação até áreas mais afastadas da cabotagem habitual, até ao Cabo Delgado, em Moçambique, área onde alguns investigadores, de acordo com os dados de Ptolomeu²⁴, situam a obscura *Rhapta* (Wheeler 1955: 138-140; Pina Polo 2010: 111-112). Ainda segundo o *Périplo do Mar Eritreu*, a costa estava controlada por entidades políticas do sul da Arábia, preluçando situações pré-coloniais, limitadas às zonas portuárias. O marfim seria o artigo mais procurado através deste aventureiro comércio, talvez não muito diferente daquele de que nos ficou uma sombria e inquieta descrição no final do século XIX (Conrad 2004).

²³ Syn. Ep. 4.

²⁴ Ptol. Geog. 4. 7.

Com este artigo julgamos ter demonstrado a importância do mar no mundo romano, aquele que caía dentro dos limites do Império e aqueles outros que, não sendo romanos, contribuíram para o êxito de um organismo político e de uma economia que podemos, com as cautelas necessárias, considerar globalizante, cautelas que obrigam a deixar de lado as anacrónicas comparações com infelizes realidades actuais, tanto como as ficções ideológicas do passado. Tudo isto mostra que a concepção do mundo também não era tão limitada como por vezes se considera e que esse conhecimento muito devia à navegação. Romanos, provinciais e gente de fora do Império contribuíram, com as suas capacidades específicas, para uma empresa que ultrapassou o *Mare Nostrum* muito para além do esperado, pelo menos até à *Taprobana* (Ceilão). Isso só foi possível porque Roma, não tendo inicialmente uma cultura marítima, soube desenvolvê-la e integrar os contributos de outros, êxito resumido por um personagem de uma película histórica do século passado ao exclamar, fazendo o elogio de Roma²⁵: *As nossas galeras ligam os extremos da Terra!*

BIBLIOGRAFIA

CIL = *Corpus Inscriptionum Latinarum*, Berlim.

IG = *Inscriptiones Graecae ad Res Romanas Pertinentes*, Paris.

IRCP = *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra.

AA.VV. (2008). *Museo Archeologico dei Campi Flegrei*. Vol. 2. Napoli: Electa.

Adalberto, G. (2000). “L’or africain: un aspect méconnu de l’économie et de l’impérialisme romain”, in Jean, A.; Briant, P.; Raymond, D. (eds.). *Économie antique: la guerre dans les économies antiques*. Saint-Bertrand-de-Comminges: Musée Archéologique, 253-276.

Alexander, Lewis; Morgan, Joseph (1988). “Choke points of the world ocean: a geographic and military assessment”, *Ocean Yearbook*, 7, 340-355.

²⁵ Fala de Pilatos a Ben-Hur na versão de William Wyler (1959) do romance *Ben-Hur: A Tale of the Christ*, de Lewis Wallace, editado em 1880.

- Alföldy, G. (1966). "Um 'cursus' senatorial de Bracara Augusta", *Revista de Guimarães*, 76, 3-4, 363-372.
- Arce, J.; Goffaux, B. (coords.) (2011). *Horrea d'Hispanie et de la Méditerranée romaine*. Madrid: Casa de Velázquez.
- Begley, Vimala (1983). "Arikamedu Reconsidered", *American Journal of Archaeology*, 87, 461-481.
- Begley, Vimala; De Puma, R. (eds.) (1991). *Rome and India: The Ancient Sea Trade*. Madison: University of Wisconsin Press.
- Beltrame, C. (1996). "Archaeological evidence of the foremast on Ancient sailing ships", *The International Journal of Nautical Archaeology*, 25, 2, 135-139.
- Bombico, Sónia (2008). *Cortiçais (Peniche): um naufrágio romano alto imperial na costa atlântica lusitana*. Barcelona: Universidade de Barcelona.
- Bowman, Alan; Thomas, David (1994). *The Vindolanda Writing Tablets (Tabulae Vindolandenses II)*. London: British Museum Press.
- Bravetta, Ettore (1908). *Le leggende del mare e le superstizioni dei marinai*. Milano: Fratelli Treves.
- Braudel, F. (1985). *La Méditerranée. L'espace et l'histoire*. Paris: Flammarion.
- Burkhalter-Arce, F. (2002). "Le 'tarif de Coptos'. La douane de Coptos, les fermiers de l'apostolion et le préfet du désert de Bérénice", *Topoi*, sup. vol. 3, 199-233.
- Bursche, Aleksander (1976). "Contacts between the Late Roman Empire and North-Central Europe", *The Antiquaries Journal*, 76, 31-50.
- Carlson, Deborah (2011). "The Seafarers and Shipwrecks of Ancient Greece and Rome", in Catsambis, A.; Ford, B.; Hamilton, D. (eds.). *The Oxford Handbook of Maritime Archaeology*. Oxford – New York: Oxford University Press, 379-405.
- Carreira, J. Nunes (1996). "Fenícios no Brasil? Circum-navegação da África na Antiguidade", in Sousa, M.; Carvalho, A. (coords.), *Mediterrâneos e Atlânticos: Encontro de civilizações*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 67-80.
- Casson, L. (1988). "Rome's Trade with the Eastern Coast of India", *Cahiers d'Histoire*, 33, 3-4, 303-308.
- Casson, L. (1989). *The Periplus Maris Erythraei*. Princeton: Princeton University Press.
- Casson, L. (1995). *Ships and Seamanship in the Ancient World*. Princeton: The Johns Hopkins University Press.
- Chami, F. (2002). "People and contacts in the ancient western Indian ocean seaboard or Azania", *Man and Environment*, 27, 1, 33-34.
- Chevallier, Raymond (1988). *Voyages et déplacements dans l'Empire romain*. Paris: Armand Colin.

- Chic García, G. (1995). "Roma y el Mar: del Mediterráneo al Atlántico", in Troncoso, V. A. (coord.). *Guerra, exploraciones y navegación del mundo antiguo a la Edad Moderna*. Corunha: Universidade da Coruña, 55-89.
- Conrad, Joseph (2004). *No coração das trevas*. Trad. Teresa Amaro. Lisboa: Público.
- Cooper, John (2012). "Linking Med to Red", *Saudi Aramco World*, 63, 2, 33-39.
- Cotteril, J. (1993). "Saxon Raiding and the Role of the Late Roman Forts of Britain", *Britannia*, 24, 227-239.
- Cunliffe, Barry (2001). *Facing the Ocean. The Atlantic and its Peoples*. Oxford: Oxford University Press.
- Desanges, Jehan (1975). "L'Afrique noire et le monde méditerranéen dans l'Antiquité (Éthiopiens et Gréco-romains)", *Revue Française d'Histoire d'Outre-Mer*, 62, 227-239.
- Étienne, R. (2002). *Salaisons et sauces de poisson hispaniques*. Paris: De Boccard.
- Étienne, R. (2004). *L'huile hispanique*. Paris: De Boccard.
- Fabião, C. (2009). "A dimensão atlântica da Lusitânia. Periferia ou charneira no Império Romano?", in Gorges, J.-G.; et al. (coords.). *Lusitânia romana. Entre o mito e a realidade*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 53-74.
- Ferrer Maestro, Juan (1986-1987). "Los tratados romano-púnicos en los inicios de la expansión marítima de Roma", *Millars. Geografía-Historia*, 11, 113-121.
- Le Gall, J. (1953). *Le Tibre, fleuve de Rome dans l'Antiquité*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Gautier, E.-F. (1952). *Le passé de l'Afrique du Nord. Les siècles obscurs*. Paris: Payot.
- Greene, K. (1986). *The Archaeology of the Roman Economy*. London: Batsford.
- Harrigan, Peter (2007). "New pieces of Mada'in Salih's puzzle", *Saudi Aramco World*, 58, 4, 14-23.
- Hasenohr, C. (2002). "Les collègues de magistri et la communauté italienne de Délos", in Müller, C. ; Hasenohr, C. (eds.). *Les Italiens dans le monde grec*. Paris – Athènes: De Boccard, 67-76.
- Heggens, H. Jünger (1951). "Der römische Import in freien Germanien", *Atlas der Urgeschichte. I*. Hamburg: Museum für Völkerkunde und Vorgeschichte.
- Heurgon, Jacques (1980). *Rome et la Méditerranée occidentale jusqu'aux guerres puniques*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Holloway, R. (1996). *The Archaeology of Early Rome and Latium*. London, New York: Routledge.
- Keay, S.; Paroli, L. (2011). *Portus and its Hinterland: Recent Archaeological Research*. London: Archaeological Monographs of the British School at Rome.
- Kondratieff, Eric (2009). "The column and coinage of C. Duilius: Innovation in iconography in large and small media in the Middle Republic", *Scripta Classica Israelica*, 23, 1-39.

- Lind, L. (1991). “Was northern Europe an India to the Ancient Romans?”, in Jha, A. Kumar (ed.). *Coinage, Trade and Economy*. Bombaim: Anjaneri, Indian Institute of Research in Numismatic Studies, 168-177.
- Lonis, R. (1978). “Les conditions de navigation sur la côte atlantique de l’Afrique dans l’Antiquité et le problème du retour”, *Afrique noire et monde méditerranéen dans l’Antiquité*. Dakar – Abidjan: Les Nouvelles Éditions Africaines, 147-162.
- Maca-Mayer, N.; et al. (2003). “Ancient mtDNA analysis and the origin of the Guanches”, *European Journal of Genetics*, 12, 2, 155-162.
- Mahan, A. T. (1987). *The Influence of Sea Power upon History*. New York: Dover Publications.
- Mantas, Vasco (2005). “Faróis e balizagem portuária no mundo romano”, *Memórias da Academia de Marinha*, 35, 177-222.
- Mantas, Vasco (2013). “O valor do poder naval na Antiguidade Clássica: o exemplo romano”, in Fonseca, J. Abel da; Soares, L. Couto (coords.). *O poder do Estado no mar e a história*. Lisboa: Academia de Marinha, 53-95.
- Mantas, Vasco (2015). “O Estreito de Gibraltar e a sua importância simbólica e estratégica”, in Silva, C. Guardado da (coord.). *A conquista de Ceuta. Conselho Régio de Torres Vedras*. Torres Vedras: Colibri, 11-35.
- Martin, Colin (2011). “Wreck-Site Formation Processes”, in Catsambis, A.; Ford, B.; Hamilton, D. (eds.). *The Oxford Handbook of Maritime Archaeology*. Oxford, New York: Oxford University Press, 47-68.
- Matvejevitch, Pedrag (1995). *Brèviaire méditerranéen*. Trad. Évaïne Le Calvé-Ivicevic. Paris: Payot.
- McLaughlin, Raoul (2014). *The Roman Empire and the Indian Ocean*. Barnsley: Pen & Sword Military.
- Medas, Stefano (2008). “Lo Stadiasmo o Periplo del Mare Grande e la navigazione antica”, *Gerión Anejos*, 12.
- Meiggs, Russell (1960). *Roman Ostia*. Oxford: Clarendon Press.
- Meiggs, Russell (1982). *Trees and Timber in the Ancient Mediterranean*. Oxford: Clarendon Press.
- Milne, G. (1996). “Blackfriars ship 1: Romano-Celtic, Gallo-Roman or Classis Britannicae?”, *The International Journal of Nautical Archaeology*, 25, 3-4, 234-238.
- Morais, Rui (2013). “Um naufrágio bético datado da época de Augusto em Rio de Moínhos (Esposende, Norte de Portugal)”, in Morais, R.; Granjo, H.; Morillo Cerdán, A. (eds.). *O Irado Mar Atlântico*. Braga: Sersilito, 309-331.
- Morrison, J.; Coates, J. F. (1997). *Greek and Roman Oared Warships*. Oxford: Oxbow Books.

- Morillo, Cerdán, A. (2003). “La navegación oceánica durante la época romana: de la imagen legendaria a la vertebración de un espacio marítimo atlántico”, in Fernández-Ochoa, C. (ed.), *Gijón Puerto Romano*. Gijón: Lunewerg, 14-41.
- Mossé, Claude (1971). *Le travail en Grèce et à Rome*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Müller, C. (ed.) (1883). *Claudii Ptolomaei Geographia*. Paris: Firmin-Didot.
- Murray, William (1993). “Le trophé naval de la victoire d’Actium”, *Les Dossiers de l’Archéologie*, 183, 66-73.
- Peacock, D. P. S.; Blue, L. (2007). *The Ancient Red Sea Port of Adulis, Eritrea*. Oxford: Oxbow Books.
- Pereira, Maria Helena da Rocha (2009). *Estudos de história da cultura clássica*. Vol. 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Petit, P. (1967). *La paix romaine*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Pina Polo, Francisco (2010). “El Periplo del Mar Eritreo y la presencia romana en el Índico”, in Marco Simón, F.; Pina Polo, F.; Remesal Rodríguez, J. (eds.). *Viajeros, peregrinos y aventureros en el Mundo Antiguo*. Barcelona: Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona, 101-113.
- Pflaum, H.-G. (1957). *Inscriptions latines de l’Algérie. II*. Vol.1. Paris: H. Champion.
- Piganiol, A. (1982). *La chute de l’Empire romain*. Verviers: Marabout.
- Pitassi, Michael (2009). *The Navies of Rome*. Woodbridge: Boydell Press.
- Pomey, Patrice (1982). “Le navire romain de La Madrague de Giens”, *Comptes-rendus de l’Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 126, 1, 133-154.
- Randsborg, K. (1991). *The First Millenium A. D. in Europe and the Mediterranean*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Reddé, M. (1983). “Portus. Le plus grand port du monde romain”, *Les Dossiers d’Archeologia*, 7, 54-61.
- Remesal, Rodríguez, J. (1995). “El sistema annonario como base de la evolución económica del Imperio romano”, in Hackens, T.; Miró, M. (eds.). *Le commerce maritime romain en Méditerranée Occidentale*. Strasbourg, Rixensart: Pact, 355-367.
- Rickman, Geoffrey (1971). *Roman Granaries and Store Buildings*. Cambridge: The University Press.
- Robinson, D.; Wilson, A. (2011). *Maritime Archaeology and the Ancient Trade in the Mediterranean*. Oxford: Oxford Centre for Maritime Archaeology.
- Roddaz, J.-M. (2012). “Aux marges de l’Oikoumène: la quête des confins occidentaux de l’Oikoumène à la fin de la République et au début de l’Empire”, in Prados, F.; García, I.;

- Bernard, G. (eds.). *Confines. El extremo del mundo durante la Antigüedad*. Alicante: Publicaciones de la Universidad, 95-108.
- Rodrigues, Nuno Simões (2004). *Iudaei in Vrbe. Os Judeus em Roma de Pompeio aos Flávios*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Rodrigues, Nuno Simões (2015). “Dos ‘conflitos de ordens’ ao Estado patrício-plebeu”, in Brandão, J. L.; Oliveira, F. (coords.). *História de Roma Antiga. I*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 69-102.
- Rodríguez-Almeida, E. (1980). “Vicissitudini nella gestione del comercio dell’olio betico da Vespasiano a Severo Alessandro”, *Memoirs of the American Academy in Rome*, 36, 277-290.
- Roman, Y. (1983). “Auguste, l’Océan Atlantique et l’impérialisme romain”, *Ktéma*, 8, 261-268.
- Romanelli P. (1959). *Storia delle province romane dell’Africa*. Roma: L’Erma di Bretschneider.
- Rougé, Jean (1975). *La marine dans l’Antiquité*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Rougé, Jean (1984). “Le confort des passagers à bord des navires antiques”, *Archaeonautica*, 4, 223-242.
- Schmitt, P. (1968). “Connaissance des Iles Canaries dans l’Antiquité”, *Latomus*, 27, 2, 362-391.
- Ségalas, R. (2010). *Rome et l’Afrique présaharienne: Représentations et connaissances*. Pau: Université de Pau et des Pays de l’Adour.
- Sidebotham, Steven (2012). *Berenike and the Ancient Maritime Spice Route*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press.
- Sillières, Pierre (1990). *Les voies de communication de l’Hispanie méridionale*. Paris: De Boccard.
- Sirks, Bondewijn (1991). *Food for Rome. The Legal Structure of the Transportation and Processing of Supplies for the Imperial Distributions in Rome and Constantinople*. Amsterdam: Gieben.
- Souza, Philip de (1999). *Piracy in the Graeco-Roman World*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Starr, Chester G. (1989). *The Influence of Sea Power on Ancient History*. New York: Oxford University Press.
- Stephen, J. (1979). *The Roman Forts of the Saxon Shore*. London: Paul Elek.
- Stuart, Piet (1971). “Nehalennia: Goddess from the Sea”, *Delta*, 14, 5-23.
- Stuart, Piet; Bogaers, J. E. (2001). *Nehalennia. Römische Steinendkmaller aus der Oosterschelde bei Colijnspmaat*. Leiden: Leiden Rijksmuseum van Oudheden.
- Terpstra, Taco (2013). *Trading Community in the Roman World*. Leiden – Boston: Brill.
- Terpstra, Taco (2014). “The ‘Piazzale dei Corporazioni’ reconsidered: the architectural context of its change in use”, *Mélanges de l’École Française de Rome. Antiquité*, 126, 1, 119-130.

- Telo, António (1995). “O poder naval nas teorias dos sistemas mundiais”, *Memórias da Academia de Marinha*, 25, 3-18.
- Thomas, Ross (2012). “Port Communities and the Eritrean Sea Trade”, *British Museum Studies in Ancient Egypt and Sudan*, 18, 169-199.
- Tilley, A. (1994). “Sailing to windwards in the Ancient Mediterranean”, *The International Journal of Nautical Archaeology*, 23, 4, 1-12.
- Tran, Nicolas (2006). *Le rang social des collegiati en Italie et en Gaules, sous l’Haut-Empire*. Roma: École Française de Rome.
- Valvo, Alfredo (2006). “I Socii navales e l’affermarsi di Roma como potenza marittima”, in Oliveira, F.; Thierry, P.; Vilaça, R. (coords.). *O mar greco-latino*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 179-192.
- Weber, E. (ed.) (1976). *Table Peutingeriana Codex Vindobondensis 324. Vollständige Facsimile-Ausgabe im Originalformat*. Graz: Akademische Druck-u. Verlagsanstalt.
- Wheeler, M. (1955). *Rome Beyond the Imperial Frontiers*. London: Penguin Book.
- Wilson, A. N. (1966). *Emigration from Italy in the Republican Age of Rome*. Manchester: Manchester University Press.
- Ward-Perkin, B. (2006). *A queda de Roma e o fim da civilização*. Trad. Inês Castro. Lisboa: Alêtheia Editores.

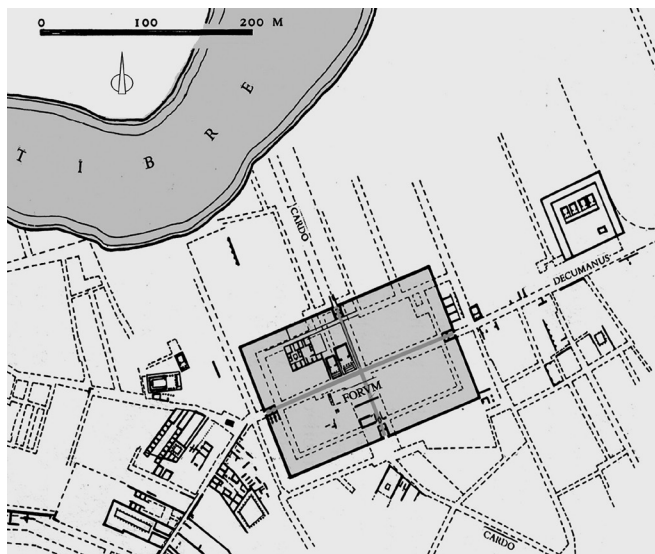


Fig.1 – O castrum de Óstia, colónia militar na foz do Tibre, origem da cidade.

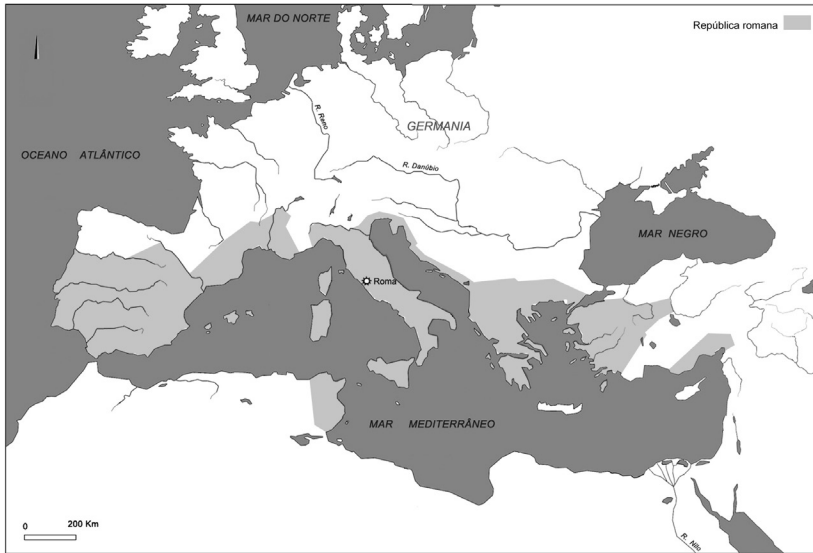


Fig.2 – Dispersão dos territórios da República Romana cerca do ano 100 a.C.



Fig.3 – Os grandes horrea do porto fluvial de Roma e o Monte Testaccio
(desenho de J.C. Golvin).

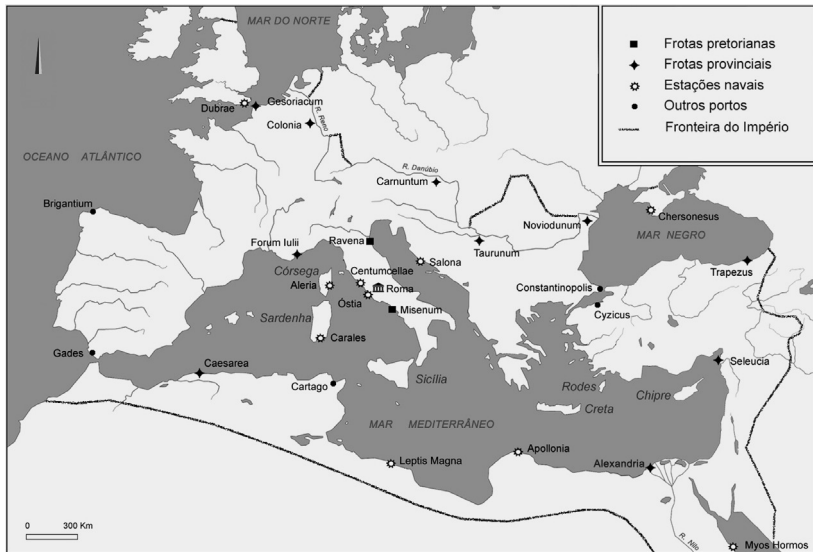


Fig.4 – Os principais portos militares (marítimos e fluviais) do Império Romano.

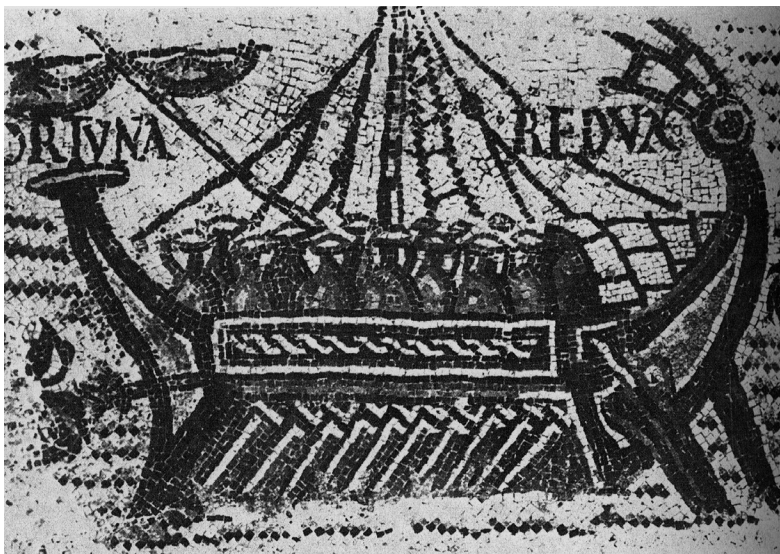


Fig.5 – Uma galera comercial (actuaria) representada num mosaico de Tebessa (Argélia).



Fig.6 – Alguns dos monumentos consagrados a Nehalennia recolhidos no Museu de Domburg.



Fig.7 – Moeda do usurpador britânico Alecto, figurando um navio de influência nórdica.

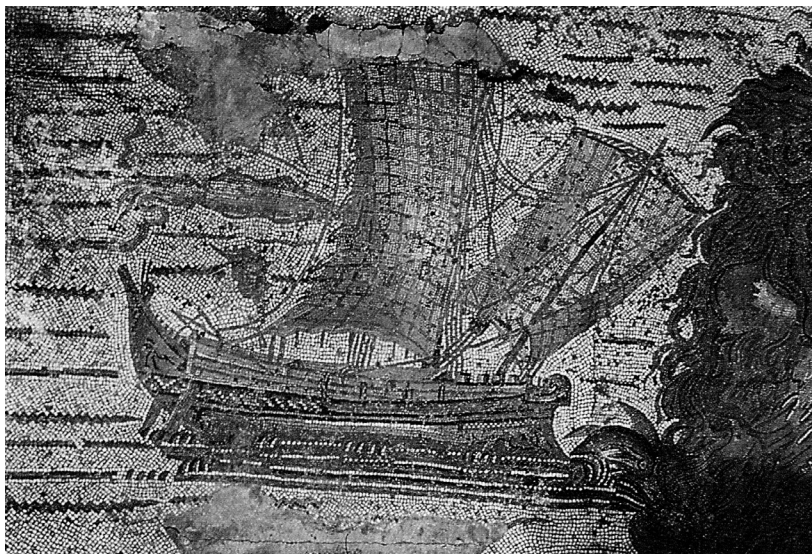


Fig.8 – Mosaico de Themetra (Chott Meriem), na Tunísia, representando um navio (ponto) com a vela principal dotada de bolinas (foto P. Pomey).



Fig.9 – Escavações arqueológicas no sítio romano da Isla de Lobos (Canárias).

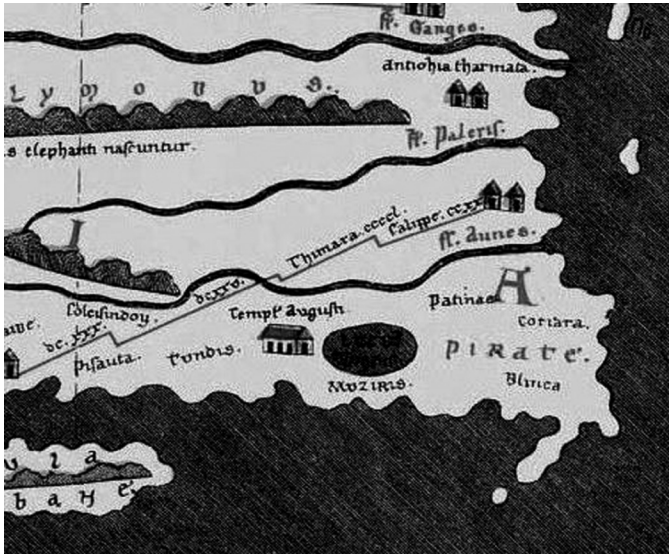


Fig.10 – Pormenor da Tábua de Peutinger representando a Índia meridional e o templo de Augusto em Muziris.



Fig.11 – Grafito sobre cerâmica, achado em Berenike, figurando um navio de provável pano latino (foto S. Sidebotham).

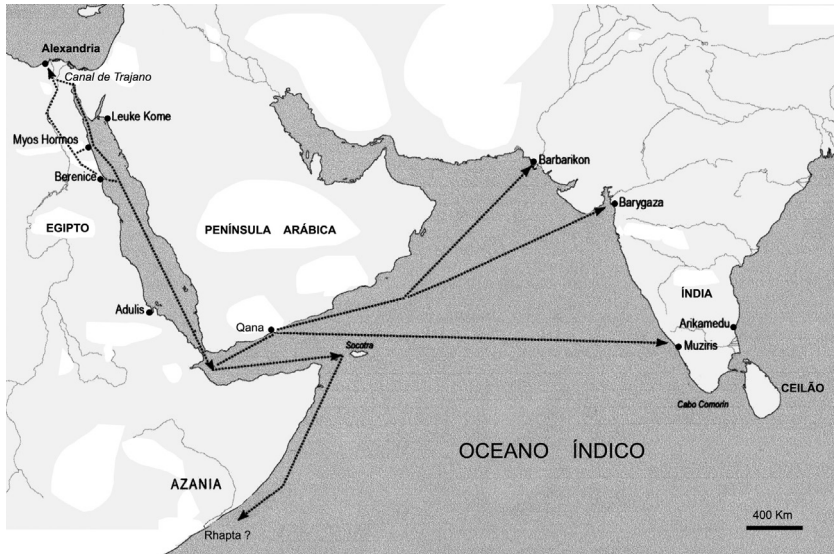


Fig.12 – As principais rotas romanas no Mar Vermelho e no Oceano Índico.

IL MARE DEGLI ANTICHI
E I SUOI PERICOLI.
TRA GORGHI, STRETTI
E RUPI COZZANTI

*Eddies, straits
and clashing rocks:
the dangerous sea
of Ancient Greeks*

ANNA ANGELINI
anna.angelini@unil.ch
University of Lausanne (CH)

DOI
http://dx.doi.org/10.14195/0870-4112_3-2_3

Recebido em setembro de 2015
Aprovado em novembro de 2015

Biblos. Número 2, 2016 • 3.^a Série
pp. 79-94

RIASSUNTO.

Nell'immaginario degli antichi, la rappresentazione del mare è caratterizzata da una forte ambivalenza. Il suo spazio rappresenta un riflesso rovesciato del mondo terrestre e la sua superficie costituisce il limite tra una dimensione ben nota all'esperienza e un'altra che rimane oscura e indecifrabile. Come tale, la navigazione può essere metafora tanto di un'esperienza conoscitiva quanto di una prova mortale, dal momento che solcare lo spazio delle acque marine non è mai un'attività esente da rischi. Il presente contributo si focalizza sulla rappresentazione mitica dei pericoli della navigazione per mare nell'antichità e sulla loro geografia simbolica. Esso indaga in particolare l'organizzazione spaziale degli stretti. Una rilevante figurazione mitica dei pericoli dello stretto è costituita dalle cosiddette rupi eranti o "cozzanti", variamente nominate dalle fonti antiche. Queste rocce mobili rappresentano a pieno l'instabilità del passaggio, e l'ambivalente statuto dello stretto come soglia.

Parole chiave: Mare; Stretti; Rupi cozzanti; Geografia simbolica; Mito.

ABSTRACT.

The representation of the sea in antiquity is characterized by a great ambiguity. The sea mirrors the earthly space in an upside-down way, and its surface represents a separation between what is known or knowledgeable (on the water) and what is obscure and unknown (under the water). For that reason, entering the sea can be compared, in some cases, to travelling in the netherworld. This paper investigates the symbolic geography of sea and seafaring, focusing on the mythology of straits and on the myth of the clashing rocks in the Mediterranean Sea. These moving rocks that receive various names in ancient sources, open and close periodically, smashing every ship that tries to pass: they perfectly represent the precariousness of the passage and foster the image of the straits as a threshold between two worlds.

Keywords: Sea; Strait; Clashing rocks; Symbolic Geography; Myth.

Un giorno (ella) ride e non fa che rallegrarsi,
la loderebbe un ospite al vederla dentro casa:
'non c'è alcun'altra donna preferibile a questa,
e nemmeno più bella tra gli esseri umani';
un altro, non si tollera, né a guardarla negli occhi,
né ad andarle vicino, ma allora dà in smanie,
ed è inavvicinabile, qual cagna accanto ai cuccioli,
ed è ancora implacabile, con tutti, e assai spiacevole,
e uguale coi nemici come anche con gli amici;
esattamente come il mare spesso immobile
sta, senza fare danni, gran gioia ai marinai
nella stagion d'estate, e spesso invece infuria
sballottato dai flutti che risuonano cupi.
A esso assai somiglia una donna siffatta
nell'indole: e mutevole (*alloièn*) natura ha invero il mare.¹

In quel che è stato definito un “manifesto” in versi della misoginia greca, il poeta Semonide accosta ciascuna tipologia femminile a un elemento del mondo naturale, per metterne in evidenza le qualità (generalmente negative): nel catalogo figura anche la donna che gli dèi crearono dal mare. Attraverso questo espediente il poeta ci offre un'importante accesso alla nozione che gli antichi greci avevano del mare come spazio simbolico dalla duplice valenza. La donna creata dal mare, infatti, nutre “doppi pensieri nella sua mente”, e può mostrarsi tanto sorridente, allegra e seducente quanto odiosa e intrattabile, pericolosa per tutti, indistintamente e senza motivo. Proprio per questo la sua natura corrisponde perfettamente a quella delle acque marine, altrettanto instabili e imprevedibili, ora immobili e innocue per i naviganti, ora pericolose e foriere di morte nell'infuriare delle onde. Nella conclusione del passo, la mutevolezza della donna e del mare sono entrambe espresse dall'aggettivo *alloios*, “diverso”, nel senso di qualcosa che varia in continuazione, ma anche di

¹ Semon. fr. 7 W² (trad. Neri 2004).

ciò che è “di una natura differente”, termine che esprime dunque l’irriducibile alterità del mare stesso.

Mutevole e ambivalente è anche il rapporto degli antichi con la navigazione. È infatti noto che i Greci, e in particolare gli Ateniesi, vantarono sempre una grande familiarità con quest’attività, tanto da eleggere a simbolo dell’orgoglio nazionale la flotta e le lunghe mura che collegavano la città di Atene al suo porto (e i Romani stessi, nell’imporsi come potenza internazionale nel Mediterraneo, dovettero reinventarsi anche come potenza navale, in grado di competere con Atene e con Cartagine). D’altro canto, però, la coscienza dei numerosi pericoli associati alla navigazione non venne mai meno, e si riflette in una visione del mare come spazio strettamente associato alla morte e all’impossibilità del ritorno; essa è inoltre accompagnata da una valutazione essenzialmente negativa delle professioni marinare e del suo principale prodotto alimentare, il pesce².

Tale ambiguità ha le sue radici nel fatto che per gli antichi lo spazio marino è un luogo che, per quanto percorribile, rimane essenzialmente indecifrabile ed estraneo nelle sue profondità: diversamente dallo spazio terrestre, ma anche da quello celeste, esso è un mondo i cui contenuti sono insondabili poiché, di fatto, invisibili. La continua mutevolezza del mare, quale appare alla sua superficie, unita alla misteriosità dei suoi bassifondi, danno origine nell’immaginario degli antichi a tutta una serie di rappresentazioni fra loro diverse riguardo a quel che può trovarsi nei suoi fondali. Al mare appartengono infatti creature metamorfiche e mutevoli, ma dotate di una conoscenza superiore a quella umana e di capacità profetiche: è il caso delle creature che rientrano nella tipologia del “Vecchio del mare”, come Nereo, divinità equa e benigna, o il mutevole Proteo, definito “il vecchio verace del mare”, capace di assumere

² Su questo tema ha belle pagine Janni 1996: 7-26. Cf. inoltre Buxton 1994: 97-104. Sul mare come spazio di eliminazione e di non ritorno si veda Lindenlauf 2003. Fra i lavori più esaurienti, seppure datati, sul rapporto dei Greci con il mare e sui suoi significati simbolici, sono da segnalare Lesky 1947 e Wachsmuth 1967. Sul legame fra mare e morte si possono vedere Vermeule 1979: 179-209 e di recente Angelini 2012.

senza sosta forme diverse ma che, una volta afferrato, rivela profezie veritiere³. Gli abissi sono inoltre tradizionalmente sede di grandi ricchezze e di tesori nascosti, nonché delle più spettacolari residenze divine, prima fra tutte quella di Poseidone⁴. Ancora, è radicata l'idea che il mare rappresenti un rovescio del mondo terrestre, in cui però le proprietà delle cose sono amplificate a causa della capacità generativa contenuta nelle acque: a tal proposito Plinio riporta la credenza che “qualsiasi cosa nasca, in qualsiasi parte della natura, si trova anche in mare; e in più nel mare si trovano molte altre cose che non sono da nessun'altra parte”⁵.

Se tali credenze fanno riferimento all'aspetto positivo del mare, legato in ultimo grado al suo potenziale di forza generativa primordiale, un'altra serie di testimonianze insiste, d'altro canto, sulla stretta associazione tra gli abissi marini e la morte, anzi la più temuta e orribile delle morti, quella che causa la dispersione del cadavere impedendone la sepoltura. I numerosi epigrammi contenuti nell'antologia palatina, che descrivono gli orrori della morte in mare, sono in questo senso molto eloquenti⁶. In un contesto di tal genere si inseriscono anche quei miti incentrati sul tuffo in mare come prova imposta al giovane eroe, spesso per dimostrare la sua ascendenza divina: il più famoso tra i tuffatori mitici è senz'altro Teseo, incitato da Minosse a tuffarsi in mare per recuperare un anello e dimostrare così di essere figlio di Poseidone (sfida che il giovane porterà a termine con successo). In questo caso, l'immersione negli abissi è equiparata a un viaggio nel regno di Hades e il ritorno dell'eroe, sano e salvo dopo aver varcato la frontiera fra la vita e la morte, attesta dell'avvenuto cambiamento di status. Il tuffo in mare come prova eroica pone in evidenza un'altra dimensione associata alle profondità marine: quella della soglia che

³ Per Nereo cf. Hes. *Th.* 233-236. Per Proteo cf. *Od.* 4.349 ss. Su queste figure si vedano De-tienne 1967: 17-33; Vermeule 1979: 178 ss.; Frontisi-Ducroux 2003: 23-59.

⁴ *Il.* 13.21-22; Bacch. *Ditirambo* 17 Snell-Maehler.

⁵ Plin. *Nat.* 9.2.

⁶ Alla morte in mare e ai naufragi sono dedicati in particolare gli epitaffi del libro VII, per i quali si rimanda all'importante studio di Georgoudi 1988. Sulla mala morte in mare si veda inoltre Combellack 1953.

segna il passaggio fra due mondi o due diverse dimensioni dell'esistenza. In questo senso è da interpretarsi anche una versione del mito di Ino, secondo la quale quest'ultima si getta in mare con il figlio Melicerte per sfuggire al marito Atamante (che, reso folle da Era, l'ha scambiata per una cerva e tenta di ucciderla). Per volere di Afrodite madre e bambino vengono trasformati in divinità marine, rispettivamente Leucotea e Palemone⁷.

L'ambivalenza delle acque marine è inoltre rappresentata a livello spaziale attraverso i termini che ne descrivono il paesaggio, e in particolare attraverso la distinzione tra *pélagos* e *póntos*. Il primo indica infatti il mare come distesa aperta e navigabile, corrispondente grosso modo alla linea visibile della sua superficie: *pélagos* è dunque lo spazio della navigazione che segue una direzione e un orientamento precisi. *Póntos* denota invece il mare aperto e sconosciuto, lo spazio che si varca, in profondità e in estensione, quando si prende il largo e maggiori sono le possibilità di perdere qualsiasi punto di riferimento⁸. Le profondità marine, oltre che inconoscibili, sono anche difficilmente misurabili. Da questo punto di vista sono significativi tanto l'assenza di un nome specifico per gli abissi quanto l'uso omerico di *bénthos*, "fondo", "profondità", che non costituisce una misura vera e propria ma serve ad indicare indistintamente tutto ciò che si trova al di sotto della superficie delle acque, dallo spazio subacqueo di pochi metri di profondità fino ai fondali più remoti. Di particolare interesse è l'osservazione di Petrisor, la quale rileva come l'altro ambito paesaggistico a cui il termine è applicato in Omero è quello della foresta: si tratta di due spazi che si corrispondono, in quanto in entrambi elevato è il rischio di perdersi⁹.

⁷ Fra le fonti più dettagliate cf. nota 3, Hyg. *Fab.* 2 e 4; Ov. *Met.* 4. 512-542; la vicenda sembra comunque nota fin dai tempi omerici (*Od.* 5.333-338). Sul mare come luogo di passaggio a doppio senso fra la vita e la morte si veda il recente lavoro di Beaulieu 2008. Per un approfondimento sul tuffo in mare e sulla prova eroica cf. Gallini 1963; Ampolo 1993 e bibliografia ivi riportata.

⁸ Chantraine 2009: s.v.; si veda inoltre Lesky 1947: 155 ss.; per lo studio del campo semantico di *póntos* è fondamentale il lavoro di Benveniste 1966: 296-298.

⁹ Petrisor 2009: 400, a cui si rimanda in generale per lo studio della rappresentazione spaziale dell'abisso in Grecia antica.

La dinamica oscillante fra la linea “sicura” della superficie navigabile e la pericolosa e insondabile profondità degli abissi emerge in maniera piuttosto netta in quei tratti particolarmente difficili e penosi da attraversare, quali erano gli stretti, bracci di mare che sorvegliavano punti strategici, ma liminari, della navigazione antica nel Mediterraneo. È dunque sulla geografia simbolica degli stretti che si concentrerà ora la nostra attenzione.

Diversi studi hanno messo in evidenza l'importanza dello stretto come soglia: esso è al contempo *póros*, “via” del mare, snodo fondamentale della navigazione, che permette il collegamento fra diverse rotte commerciali, e *póρθμος*, “interruzione” pericolosa in quanto punto di incontro fra mare e terra dove facilmente si originano fenomeni naturali che ostacolano il passaggio, come vortici e correnti¹⁰. L'esempio più significativo è senz'altro lo stretto di Messina, per il quale abbondano elementi mitici volti a sottolinearne la pericolosità già dai tempi delle peregrinazioni di Odisseo: basti pensare al mortifero canto delle Sirene, o al passaggio fra due scogli abitati rispettivamente dalla feroce e mostruosa Scilla e dall'informe e vorace Cariddi, vero e proprio gorgo senza volto che inghiotte qualsiasi cosa le capiti sotto tiro.

Un mito in particolare pone in evidenza questa ambivalente rappresentazione dello stretto e dei pericoli legati al suo attraversamento: quello delle rupi cosiddette “erranti” o “cozzanti”. Con questa espressione gli antichi si riferiscono a delle rocce mobili, collocate in prossimità degli stretti, che si aprono e si chiudono periodicamente sollevando onde altissime e stritolando qualunque cosa tenti di passarvi in mezzo. Esse sono variamente nominate nelle fonti antiche: Omero parla di *Planctē* (*planktai*), alla lettera “vaganti” o “erranti”, termine che già le etimologie antiche collegavano al verbo *plázō*, “vagare”, riferendosi alla loro instabilità, ma anche a *pl'ēssomai*, “colpire”, in riferimento alle onde che si infrangono contro questi scogli¹¹. Pindaro le definisce genericamente “le rocce che corrono una contro l'altra” (*syndromoi pétrai*),

¹⁰ Su questo tema, in particolare sullo stretto di Messina, si vedano Prontera 1987, 2005; Guzzo 2005.

¹¹ *Scholia in Hom., Od.12.61*. La prima delle due etimologie è corretta.

e lo stesso fa Simonide, con l'appellativo *synórmades*. Euripide sembra essere stato il primo a usare l'appellativo di scure Simplegadi (*kyanéas Symplegádas*), dal verbo *simpl'ēssō*, "scontrarsi", e proprio con l'appellativo di Cianee, "scure" (*kyanéai*), sono note a Erodoto: è questo l'unico nome che non fa riferimento al loro movimento¹². Teocrito, nell'Idillio 13, parla di "nere rupi che si scontrano insieme" (*kyaneân syndromádōn*). L'effetto provocato dallo scontrarsi delle rocce è descritto per la prima volta nel dodicesimo canto dell'Odissea, in cui Circe dà istruzioni a Odisseo, che è in procinto di riprendere il suo viaggio, e gli anticipa i pericoli cui andrà incontro. Che ci troviamo nel pericoloso regno di *póntos* appare evidente dal fatto che Circe ammette di non essere più in grado, da questo punto in poi, di segnalare all'eroe quale via percorrere, ma può solo limitarsi a illustrare le due rotte, entrambe ad elevatissimo rischio. Una passa attraverso Scilla e Cariddi, l'altra in mezzo alle Plancte:

Di qua rupi altissime, a picco: battendole,
 immane strepita il flutto dell'azzurra Anfitrite:
 "Rupi erranti" (*Planktàs*) gli dèi beati le chiamano.
 Qui neppure gli alati si salvano, non le colombe
 trepide, che ambrosia a Zeus padre portano,
 ma sempre anche di quelle una la nuda rupe ne afferra:
 un'altra il padre ne manda a compiere il numero.
 Mai scampò nave d'uomini che qui capitasse,
 ma tutto insieme, carcasse di navi e corpi d'uomini
 l'onde del mare e la furia di un fuoco mortale travolgono.
 Sola riuscì a passarvi una nave marina,
 quell'Argo che tutti cantano, tornando dal regno d'Eèta:
 e quella pure il flutto contro le immani rocce scagliava,
 ma Era la spinse oltre, perché l'era caro Giasone¹³.

¹² Pi. P. 4.208; Simon. fr. 546 PMG (Page); E. *Med.*1-2; Hdt. 4.85.

¹³ *Od.* 12.59-72 (trad. Calzecchi Onesti 1989²).

Da questo passo apprendiamo un certo numero di informazioni riguardanti le rupi erranti: esse impediscono il passaggio a causa delle onde immani che sollevano e delle tempeste infuocate che sembrano in grado di provocare dalle loro sommità. Il volo delle colombe che cercano l'ambrosia da portare a Zeus attesta della funzione delle rupi come varco attraverso una dimensione altra: l'ambrosia infatti, cibo di immortalità, non cresce sulla terra, ma oltre le più remote estremità del mondo, presso le sorgenti di Oceano, il fiume primordiale che circonda la terra¹⁴. Torneremo su questo più avanti. Per ora basterà notare che, in ogni caso, il movimento implacabile delle rupi non risparmia nessuno, nemmeno le colombe che volano in coppia, di cui una rimane sempre intrappolata tra i flutti. L'unica che riuscì a passare illesa, e una volta soltanto, fu la nave Argo al ritorno dal suo viaggio nel regno di Eeta, ma solo ed esclusivamente grazie all'aiuto degli dèi. Omero sembra dunque prendere ispirazione da un motivo proveniente dalla saga degli Argonauti, di cui era senz'altro a conoscenza, e riutilizzarlo per Odisseo. È importante osservare che nell'Odissea il regno di Eeta, meta degli Argonauti, non è ancora localizzato in Colchide, come lo sarà nella tradizione successiva, ma appartiene a un angolo remoto ai confini del mondo, e lo stesso vale per Scilla e Cariddi, situate nei dintorni. D'altronde Odisseo non si troverà a dover affrontare le temibili rupi, proprio perché sceglierà il percorso alternativo indicatogli da Circe, che passa per gli scogli di Scilla e Cariddi.

La maggior parte delle fonti successive, che presuppone ormai l'identificazione del regno di Eeta alla Colchide, colloca le rupi cozzanti all'ingresso del Bosforo, punto di passaggio verso il Ponto Eusino, limite estremo del mondo conosciuto. Parallelamente procede la localizzazione delle peripezie di Odisseo intorno alla Sicilia: perciò non stupisce il fatto che il poeta ellenistico Apollonio Rodio, nel raccontare la saga degli Argonauti, duplichino in un certo senso l'episodio, collocando le Simplegadi all'estremità nord-orientale del Mediterraneo, presso il Bosforo, e le Plancte in quella sud-occidentale, nel canale di Sicilia.

¹⁴ Sull'ambrosia e le acque primordiali si vedano le fonti raccolte da Rudhart 1971: 94-97 e West 2005: 42.

Durante il viaggio di andata la nave Argo passa attraverso le Simplegadi nel Bosforo, dove, dietro suggerimento dell'indovino Fineo, Giasone invia una colomba tra le rupi come prova. L'uccello riesce a passare quasi indenne, perdendo soltanto una piccola punta della sua coda: il presagio pare dunque favorevole. Di seguito, perciò, Argo si lancia fra le rocce, rischiando però di fare una brutta fine, poiché rimane letteralmente "incatenata" fra i flutti, se non fosse per il tempestivo intervento di Atena che, bloccando con una mano una delle rocce e dando una leggera spinta alla nave con l'altra, riesce a spedire la nave "come una saetta" al di là dello stretto. Unico inconveniente all'uscita: la nave ha perso gli ornamenti dell'aplustre¹⁵. Nel racconto di Apollonio è detto esplicitamente che i marinai, una volta varcate le rupi e oltrepassato il difficile braccio di mare, si sentono "come scampati al regno di Ade". Una tradizione nota fin dall'età arcaica (ma ignota a Omero) vuole che dopo il passaggio degli Argonauti le rocce, unitesi fra loro, rimanessero immobilizzate per sempre¹⁶.

Durante il viaggio di ritorno gli eroi, sempre su consiglio dell'indovino, cambiano completamente strada, percorrendo un lungo itinerario che li porterà a passare dallo stretto di Sicilia, dove gorgogliano e cozzano le Plancte, rocce infuocate che sollevano nuvole di fumo e onde immense. Anche in questo caso la nave riuscirà a passare grazie a un complesso sistema di interventi divini: Era ha infatti mobilitato Teti, che accorre con tutte le Nereidi per spingere la nave al di là delle rupi: il poeta dice esplicitamente che le dee dovettero faticare non poco per riuscire a far balzare la nave al di là dei flutti¹⁷.

Mentre molta attenzione è stata dedicata allo studio dei rapporti fra l'Odissea e il ciclo degli Argonauti, nonché alla ricostruzione delle rispettive rotte marine, il mito delle rupi erranti ha suscitato un interesse relativamente minore¹⁸. Alcuni studi che si sono interrogati sulle origini di questo mito lo

¹⁵ A. R. 2.317-340 e 549-609.

¹⁶ Già in Pi. P. 4.209.

¹⁷ A. R. 4.922-963.

¹⁸ Sui peripli di Odisseo cf. Prontera 2005; sul rapporto tra Odissea e Argonautiche cf. West 2005 e bibliografia ivi riportata. Il principale studio sulle rupi cozzanti risale agli anni Ses-

pongono in relazione con dei fenomeni geologici quali eruzioni vulcaniche, tsunami e maree, che avrebbero effettivamente potuto verificarsi nell'antichità. L'idea delle rupi mobili che si scontrano fra loro preserverebbe dunque il ricordo di questi avvenimenti sconvolgenti¹⁹. Questo genere di interpretazione si pone, in un certo senso, in continuità con alcune letture "razionalizzanti" dell'antichità. Erodoto, ad esempio, considera le Cianee come delle "isole (*néa*), che secondo i Greci in precedenza erano vaganti", ma lascia intendere di non dare gran credito al dato mitico²⁰. Strabone, dal canto suo, è convinto che Omero abbia modellato il racconto delle Plancte nel canale di Sicilia su quello delle Simplegadi nel Bosforo (cosa peraltro non del tutto lontana dalla verità, come si è visto), prendendo spunto "un qualche avvenimento storico"²¹. Plinio è ancora più esplicito, in quanto considera la mobilità delle rupi come una pura illusione ottica:

Nel Ponto ve ne sono due [*scil.* isole], dette Cianee o, secondo altri, Simplegadi; è tradizione mitologica [*traditae fabulis*] che queste isole collidessero fra loro: il fatto è che, separate come sono da una breve distanza, chi se le trovava di fronte all'ingresso nel Ponto le vedeva come una coppia distinta, ma poi, appena la visuale si angolava un po', nasceva l'impressione che si riunissero²².

Le rupi, secondo Plinio, sono dunque due normalissime isole, che non si sono mai mosse: l'impressione del movimento nascerebbe da un errore visuale che si crea tra il momento del passaggio nello stretto e l'ingresso vero e proprio nel Ponto Eusino. Le interpretazioni di Erodoto, Strabone e Plinio non sono per noi prive di interesse, in quanto testimoniano di una volontà di razionalizzare

santa (Lindsay 1965): l'idea portante dell'autore, secondo cui il mito è riconducibile a dei riti d'iniziazione che rivelerebbero tracce di una cultura sciamanica, è però assai problematica.

¹⁹ Smid 1970, seguito da Pickard 1987; l'idea è stata riproposta di recente da Sengör 2002.

²⁰ Hdt. 4.85.

²¹ Str. 3 C 149.

²² Plin. *Nat.* 4. 92 ss. (trad. Ranucci 1982).

l'elemento mitico fin dai tempi antichi. Le letture contemporanee che riconducono l'origine della vicenda a una trascrizione mitica di fenomeni naturali, però, non appaiono del tutto convincenti, in quanto riducono il mito a pura spiegazione di eventi storici, privandolo di altre dimensioni di significato, per così dire, autonome, che sono invece pienamente operanti. Vediamo più da vicino di quali significati culturali stiamo parlando.

L'aspetto principale che il mito delle rupi cozzanti pone in evidenza è, come si è detto, quello dello stretto marino come soglia fra due mondi o due dimensioni dell'esistenza. Il passaggio delle colombe, mediatori divini sia nel racconto omerico che in quello di Apollonio, costituisce da questo punto di vista un elemento chiave, che può essere meglio contestualizzato all'interno di un'ampia tradizione folklorica. Già James Frazer aveva individuato una serie di fiabe e leggende popolari russe, rumene, greche ed eschimesi, in cui un giovane è mandato alla ricerca dell'acqua della vita (ma anche dell'acqua della morte) e per farlo deve superare due montagne, due scogli, o due iceberg che si richiudono. Non di rado un uccello, una cicogna o un'ape, viene mandato in aiuto dell'eroe, e perde la coda nel passaggio. In una fiaba greca moderna una fanciulla perde il lembo della sua veste tra due montagne che si richiudono dietro di lei²³. Punta della coda, aplustre della nave, lembo della gonna: il superamento della prova eroica, dunque, lascia sempre un segno tangibile del rischio che si è corso nel compiere il pericoloso passaggio. È un rischio che nemmeno gli dèi sono in grado di ridurre, visto che Zeus, invece di proteggere le colombe, ne invia una dopo l'altra per sostituire quella che inevitabilmente perisce. Il transito attraverso le rupi apre dunque un varco verso un altrove, e separa due spazi ontologicamente diversi: quello umano, navigabile e percorribile, dall'aldilà inaccessibile delle acque primordiali, agli estremi confini del mondo, sorgente di vita e di immortalità, dove nasce appunto l'ambrosia. Le parole del coro che piange l'imminente morte di Fedra, nell'Ippolito di Euripide, sono in questo senso esplicite: "Vorrei arrivare alla riva dove è il Giardino delle

²³ Guidorizzi 1995: 524-527, altri esempi sono riportati da West 2005: 39-43. Sulla colomba come mediatore divino cf. Petrisor 2009: 114-139.

Esperidi canore, dove il signore del mare non garantisce più nessuna via ai naviganti, e fissa il sacro confine del cielo, retto da Atlante: accanto al letto di Zeus scorrono fonti d'ambrosia, e la sacra terra nutre il benessere degli dèi"²⁴.

Ma le rupi cozzanti non esauriscono qui la loro funzione: il mito mette in luce un altro aspetto rilevante, ovvero quello del disordine e del caos. Il movimento continuo delle rocce in mezzo al mare rappresenta infatti una sfida alla corretta separazione degli elementi e del loro ordine naturale. In primo luogo perché la terra, ferma e stabile per definizione, diventa mobile, e l'instabilità dell'elemento marino prevale sulla fissità di norma attribuita a quello terrestre: non a caso Pindaro definisce queste rupi come "rocce viventi"²⁵. Ma non si tratta solo di questo: a ben guardare, in effetti, nel Mediterraneo antico vi sono altre *iles flottantes* (le Strofadi, l'isola di Eolo, la stessa Delo), che pure non sembrano costituire un pericolo così insormontabile per i naviganti. Nel caso delle rupi cozzanti, l'effetto caotico è potenziato dal fatto che il levarsi dei flutti causato dal movimento delle rocce rappresenta una rottura della separazione fra la linea della superficie delle acque e le profondità marine: in altre parole l'abisso, il mare nella sua natura più oscura e implacabile, riemerge in superficie. Le fonti insistono, infatti, non tanto sul pericolo di rimanere *schacciati fra le rupi*, ma di essere *soverchiati dall'altezza delle onde* e dal ribollire del mare prodotto dal loro movimento. Il passaggio attraverso le rupi cozzanti rappresenta, potremmo dire, la quintessenza del rischio che ogni viaggio per mare di per sé implica. È forse per questo che Apollonio Rodio sottolinea come il transito di Argo attraverso le rupi cozzanti, nei due sensi, non si realizzi per mezzo di un'effettiva navigazione in mezzo alle acque, ma piuttosto attraverso un volo: all'andata Atena "lancia" letteralmente la nave al di là delle Simplegadi; mentre al ritorno le Nereidi sospongono la nave come fosse una palla, ancora per farla "volare" oltre le Plancte.

Mi pare che l'importanza di questi aspetti del mito possa essere dimostrata da un'osservazione conclusiva. Il viaggio degli Argonauti, nel poema di

²⁴ E. *Hipp.* 741-751 (trad. Paduano 2000).

²⁵ Pi. *P.* 4.209.

Apollonio, viene così riassunto nei versi di apertura: "...che io ricordi le gesta degli eroi antichi che attraverso le bocche del Ponto e le rupi Cianee, eseguendo i comandi di Pelia, guidarono al vello d'oro Argo, la solida nave"²⁶. Come giustamente osservato da Nimura-Jensen²⁷, il passaggio attraverso lo stretto e le sue le rupi rappresenta e definisce metonimicamente l'intero viaggio che gli eroi hanno compiuto attraverso il Mediterraneo: ciò dimostra, da un lato, la sua centralità nell'asse narrativo del poema, dall'altro, il suo elevato potere comunicativo agli occhi del lettore.

BIBLIOGRAFIA

- Ampolo, Carmine (1993). "Il tuffo e l'oltretomba. Una nota sulla tomba del tuffatore e Plut., Mor. 563 E", *La Parola del Passato*, 48: 104-108.
- Angelini, Anna (2012). "Spazio marino e metafore della morte nel mondo antico", *Quaderni del Ramo d'Oro On-line*, numero speciale: 49-62.
- Beaulieu, Marie-Claire Anne (2008). *The sea as a two-way Passage between Life and Death in Greek Mythology*, Thesis Diss., Austin, University of Texas.
- Benveniste, Emile (1966). *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard.
- Buxton, Richard (1994). *Imaginary Greece. The Contexts of Mythology*. Cambridge: University Press.
- Calzecchi Onesti, Rosa (1989). *Omero. Odissea*. Torino: Einaudi.
- Chantraine, Pierre (2009). *Dictionnaire étymologique de la langue grecque: histoire des mots*. Nouvelle édition. Paris: Klincksieck.
- Combellack, Frederick (1953). "Homer's savage Fish", *The Classical Journal*, 48, 7, 257-261.
- Detienne, Marcel (1967). *Les maîtres de vérité dans la Grèce archaïque*. Paris: Maspero (trad. it. *I maestri di verità nella Grecia arcaica*. Trad. Augusto Fraschetti. Roma/Bari: Laterza, 1983).
- Frontisi-Ducroux, Françoise (2003). *L'homme-cerf et la femme araignée: figures grecques de la métamorphose*. Paris: Gallimard.

²⁶ A. R. 1.1-4 (trad. Paduano 1998).

²⁷ Nimura-Jensen 2000: 304.

- Georgoudi, Stella (1988). "La mer, la mort et le discours des épigrammes funéraires", *Annali dell'Istituto Universitario Orientale di Napoli (AION). Sezione di Archeologia e Storia Antica*, 10, 53-61.
- Gallini, Clara (1963). "Katapontismos", *Studi e Materiali di Storia delle Religioni*, 34, 61-90.
- Guzzo, Pietro Giovanni (2005). "Porthmos. Le fonti letterarie sul passaggio dello stretto", in Ghedini, Francesca; et al. (eds.). *Lo stretto di Messina nell'antichità*, Roma: Quasar, 39-43.
- Guidorizzi, Giulio (1995). Apollodoro, *Biblioteca*. Con il commento di James G. Frazer. Milano: Adelphi.
- Janni, Pietro (1996). *Il mare degli antichi*. Bari: Laterza.
- Lesky, Albin (1947). *Thalatta. Der Weg der Griechen zum Meer*. Wien: Rohrer.
- Lindenlauf, Astrid (2003). "The sea as a place of No Return in Ancient Greece", *World Archaeology*, 35, 3, 416-433.
- Lindsay, Jack (1965). *The Clashing Rocks: a Study of Early Greek Religion and Culture and the Origins of Drama*. London: Chapman & Hall.
- Neri, Camillo (2004). *La lirica greca. Temi e testi*. Roma: Carocci.
- Nishimura-Jensen, Julie (2000). "Unstable geographies: The moving landscape in Apollonius' *Argonautica* and Callimachus' *Hymn to Delos*", *Transactions of the American Philological Association*, 130, 287-317.
- Paduano, Guido (1998). *Apollonio Rodio. Le Argonautiche*. Milano: Rizzoli.
- Paduano, Guido (2000). *Euripide. Ippolito*. Milano: Rizzoli.
- Petrisor, Gabriela (2009). *Structures spatiales dans la pensée religieuse grecque de l'époque archaïque. La représentation de quelques espaces insondables: l'éther, l'air, l'abîme marin*. Thèse de Doctorat: Université de Montréal.
- Picard, William F. (1987). "The Symplegades", *Greece & Rome*, 34, 1, 1-6.
- Prontera, Francesco (1987). "Lo stretto di Messina nella tradizione geografica antica", in Pugliese Carratelli, Giovanni (ed.). *Lo stretto crocevia di culture. Atti del ventiseiesimo convegno di studi sulla Magna Grecia, Taranto-Reggio Calabria, 9-14 ottobre 1986*. Taranto: Istituto per la Storia e l'Archeologia della Magna Grecia, 107-131.
- Prontera, Francesco (2005). "Lo stretto nella geografia antica", in Ghedini, Francesca et al. (eds.). *Lo stretto di Messina nell'antichità*. Roma: Quasar, 29-38.
- Ranucci, Giuliano (1982). *Gaio Plinio Secondo. Storia Naturale II. Antropologia e Zoologia (libri 7-11)*. Torino: Einaudi.

- Rudhart, Jean (1971). *Le thème de l'eau primordiale dans la mythologie grecque*. Berne: Editions Francke.
- Sengör, Celal A. M. (2002). "Is the Symplegades myth the record of a tsunami that entered the Bosphorus? Simple empirical roots of complex mythological concept", in Aslan, Rüstern; et al. (eds.). *Mauerschau. Festschrift für Manfred Korfmann*. Vol. 3. Remshalden-Grunbach: Greiner.
- Smid, T. C. (1970). "'Tsunamis' in Greek Literature", *Greece & Rome*, 17, 1, 100-104.
- Vermeule, Emily (1979). *Aspects of Death in Early Greek Art and Poetry*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press.
- Wachsmuth, Dietrich (1967). *Pompinos ho daimon: Untersuchung zu den antiken Sakralhandlungen bei Seereisen*. Berlin: Diss. Freie Universität (1960).
- West, Martin L. (2005). "Odyssey and Argonautica", *The Classical Quarterly*, 55, 1, 39-64.

A PRIORIDADE DO MAR

The sea's priority

AVELINO DE FREITAS DE MENESES

avelino.f.meneses@uac.pt

Universidade dos Açores

DOI

http://dx.doi.org/10.14195/0870-4112_3-2_4

Recebido em setembro de 2015

Aprovado em janeiro de 2016

Biblos. Número 2, 2016 • 3.^a Série

pp. 95-116

RESUMO.

Em Portugal, o mar foi, é e será uma questão central, inclusivamente de uma acrescida urgência, muito determinada pela extenuação dos recursos de toda a terra, que provoca agora uma nova e desenfreada corrida aos oceanos, onde possuímos pergaminhos para dirimir e defender, como país marítimo, até arquipelágico. Por isso, este texto trata de três aspetos fulcrais: a importância do mar no Portugal do passado; a utilidade do mar no Portugal do presente; a oportunidade do mar no Portugal do futuro. Ademais, e pese embora a extensão da costa continental, recordaremos que o mar português de hoje é sobretudo o mar das ilhas, principalmente o mar das ilhas dos Açores, por ser aquele que mais permite o alargamento da jurisdição e o acréscimo da esperança.

Palavras-chave: História; Futuro; Decadência; Projeção; Conhecimento.

ABSTRACT.

In Portugal, the sea was, is and will always be a central issue. Additionally, it is also an issue of great urgency due to the exhaustion of the resources of the whole earth, which now causes a new headlong rush to the oceans, where we have scrolls to settle and defend, as a maritime country, even archipelagic. Thus, this paper deals with three key aspects: the importance of the sea in past time Portugal; the utility of the sea in Portugal today; the opportunity of the sea in the future Portugal. Never the less, and despite the extension of the continental coast, we shall remember that the Portuguese sea today is mainly the sea around the Portuguese islands, especially the sea of the Azores, because it allows the extension of jurisdiction and an increasing hope.

Key-words: History; Future; Decadence; Projection; Knowledge.

I. O ARRIMO DO MAR NO PORTUGAL DO PASSADO

A génese e a construção de Portugal são um enigma, por falta de uma base étnica comum, de uma geografia específica e de uma cultura peculiar. No devir português, o mar foi sempre a essência de tudo, isto é, de uma identificação decidida, demorada e custosa, no começo, do cumprimento de uma missão universalista a projetar a Europa no Mundo, de permeio, e da possibilidade de um honroso retorno à Europa a garantir o respeito do Mundo, na atualidade. Aliás, pouco depois da consolidação da independência, o epicentro do país transita mesmo da Metrópole para o Ultramar, aí permanecendo pelo menos até à libertação do Brasil em 1822, porventura, até ao colapso do império africano em 1974.

Na história de Portugal, do nascimento ao apogeu, à decadência e às tentativas de regeneração, tudo dependeu da influência do mar, mais concretamente, da conquista ou da perda de predomínio nos mares.

1. NA FORMAÇÃO

A origem e a identificação de Portugal acontecem entre os séculos XI e XIV. A propósito, José Mattoso, no livro *Identificação de um País: ensaio sobre as origens de Portugal*, situa o aparecimento e a afirmação da nação entre 1096 e 1325. 1096 é a data da fundação do Condado Portucalense, que é a semente de Portugal. 1325 é o ano da morte de D. Dinis, que implementa um programa de organização e de desenvolvimento. O reconhecimento do país deriva principalmente de três experiências: o combate aos mouros, a sul, a ameaça dos castelhanos, a leste, e a atlantização do povoamento, fruto da omnipresença do mar, que motiva verdadeiramente a individualidade dos portugueses por entre os povos peninsulares.

2. NO AUGE

O auge de Portugal acontece nos séculos XV e XVI, por força dos descobrimentos e da expansão. Na verdade, a conquista da máxima projeção de

Portugal na Europa e no Mundo decorre da exploração dos mares, que faculta a construção do império. Por isso, Eduardo Lourenço assegura que, à exceção da Macedónia e de Roma, na longínqua Antiguidade Clássica, “poucas vezes um povo partindo de tão pouco alcançou um direito tão claro a ser tido por grande”. De facto, a nossa expansão ultramarina possui consequências europeias e mundiais, equivalentes a marcos do curso da civilização. Para a Europa, a nossa expansão ultramarina corresponde à libertação de um isolamento milenar, sob o jugo do Islão, e permite a transformação de uma cultura continental e mediterrânica numa vivência intercontinental e transoceânica. Para o Mundo, a nossa expansão ultramarina assinala o advento de uma nova era da história da Humanidade – a dita Idade Moderna – caracterizada pelo esboço da unidade do planeta, próprio da primeira globalização.

3. NA DECADÊNCIA E NA REGENERAÇÃO

Após o tempo do furor, quando nas palavras de Lúcio de Azevedo “o rei de Portugal parecia um daqueles soberanos das lendas, possuidores de tesouros sem fim”, desponta a síndrome da decadência. O fenómeno ocorre logo por meados do século XVI, em consequência do recuo no Norte de África, da concorrência no Oriente e da disputa do Brasil. Por outras palavras, tudo deriva das adversidades do mar, melhor dizendo, do Ultramar. A breve trecho, por acréscimo, o arrimo da corrupção, a força das armas e a simpatia dos poderosos conduzem mesmo à União Ibérica de 1580. Para uns, trata-se da reintegração natural de Portugal na grande Hispânia. Para outros, caso do poeta açoriano Antero de Quental, corresponde à morte de Portugal, que até coincide com o óbito de Luís de Camões, o autor d’*Os Lusíadas* – a epopeia dos descobrimentos, o mesmo é dizer, a epopeia da idade de ouro de Portugal.

Na história de Portugal, a ideia de decadência, com origem no século XVI, alastra e entranha nas centúrias posteriores, em virtude do decréscimo da influência portuguesa nos mares. De facto, o mar, que fora português, deixava inclusivamente de ser ibérico, transitando para o domínio dos concorrentes do Norte. Entre eles, os holandeses, os franceses e, por fim, os ingleses, muito antes da mais hegemónica das primazias, exercida a partir do século XX pelos Estados Unidos.

Na história de Portugal, a ideia de decadência foi sobretudo uma construção dos estrangeirados dos séculos XVII e XVIII e dos liberais do século XIX. Os estrangeirados, no confronto com o passado dos séculos XV e XVI, assinalam a perda de projeção na Europa e no Ultramar, no confronto com os parceiros europeus mais poderosos, assinalam o atraso da sociedade portuguesa. Todavia, jamais reconhecem a excecionalidade da conjuntura quatrocentista, que explica o pioneirismo da nossa expansão marítima, e a extrema pequenez de Portugal, face aos estados da Europa ocidental e atlântica, que impede o alcance de uma posição cimeira. Os liberais intentam a regeneração do país. Porém, o rotundo falhanço acarreta uma profunda frustração. Para se eximirem a tamanha responsabilidade, imputam culpas ao passado, designadamente, ao primado do Absolutismo, que retira iniciativa à sociedade, e à prioridade do Ultramar, que origina o desprezo do Reino.

Na história de Portugal, a ideia de decadência radica ainda no facto de no século XV termos sido a “cabeça” da Europa e de no século XXI nos encontrarmos na “cauda” da Europa. Hoje, apesar da crise, bom seria que nos lembrássemos que mesmo a cauda da Europa ainda pertence, não sabemos por quanto tempo, à “cabeça” do Mundo. É certo que isto não significa qualquer garantia absoluta, mas sempre constitui uma oportunidade explorável. Se assim pensássemos, talvez então, com menor dramatismo e com maior sucesso, pudéssemos evoluir daquilo que pensamos que somos e porventura não somos tanto, isto é, pequenos, pobres e tradicionalistas, para aquilo que queremos ser e que nunca seremos por completo, isto é, grandes, ricos e cosmopolitas.

4. NO REGRESSO À EUROPA

Em pouco mais de um século, isto é, em parte dos séculos XV e XVI, Portugal construiu um grande império, ingressando na dimensão universal. Em pouco mais de um século, isto é, em parte dos séculos XIX e XX, Portugal perdeu um grande império, regressando à dimensão europeia. Da experiência ultramarina, sobram o reconhecimento da independência dos territórios mais longínquos e de recorte civilizacional mais diverso, primeiro, o Brasil e, depois, as colónias de África, e a atribuição de autonomia às regiões mais próximas e de semblante

mais aconchegado à matriz europeia, casos da Madeira e dos Açores. E como a história não para, o processo não acabou! Assim, persistem a ambição e a utopia, sempre próprias da condição humana. Os beneficiários da autonomia ainda pugnam pela ampliação de direitos. Os detentores da independência ainda buscam os caminhos do desenvolvimento. Neste contexto, sob o estímulo de raízes históricas e culturais comuns, mas também pelo proveito da economia, resta a Portugal o dever e a vantagem da constituição de uma comunidade lusófona, assente em bases de cooperação e de respeito, mas ainda muito longe da consumação. De novo, sobressai a indispensabilidade da via oceânica, porque a lusofonia é eminentemente marítima. Com efeito, une o norte e o sul do Atlântico, com polos em Portugal, no Brasil e em Angola, mas também em Cabo Verde, e com prolongamento em zonas ribeirinhas do Índico e do Pacífico.

Após um nascimento sofrido, um apogeu fugaz, uma decadência longa e uma regeneração falhada, mas essencialmente depois da deriva ultramarina, encontramos-nos no tempo do regresso à Europa que nos gerou. O regresso de Portugal à Europa, mais do que uma incidência da revolução portuguesa de 1974, é um projeto multissecular, considerado a antítese da decadência. Aliás, os estrangeirados dos séculos XVII e XVIII e os liberais do século XIX, quando deploram o atraso de Portugal, anseiam pela integração na Europa. O triunfo de Portugal na União Europeia é, por isso, o maior desafio da nossa geração. Para tanto, e disso ainda não nos apercebemos, possuímos essencialmente o mar. Quer isto significar que a capacidade de afirmação no Mundo, propiciada pela extensão marítima, corresponde à melhor forma de Portugal singrar na própria Europa.

II. A URGÊNCIA E A OPORTUNIDADE DO MAR NO PORTUGAL DO PRESENTE E DO FUTURO

Nós vivemos num mundo muito mudado! Apesar da preponderância dos Estados Unidos, vivemos num mundo quase pós-americano. Com efeito, hoje já prepondera a constelação dos poderes, composta pelos Estados Unidos, também

pela União Europeia, pela China e pela Índia, e até pela Rússia, pela Indonésia e pelo Brasil. Porém, subsistem as ameaças, muito mais difusas, mas igualmente perigosas. Além disso, face à natural exaustão dos norte-americanos e à evidente acomodação dos europeus, o centro de gravidade planetária transita do Ocidente para o Oriente. Nestas circunstâncias, Portugal que, após a perda do império, quase abdicou da manifestação de ambições e da admissão de desafios carece de redefinir o seu posicionamento, e de novo à escala mundial. Para tanto, dispõe da CPLP, uma comunidade de afetos, de interesses e de culturas, mas até agora caracterizada pela insuficiência dos resultados. Para tal, beneficia sempre do mar, um convite e um estímulo constantes à conquista de maior projeção.

De resto, no domínio da economia, a concentração das principais fontes de energia em zonas instáveis e o esgotamento dos combustíveis fósseis terrestres obrigam à exploração dos mares mais longe e mais fundo, ocasionando a valorização de Portugal, se traduzível em acréscimo de desenvolvimento. Nestas circunstâncias, mais do que executar, governar é prever. Por isso, conscientes da grande oportunidade, já se definiu o propósito do aumento em 50% do contributo da exploração marítima para o Produto Interno Bruto até 2020. O objetivo constitui um bom sinal, pois equipara o oceano a um meio de regeneração, indispensável na construção de um futuro melhor, bem diverso do presente titubeante, próprio de um país que quase de todo se esvaiu no passado. Porém, a obtenção do desiderato reclama por uma conjugação de esforços, no mínimo, a congregar decisores, empresários e estudiosos.

1. OS BENEFÍCIOS DO MAR

O definhamento económico e a irrelevância política constituem ameaças sérias, capazes de reduzir Portugal à condição de “estado exíguo”. Nestas circunstâncias, possuímos exclusivamente o mar, como fator de afirmação, talvez melhor, de reafirmação. É bem de crer que hoje, por trato marítimo, não cheguem de novo as especiarias e os metais preciosos, outrora originários de riqueza e de ilusão. Porém, a via oceânica sempre converte a pequenez em imensidão, conferindo uma liberdade de opção, indispensável na definição de rumos de maior independência e prosperidade. No mar, há entretanto que contrariar a

retórica da igualdade, insistentemente repetida pelos poderosos, que alegam a nossa incapacidade técnica, no intuito da apropriação de águas e de fundos que pelo direito nos pertencem.

Ao longo da história, os observadores mais argutos destacaram sempre a relevância do mar, sobretudo na perspectiva do exercício do poder. Na Antiguidade, Temístocles assevera que “aquele que domina o mar tem o domínio de tudo”. Na Modernidade, António Perez, secretário de Filipe II, refere que “o príncipe que for senhor do mar será senhor da terra”. Na Contemporaneidade, o rei da Bélgica Leopoldo II afirma que “um país que tem mar só é pequeno se o não souber aproveitar”. De resto, o suceder histórico confirma todas estas declarações. Com efeito, dominantes foram sempre as potências que conheceram e utilizaram o mar.

A utilidade dos oceanos não respeita exclusivamente à projeção política e militar dos estados. Na verdade, o fitoplâncton é a fonte de mais de metade do oxigénio da atmosfera. Além disso, pelo menos desde a revolução industrial, o mar assegura a habitabilidade da terra, através de uma enorme capacidade de absorção de gases com efeito de estufa, que só agora demanda cautela, por força do aumento da temperatura e, por consequência, da elevação do nível das águas marinhas. Mais do que isso, nos nossos dias, os oceanos pontificam como fonte essencial de muitos recursos, como meio principal de transferência de bens. Assim, não admira que, em todos os continentes e em todas as ilhas, mais de metade da população se concentre numa estreita faixa litoral de cerca de 100 quilómetros, onde também predomina o grosso das indústrias e dos serviços. No futuro, o mar é a maior janela de oportunidade da Humanidade, fruto também da descoberta e da exploração de potencialidades acerca das quais ainda muito há que saber. Por isso, exige investigação, aproveitamento e preservação.

No passado, como se viu, Portugal foi essencialmente o mar. Aliás, Jaime Cortesão assegura que o devir português corresponde ao aproveitamento das potencialidades do mar, que propiciam a construção do primeiro estado pluri-continental e a génese da primeira globalização. No presente, a omnipresença do mar persiste por fator da identificação de Portugal. Na verdade, no espaço marítimo europeu, possuímos a maior Zona Económica Exclusiva, equivalente a cerca de 18 vezes o território do continente, e ainda em fase de acréscimo,

dada a extensão em curso da plataforma continental. Além disso, registamos o maior consumo de peixe *per capita* da União Europeia, e inclusivamente o terceiro a nível mundial, atrás da Islândia e do Japão. Localizamo-nos também no epicentro do movimento marítimo universal, em crescimento por força da globalização. Este tráfego recupera mesmo da substituição do navio pelo avião na deslocação de passageiros a partir da década de 1970. No reforço da circulação, impera o aumento do turismo de cruzeiros e, sobretudo, a multiplicação do transporte de mercadorias, feito quase exclusivamente por mar, e que em 95% dos casos utiliza nove pontos focais, sendo dois deles: o Estreito de Gibraltar e o Canal da Mancha, vizinhos da costa portuguesa. Neste contexto, nem o recente declínio do Atlântico Norte, perante a emergência do Sul e a dominância do Índico e principalmente do Pacífico, ameaça de verdade a centralidade portuguesa, a prazo beneficiária do alargamento do canal do Panamá e da inauguração das rotas do Ártico. Assim, apesar do desejável aumento, as atividades marítimas já geram criação de emprego, cobrança de impostos e arrecadação de lucros. No entanto, no seio da União Europeia, afinal a primeira potência marítima mundial, a Portugal cabe a assunção de uma liderança, fortalecida pela possibilidade legal de apropriação do mar alto que é, cada vez menos, um espaço comum, de livre acesso para todos.

Contra a nossa tradição multissecular, o retorno português à Europa coincide voluntária e desafortunadamente com o abandono do mar, um facto que degrada, reconhecemos agora, a imagem e o crédito de Portugal no concerto das nações, mesmo no seio da própria União Europeia. Três fatores terão influído na inversão de conduta: o choque petrolífero de 1973, que perturba sectores vitais da economia do mar, por exemplo, o transporte marítimo e a construção naval, acomodados aos baixos preços da energia e da mão-de-obra; a revolução de 1974 e a descolonização de 1975, pela trágica identificação do mar com a ditadura e pela ruína do cluster das rotas marítimas africanas; estranhamente, a adesão à Comunidade Económica Europeia em 1986, que sobre põe a continentalidade à maritimidade, de todo perceptível na crise da pesca, muito dificilmente atribuível aos efeitos da Política Comum de Pescas, que até propicia à Irlanda a organização de uma frota e o acréscimo das capturas. O resultado de tudo isto consiste na difusão, ainda por cima entre os jovens, por

vezes com a conivência dos próprios governos, de uma visão decadentista do mar, equiparado a um passado desprovido de expectativas, incapaz de albergar os propósitos de um futuro mais auspicioso.

Mesmo que trocado pelo sonho europeu, o afastamento do mar, verificamo-lo hoje, não reverteu em dinamização da economia. Bem pelo contrário! Com efeito, em vez da individualização de uma estratégia de convergência com as dinâmicas da modernização, mais adequadas à competitividade e à globalização, Portugal evidencia vulnerabilidades, que determinam a periferização e a inércia das atividades económicas. É de crer que nesta adversa conjuntura ainda influam os desequilíbrios da descolonização e das nacionalizações. Mais do que isso, o deficiente aproveitamento das oportunidades propiciadas pela adesão à Comunidade Económica Europeia e pela integração na zona euro. A título de exemplo, a disfunção entre a intensidade do financiamento e a exiguidade dos resultados, agravada pela contradição entre a descida dos juros e o acréscimo do endividamento, quando aos governos já faltam os meios de manipulação da política monetária.

Após o tempo do protecionismo, ao Estado compete muito mais a prática da regulação, muito menos o exercício do controlo ou a imposição da autoridade. Acima de tudo, em modelos económicos necessariamente interdependentes, avulta a necessidade de um poder de orientação estratégica. O resultado há de consistir na substituição da auto subsistência de baixo rendimento pela descoberta e pela exploração de especializações, obrigatoriamente ancoradas em vocações históricas e naturais, que demonstrem competitividade e originem proveito. Muito para além das vantagens do ambiente, que alavancam o desenvolvimento do turismo, releva de novo a prioridade do mar, mesmo a conveniência da criação de um hipercluster da economia do mar, a converter em desígnio nacional, ainda mais justificável perante a ameaça da crise financeira e a delonga da recuperação económica.

Hoje, a relação de Portugal com o mar assenta num tremendo paradoxo. De facto, a omnipresença do oceano, que nos confere mesmo o estatuto de potência marítima, não possui tradição no debate político, na atividade económica, muito menos nas lides académicas. No mar, a incompreensível desproporção entre o muito que temos e o pouco que fazemos remete-nos para o vulgo dos

pequenos países terrestres, que dificilmente alcançam notoriedade. Nestas circunstâncias, há que proclamar a relevância e a indispensabilidade do mar, que constitui à escala universal, na atualidade, a última fronteira do planeta, fonte por excelência da acumulação de riqueza e da projeção de poder. Ademais, e no respeitante exclusivamente a Portugal, se o mar é o principal fator identitário, desde o dealbar da nacionalidade, terá de ser também o catalisador das nossas esperanças, que hão de traduzir-se em conquista de poder, riqueza e prestígio no futuro próximo. Na verdade, o mar é o principal ativo do país, já que possui a dimensão e a profundidade que faltam ao continente e às ilhas. De resto, na Europa, o vastíssimo triângulo marítimo, delimitado pelos Açores, pela Madeira e pela costa do Continente, confere em simultâneo segurança interna e projeção externa a todo o território europeu. Assim, o Estado português reconquista centralidade na retoma de maior correspondência com África e as Américas. Assim, o Estado português resiste à aviltante condição de irrelevante periferia, em consequência do assomo da continentalidade, resultante do alargamento da União Europeia em territórios do centro e do leste.

O mar é afinal a única garantia de que Portugal se não confina à Europa, já que a via atlântica propicia o reforço de conexões indispensáveis, a norte, com os preponderantes Estados Unidos, a sul, com os emergentes Brasil e Angola, mas ainda na tentativa de fixação de influência nos PALOP's, já muito disputada por espanhóis, chineses e pelos próprios brasileiros. No futuro, o mar, muito mais do que um instrumento de Portugal, terá de ser o destino de Portugal, constituindo, por isso, a essência da nossa política externa, pois é o único espaço económico nacional ainda rico e relativamente inexplorado. Muito mais do que os governos em particular, oxalá assim o entendam as governações, para que se confira corpo a esta mensagem de esperança.

2. OS HAVERES DO MAR

A tradição veicula o entendimento de que o peixe é a principal e até a única riqueza do mar. Porém, na atualidade, os recursos marítimos são inúmeros e valiosos. Por exemplo, os micro-organismos do mar profundo, que subsistem em condições extremas, até muito recentemente tidas por incompatíveis com

a própria vida, mas donde se extraem biomoléculas, muito cobiçadas pela indústria farmacêutica, pela medicina e pela biotecnologia. Por exemplo, as fontes de energia, tanto as convencionais, o petróleo e o gás natural, como as renováveis, a força das ondas e do vento. Sobre a energia convencional, lembre-se que a rarefação do petróleo em terra transforma o mar no seu principal reservatório e, por isso mesmo, em campo preferencial de exploração, uma tendência que se esboça após o choque petrolífero de 1973. Sobre a energia renovável, lembre-se o potencial das ondas, resultante de uma ondulação regular, movida pelos ventos de circulação do anticiclone dos Açores, e até mais forte e aleatória, à passagem das perturbações do Inverno, como sejam as depressões e os sistemas frontais. Por exemplo, a extração de minérios, mais abundante nos campos hidrotermais, a saber, o cobre, o zinco, o cobalto, os hidratos de metano e até o ouro. Por exemplo, a maior capacidade de transporte intercontinental de mercadorias – essencial num tempo de maior crescimento do comércio do que da produção – uma atividade em previsível acréscimo, dada a crescente utilização do Ártico e dada a menor poluição dos percursos marítimos comparativamente aos terrestres, que ainda estimula a indústria da construção naval, hoje repartida entre o Extremo Oriente, onde se constroem os navios de maior dimensão, e a Europa, onde se constroem os navios com mais tecnologia, como sejam os militares, os de passageiros e as plataformas de exploração de petróleo e de gás. Por exemplo, o recreio e o desenvolvimento do turismo, quase todo ele ribeirinho, se não mesmo náutico. Por exemplo, os achados arqueológicos submarinos de grande significação histórica e cultural.

Em Portugal, a tradição pesqueira demanda uma adequada reflexão. Mais antiga do que a própria nacionalidade, a pesca constituiu um fator de subsistência logo na 1ª dinastia. Depois, na época dos descobrimentos, até contribuiu para a dignificação social dos mareantes e dos pescadores, por exemplo, celebrizados nos Painéis de S. Vicente, porque hierarquizados logo depois da representação dos nobres e dos clérigos. Hoje, o volume das capturas não assegura o consumo interno, nem sequer garantido pelo lento crescimento da aquacultura, com uma produção, entre nós, de cerca de metade da média da União Europeia. A insuficiência decorre, entretanto, da sobreexploração dos stocks, fruto da conversão das pescarias em atividade planetária, centrada na apanha de um conjunto de espécies-alvo, fruto

também das incidências da comercialização do pescado, que não compensam o labor dos pescadores, quase obrigatoriamente transformados em rapinadores dos mares.

Na impossibilidade do aumento das capturas, quando o peixe é procurado mais longe e mais fundo, a solução consiste na preservação dos cardumes, através da criação de reservas marinhas. Até lá, entre nós, apesar da excelência da geografia, talvez ajude o decréscimo das pescarias, agora equivalentes a cerca de 1/3 do volume de capturas da década de 1960 e aproximadamente a 1/3 do atual consumo nacional de pescado. No entanto, o fenómeno decorre de fatores demasiado complexos, nem sempre dependentes de uma capacidade de decisão própria. Entre eles, o impedimento de pesqueiros externos, mais protegidos pelo direito do mar, que obriga à concentração da faina nas águas territoriais; também os constrangimentos da nossa Zona Económica Exclusiva, a maior da União Europeia, mas não propriamente a mais rica, porque caracterizada pelo contraste entre a vastidão da costa marítima e a redução da plataforma continental e pela variedade, jamais pela abundância, de espécies; e ainda as implicações da integração europeia, que motivam o abate de parte muito significativa da nossa frota, com evidências de envelhecimento. Nesta conjuntura, não admira que Portugal registe apenas 10% dos barcos da comunidade europeia, mas equivalentes a somente 5,7% da tonelagem total, e que se quede atrás das armadas pesqueiras da Dinamarca, de Espanha, do Reino Unido e de França.

3. A DEFESA DO MAR

3.1. A FORÇA E A DISSUASÃO

No futuro, o reconhecimento da extenuação dos recursos terrestres e a expectativa da abundância das riquezas marinhas aumentarão inevitavelmente a disputa dos oceanos. A indefinição das fronteiras marítimas e a ambiguidade do direito internacional também potenciarão a conflitualidade. Nestas circunstâncias, urge a defesa do mar, desde há séculos reivindicada por autores e por estadistas. Por exemplo, pelo Pe. Fernando de Oliveira, que considera “os sobressaltos do mar muito mais súbitos do que os da terra”. Por exemplo, pelo Cardeal de Richelieu, que considera a força, e não a razão, o verdadeiro título naval.

Em Portugal, não se vislumbram ameaças sobre o território do continente. Porém, as águas do litoral albergam, ao que se supõe, tráficos ilícitos. Além disso, dos golfos da Guiné e de Adem, cada vez mais sujeitos à ação da pirataria moderna, provém cerca de metade dos nossos recursos energéticos. Assim, o interesse estratégico nacional, que não admite o risco da improvisação ou a distração do atraso, impõe a reunião dos meios navais adequados à extensão das nossas águas territoriais e à ambição do nosso futuro marítimo. Em tempo de paz, são essenciais para induzir à dissuasão. Em tempo de guerra, são essenciais para repelir a agressão.

3.2. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A defesa do mar não respeita exclusivamente à mobilização de forças militares. Com efeito, a garantia de uma exploração aquática com sustentabilidade demanda igualmente o esboço e a execução de uma política de educação ambiental que, a contra ciclo da imagem marítima de fonte inesgotável de recursos, alerte para o facto do oceano ser também uma natureza vulnerável e destrutível, exigindo a prevenção da poluição, uma ameaça séria à deterioração de todos os ambientes, embora muito mais visível em terra do que no mar. Na verdade, longo foi já o tempo da utilização dos fundos como depósito dos lixos mais tóxicos, avultando hoje a perigosidade dos resultados. Entre eles, por exemplo, a acidificação das águas, suscetível da aceleração das alterações climáticas, com consequências ainda mais nefastas, como é o caso da elevação do nível médio dos oceanos, em Portugal traduzível na erosão costeira, na inundação das partes baixas, no aumento da influência marinha nos estuários e na intrusão salina nos aquíferos litorais. A concentração das populações na orla costeira também exige um cuidado especial, já que acresce o risco da contaminação do ambiente marítimo.

3.3. A VALIA DO CONHECIMENTO

Mais do que pela força das armas e pela consciência ecológica, a defesa e a valorização dos oceanos radicam no progresso do conhecimento. Neste parti-

cular, às instituições de ensino superior e de investigação científica cabe uma missão essencial, quando o domínio das ciências do mar equivale à possibilidade de uma participação mais efetiva na definição dos destinos do Mundo. Considerando que só se protege aquilo que de facto se conhece, educar, investigar e inovar são prioridades do desenvolvimento da economia do mar. Por outras palavras, sem uma ciência e uma tecnologia de excelência, de pouco servirão as decisões estratégicas da governação, que incidem no aproveitamento dos recursos marítimos.

Na época dos descobrimentos, Portugal agregou e cresceu o conhecimento europeu acerca do oceano. Nesse tempo, quando Cadamosto considera a caravela “o melhor navio ao cimo dos mares”, os portugueses estão seguramente na vanguarda da técnica e da ciência navais. Depois, no último quartel do século XIX, quando por exemplo os britânicos e os franceses promovem longas e demoradas viagens de investigação oceanográfica, traduzidas na realização de milhares de colheitas e na descrição de milhares de espécies, Portugal também participa no surto da exploração dos oceanos. Aliás, em 1864, a reforma da Escola Naval contempla a lecionação das cadeiras de “Princípios do Direito Internacional Marítimo” e de “História Marítima, nacional e estrangeira”. Mais tarde, o rei D. Carlos, que conquista a reputação de oceanógrafo, realiza entre 1896 e 1907 uma dúzia de campanhas de pesquisa marítima, que estimulam o estudo do regime das correntes e da configuração dos fundos. Aliás, em 1898, à passagem do 4º centenário da nossa chegada à Índia, o monarca inaugura o Aquário Vasco da Gama, muito antes da abertura, em 1910, do Museu Oceanográfico do Mónaco, devido à iniciativa do príncipe Alberto I, então o mais ilustre sabedor do mar.

Na atualidade, o mar é um dos mais importantes e um dos mais desconhecidos ecossistemas do planeta. Por curiosidade, dizem os entendidos que se sabe menos acerca do fundo do mar do que sobre a face oculta da Lua. Com efeito, as investigações marítimas concentram-se na orla costeira, havendo apenas um conhecimento residual do oceano profundo. O fenómeno decorre da complexidade fisiográfica, bioquímica e biológica do mar, muitíssimo superior à da terra, talvez por ter sido o cadinho do nascimento da vida, que aí ficou em permanência por milhões de anos, antes da migração para a superfície terrestre.

Além disso, são ainda escassos os recursos financeiros atribuídos à investigação oceanográfica. À escala internacional, ficam aquém do investimento no estudo da topografia de Marte. À dimensão nacional, equivalem a cerca de 10% dos incentivos do sistema científico. Assim, não espanta que, ainda recentemente, a bibliografia registasse uma razão de 1 para 14 entre os artigos dedicados aos temas marítimos e terrestres. Para um país pequeno como Portugal, mas apostado, esperamos nós, num decisivo retorno ao mar, este relativo atraso dos estudos marinhos poderá até constituir uma boa janela de oportunidades, se facultar a possibilidade de nos alcandorarmos a uma posição cimeira no panorama da investigação científica mundial.

No futuro, antevemos o acréscimo do conhecimento do mar até porque, no presente e no passado não muito longínquo, já imperam alguns bons indicadores. Com efeito, desde a 1ª metade dos anos 70 que registamos o funcionamento de diversos navios de investigação marítima. Entre eles, o *Arquipélago*, pertença da Universidade dos Açores. Ademais, em 1998, no Ano Internacional dos Oceanos, a Exposição Mundial de Lisboa, organizada sob o lema “O Oceano, um Património para o Futuro” desperta nos estudiosos e nas populações maior interesse pela problemática marítima. Assim, entende-se que, na última década, tenha mais do que quadruplicado o número de doutores em Ciências do Mar e que, apenas entre 2004 e 2008, tenha crescido em 68% a produção científica, uma subida inclusivamente acima da média europeia. Por acréscimo, no estudo específico de fontes hidrotermais, entre 2006 e 2010, os dados relevam de novo um avanço, destacando a ação da Universidade dos Açores que, através do seu Departamento de Oceanografia e Pescas (DOP), alcandora Portugal ao oitavo posto mundial da lista das publicações científicas. Na génese destes progressos, ressalta sempre a capacidade de alargamento do domínio marítimo de Portugal, amparada pela evolução do direito do mar. É o que sucede na sequência da Convenção das Nações Unidas de 1982, quando acresce o denominado mar territorial além das 12 milhas. É o que sucede agora, com a oportunidade de extensão da plataforma continental além das 200 milhas, mais um legado para o futuro, que obriga ao estudo das características geológicas e hidrográficas do fundo do mar, servido pela aquisição de nova tecnologia.

No mar, a conquista do futuro demanda sempre maior incidência na prática da investigação e no exercício do ensino. Na investigação, considerando o enquadramento natural, há muito que se reclama a instalação de um centro de pesquisa oceanográfica nos Açores, beneficiando do conhecimento acumulado pelo DOP. Mais importante é, entretanto, que as Universidades, os Politécnicos, os Laboratórios e necessariamente as Empresas procedam à constituição de clusters, que facilitem a aplicação da ciência e da tecnologia no domínio das atividades, para que reverta em fator de inovação, o mesmo é dizer, de progresso concreto, em demonstração de que o saber produz mais riqueza. No ensino, do primário ao superior, enquanto símbolo de um passado honroso e recurso de um futuro promissor, o mar tem de ser forçosamente um objeto central de estudo, que desperte o interesse da juventude, porque dela depende o destino de Portugal.

Em suma, o denominado crescimento azul exige a constituição de um cluster para o conhecimento do mar, garantia absoluta de que a exploração dos fundos assegura a sustentabilidade dos recursos. A tarefa obriga ao empenhamento e à cooperação das instituições científicas nacionais, mas não chega, dada a necessidade da utilização de tecnologia de ponta, a demandar a indispensabilidade de fundos avultados. De facto, a complexidade do desafio impõe um trabalho coletivo, jamais cingido às fronteiras domésticas, de todo aberto às parcerias internacionais, pois só elas possibilitam a um pequeno país singrar no universo da ciência. Mesmo assim, o supremo interesse português reclama por um protecionismo sadio, que impeça a perda para a emigração de técnicos e de cientistas, cuja formação implica um investimento vultuoso, sem a extração de benefício.

4. A EXPLORAÇÃO DO MAR

4.1. OS AVANÇOS

Em Portugal, o investimento em infraestruturas portuárias e o esforço de extensão da plataforma continental testemunham um propósito de consolidação da economia do mar, condizente com o carácter da geografia e o sentido da história.

Aliás, nos últimos anos, independentemente da tendência política dos governos, são diversos os documentos de orientação estratégica que definem com insistência procedimentos de intervenção marítima. Neste caso, 1998, com a produção, no âmbito da “Comissão Independente para os Oceanos”, do relatório “O Oceano: o nosso futuro”, 2004, com a divulgação de um novo relatório, intitulado “O Oceano: um desígnio nacional para o século XXI”, e 2006, com a assunção de uma “Estratégia Nacional para o Mar”, constituem marcos com significação. No domínio do simbólico, ainda adquire maior notoriedade o compromisso com o mar, assumido pelos três Presidentes da República civis da nossa Democracia mais consolidada. Mário Soares, proponente em 1993 da celebração em 1998 do Ano Internacional dos Oceanos, fulcral na transição da conceção passadista para a conceção desenvolvimentista do mar. Jorge Sampaio que, a 10 de Junho de 2003, no ambiente propício dos Açores, combina a celebração do Dia de Portugal com a evocação do mar. Cavaco Silva que, em 25 de Abril de 2010, no palco privilegiado da Assembleia da República, introduz o mar na festa da Democracia. Neste contexto, importa juntar à consciencialização das elites a visão e o arrojo dos empresários, indispensáveis ao aproveitamento de novos recursos, e sobretudo a sensibilização das gentes, para que na vivência portuguesa o mar seja algo mais do que História e Literatura.

4.2. AS DIFICULDADES

A averiguação dos factos também evidencia dificuldades que embaraçam o incremento da economia do mar. Ainda hoje, a excessiva dispersão dos negócios marítimos por uma multiplicidade de organismos constitui um entrave ao esboço de uma política integrada. A mais de 30 anos de distância, urge portanto cumprir a recomendação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982, que proclama que “todos os assuntos do mar estão interligados e devem ser tratados como um todo”. Mas mais do que a concentração de todas as políticas sectoriais numa mesma tutela, importa antes a criação de uma instância de coordenação para valorizar as potencialidades do mar. Além disso, os traumas da descolonização e as perturbações da adesão europeia determinaram a continentalidade das relações externas, que agora privilegiam mais a vizinha Espanha

e a Europa continental, por exemplo, a França e a Alemanha, em detrimento do anteposto predomínio dos destinos navais, do mar do Norte ao Báltico, para além das carreiras do Ultramar. Neste contexto, assistimos ao declínio da construção naval que, entre 1967 e 1974, prosperara nos estuários do Tejo e do Sado, onde a CUF possuía os maiores estaleiros do Mundo, sendo Portugal encarado como *case study* de êxito universal. Assim, apesar da excelência da localização e do melhoramento das infraestruturas, os portos portugueses não sobressaem à escala da Europa, já que não cativam as exportações e as importações das regiões espanholas limítrofes, muito menos de Madrid. A reduzida expressão das atividades marítimas na economia nacional, correspondente somente à arrecadação de 2-3% a 5-6% do PIB, consoante as metodologias do cálculo, e à ocupação de cerca de 100 000 trabalhadores, demonstra bem o esforço hercúleo que ainda se impõe para a conversão do mar em agente de maior prosperidade económica.

Na atual conjuntura, é também no seio da União Europeia que se debate o aproveitamento do mar, também ele suscetível de conferir maior projeção à própria Europa. Em 2005, a criação da pasta europeia dos assuntos marítimos, com a consequente publicação do *Livro Verde do Mar* constitui um bom prenúncio, até pelo carácter dos resultados, que apresentam a Europa como a 1ª potência marítima mundial, pela geografia, pelas transações e pelas infraestruturas. Do mesmo modo, a política de defesa do ambiente, de preservação das espécies e de reforço da investigação traduz-se inevitavelmente em benefício comum. Porém, na valorização do mar, à semelhança do que sucede em variadíssimos domínios, o desafio da Europa é eminentemente político. Radica, como se sabe, num “pecado” capital da Democracia, que gera uma proliferação de políticos, demasiado preocupados com a próxima eleição, perante um vazio de estadistas, sempre mais atentos ao sucesso da próxima geração.

III. OS AÇORES E O MAR DE PORTUGAL

Com uma história mais curta do que a história do país, os Açores exerceram um papel decisivo no passado de Portugal. Com uma história mais curta do que a

história do país, os Açores exercerão um papel decisivo no futuro de Portugal. No passado, foram sustentáculo da expansão de Portugal no Mundo. No futuro, serão amparo do brio de Portugal na reabertura da Europa ao Mundo. Tudo isto acontece precisamente por força do mar.

É caso para se dizer que o mar é a razão de ser dos Açores. No fim da Idade Média, é a necessidade de conhecimento do mar que motiva o descobrimento das ilhas. Com efeito, a ameaça do Islão obriga a Europa à exploração do Atlântico, que principia com o desvendar da costa africana e com incursões nos arquipélagos fronteiros: as Canárias, a Madeira e os Açores. Nas Idades Moderna e Contemporânea, é a relevância do mar que provoca o realce dos Açores. De facto, em virtude de uma posição geográfica de privilégio, determinada pelas condições da natureza e pelo carácter da navegação, as ilhas assumem grande importância nas relações transatlânticas, quando o domínio dos oceanos equivale ao meio de engrandecimento dos estados.

É a projecção marítima dos Açores que, no século XVI, justifica a conquista espanhola que, no século XIX, origina o intento de conversão em protetorado inglês e que, durante muitos séculos, motiva o assédio de corsários e de piratas e, por consequência, a insegurança e o medo. No arquipélago, na terra e no mar, há muitos vestígios desse longo tempo de grande projecção e de muitas contendas. Por exemplo, um sem número de fortificações costeiras. Por isso, os Açores do passado foram certamente um dos espaços mundiais de maior concentração de fortalezas. Por exemplo, um sem número de registos de naufrágios. Por isso, os Açores do presente são certamente um dos principais santuários mundiais da arqueologia subaquática.

Hoje, o mar dos Açores conserva uma importância inquestionável, como instrumento de ação política, como fonte de inúmeros recursos. É o mar dos Açores que dá verdadeiramente profundidade oceânica à União Europeia, que está demasiado continentalizada, após o mais recente alargamento, com a inclusão de diversos países do centro e do leste, e muito estrangida, entre a preponderância dos Estados Unidos, a ocidente, o enigma da Rússia, a leste, e a força do Islão, a sul. Quer isto dizer que, na confluência dos continentes europeu, africano e americano, os Açores conferem a Portugal, e por extensão à Europa, uma projecção extraordinária, igualmente uma segurança suplementar.

No passado, o mar português correspondia ao leito e às margens do Atlântico, ao corredor do Índico e às escalas do Pacífico. Agora, a situação é bem diversa! Na atualidade, o mar português é sobretudo um mar açoriano. Aliás, se as águas do Continente e da Madeira colidem com as jurisdições navais de Espanha e de Marrocos, já o mar dos Açores é completamente livre, possibilitando o grosso da extensão da plataforma continental até aos 3,6 milhões de km². Assim, no futuro, às ilhas cabe uma missão na história de Portugal idêntica ou superior à de outrora.

O primado do conhecimento na exploração dos oceanos também destaca o mar dos Açores. Neste caso, enquanto laboratório natural, possuidor de inúmeras potencialidades, como é o caso do campo Lucky Strike, a maior área hidrotermal ativa até hoje conhecida, com 31 chaminés de libertação de fluidos, alguns a mais de 300 graus centígrados. Assim, o arquipélago avulta por apropriado centro de desenvolvimento de uma política nacional de investigação marinha, talvez mesmo como sede de uma instituição portuguesa de ciência e tecnologia do mar, a emergir de uma eventual parceria com o DOP da Universidade dos Açores.

CONCLUSÃO

Se excetuarmos as águas dos territórios ultramarinos de França e do Reino Unido, Portugal possui a maior área europeia de jurisdição naval. O fenómeno deriva do carácter costeiro, quase arquipelágico, do país. De facto, à muito escassa profundidade do retângulo continental, opõe-se a extrema vastidão oceânica, que no futuro ainda há de propiciar o reforço da maritimidade portuguesa. Nestas circunstâncias, é imperioso recolocar a questão dos oceanos no epicentro das nossas decisões porque, sendo o mar a matriz da nossa identidade, há de ser necessariamente a alavanca da nossa regeneração, como agente de inovação, de prosperidade e de prestígio. Há, entretanto, que relevar o acerto, talvez mesmo a clarividência, do percurso já realizado, ainda por cima por iniciativa de governos e de agentes políticos de todos os matizes, em demonstração de uma rara responsabilidade. Todavia, nos negócios do mar, é já tempo de passar da etapa do debate para a fase da concretização, traduzível na obtenção de resultados.

Neste processo, pouco adianta que os políticos duvidem da iniciativa dos privados, que os empresários lamentem a falta de incentivos oficiais e que todos eles – políticos e empresários – desconfiem dos investigadores e dos cientistas, embora o objetivo da produção de conhecimento consista sempre na melhoria das condições humanas de sobrevivência. De facto, só com confiança mútua, construiremos um verdadeiro hypercluster da economia do mar, insistentemente advogado por Ernâni Lopes, pouco tempo antes de se finar.

BIBLIOGRAFIA

- Conceito estratégico de defesa nacional 2013. Contributos e debate público* (2013). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Instituto de Defesa Nacional.
- Correia, Armando José Dias (2010). *O mar no século XXI. Contributo para uma análise estratégica aos desafios marítimos nacionais*. Aveiro: FEDRAVE-Fundação para o Estudo e Desenvolvimento da Região de Aveiro.
- Cunha, Tiago Pitta e (2011). *Portugal e o mar. À redescoberta da geografia*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Graça, Pedro Borges; Martins, Tiago (coords.) (2014). *O mar no futuro de Portugal, ciência e visão estratégica*. Lisboa: Centro de Estudos Estratégicos do Atlântico.
- Mesquita, Mário; Vicente, Paula (coords.) (2013). *O mar na história, na estratégia e na ciência, III Fórum Açoriano Franklin D. Roosevelt, Ilha do Faial, Açores, 27, 28 e 29 de abril de 2012*. Lisboa: FLAD/Edições Tinta da China, Lda.
- Matias, Nuno Vieira; Soromenho-Marques, Viriato; Falcato, João; Leitão, Aristides G. (2010). *Políticas públicas do mar. Para um novo conceito estratégico nacional*. Lisboa: Esfera do Caos.
- Meneses, Avelino de Freitas de (2012). *Coisas de agora. O historiador e a actualidade*. Ponta Delgada: Letras Lavadas.

O MAR NA GEOPOLÍTICA
DE PORTUGAL

*The sea in geopolitics
of Portugal*

JOSÉ PALMEIRA

palmeira@eeg.uminho.pt

Centro de Investigação em Ciência Política, Universidade do Minho

DOI

http://dx.doi.org/10.14195/0870-4112_3-2_5

Recebido em setembro de 2015

Aprovado em dezembro de 2015

Biblos. Número 2, 2016 • 3.^a Série

pp. 117-125

RESUMO.

O mar é uma constante na geopolítica portuguesa. Desde o período dos Descobrimentos, passando pelo império colonial, até à participação na Aliança Atlântica (1949), que o País procurou no espaço marítimo uma forma de equilibrar o poder com a vizinha Espanha. Aliado permanente da potência marítima dominante – primeiro a Inglaterra, depois os Estados Unidos – Portugal teve uma deriva continental quando descoloniza (1974) e avança para a integração europeia (1986). No entanto, periférico na Europa, procura centralidade através do espaço lusófono (institucionalizado em 1996, com a criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa) e assumindo uma posição euro-atlântica no seio da União Europeia. Dotado de uma extensa zona económica exclusiva, o País tem ainda um potencial de recursos associado à economia do mar, concomitantemente às vulnerabilidades que resultam da necessidade de meios para a sua fiscalização e segurança. O universalismo, cultivado na sua história e pela diáspora, é hoje um trunfo num sistema internacional crescentemente globalizado.

Palavras-chave: Mar; Portugal; Geopolítica; Estratégia; Globalização.

ABSTRACT.

The sea is a constant in Portuguese geopolitics. From the age of the discoveries through the colonial period to participation in the Atlantic Alliance (1949) the country has sought in a maritime space a balance of power with neighboring Spain. With decolonization (1974) and membership of the European Union (1986), Portugal, traditionally a permanent ally of the dominant maritime power – firstly of England and then of the United States - , moved closer to continental Europe. However, peripheral to Europe, the country sought centrality in the Lusophone world (the Comunidade de Países de Língua Portuguesa [Community of Portuguese-Speaking Countries] was created in 1996) and by assuming a Euro-Atlantic position within the European Union. Endowed with an extensive exclusive economic zone, Portugal retains a wealth of the potential resources of a maritime economy, and at the same time the entailed vulnerabilities in respect of the need for supervision and security. The Portuguese diaspora and universalism (both of which have deep historical roots) are valuable assets in today's globalized world system.

Keywords: Sea; Portugal; Geopolitics; Strategy; Globalization.

Analisar a geopolítica de Portugal é recorrer a uma ferramenta metodológica que evidencia as constantes linhas de força que conduzem ao poder do Estado. O território surge aqui como uma variável dinâmica, dado que a sua relevância geoestratégica depende de fatores endógenos e exógenos, uns permanentes outros conjunturais, influenciados por razões políticas nacionais e pelo próprio sistema internacional.

A geopolítica portuguesa assenta hoje em três “grandes espaços”: União Europeia, Aliança Atlântica e Comunidade de Países de Língua Portuguesa. O mar é uma constante na geoestratégia portuguesa e representa um fator de poder na sua política externa. Portugal está associado ao mar, tanto pela geografia como pela história.

Geograficamente é um país arquipelágico, assente no “triângulo estratégico nacional” continente-Açores-Madeira (Palmeira 2006: 199). Esta característica confere-lhe uma das maiores zonas económicas exclusivas (ZEE) da Europa e do mundo, facto não despiciendo quando se analisa o potencial marítimo, tanto no plano económico como político. Pela sua posição, o “mar português” é, simultaneamente, fronteira e ponte entre os continentes europeu, americano e africano, o que lhe atribui particular relevância geopolítica.

A referência mais significativa a Portugal na história universal surge a propósito dos descobrimentos marítimos dos séculos XV e XVI - que alguns autores apelidam de “primeira globalização”¹ - que transformaram um pequeno e periférico país do sudoeste da Europa num império ultramarino.

A empreitada dos descobrimentos - que serviu de mote a uma das principais obras da literatura portuguesa, *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões - teve por trás de si, entre outras, razões políticas, designadamente o propósito de consolidação da independência do País, face a uma Espanha unificada (1472). O Tratado de Tordesilhas (1474) é o reconhecimento de Portugal como um igual pelo seu vizinho.

¹ Ver, a título de exemplo, a obra de Jorge Nascimento Rodrigues; Tessaleno Devezas (2007). *Portugal: o pioneiro da globalização*. Lisboa: Centro Atlântico.

Herança desse passado, que levou Portugal ao Atlântico Sul e aos oceanos Índico e Pacífico, é hoje a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), constituída por nove Estados que integram todos os espaços geopolíticos representados nas Nações Unidas: Europa (Portugal), Américas (Brasil), África (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe) e Ásia-Pacífico (Timor-Leste). Pelo seu potencial, manifesto ou latente, Portugal-Brasil-Angola formam um “triângulo estratégico lusófono” (Palmeira 2006: 203) capaz de influenciar o sistema internacional pós guerra fria que se caracteriza pela sua multipolaridade, ou até apolaridade, caso se adote a tese de Manuel Castells que aponta para uma sociedade em rede, sem polos.

A importância geoestratégica do território português – máxime dos Açores – justificou a presença de Portugal entre os signatários do Tratado de Washington, em 1949, que instituiu a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Portugal foi o único membro fundador com um regime político autoritário naquela que se apresentava como sendo a organização do “mundo livre” e defensora dos valores da democracia ocidental.

A entrada na OTAN foi seguida de acordos bilaterais com os Estados Unidos da América (EUA) que permitiram o estabelecimento e a operabilidade de militares e arsenais bélicos norte-americanos na Base das Lages (Açores), o que significou um reforço da política de alianças portuguesa que sempre privilegiou a potência marítima dominante (inicialmente a Inglaterra, depois os EUA). A União Europeia (UE) representa para Portugal um dos vértices do seu “triângulo estratégico mundial” UE-OTAN-CPLP (Palmeira 2006: 207), porventura o mais decisivo, dado o carácter supranacional da união económica e monetária.

O desígnio da integração europeia acentuou o crescente divórcio do país com a sua tradição marítima, inversão a que se vinha assistindo desde o período da descolonização que se seguiu à mudança de regime. Até 1974 de costas voltadas para o Velho Continente, Portugal como que operava uma rotação de cento e oitenta graus nas suas prioridades geoestratégicas, concentrando-se na adesão às Comunidades Europeias, consumada em 1986.

A posição de Lisboa nos avanços da Política Externa de Segurança Comum (PESC), da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) e da atual Política

Comum de Segurança e Defesa (PCSD) foi, no entanto, sempre coerente com o seu vínculo transatlântico, privilegiando a OTAN – máxime os EUA, entenda-se – como principal garante da defesa europeia, numa postura muito próxima do Reino Unido.

Um dos sinais dessa orientação foi dado em 2003, com a realização, nos Açores, da cimeira que reuniu os chefes de governo norte-americano (Bush), britânico (Blair) e espanhol (Aznar) e que antecedeu a intervenção militar no Iraque, liderada pelos EUA. Operação que, de resto, dividiu os parceiros europeus entre apoiantes e opositores da iniciativa norte-americana. A escolha do então primeiro-ministro português e anfitrião da cimeira das Lages, Durão Barroso, para presidente da Comissão Europeia (2004), não deixou de ser um sinal da prevalência da cooperação euro-americana no domínio da segurança e defesa sobre uma estratégia de crescente autonomização de Bruxelas face a Washington.

No que à política portuguesa diz respeito, o mar recuperou importância geopolítica, não só do ponto de vista nominativo – chegou a ser criado um Ministério do Mar – mas real, com a adoção de um conjunto de medidas destinadas a aproveitar o seu potencial, sobretudo a partir da década de noventa.

Houve vontade política, espelhada em medidas avulsas mas também em planeamento estratégico, cujos frutos começaram a ser visíveis na transição para este século, procurando transformar o mar numa marca indelével do País. As comemorações dos quinhentos anos da chegada de Vasco da Gama à Índia serviram de pretexto para a organização da Exposição Mundial de Lisboa, tendo como lema “Os Oceanos, um Património para o Futuro”, realizada em 1998 – em pleno Ano Internacional dos Oceanos, declarado pelas Nações Unidas por iniciativa da Comissão Mundial Independente para os Oceanos, presidida pelo antigo chefe de Estado português, Mário Soares.

Portugal tem uma presença ativa nos diversos fóruns internacionais relacionados com o mar, designadamente, a nível global, na Organização Marítima Internacional e na Comissão Oceanográfica Intergovernamental instituída no seio da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura). No espaço europeu, destaque para a integração das regiões autónomas (Madeira e Açores) na Comissão de Ilhas e das regiões-plano (Norte, Centro,

Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve) na Comissão do Arco Atlântico que funcionam no âmbito da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas. Para além disso, Portugal acolhe, desde 2006, a sede da Agência Europeia de Segurança Marítima, aprovada em 2003, na sequência dos acidentes, com impacto ambiental, dos petroleiros Erika (1999), na costa francesa da Bretanha, e Prestige (2002), ao largo da Galiza (Espanha).

No plano interno sublinhe-se a criação da Comissão Estratégica dos Oceanos (2003) que lançou as bases da Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar e que, em 2006, produziu o documento “Estratégia Nacional para o Mar”. Relevo, também, para a instituição de uma Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (2005), responsável pela proposta portuguesa à Comissão de Limites da Plataforma Continental, apresentada (2009) no âmbito da Convenção das Nações Unidas do Direito do Mar.

A Política Marítima Integrada Europeia, adotada no Conselho Europeu de Lisboa (2007), teve a sua origem na Comissão Barroso, facto que leva um dos portugueses envolvidos nesse trabalho, Tiago Pitta e Cunha, a notar “a sintonia de princípios e objetivos entre a Comissão Europeia e as ideias anteriormente desenvolvidas em Portugal pela Comissão Estratégica dos Oceanos, que foram depois consagradas na atual Estratégia Nacional para o Mar” (Cunha 2011: 74).

Até àquela data, para a União Europeia o mar era sinónimo de pescas, setor para o qual existe atualmente uma política comum. Ao colocar o mar no mapa, por iniciativa da Comissão Barroso, a UE acaba por reforçar o valor estratégico dos Estados que no seu seio têm maior área de jurisdição marítima, como é o caso de Portugal.

Tendo a UE uma linha de costa mais extensa do que a de países terceiros, um número de portos igualmente superior e processando-se cerca de 90 por cento do seu comércio com o exterior e 40 por cento do comércio interno por via marítima, a regulação da vasta ZEE comunitária surgiu como um imperativo.

Pela sua posição de fronteira e articulação, a periferia portuguesa no espaço europeu pode transformar-se num valor acrescentado, assim o país saiba tirar partido do potencial do seu território. O complexo de Sines, pela característica de águas profundas do seu porto, surge como uma possível plataforma logística do comércio oriundo de países como a República Popular da China que hoje

tem um ascendente nesse domínio. Por outro lado, o alargamento do Canal do Panamá permitirá o aumento do fluxo comercial marítimo ligando os oceanos Pacífico e Atlântico, localizando-se também Sines no entroncamento dessa rota na Europa.

Os fluxos marítimos comerciais entre os dois lados do Atlântico Norte poderão aumentar consideravelmente caso se concretize a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP²) que está a ser negociada entre os EUA e a UE, desde 2013. Idêntico acordo foi celebrado entre a UE e o Canadá (CETA³), em 2014, e vigorará a partir de 2016. O embaixador da UE em Washington, João Vale de Almeida, refere-se ao TTIP como sendo “potencialmente o acontecimento mais importante da relação transatlântica desde a criação da OTAN” (Almeida 2014).

A posição geoestratégica portuguesa será valorizada com o TTIP, na perspectiva de José Félix Ribeiro, ao considerar que “o objetivo central da política externa portuguesa não deverá ser a integração de Portugal no designado núcleo duro da integração europeia, mas sim a integração num espaço económico e estratégico do Atlântico Norte acompanhado por um claro reforço das relações bilaterais com os EUA” (Ribeiro 2014: 207).

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), revisto em 2013, aponta a Europa como sendo “a principal área geográfica de interesse nacional” e o espaço euro-atlântico como “a segunda área geográfica de interesse estratégico permanente” (CEDN 2013). O documento explicita que o País “tem uma posição geográfica específica de articulação intercontinental, por onde cruzam muitas das mais importantes rotas aéreas e marítimas mundiais”, permitindo a Portugal “colocar-se no centro das redes portuárias internacionais e das rotas comerciais e energéticas (...)” (CEDN 2013).

A esse propósito, é convicção de Félix Ribeiro que o porto de Sines “poderia transformar-se num porto energético europeu” (Matias 2010: 175).

² A parceria é conhecida pelo seu acrónimo em língua inglesa TTIP: Transatlantic Trade and Investment Partnership.

³ CETA: Comprehensive Trade and Economic Agreement.

Esta possibilidade está contemplada nas conclusões da cimeira de Madrid⁴, em 2015, destinada ao reforço da interconexão energética entre Portugal, Espanha e França. O projeto, patrocinado pela Comissão Europeia, tem em vista reforçar o papel da Península Ibérica no fornecimento de energia a países do centro da Europa, em alternativa à Rússia, com a qual a UE está em litígio desde a crise na Ucrânia e a anexação russa da Crimeia, em 2014. A ideia é servir de interface para o gás natural proveniente da Argélia e para o gás de xisto norte-americano.

A geoeconomia assumiu particular relevância com o fim da guerra fria, assistindo-se a uma dinamização do comércio mundial, sobretudo por via marítima. Este facto aumenta a importância geoestratégica de países como Portugal que dispõe de uma vasta ZEE e está na rota de alguns desses principais fluxos. Mas para além das vantagens inerentes ao transporte e à transformação de produtos comercializados através do mar, o País tem a contrapartida de ter de fiscalizar uma extensa área onde a probabilidade de ocorrências danosas, lícitas ou ilícitas, naturais ou provocadas, é proporcional à dimensão desse espaço. O que significa que Portugal deverá dotar-se de meios capazes de atuar ao nível da prevenção e do combate a essas eventuais situações.

Com o aumento do tráfego marítimo subiu também a escalada da criminalidade, obrigando ao recurso a meios navais e aéreos das Forças Armadas, como aconteceu no Golfo de Áden, ao largo da Somália, relativamente a casos de pirataria, com a intervenção da OTAN, incluindo a Marinha portuguesa. O narcotráfico, o tráfico de órgãos e seres humanos, a pirataria incidindo sobre produtos de valor, são algumas das formas de que se reveste essa criminalidade, obrigando à ação conjunta dos Estados e à intervenção das organizações internacionais especializadas.

O arquipélago de Cabo Verde foi palco, em 2006, do primeiro exercício militar da OTAN fora do território dos seus Estados membros. A especial ligação de Portugal aos países de língua oficial portuguesa tem aqui particular acuidade, até porque o Atlântico Sul é em grande medida um mar lusófono,

⁴ A cimeira reuniu os chefes de governo de Portugal, Espanha e França e o presidente da Comissão Europeia, em Madrid, em 4 de março de 2015.

por influência do Brasil e de Angola, mas também da Guiné-Bissau e dos arquipélagos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, bem como da Guiné Equatorial, desde a sua adesão à CPLP, em 2014.

Consciente dessa relevância, Portugal empenhou-se que durante as suas presidências da União Europeia se realizassem as primeiras cimeiras UE-África (2000 e 2007) e UE-Brasil (2007), vincando o seu papel de articulação com outros espaços geopolíticos.

Por outro lado, a eleição de Portugal como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, para o biénio 2011-2012, confirmou, pela diversidade regional dos votos angariados, a característica universalista do País, fundada na sua história e na sua diáspora.

Ao assumir uma identidade europeia, atlântica e lusófona, materializada no seu vínculo aos três “grandes espaços” supracitados (UE-OTAN-CPLP), Portugal consegue a liberdade estratégica de não ficar dependente de uma única hierarquia de potências (evidente em cada uma dessas organizações); e ao expressar a sua natureza universalista (de resto simbolizada na esfera armilar da sua bandeira), o País adapta-se à globalização que caracteriza o sistema internacional contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, João Vale de (2014). “Acordo Europa-EUA vai ser acelerado”, *Jornal Expresso*, 29 de março.
- Conceito Estratégico de Defesa Nacional (2013). Disponível em http://www.defesa.pt/Documents/20130405_CM_CEDN.pdf. Acedido em 15/09/2015.
- Matias, Nuno Vieira; et al. (coords.) (2010). *Políticas públicas do mar*. Lisboa: Esfera do Caos.
- Cunha, Tiago Pitta e (2011). *Portugal e o mar*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Palmeira, José (2006). *O poder de Portugal nas relações internacionais*. Lisboa: Prefácio.
- Ribeiro, José Manuel Félix (2014). *Portugal: a economia de uma nação rebelde*. Lisboa: Guerra e Paz.
- Rodrigues, Jorge Nascimento; Devezas, Tessaleno (2007). *Portugal: pioneiro da globalização*. Lisboa: Centro Atlântico.

IL MARE.
STORIE DI ACQUA
E DI MAFIA

*The sea.
Stories of the water
and the mafia*

NANDO DALLA CHIESA
fernando.dallachiesa@unimi.it

Università degli Studi di Milano, Dipartimento di Scienze Sociali e Politiche

DOI

http://dx.doi.org/10.14195/0870-4112_3-2_6

Recebido em setembro de 2015

Aprovado em dezembro de 2015

Biblos. Número 2, 2016 • 3.^a Série
pp. 127-140

RIASSUNTO.

L'articolo sottolinea l'importanza che ha avuto l'acqua nella storia della mafia. Come risorsa vitale per l'economia contadina, e nella lotta storica tra i diritti dei deboli e il potere mafioso. Ragione di povertà e ragione di speranza. E poi l'acqua come oceano, lo spazio sterminato attraversato da masse di emigrati in fuga dalla miseria del latifondo o della montagna. E, insieme, attraversato da uomini di clan arcaici di piccoli paesi per andare a conquistare continenti lontani: dalla Sicilia agli Stati Uniti, dalla Calabria all'Australia e al Canada. Con effetti per le democrazie del mondo. Oppure l'acqua come mare: sottratto ai diritti naturali dei cittadini da imprenditori legati ai clan. Non in Sicilia ma nella stessa Roma, capitale d'Italia.

Parole chiave: Acqua; Oceano; Mafia; Potere; Diritti.

ABSTRACT.

The article emphasizes the importance of water in the history of the mafia as vital source for the peasant economy, as well as in the historical fight between the weak peoples' rights and the mafia's power. The reason for poverty and a reason to hope. And the water as an ocean, the infinite space crossed by masses of emigrants, escaping from large landed estates and mountain misery. Crossed as well by men of archaic clans coming from little towns to conquer far continents: from Sicily to United States, from Calabria to Australia or Canada. With effects for some democracies in the world. But water just as the sea too: the sea stolen from the citizen's natural rights by entrepreneurs close to the clans. Not in Sicily, but in Rome, capital of Italy.

Keywords: Water; Ocean; Mafia; Power; Rights.

Si parla della mafia e si pensa alla Terra. Questa specie di divinità, il grande bene sognato per secoli dai contadini nei feudi della Sicilia occidentale. Si pensa alla terra presidiata, occupata. Al latifondo dato in dote ai nobili per chissà quali lontani servizi, ma difeso con la violenza dai campieri. O ai folli piani regolatori delle città scritti nel dopoguerra sotto dettatura, per arricchire i proprietari dei terreni, o le imprese che avrebbero costruito. O alla terra riempita in profondità di rifiuti tossici come nel romanzo di Roberto Saviano, *Gomorra* (2006), sapendo che nessuno controllerà, nessuno impedirà, che solo dopo molto tempo, solo troppo tardi, i cittadini capiranno il danno ricevuto. “Quando noi non ci saremo più”.

Si parla della mafia e si pensa al Fuoco. Al fuoco che manda lampi e guizzi al cielo incendiando vigneti e raccolti, che trasforma in cenere le case e i negozi di chi non si è piegato a una proposta “che non poteva rifiutare”. Che accartoccia camion e cantieri di imprenditori che non si fanno “proteggere”. O al fuoco che esce a raffica dalle armi per annientare i rivali, per abbattere gli uomini onesti e liberarsi dal peso intollerabile delle leggi.

Quando si parla della mafia si pensa meno all'Acqua. A questa sostanza liquida, “incolore, inodore e insapore”. Eppure l'acqua è un elemento importante nella storia della mafia e anche nella storia di chi l'ha combattuta o la combatte. Ha un valore simbolico altissimo: almeno uguale a quello della terra e del fuoco. Basta pensarci, ripercorrere epopee di lotte, scene di vita. Lo feci una notte di quindici anni fa. E così, solo pensando alla mia esperienza di vita e di studi, mi venne di raccontarla.

“L'acqua che persone senza volto hanno versato a terra per decenni infiniti. A lavare il sangue sulle strade, sui marciapiedi o nelle case. Fatta di silenzio, dolore e rimozione. L'acqua profonda del mare che inghiotte vittime senza riposo e senza sepoltura. Fatta di empietà suprema.

L'acqua scintillante d'azzurro lasciata con occhi umidi da chi è partito per vivere senza oppressione e senza mafia. Fatta di magia da penetrare il cuore.

Il blu del mare solcato giungendo da porti lontani per funerali improvvisi. Fatto di strazio da spezzare il cuore.

L'acqua che si nasconde alle zolle e alla speranza, che si nega all'alba e al declinare del giorno. Che impreziosisce più dell'oro con la propria latitanza,

mentre mani e schiene e braccia stremano, grinzose come la terra. E che racconta storie di uomini e soprusi attraversando il tempo.

L'acqua che non arrivava negli agrumeti e nei giardini, confiscata da campieri onnipotenti. L'acqua raccolta da dighe piccole e grandi, costate morti e furti in proporzione. E il sudore che ha inondato milioni di fronti contadine, in guerra perenne con la terra avara e derubata.

La pozza minuscola delle acquasantiere a conchiglia. In chiese costruite con lasciti fastosi di padrini timorati di Dio e di Maria, di Gesù Salvatore e dei santi, e perciò all'ultimo viaggio salutati con deferenza da vescovi e ministri. Acquasantiere per battesimi blasfemi: fatti non per mondare gli innocenti ma per celebrare alleanze scellerate.

Acquasantiere usate per segnarsi, con gesti leggeri, dai giovani accorsi ad ascoltare omelie di speranza.

E poi l'acqua salata e luccicante che ha bagnato i visi del dolore. Che scendendo senza fantasia per le stesse linee ha mescolato vite e rinnovato foto e lutti sempre uguali. Perché l'uomo cambia, evolve, viaggia, studia, si arricchisce, ma sempre fa le stesse cose e sempre allo stesso modo reagisce. Chi uccide, chi muore, chi piange.

L'acqua che nelle prigioni potenti cede umile il posto allo champagne per brindare all'attentato ben riuscito. Perché 'con l'acqua non si brinda'.

L'acqua che in un ufficio aperto fino a notte cede umile il posto a un bicchiere di whisky, a ritemperare nel mezzo delle indagini un commissario o un magistrato con quell'assurdo senso del dovere.

L'acqua che lambisce sulle spiagge gli amori teneri e clandestini di ragazzi ancora ignari. Le onde che offrono il suono avvolgente dell'infinito, ultimo rifugio quando ogni battaglia appare vana.

L'acqua che rinfresca il viso di prima mattina nell'allegria di un campeggio antimafia. L'acqua in cui mettere fiori riconoscenti sotto una lapide nel giorno dell'anniversario.

L'acqua che si nega ferocemente o ferocemente si impone a fiotti al torturato prima della sentenza.

Il bicchiere d'acqua che durante il comizio minacciato rinfrancava il sindacalista venuto tra le bandiere rosse a sostenere le ragioni dei più deboli. Il

bicchiere d'acqua che disseta dopo una marcia di protesta o dopo la fiaccolata che arde l'aria. O quello che restituisce ritmo e fiato all'arringa dell'avvocato degli offesi.

L'acqua che nel mondo dice la fame e la sete, la povertà e l'opulenza, che si fa fango o veleno o resta ruscello. Torrente asciutto che straripa a tragedia per speculazioni antiche e nuove. Pioggia che caccia a valle costruzioni misere e sontuose, tutte in pari grado strafottenti delle leggi.

L'acqua mescolata al vino dal sacerdote che grida la denuncia dall'altare. L'acqua che fa splendere il sorriso nei momenti della felicità collettiva, perché anche quelli ci sono. L'acqua che non entra mai nelle armi per impedire loro di sparare” (dalla Chiesa 2000).

Tutto ci sta, nella storia dell'acqua e della mafia. Vecchi e giovani. Dolore e speranza. Religione e politica. Rassegnazione e lotta. Condanna alla vita sempre uguale e viaggio avventuroso. Nel secondo dopoguerra italiano ci fu un grande testimone del valore dell'acqua nella civiltà siciliana, già descritto da Emilio Sereni nei suoi studi sui rapporti sociali nelle campagne di fine Ottocento (Sereni 1947). Si chiamava Danilo Dolci, ed era soprannominato “il Gandhi italiano”. Originario del Friuli, regione del nord Italia, nel 1952 Dolci andò volontario a Partinico, nella frazione di Trappeto, in un grande progetto di sociologia militante, di riscatto sociale di terre che provavano lo scandalo della fame mentre l'Italia conosceva il benessere della Ricostruzione e si avviava sulla strada dell'industrializzazione (Dolci 1955, 2009). Dolci colse tutta la forza salvifica dell'acqua. Alcune sue riflessioni sono state raccolte di recente in un volume intitolato *Il potere e l'acqua* (2010), impreziosito da un contributo dello scrittore siciliano Vincenzo Consolo, scomparso tre anni fa, e che da giovane era stato attratto dalla figura di Dolci, mito delle nuove generazioni ribelli degli anni cinquanta, ma anche di una generazione di intellettuali progressisti, tanto da avere smosso l'attenzione e la solidarietà anche di Jean-Paul Sartre e di Bertrand Russell. Dolci vi racconta la grande esperienza di costruzione della diga immaginata un giorno da un contadino per raccogliere l'acqua piovana che cadeva nei mesi invernali, per irrigare in primavera e d'estate. Racconta il controllo esercitato da personaggi potenti sull'uso dell'acqua, trasformata in strumento di assoggettamento e di ricatto. E lo sciopero della fame realizzato

da mille persone per ottenere l'autorizzazione a costruire quella diga con il lavoro di tutti, grandioso esperimento di volontariato per portare l'oro "incolore e insapore" ai contadini e alla gente povera di Partinico. Il potere, l'acqua, la fame, la rivolta pacifica. Pacifica ma illegale lo stesso, il digiuno pubblico era illegale. Dolci venne arrestato e processato. Ma alla fine la diga sul fiume Jato fu costruita. Una sconfitta per la mafia.

Ma un rapporto con la fame e con il potere lo aveva, per Dolci, anche un'acqua che non era affatto "insapore". Era l'acqua del mare, il mare della provincia palermitana dove i contrabbandieri praticavano la pesca illegalmente, indisturbati dalle forze dell'ordine. Saccheggiando l'unica risorsa dei pescatori di Partinico, il pesce. Così che alla fine il sociologo guidò alla rivolta civile anche i pescatori senza diritti.

I pescatori. Il mare. Ci siamo arrivati, dunque. La mafia non è fenomeno marinaro, è fenomeno di terra. Ma la civiltà che è stata segnata e sfregiata dalla sua presenza, la sua stessa traiettoria di crimine e potere, parla, racconta del mare. Quello per cui sono stati costretti ad avventurarsi uomini e donne senza futuro nella propria terra. Costretti a scoprire che l'attesa non stava solo nell'eterno ritorno delle stagioni e nella vita rurale. Che c'era anche l'attesa del momento della partenza, l'attesa durante il viaggio; e che il tempo scorre lento anche su una materia che è flutto e movimento. Per percorsi brevi, brevissimi. Come sul canonico *ferry boat* che attraversa lo Stretto di Messina, dolce e nostalgica striscia di mare, e in quel breve tratto accompagna con lentezza complice masse di viaggiatori e di emigrati verso il continente, verso la storia che pulsa lontano. Arrivederci e addii consumati con occhi malinconici fissi sull'ultima statua, sull'ultima casa, sull'ultima persona (dalla Chiesa 2010). Ma anche il tempo che scorre lento sui bastimenti (così si chiamavano) che a fine ottocento iniziarono a portare i contadini poveri e senza lavoro nel Nuovo Continente. Una storia dolente e di massa, che nel tempo avrebbe generato anche un benessere sconosciuto, lontano dal proprio sole, dalla propria lingua, dai propri affetti. Sospinta dalla miseria, da una alimentazione di fortuna, testimoniata nel nord-est d'Italia dalla pellagra, la malattia delle campagne che avevano solo mais.

Viaggi che iniziavano con l'idea di prepararsi nel luogo di arrivo a una nuova, lunga attesa: quella del prossimo ritorno, sempre troppo breve o che mai

sarebbe stato. E in ogni caso l'attesa ansiosa di conoscere il posto, il cielo e le voci che avrebbero accolto chi arrivava per la prima volta a lavorare, chiamato dal cugino o dall'amico, a sua volta in attesa di abbracciare il compaesano, immaginario ambasciatore del sole e del cielo lontani. Sempre con i prodotti della propria terra stipati nelle valigie immense. A loro l'incarico di alleviare l'attesa, di rendere meno abissali le distanze.

Partivano con quei bastimenti anche ragazzi e giovani avventurosi che avrebbero portato negli Stati Uniti il metodo che avevano conosciuto nel loro paese per farsi strada: il metodo mafioso. Perché nel Nuovo continente, ecco il paradosso, essi non cercavano la terra che mancava in patria. Ne avrebbero potuta trovare in abbondanza, e anche buona, dopo averla desiderata per secoli; ma non erano pionieri. Erano analfabeti incapaci di parlare in italiano, che conoscevano il loro dialetto e che avevano bisogno di trovare protezione e mediazione culturale all'interno della comunità dei compaesani. Con la quale parlavano, sognavano e rimpiangevano nel lungo viaggio che attraversava l'oceano. E nella quale o grazie alla quale, una volta arrivati, trovavano i servizi e i mestieri e le opportunità necessari. Singolare destino per un popolo di terra: capace di sfidare il mare interminabile e immenso, ma non di sfidare la terra ancora vergine. Così spesso quei giovani iniziarono a fare fortuna proprio nel luogo più vicino al mare: nei porti. I siciliani. Ma anche i calabresi. Era di Tropea, in provincia di Catanzaro, Umberto Anastasio, che avrebbe americanizzato il suo nome in Albert Anastasia, uno dei più feroci boss nella storia di Cosa Nostra americana. Aveva appena diciassette anni quando nel 1919 si trasferì clandestinamente negli Stati Uniti insieme al fratello Antonio, e venne assunto come scaricatore di porto a Brooklyn. Qui iniziò a occuparsi di attività illecite e qui venne arrestato nel 1920 per avere ucciso con un tipico accoltellamento un compagno di lavoro; condannato a morte, fece diciotto mesi nel braccio della morte del carcere di Sing Sing, finché la sentenza fu annullata perché i testimoni oculari ritrattarono la loro confessione. Da lì sarebbe partita una carriera costellata di crimini e di tradimenti, finita nel 1957 in un negozio di barbiere di New York, proprio grazie al tradimento del suo guardaspalle.

Speciale fu invece il rapporto con l'oceano di Salvatore Maranzano, capomafia partito per l'America nel 1925. Maranzano non era un diseredato

alla ricerca di una terra in cui sfamarsi. Era di famiglia contadina abbiente. E quando partì era già un boss di prima grandezza. Nativo di Castellamare del Golfo, provincia di Trapani, zona di mafia potente e spesso sottovalutata, prese il bastimento seguendo lo storico esodo dei castellamaresi degli anni venti. Il quale, come ha ben spiegato lo storico Salvatore Lupo (2008), aveva due ragioni: a) L'America era diventata straordinariamente attrattiva per la mafia grazie alle sue due leggi-divieto, che avrebbero avuto entrambe un effetto criminogeno, quella sull'immigrazione e quella di proibizione degli alcolici; b) In Italia era andato al potere il fascismo che sembrava volere usare, e poi usò effettivamente per alcuni anni, il pugno duro contro le organizzazioni criminali che contendevano il potere allo Stato.

Maranzano aveva iniziato a seguire le faccende americane già dalla Sicilia, gestendo i flussi dei clandestini, aggirando i controlli sugli immigrati sulle rotte dall'Europa agli Stati Uniti. E sapeva della stella in ascesa di Al Capone, questo boss eccentrico di origini campane che violava i codici morali della mafia sfruttando prostituzione e gioco d'azzardo, e stava diventando a Chicago il re del mercato nero degli alcolici. Prese il bastimento, dunque, non da futuro mafioso per chiedere lavoro all'America, ma da capomafia per andare a conquistarla. Fu così che dalla Sicilia occidentale la mafia arrivò in America *prima* che nella Sicilia orientale. Da Palermo e Trapani a New York e Chicago molto prima che a Catania e Messina.

Dopo lo sbarco Maranzano organizzò con diplomazia e ferocia le sue forze, strinse le sue alleanze, si procurò arsenali e nel 1931, ospite di Al Capone, riuscì a farsi eleggere capo dei capi di tutte le "famiglie" degli Stati Uniti. Dopo pochi mesi gli stessi che l'avevano eletto lo fecero uccidere a tradimento. Finì così il suo sogno di potere oltreoceano.

Pagò, come altri, l'idea della Terra promessa. Separata, ma soprattutto *coniunta* alla madrepatria dall'oceano. L'oceano produttore di identità comunicanti e alternative. O di qua o di là. Sia nelle conversazioni: "che cosa si dice in Sicilia?", "che cosa si dice in America?". Sia nelle rappresentazioni mentali. Di là il punto del mondo in cui tutto ha avuto origine. Dalla parte opposta il nuovo mondo in cui si può aspirare a ogni traguardo. Dove tutto è possibile perché la società è ancora in formazione, perché non ci sono strutture e gerarchie

già disegnate dai secoli, perché l'America è il paese delle libertà, anche se ha la pena di morte, anche se è puritano e proibisce il vizio dell'alcol. L'Oceano come mezzo di mobilità sociale criminale. E dei cui punti di contatto con la terraferma occorre assicurarsi il controllo. I porti, per intendersi. Che furono un giorno il luogo dove trovare i lavori più modesti e faticosi. Per diventare, nei decenni, il luogo da cui praticare una signoria sulle merci che vanno e vengono, specie quelle illegali, e un controllo sulle persone che partono e arrivano. Anche grazie al controllo esercitato sui sindacati dei portuali, come su quelli dei trasporti.

Per questo la mafia italiana (soprattutto e sempre più siciliana) prese il controllo dei porti dell'Est americano, dove si era insediata, da New Orleans a New York. Per questo durante la seconda guerra mondiale, nel '42, la Marina americana si rivolse ai boss di Cosa Nostra per garantire la propria flotta dal rischio dei sabotaggi, dopo che andò a fuoco un piroscafo in via di riallestimento per il trasporto delle truppe. Cosa Nostra rispose ostentando un patriottismo americano. Da lì iniziò la collaborazione che avrebbe poi portato i boss, e in particolare Lucky Luciano, ad aiutare le truppe Alleate a sbarcare in Sicilia nel luglio del '43. Ad arrivare dal mare (rieccoci...) per consolidare il potere di terra dei massimi capi mafiosi del tempo, Calogero Vizzini di Villalba e Genco Russo di Mussomeli (entrambi della provincia interna di Caltanissetta).

Rivedendo i singoli passaggi, bisogna riconoscere che vi è qualcosa di grandioso nel modo in cui l'oceano Atlantico ha influito sulla storia criminale del mondo unendo sponde lontane e trasformandole in sorelle. Un influsso che, di fatto, si è riverberato anche sulle storie nazionali ufficiali. Perché proprio quei sindacati controllati dai boss e vicini al partito democratico ebbero un ruolo nella saga dei Kennedy. E perché i titoli di merito conquistati dai boss in Sicilia nel '43, verso l'America e verso la democrazia italiana, sono valsi a Cosa Nostra una cittadinanza di fatto nella Costituzione materiale italiana, almeno fino ai grandi delitti e alle stragi degli anni ottanta e novanta.

Attraverso l'oceano insomma, e senza sua colpa, si è svolta una lunga e sanguinosa storia di crimine e di potere. Importante, influente. Poi, a partire da un certo punto, i bastimenti sarebbero stati soppiantati dagli aerei, addirittura dai voli diretti Palermo-New York, e la storia sarebbe stata diversa. Sarebbe stato cielo, non più mare. Aria, non più acqua.

Ma l'oceano non ha solo unito la Sicilia agli Stati Uniti. Ha anche unito i villaggi della Calabria a due continenti lontani anni luce: l'Australia e il Nord-America canadese. Due zone del mappamondo agli antipodi: una a est, l'altra a ovest; una a sud, l'altra a nord. Iniziò tutto o quasi tra il 12 e il 18 ottobre del 1951, quando sulla Calabria si abbatterono giorni di pioggia torrenziale. Fu un'alluvione rovinosa. Acqua, acqua senza fine. In provincia di Reggio Calabria molti paesi costruiti poveramente andarono distrutti o si piegarono. Alcuni furono abbandonati. Il paese di Africo, alto sullo Jonio, scivolò a valle. Lo ricostruirono a mare. Oggi si chiama Africo Nuovo, ed è epicentro di mafia; anzi, più correttamente, di 'ndrangheta, come si chiama la mafia calabrese, attualmente la più forte in assoluto. Lo scrittore Corrado Stajano gli dedicò nel 1979 un celebre libro, una appassionata denuncia del degrado sociale e della mafia che vi imperavano (Stajano 1979, 2015). Precisò che il paese era stato rifatto a mare ma tra i suoi abitanti "nessuno possiede una barca e non esiste un marinaio o un pescatore" (Stajano 1979: 9). Di quello stesso mare Cesare Pavese, mandato al confino dal fascismo a Brancaleone, a 11 chilometri da Africo, così scriveva: "Il mare, già così antipatico d'estate, d'inverno è poi innominabile: alla riva, tutto giallo di sabbia smossa; al largo, un verde tenerello che fa rabbia. E pensare che è quello di Ulisse, figurarsi gli altri" (Stajano 1966: 305, *Lettera a Mario Sturani*).

Fu a causa di quel disastro, che aveva distrutto case e colture, che dalla Calabria Jonica iniziarono a partire le famiglie dei contadini e dei pastori, alla ricerca di una nuova terra che desse loro da vivere. Partirono in tanti da Plati, paese che conta oggi quattro mila abitanti e che, nonostante le ridotte dimensioni demografiche, ha dato i natali a una impressionante quantità di clan imparentati tra loro. Una corrente migratoria prese la via della terra e si diresse verso l'hinterland di Milano, dove avrebbe colonizzato e fatto crescere la piccola Buccinasco (dalla Chiesa; Panzarasa 2012); l'altra, più grande, scelse la via del mare, il lungo e periglioso viaggio tra gli oceani.

Partirono in tanti per l'Australia. Partì tra gli altri Domenico Barbaro, giovane rampollo di una delle famiglie più potenti, che dopo pochi anni sarebbe stato rispedito in patria come indesiderato, con addosso il soprannome di "Mico l'australiano". Andarono a stabilirsi a migliaia a Griffith, un piccolo centro vicino

Melbourne, che grazie ai calabresi assunse un'imprevedibile importanza politica. Dopo un paio di decenni si misero a coltivare a marijuana ettari di terra che il clima rendeva eccezionalmente produttivi. Colonizzarono progressivamente la parte sud-orientale del continente, sempre legati gerarchicamente e moralmente alla madrepatria. Presero il controllo dei porti meridionali. Uccisero un deputato, un vicecapo della polizia, trasformarono in propri protettori e complici due ministri dell'immigrazione, di partiti opposti (Forgione 2009; Ciconte; Macrì 2009).

A nemmeno 35 chilometri da Platì, sempre sullo Jonio, c'è Siderno. Paese sul mare, quattro volte gli abitanti di Platì. Eppure da Siderno, come fossero in lotta secolare con Platì, partirono verso la direzione opposta del mondo, il Canada. Nessuna lotta, semplicemente mondi separati, mondi chiusi in se stessi, uno a 300 metri di altitudine, l'altro al livello del mare, anche i dialetti diversi. E andarono a Toronto, a colonizzare un pezzo di quella nazione, di nuovo quello sud-orientale, insediandosi nella regione dei Grandi Laghi, al confine con gli Stati Uniti. Presero in mano commerci legali e illegali, con una organizzazione così solida e ramificata che si incominciò a favoleggiare del "Siderno Group" (Forgione 2009). Verso Platì e verso Siderno scattò l'infinita catena migratoria, il richiamo verso il fratello, il cugino o l'amico da parte di chi è già sul posto. Così la 'ndrangheta andò dalla Calabria Jonica meridionale verso le altre parti del mondo, *prima* ancora di arrivare nella Calabria settentrionale. Di nuovo, come per la mafia: Sidney più vicina di Cosenza, Montreal più vicina di Catanzaro.

E' sociologicamente di estremo interesse questo ruolo dei piccoli centri, talora villaggi, addirittura. Le rotte oceaniche proiettano infatti ai vertici della storia criminale paesi che sarebbe difficile rintracciare sulla cartina geografica. Come se un caso capriccioso e vendicativo avesse deciso di trasformare la povertà di popoli agro-pastorali nella ragione della loro ascesa travolgente: prima l'emigrazione forzosa, poi l'applicazione dei loro metodi e l'uso delle loro relazioni fiduciarie nei paesi di arrivo. Quindi il potere, l'accumulazione economica e l'influenza politica; con gli Stati che, come osservatori distratti, troppo tardi capiscono i pericoli in agguato per la legalità nell'emisfero occidentale. Davvero per le nuove élites criminali l'oceano ha lavorato bene. Moltiplicando gli spazi su cui comandare. Od offrendo i suoi porti, accoglienti e ristoratori. Tonnellate di cocaina o di droghe sintetiche che vi vengono scoperte, a volte anche nel

corso della stessa operazione, come successe nel 2007 a Melbourne. Chi lo avrebbe immaginato in quelle terribili giornate dell'ottobre del 1951... Ma così è andata: l'acqua infinita dell'alluvione avrebbe spinto un popolo di pastori a solcare l'acqua infinita dell'oceano, per scoprire in continenti sconosciuti la ricchezza e il potere. Non in virtù di cambiamenti culturali e di costume, ma, all'opposto, per la capacità di restare uguale a se stesso. Dall'acqua del cielo è venuta la spinta vittoriosa a sfidare quella del mare.

Sicilia, Calabria... Ma davvero la vicenda di acqua e mafia che abbiamo raccontato riguarda solo i loro mari? O la Storia stessa non vorrà punire la capitale d'Italia, la testa del Paese che ha esportato i suoi clan mafiosi per il mondo? Ostia, per esempio. Ostia spiaggia di Roma e dei romani, i resti di un'antichità splendida e impagabile. Ostia è oggi Municipio del Comune di Roma. Novanta mila abitanti, cuore criminale del sistema che i magistrati romani hanno definito "Mafia Capitale" (Abbate; Lillo 2015; Savatteri; Grignetti 2015). Ecco, su questo mare simbolico sono fiorite le nuove famiglie criminali, da tempo in grado di parlare a tu per tu con i boss più titolati al mondo, quelli di Cosa Nostra, la gente dei Caruana e dei Cuntrera, mafia agrigentina (di Siciliana, esattamente, altro piccolissimo paese) andata a comandare le Americhe. Sono nate nuove famiglie autoctone, da nessuno trapiantate, fatte di nomadi stanziali e giunte un giorno lontano dall'Abruzzo. I Fasciani anzitutto, clan da poco processato e condannato a duecento anni di reclusione. E con i Fasciani gli Spada, clan imparentati tra loro; e gli Spada a loro volta interni ai Casamonica, metà Ostia metà Roma, i protagonisti nell'estate del 2015 dei solenni funerali del boss che hanno fatto scandalo in Europa. Un sistema criminale integrato e mobile, dunque, che a fisarmonica ha conquistato l'"affaccio sul mare" della capitale d'Italia. Un pezzo importante di Mafia Capitale è proprio questa Mafia Litorale, gruppi criminali misti cresciuti tra occupazione militare delle spiagge, narcotraffico e usura. In principio fu Fiumicino, porto e aeroporto, comune più grande per estensione di Milano: opportunità incontrollabili di affari e speculazioni, e rifugi per i latitanti siciliani. E migliaia di cittadini praticamente deportati, in arrivo da una Roma che spazzava via case a grappoli per realizzare il grande raccordo anulare. Un impasto sociologico, urbanistico, che nel disinteresse della borghesia romana allevava illegalità e turpitudini estetiche. Fu proprio in questo impasto che negli

anni novanta i clan acquisirono baldanza, almeno quanto le istituzioni restarono pavide e silenti. Si è affermata da allora una corruzione diffusa, con un livello di impunità assoluta. E grazie a questo contesto si è formato negli anni a Ostia uno specialissimo lungomare, soprannominato “il muro” o anche “il corpo di reato più lungo del mondo”. Undici chilometri di mare sottratto alla vista e di fatto *senza spiagge libere* (dalla Chiesa 2015). Con i proprietari degli stabilimenti abituati a farvi il bello e il cattivo tempo. Concessioni delle spiagge senza bando pubblico e un occhio più che tollerante sulla massiccia evasione fiscale da parte dell’amministrazione del Municipio, coinvolto in profondità dalle recenti indagini della Procura della Repubblica di Roma: arrestato il presidente Andrea Tassone e indagati con lui diversi funzionari. Gli imprenditori balneari di Ostia sono infatti potentissimi, essendo a capo delle rispettive associazioni nazionali e avendo alcuni intrattenuto buoni rapporti con i clan. Si può anzi dire che l’Italia balneare dipenda da loro.

Ebbene, in questo sistema corrotto e complice all’inizio della scorsa estate ha fatto la sua comparsa uno stabilimento balneare eretico. Si chiama SPQR Libera Spiaggia. Ha vinto regolarmente un bando, anche se ha dovuto fare ricorso al Consiglio di Stato visto che l’originario vincitore non aveva dichiarato i propri precedenti penali. Ha aperto la spiaggia a tutti, rendendola totalmente libera ai cittadini e organizzandovi attività sportive, anche invernali. Pratica prezzi popolari per ombrelloni, lettini e generi alimentari e non evade il fisco nemmeno di un euro. Ha disseppellito le fontanelle che erano state interrate dai suoi predecessori per costringere i clienti a pagare anche l’acqua naturale. Per questo subisce le ostilità degli imprenditori e dei politici a loro vicini.

Da Roma si torna dunque a Partinico. Più precisamente a Danilo Dolci: la prepotenza mafiosa, i proprietari della terra (la spiaggia), il controllo dell’acqua, i diritti. E il mare. Che in questo singolo episodio diventa non luogo di abusi (i contrabbandieri di Partinico) ma piccola, simbolica promessa di legalità.

Il gioco dei rimandi però non è finito. Perché a pochi chilometri dalla spiaggia, nella zona dell’idroscalo, c’è il monumento a Pier Paolo Pasolini, il grande scrittore e intellettuale che nel novembre del 1975, quarant’anni fa, vi venne ucciso da un giovane con cui si era appartato. Un monumento sobrio, quasi delicato, che si intravede dal cancello chiuso con lucchetto. Sta sotto il

livello del mare, in una zona dove chiunque arrivi viene seguito con lo sguardo e registrato mentalmente. Davanti a quel monumento, nel contrasto di atmosfere, viene spontaneo riandare all'opera di quell'intellettuale anticonformista. Alle sue polemiche dure, nitide, contro il celebre Palazzo (Pasolini 1975). E si finisce per pensare che quando lo scrittore venne qui a trovare morte misteriosa non poteva immaginare, in fondo, che in quel mondo di emarginati a cui era così sensibile, stava nascendo, anche grazie alla droga, un nuovo pezzo del Palazzo. Quello di Mafia Capitale. Stavolta, però, senza passare dall'oceano.

BIBLIOGRAFIA

- Abbate, Lirio; Lillo, Marco (2015). *I re di Roma. Destra e sinistra agli ordini di Mafia Capitale*. Milano: Chiarelettere.
- Ciconte, Enzo; Macrì, Vincenzo (2009). *Australian 'ndrangheta. I codici di affiliazione e la missione di Nicola Calipari*. Soveria Mannelli: Rubbettino.
- dalla Chiesa, Nando (2000). "Acqua e mafia", *ev, mensile di scrittura ricreativa*.
- dalla Chiesa, Nando (2010). "L'attente / The Waiting", in Diop, Boubacar Boris; dalla Chiesa, Nando, *Lentement / Slow*. Paris: VMCF, 27-55.
- dalla Chiesa, Nando (2015). "Mafia Litorale. La spiaggia è riservata alle famiglie", *il Fatto Quotidiano*, 14-18.
- dalla Chiesa, Nando; Panzarasa, Martina (2012). *Buccinasco. La 'ndrangheta al nord*. Torino: Einaudi.
- Dolci, Danilo (2009). *Banditi a Partinico*. Palermo: Sellerio [(1955) Bari: Laterza].
- Dolci, Danilo (2010). *Il potere e l'acqua*. Milano: Melampo.
- Forgione, Francesco (2009). *Mafia Export*. Milano: Baldini Castoldi Dalai.
- Lupo, Salvatore (2008). *Quando la mafia trovò l'America*. Torino: Einaudi.
- Pasolini, Pier Paolo (1975). *Scritti corsari*. Milano: Garzanti.
- Pavese, Cesare (1966). *Lettere 1924-1944*, vol. 1. Torino: Einaudi.
- Savatteri, Gaetano; Grignetti, Francesco (a cura di) (2015). *Mafia Capitale. L'atto di accusa della Procura di Roma*. Milano: Melampo.
- Saviano, Roberto (2006). *Gomorra*. Milano: Mondadori.
- Sereni, Emilio (1947). *Il capitalismo nelle campagne (1860-1900)*. Torino: Einaudi.
- Stajano, Corrado (2015). *Africo*. Milano: Il Saggiatore [(1979). Torino: Einaudi].

ESTADO NOVO
E MARITIMISMO –
IDEOLOGIA E
DISCURSOS CULTURAIS

*Estado Novo
and maritivism –
ideology and
cultural discourses*

ÁLVARO GARRIDO

agarrido@gmail.com

*Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
CEIS20, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX*

DOI

http://dx.doi.org/10.14195/0870-4112_3-2_7

Recebido em setembro de 2015

Aprovado em janeiro de 2016

Biblos. Número 2, 2016 • 3.ª Série

pp. 141-167

RESUMO.

Pretende-se discutir em que medida o regime autoritário compôs uma ideologia maritimista que penetrou o conceito de nacionalismo português. A interpretação dos mitos ideológicos reproduzidos pelo regime e a análise dos discursos culturais que o Estado produziu e veiculou através da Organização Corporativa das Pescas são campos fundamentais para a análise histórica que aqui se empreende.

Essas evidências questionam a excessiva centralidade do ruralismo enquanto elemento de definição da ideologia do sistema ditatorial português. Segundo as representações ideológicas de cunho estatal, Portugal seria um país simultaneamente imperial e camponês. Conclui-se que o *maritimismo* ocupou, também, um espaço significativo no discurso ideológico do Estado Novo e assumiu um papel central na tentativa de nacionalização de uma tradição marítima singular.

Palavras-chave: Estado Novo português; Mar; Pescas; Ideologia; Corporativismo.

ABSTRACT.

It is aimed to discuss to what extent the authoritarian regime composed a maritimist ideology that penetrated the concept of Portuguese nationalism. The interpretation of the ideological myths produced by the regime and the analysis of cultural discourses that the State produced and aired by Corporate Fisheries Organization are key fields for historical analysis that is undertaken here.

These evidences question the excessive centrality of ruralism while defining elements of the Portuguese dictatorial system ideology. According to the ideological representations of state stamp, Portugal would be both an imperial and a peasant country. We conclude that the maritimism occupied also a significant space in the ideological discourse of the *Estado Novo* and assumed a central role in trying to nationalize a maritime secular tradition.

Keywords: Portuguese *Estado Novo*; Sea; Fisheries; Ideology; Corporatism.

Os historiadores interessados em debater a ideologia e a natureza política do salazarismo têm salientado a importância das relações discursivas entre nacionalismo, tradicionalismo e historicismo¹. Procurando identificar os “mitos ideológicos fundadores” do autoproclamado “Estado Novo” — enunciados por Salazar no “ano X da Revolução Nacional”, como se de uma liturgia política se tratasse —, Fernando Rosas destaca dois imbricados mitos, cujos enunciados fundamentais se detectam com clareza no discurso maritimista do Estado Novo: o mito palingenético e o mito do novo nacionalismo (Rosas 2001:1034).

De natureza propositiva, o primeiro exprime uma pretensão comum à direita antiliberal portuguesa e a certas correntes conservadoras do nacionalismo republicano: a ideia de um “Estado Novo”, capaz de revivificar a nação, de pôr termo à “decadência nacional” e à própria degenerescência do povo. Problemas cuja solução diversos intelectuais da geração de 1890 já associavam à “questão do regime” e a propostas de reorganização do Estado.

De cariz providencialista, a segunda alegoria identificada por F. Rosas aponta para um projecto de continuidade histórica, prometendo um Estado (“novo”) empenhado em “institucionalizar o destino nacional”. Um Estado autoritário investido da função de guia espiritual da nação e disposto a recuperar as suas “essências orgânicas” — os caracteres de identidade colectiva que, alegadamente, o liberalismo olvidara e destruíra.

Supondo uma retórica anti-ideológica, ambos os mitos têm por fim hegemónizar a autoridade cultural do regime salazarista. O discurso abundante que os veiculou, procura fazer crer que o “Estado corporativo” era a “terceira via” necessária e indispensável, conquanto se propunha reordenar a vida social e resgatar a individualidade portuguesa. Tarefas tanto mais urgentes quanto o individualismo liberal e o coletivismo comunista seriam sistemas que conduziam o corpo nacional à uniformização totalitária e à supressão da identidade².

¹ Entre outros, vide Rosas 2001; Torgal 2009; Léonard 1998; Medina 2000.

² Para um breve ensaio sobre este confronto de ideologias no tempo histórico de afirmação dos “fascismos”, vide Mosse; Braun; Ben-Ghiat 1997.

Se visitássemos a extensa galeria de mitos da ideologia salazarista, em especial os discursos que mais insistem numa versão singular do “nacionalismo português”, seria provável que em todos eles se descobrisse uma insinuação cultural reacionária, que atribui a certos campos da vida económica e social um carácter tradicional e perene, capaz de re-essencializar o imaginário da “nação orgânica” e de exaltar as virtudes sociais de uma “ordem natural das coisas” inscrita na história. A ideia corporativa e a rede de instituições com que o Estado autoritário recobriu as relações entre o “capital” e o “trabalho” e procurou uma paz social compulsiva foram as expressões mais evidentes desse proclamado organicismo. Nesta ordem dogmática, explicitamente moral mas realmente política e totalizante, inserem-se os discursos e as práticas oficiais de resgate de uma “tradição marítima nacional”, cujo domínio mais sujeito à fórmula corporativa foi o das pescas.

1. SALAZARISMO E MARITIMISMO

Partindo de um inventário selectivo dos discursos emitidos pelos órgãos de propaganda do regime salazarista, lendo as principais vulgatas do sistema corporativo e interpretando os registos de comunicação da imagem política do chefe da oligarquia das pescas, Henrique Tenreiro³, propomo-nos discutir em que medida o Estado Novo compôs uma ideologia maritimista que penetrou o próprio conceito de nacionalismo português. Referimo-nos a um feixe de ideias que, embora recalçadas pela hegemonia do ruralismo na ideologia oficial do Estado e associadas às exaltações de grandeza imperial da nação, exprimiram-se de forma relativamente autónoma ante tais tropismos ideológicos dominantes.

³ Henrique Ernesto Serra dos Santos Tenreiro (1901-1994). Oficial da Armada, fez a tarimba política na Organização Corporativa. Entre 1936 e 1974 foi delegado do Governo de todos os organismos corporativos e empresas dependentes das “pescas nacionais”. Entre 1946 e 1950 foi vogal da Direcção da Junta Central das Casas dos Pescadores. Em 1950 subiu a Presidente da Direcção do mesmo organismo. Para uma biografia política de Henrique Tenreiro, ver o nosso livro, 2009.

Quanto à concepção de nacionalismo que releva dos escritos e alocuções de Salazar e que sobressai do discurso das elites políticas do regime, a memória histórica há muito estabeleceu a noção de que as ideias imperial e rural singularizam o caso português. Segundo as representações ideológicas de cunho estatal, Portugal seria um país simultaneamente imperial e camponês. E a julgar pelo discurso político oficial, quer o colonialismo quer o ruralismo seriam traços identitários da nação. Essências, jamais ficções.

A integridade do Estado-Nação firmar-se-ia na convergência de dois patrimónios históricos inexpugnáveis: i) a ordem da terra e dos campos, ou um nacionalismo conservador e telúrico; ii) a ordem colonial-imperial, garante de uma nação subtraída à sua pequenez por meio de assimilações ultramarinas construídas na história, um nacionalismo imperial ou “lusu-tropical”⁴.

A edificação discursiva do *maritimismo* e o modo como, a seu propósito, a propaganda estabeleceu articulações de significado com outros tópicos ideológicos que presumem a intenção de compor e impor esta versão reelaborada do “nacionalismo português”, oferecem um campo fértil de discussão. Neste texto apenas se propõe uma abordagem preambular do problema; um exercício de interpretação assente num inventário de ideias e imagens (ou representações) cunhadas pelo Estado em torno da sua própria intervenção no domínio das pescas.

No campo económico e social, o *maritimismo* do Estado Novo exprimiui-se numa série de iniciativas estatais de protecção e fomento, cujos emblemas principais foram a pesca do bacalhau e a marinha de comércio. Do ponto de vista político, estamos perante programas de autarcia relativa e de disciplina autoritária dos interesses, que tanto denotam uma visão conservadora e tradicionalista dos meios sociais marítimos, como implicaram iniciativas modernizantes. Quer a reanimação da “grande pesca”, quer a renovação da marinha mercante — esta última propagandeada até à exaustão através do “Despacho 100”, de 10 de Agosto de 1945, assinado pelo ministro da Marinha Américo

⁴ Sobre o conceito de luso-tropicalismo, cunhado pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, veja-se Alexandre 2000.

Tomás⁵ — foram apresentadas como expressões do restabelecimento da soberania do Estado-nação imperial.

No que se refere às pescas, a conjugação das linguagens tradicionalista-conservadora e moderna é particularmente visível nas principais ritualizações simbólicas do “regresso de Portugal ao mar”, as quais combinam o folclorismo de validação etnográfica e a estética de massas do fascismo. A tentativa de nacionalizar a tradição marítima portuguesa vislumbra-se em inúmeros textos de propaganda da oligarquia corporativa das pescas. Com uma insistência litúrgica, a ideia é verbalizada nos rituais de sociabilização popular dos progressos das frotas pesqueiras industriais — veja-se o folclorismo nacionalista (ou os costumes locais e regionais nacionalizados) das cerimónias de bota-abaixo dos navios bacalhoeiros, invariavelmente consumadas “em nome de Deus e do Estado Novo”. Da mesma estirpe estilística são as festivas inaugurações de bairros destinados à “gente do mar”, promovidas pela Junta Central das Casas dos Pescadores, na maioria das vezes por iniciativa de Henrique Tenreiro.

Nestes e noutros cenários de actuação da “grande família das Pesca”⁶, a *estética* e a *organização* são recursos capitais na construção de imagens harmónicas e consensuais. Certos elementos de costume dos pescadores — incluindo traços tão díspares como o traje, a dança e as crenças, ou o modo de aparelhar uma vela e de amarrar os anzóis de uma arte de caçada — são apresentados como prova de existência e revigoração de uma “cultura popular” de base nacional⁷. Deste formulário ideológico de cariz etnográfico à legitimação do corporativismo e das suas formas públicas e autoritárias de enquadramento dos pescadores dista um pequeno passo. Inabalavelmente, as instituições de “cooperação social” impostas à gente do mar (as Casas dos

⁵ Vide *A marinha nos últimos 40 anos, 1926-1966*. Lisboa: Ministério da Marinha, 355 ss.

⁶ A expressão consta deste volume (1957), de sentido apologético: *Vigésimo aniversário da Organização das Pescas*. Lisboa: Gabinete de Estudos das Pescas.

⁷ A título de exemplo, cf. *25 Anos de assistência à gente do mar*, Lisboa, Junta Central das Casas dos Pescadores, 1962 (brochura de propaganda em três línguas: Português, Francês e Inglês); *Jornal do Pescador*, 8, 31 Agosto 1939; id., 11, 30 Novembro 1939; id., 28 Maio 1943.

Pescadores) são justificadas e exaltadas em função de uma estreita harmonia entre o figurino institucional definido pelo Estado e as vivências tradicionais das comunidades.

O mar que a propaganda descreve e filma, não é, porém, o mar tumultuoso e dramático das fainas da pesca. Pelo contrário, trata-se do mar que se entrevê na imagem de comunidades litorâneas reorganizadas e reanimadas pelo Estado por meio de um aparatoso programa de assistência material, moral e religiosa. Não por acaso, o propósito de refundir o mar com a nação é regularmente evocado como argumento legitimador da “obra social” oferecida às populações marítimas pelo “Estado corporativo”.

Nas páginas do *Jornal do Pescador* e do *Boletim da Pesca*, as principais publicações periódicas editadas e apoiadas pela Organização das Pescas, abundam os retratos de harmonia telúrica dos colectivos humanos. Profusamente ilustradas, ambas as revistas publicam reportagens que apresentam os pescadores como arquétipos nacionais subtraídos à miséria e aos vícios da “proletarização”. De par com este registo apologético da “obra social das pescas”, que domina as edições do *Jornal do Pescador*, evidenciam-se as reportagens sobre as iniciativas modernizadoras das frotas e das artes, proliferam notícias dedicadas à melhoria das condições de trabalho a bordo e sobre a reanimação integrada das indústrias a montante e a jusante da extracção de recursos do mar.

As representações dominantes na imprensa oficiosa das pescas portuguesas são, todavia, aquelas que exprimem linguagens próximas da propaganda da obra económica e social dos regimes fascistas, bem como as que documentam evidências modernizadoras que visam certificar a reconquista da soberania económica do Estado. No caso da frota bacalhoeira, as proclamações ideológicas do “ressurgimento da grande pesca” excedem as sugestões de resgate de um maritimismo essencial e orgânico; de um maritimismo enraizado na história, é certo, mas apenas visível nas iniciativas de protecção social das comunidades piscatórias. Regularmente, os serviços de propaganda da oligarquia corporativa veiculam fortes semelhanças entre as ideias de resta-belecimento do poder do Estado e da sua “marinha de pesca” e as projecções de grandeza imperial da nação.

A explicação mais plausível para esta composição multiforme de argumentos ideológicos destinados a persuadir a opinião portuguesa e estrangeira sobre o efectivo alcance da “obra das pescas” estará relacionada com o papel e a ambição de Henrique Tenreiro, que ora se apresenta como o patrão político das “pescas nacionais”, ora como o “pai dos pescadores”⁸. Por um lado, o seu carisma, a sua capacidade de trabalho e a celeridade com que formou uma oligarquia influente junto das cúpulas do regime, conferiu aos programas de fomento das indústrias de pesca e construção naval, dimensões inusitadas e deu ao sistema de assistência social aos pescadores um sentido eminentemente moral e legitimador do sistema corporativo. Por outro, a sua acção como delegado do Governo junto de todos os organismos das pescas criados — por lei ou de facto — de 1935 em diante fez prova de reais iniciativas de fomento material.

2. O ENQUADRAMENTO SOCIAL DA “GENTE DO MAR”

Fazendo uso das pragmáticas ambições de Henrique Tenreiro, entre 1934 e 1937 a construção discursiva de uma “tradição marítima nacional” foi impulsionada pela necessidade de preencher um intrigante vazio doutrinário a respeito da organização social dos colectivos piscatórios.

Em 1934, a Subsecretaria de Estado das Corporações e Previdência Social autorizara, a título de experiência, a criação de três sindicatos corporativos de pescadores de âmbito local: Nazaré, Buarcos e Seixal. Mas depressa o Governo confirmou que o sindicalismo livre não morrera de vez com a repressão da “greve geral revolucionária” de 18 de Janeiro desse mesmo ano⁹: a forte infiltração de comunistas e anarquistas naquele trio de sindicatos de pescadores e a dinâmica que exibiram na greve dos bacalhoeiros da Primavera de 1937 mostraram que, do

⁸ A título de exemplo, cf. AM (Arquivo Geral de Marinha), Núcleo 423, Comissão de Extinção das Instalações do Almirante Tenreiro, cx. 401, ficha 74 .

⁹ Veja-se Patriarca 2000.

lado do “trabalho”, a batalha da corporativização não estava ganha¹⁰. De certa forma, o Estado autoritário subestimou os perigos do “entrismo” vermelho e libertário nos domínios da pesca e foi forçado a procurar soluções antisindiciais de enquadramento dos pescadores.

A leitura dos principais textos do sistema corporativo português confirma que o “mundo marítimo” colheu na doutrina corporativa portuguesa uma abordagem autónoma que recomendou ao Estado um extremo cuidado no desenho das respectivas instituições de enquadramento social. A pesca era a catividade económica mais expressiva desse “meio social”: em 1930 ocupava cerca de 40 000 pescadores¹¹. É todavia o conceito plural de “populações marítimas” que sobressai nas referências doutrinárias e políticas. A unanimidade dos princípios gerais de organização das populações marítimas contrasta com as dificuldades, hesitações e com a extrema prudência do Estado quando tratou de legislar sobre o figurino dos organismos de enquadramento social da gente do mar. Estes princípios preambulares deixavam perceber que os pescadores não dispunham de qualquer autonomia representativa. A situação assemelha-se à da génese das Casas do Povo: o desequilíbrio entre o “capital” e o “trabalho” é estrutural e ostensivo. As Casas dos Pescadores não dispõem de Assembleia Geral nem de direcções eleitas; nos termos da lei, o presidente da direcção é o próprio capitão do porto.

O tópico mais saliente desse feixe de orientações de enquadramento da ordem social das pescas é o da recusa de qualquer figurino institucional capaz de consentir, mesmo sob alçada do Estado, a formação de aglomerados classistas em comunidades propensas à “agitação social”, embora dotadas de laços iminentes de cooperação e solidarismo. Daqui decorre a afirmação vigorosa de que as relações humanas e o trabalho, no campo como no mar, formam um “meio social”, uma comunidade de homens de diferentes classes e profissões que, em função da sua vida colectiva, dos seus laços de parentesco, tradições e património espiritual poderiam acolher mais facilmente um modelo de enquadramento cooperativo do que organismos

¹⁰ Vide o nosso artigo 2003.

¹¹ 39 414 indivíduos, 1,5% da população activa total do país (ocupações directas). Cf. *Estatística das pescas marítimas no continente e nas ilhas adjacentes*. Lisboa: Ministério da Marinha.

de base profissional (como seria o caso dos sindicatos, mesmo que “nacionais” ou “corporativos”). Os impulsos de solidariedade dos mundos marítimo e rural e a frequente indistinção, ao nível das “pescas artesanais”, entre os proprietários dos meios de produção e os assalariados, foram outros dos aspectos invocados para justificar um enquadramento peculiar. Evitando separar o que a tradição unira, as Casas dos Pescadores teriam o estatuto de “organismos de cooperação social”.

Se olharmos o discurso legislativo e de propaganda na perspectiva dos fins instrumentais a que ele se proporia, verificamos que os propósitos do Estado seriam muito mais pragmáticos do que as retóricas doutrinárias fazem crer. Pôr em marcha a “campanha do bacalhau”, por exemplo, implicava deter a incerteza do recrutamento de pescadores, reprimir a instabilidade das companhias e a diferenciação salarial entre navios, velhos factores de perturbação da pesca e do próprio rendimento das empresas. O fomento da “grande pesca” supunha instituir mecanismos compensatórios do sistema de exploração intensiva do trabalho: a assistência, alguma previdência e uma certa melhoria das condições de trabalho a bordo. Tudo isto sem sugerir um autoritarismo abrupto, susceptível de colidir com o costume e de violentar as formas particulares de organização social das famílias e comunidades de onde saíam os homens que iam ao bacalhau.

De sentido autoritário e totalizante, o enquadramento compulsivo dos “trabalhadores do mar” tanto fez uso de argumentos etnológicos que denotam um esforço de cooptação dos usos e costumes locais pelo Estado e suas instituições, como se socorreu de discursos imagéticos e de ritualizações públicas fortemente encenadas a fim de despertar adesões e a emoção estética popular.

3. CELEBRAÇÕES ESTÉTICAS DA “OBRA SOCIAL DAS PESCAS”

Em Janeiro de 1955, Henrique Tenreiro encomenda ao mestre Domingos Rebelo, pintor açoriano que compôs outras elegias do salazarismo¹², um fresco capaz de

¹² Domingos Rebelo 1891-1971. Entre outras obras que lhe foram solicitadas pelo Estado Novo, foi autor de pinturas murais na Assembleia Nacional e no Ministério da Educação Nacional.

enaltecer a obra de assistência à gente do mar. Realista e eloquente, o grande óleo deveria glorificar a obra social da Junta Central das Casas dos Pescadores e o próprio “Estado corporativo”. O resultado pictórico foi esteticamente pobre, mas deveras exaltante para a ideologia e a política oficiais.

Ao centro, num imponente retrato de corpo inteiro, a tela exhibe um “pescador verdadeiro”, figura austera e forte que não pareceria estranha num filme de Eisenstein.¹³ À direita, em perspectiva, distinguem-se algumas realizações da “obra social das pescas” — os asilos para velhos, os postos médicos e as farmácias. À esquerda, as creches, os infantários, os lactários e as escolas de pesca destinadas aos filhos dos pescadores. As mulheres são evocadas através da figura da varina. Do mesmo lado junto à praia, avistam-se dois pares de casas brancas, soalheiras e asseadas, protótipos dos bairros piscatórios construídos no âmbito da política social do Estado Novo. Em fundo, um enorme icebergue, metáfora de todos os perigos com que se debatiam os pescadores bacalhoeiros que deixavam as suas comunidades durante seis meses do ano. No mar largo, navegando à vela, um lugre de três mastros, o protótipo da renovada “frota bacalhoeira nacional”.

Segundo a mensagem ideológica do quadro e a iconografia que o pintor nele representou, uma vez protegida pelo Estado Novo a vida da “classe piscatória” tornara-se digna, harmoniosa e mais comunitária do que nunca. Não por acaso, a enorme tela de Domingos Rebelo foi convertida num bilhete-postal da “assistência à gente do mar”. Por iniciativa de Tenreiro, foi aposta em medalhas comemorativas da Junta Central das Casas dos Pescadores e serviu de capa a brochuras de divulgação e apologia, editadas em diversas línguas, sobre a acção social promovida pelo Estado Novo¹⁴.

O quadro a que nos referimos, intitulado “Família Piscatória”, encontra-se em exposição permanente no Museu Marítimo de Ílhavo.

¹³ Serguei Mikhailovitch Eisenstein (1898-1948), o expoente do cinema realista russo.

¹⁴ A principal e mais reproduzida dessas publicações é a seguinte: (s. d.) *Assistência à gente do mar*. Lisboa: Orbis-Edições Ilustradas. Esta brochura, muito cuidada em termos gráficos e no modo como combina o texto e a fotografia. Inclui textos em Português, Francês e Inglês.

Volvidos poucos anos de presidência da Junta Central das Casas dos Pescadores, a “obra social das pescas” adquiria uma notoriedade extraordinária. Na expressão de um colaborador de Henrique Tenreiro, teria uma “volumosa e brilhante expressão material”.¹⁵ Embora “grandiosas e indesmentíveis”, as evidências materiais dessa ampla acção protectora em favor de “populações que não tinham defesa económica”¹⁶ foram amiúde exaltadas por acções de propaganda preparadas no próprio gabinete de Tenreiro. Os registos são tão diversos quanto as situações cerimoniais e os eventos festivos.

Os rituais em que o Estado mais investiu do ponto vista simbólico, aqueles que denotam mais cuidado na inibição prévia de eventuais manifestações hostis e, por efeito, os mais mobilizadores, foram as inaugurações de bairros de pescadores. Pelo que as imagens (fixas e em movimento) permitem entender, os rituais mais arrebatadores nem sequer tiveram lugar nos grandes aglomerados piscatórios. A mais intensa festa de inauguração de bairros de pescadores foi a que decorreu na Afurada em 1952. Em voz inflamada, o locutor do filme que Tenreiro mandara realizar para difundir o evento salientou que o cortejo náutico fluvial com que a festa culminou era “um dos maiores e mais vistosos que se têm realizado no nosso País”. Embandeiradas, desfilaram na foz do Douro mais de duzentas traineiras. À cabeça do cortejo de pretensões épicas, avistado por uma multidão popular apinhada nas margens do Douro, perseguia uma “vedeta” da Marinha com o chefe do Estado, general Craveiro Lopes, a bordo¹⁷.

Na imprensa escrita, na rádio e no cinema, a estilização épica e folclorista das imagens e o modo coloquial e radiofónico da própria locução ajudam a inculcar a mensagem fundamental: por todo o litoral português, de Vila Praia

¹⁵ *Boletim da Pesca*, 95, 1967, p. 83.

¹⁶ *Ib.*

¹⁷ Cf. ANIM, *Inauguração do bairro de pescadores da Afurada* (8 minutos). Filme realizado por António Francisco Veríssimo. Fotógrafo e cineasta, alistou-se na Legião Portuguesa a 18 de Fevereiro de 1937. Passados alguns anos tornou-se responsável dos Serviços Cinematográficos da milícia anticomunista. Cineasta favorito de Henrique Tenreiro, realizou a maioria dos filmes documentais da Organização Corporativa das Pescas e da Brigada Naval da Legião Portuguesa, cujo comando pertenceu a Tenreiro entre 1936 e 1974.

de Âncora a Vila Real de Santo António, das praias de Portugal continental às comunidades piscatórias das ilhas adjacentes, havia provas de uma obra social sem par, toda ela fruto da dedicação de um homem, Henrique Tenreiro, e do patrocínio do chefe do Governo, Salazar. Alegadamente, o sistema corporativo fora a fórmula certa para pôr os homens e as instituições ao serviço de “causas nacionais” e de propósitos identitários que refundiam o “local” com o “nacional”.

Na imprensa especializada e no “cinema de actualidades”, as imagens de bairros novos e de escolas alvas e limpas surgem em planos de contraste com a denúncia visual dos pardieiros a que o Estado Novo teria subtraído os pescadores e suas famílias. Percorrendo, de norte a sul, praia a praia, todas as localidades onde já havia obra da Junta Central das Casas dos Pescadores, em cada povoado se faz prova estatística dos serviços sociais prestados pela Organização Corporativa naquele ano de 1952, ou desde que a Casa dos Pescadores local começara a funcionar. Procurando esmagar cepticismos com a evidência “performativa” das imagens e dos números, a longa-metragem *Acção Social do Pescador*¹⁸, realizada por António Veríssimo, acaba por ser uma composição ordenada de imagens em movimento, para glória de uma obra, do seu criador e do sistema político que a promovera.

A estética do filme é similar à do cinema documental fascista. Fazendo da etnografia um recurso ideológico nacionalista — também aqui se insinua que o Estado reanimara a Nação —, o documentário é dominado por um discurso enumerativo, ritmado por uma espécie de refrões que vincam as realizações mais salientes da “obra social das pescas”. Exaustivo, o filme recorre a expressões numéricas contundentes que permitem exaltar todos os aspectos da acção social da Junta Central das Casas dos Pescadores: o número de injeções administradas no posto médico desta ou daquela Casa dos Pescadores, as visitas domiciliárias, as consultas de puericultura dadas às filhas e filhos dos pescadores, as refeições servidas em cantinas escolares, as receitas despachadas na farmácia, os internamentos e outros indicadores do “elevado espírito cristão”

¹⁸ ANIM (depósito do Arquivo Geral de Marinha), *Acção Social do Pescador* (88 minutos), realização de António Veríssimo.

da protecção social oferecida pelo Estado Novo. “Nenhuma outra classe disfruta hoje de tamanha protecção e de tais regalias”, conclui o filme.

A prioridade atribuída à habitação sinaliza a importância que o problema dos bairros e dos alojamentos de pescadores tomou no programa político-social da Junta Central. Em finais dos anos quarenta a Junta promoveu um inquérito demográfico a fim de averiguar o número de casas que seriam necessárias para os pescadores. A conclusão apontou para quatro mil fogos que, em teoria, poderiam albergar dezasseis mil pessoas. Como Tenreiro explicou, a Junta tinha património. O problema maior foi interessar as câmaras municipais na cedência de terrenos. Tal como sucedeu no projecto mais amplo das “Casas Económicas”, conduzido pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência a partir de finais dos anos trinta¹⁹, no que toca aos bairros para pescadores, boa parte do investimento da Junta Central resultou de empréstimos da Caixa Geral de Depósitos.

Em 1967 estavam construídas 2454 “moradias económicas” para pescadores, cobrindo quase todas as povoações do litoral. Os bairros eram de dimensão variável e as casas de diversos tipos, A e B, com ou sem quintal conforme a dimensão das famílias e os seus rendimentos. No dizer de um colaborador de Tenreiro, as habitações foram “bem localizadas em bairros admiravelmente concebidos, higiénicas, confortáveis, alegres de rendas baixas, valorizadas com centros sociais e postos de socorros”²⁰. O “portuguesismo” das construções supõe que, também aqui a arquitectura foi usada como instrumento ideológico e de esterilização do conflito social.

A propaganda apresenta a “obra dos lares” de pescadores como se toda a gente do mar tivesse sido subtraída à vida em palheiros de madeira e em barracas cobertas de colmo. Dos anos cinquenta em diante, essas imagens de vidas miseráveis apenas se poderão ver e documentar através de textos, filmes e reportagens fotográficas de antropólogos e jornalistas estrangeiros. O mais importante para a política social do Estado autoritário seria fixar e concentrar as populações em coletivos arquitectónicos asseados e pitorescos; deter a mobilidade dos pescadores

¹⁹ Vide Fernandes 1999: 170-171.

²⁰ “A obra de Assistência da Junta Central das Casas dos Pescadores”, p. 81.

e agregá-los em bairros cuja ordem do casario sugerisse que o Estado conseguira impor uma certa higiene social às populações marítimas. Talvez por isso as primeiras rendas foram relativamente baixas, de 40 escudos mensais. Ainda assim, a Junta Central teve dificuldades em impor o pagamento das rendas, dado que as mesmas eram determinadas em função do cálculo de rendimentos que servia de base à cobrança do imposto de pescado. Detalhes de uma previdência corporativa frágil, moralista e pouco universal, supõem um controlo social obsessivo e totalizante, assente numa lógica endogâmica e puramente assistencial.

A instrução elementar e profissional dos futuros pescadores foi o segundo vértice da “obra social das pescas”. A partir de 1939 foram criadas escolas primárias para ambos os sexos nas Casas dos Pescadores dos principais centros piscatórios. Segundo a lei, a instrução e a educação ministradas aos sócios das Casas “tinham por objectivo a formação de caracteres fortes, de trabalhadores activos, bons profissionais e bons portugueses”²¹.

A educação profissional dos pescadores foi aquela por que Tenreiro mais se interessou²², envolvendo o Estado Novo na sua própria ambição. Desde o começo dos anos quarenta, o Estado vinha instalando nas sedes das Casas dos Pescadores, Casas de Trabalho para as raparigas (escolas de mães, onde as moças podiam aprender as primeiras letras e noções práticas de corte, costura, cozinha e puericultura) e Escolas de Pesca para os rapazes (preparação técnica para o manejo das artes). Dentro destas últimas, distinguiram-se as escolas Elementares e as Rudimentares. As primeiras dirigiam-se aos filhos de pescadores com menos de dez anos de idade e eram votadas ao ensino da manufactura e reparação de redes e aparelhos de pesca. As segundas destinavam-se a rapazes entre os dez e os catorze anos e habilitavam-nos para o exercício da profissão de moços-pescadores nas pescarias locais e costeiras. Entregues ao controlo dos presidentes das Casas dos Pescadores (os capitães dos portos ou os delegados marítimos, repita-se), ambas procuravam formas de ensino prático.

²¹ *Diário do Governo*, 1ª série, Decreto nº 27 978, 20 Agosto 1937 (art. 9º).

²² Vide Tenreiro. *Casas dos pescadores*: 12-20.

A organização do ensino primário e profissional da “gente do mar” participa dos valores ideológicos da “educação nacional” que Salazar e Carneiro Pacheco haviam proclamado em 1936. O ensino da moral e as lições de doutrina cristã ocupam um lugar de destaque na educação dos filhos dos pescadores. Num discurso proferido em 1949, Tenreiro propõe que o Estado incremente a “educação moral desses humildes obreiros da nossa economia” (Tenreiro 1949: 163). Nas festas de homenagem ao pescador que o próprio organiza em várias povoações do litoral, as Casas dos Pescadores mostram-se as primeiras guardiãs das tradições locais²³.

Em regra, a parte profana do programa festivo era ocupada quase exclusivamente por exhibições de ranchos folclóricos. Embora diversas Casas dos Pescadores tivessem biblioteca e escolinhas de “teatro educativo”, a face mais visível das suas obrigações culturais e educativas residia na criação e dinamização de ranchos infantis. Umhas poucas também tinham clubes desportivos de vela para pescadores e equipas de futebol com campo próprio. Para dar corpo a esta ampla organização de âmbito nacional, que exigia múltiplos apoios a nível local — incluindo o recurso a “fogueteiros”²⁴ — nos anos sessenta o “serviço social” da Junta Central das Casas dos Pescadores criou uma secção educativa para ordenar e planear todas as suas iniciativas nesse domínio.

Em 1950, quando Tenreiro sobe a presidente da Junta Central das Casas dos Pescadores, no campo do ensino profissional pouco mais existia do que a Escola Profissional de Pesca, criada em Pedrouço em 1941. Por dispendiosa e por falta de mestres-escola, era fraca a oferta de instrução profissional para os rapazes. A Escola Profissional de Pesca tinha por objectivos suprir essa carência e proporcionar aos pescadores uma base de conhecimentos técnicos que lhes permitisse integrar as tripulações das frotas do bacalhau e do arrasto, cujos planos de renovação o Estado acelerou durante a Guerra. A Escola formava

²³ Cf. ANIM (Depósito do Arquivo Geral de Marinha), Festa dos Pescadores em Peniche, s. d. (11 minutos). A sequência do ritual é idêntica à de outra curta-metragem à guarda do ANIM: cf. Festa de Homenagem em A-Ver-O-Mar.

²⁴ Indivíduo encarregado de lançar foguetes e de excitar os “vivas” da assistência.

filhos de pescadores com o mínimo de catorze anos e habilitava-os a embarcar como moços nos navios bacalhoeiros e nas traineiras de arrasto. Com o diploma da “Escola de Pesca”, os rapazes podiam ainda exercer os misteres de arrais, contramestres e mestres de pesca.

Em finais da década de sessenta, já o panorama educativo dos “trabalhadores do mar” se tornara bem diferente daquele que se conhecera nos anos quarenta. Em 1967, funcionavam em Portugal continental e nas ilhas adjacentes 11 escolas de pesca, com 104 alunos; 11 cantinas escolares; 36 casas de trabalhos manuais e de ensino doméstico; a “Colónia de Férias Dr. Pedro Teotónio Pereira”, que fora criada durante a Guerra para proporcionar “férias sãs” aos filhos de pescadores e aos descendentes de legionários da Brigada Naval; 4 casas de repouso para os velhos pescadores, com destaque para as de Sines e de Porto Brandão; 1 sanatório para pescadores tuberculosos, em São Brás de Alportel; 21 centros sociais; um hospital, sediado em Olhão; 84 postos médicos; 8 farmácias privativas; 11 maternidades; 19 postos de puericultura; 5 creches e jardins-de-infância²⁵.

A ampla iniciativa protectora dispensada pelo Estado às pescarias artesanais teve na Junta Central das Casas dos Pescadores o seu organismo coordenador e em Henrique Tenreiro o seu principal entusiasta. Após o termo da Guerra, a Junta financiou a motorização de embarcações e regulou as condições de arrematação e transacção do pescado para defesa e incentivo da “pequena pesca”. As secções e postos de vendagem de peixe formaram uma rede que se estendeu aos principais centros piscatórios. No domínio das pescarias artesanais, a Junta preferiu o fomento material e “espiritual” de carácter assistencialista ao dirigismo económico dos grémios. No campo diversificado das pescas de fraca (ou ausente) feição industrial, as práticas da Junta Central foram eminentemente paternalistas e sociais, procurando estabelecer ligações entre o “nacional” e o “local”, entre o público e o privado. A protecção das artes costeiras e locais não se exprimiu na criação de empresas ligadas aos grémios nem mesmo às mútuas seguradoras que deles dependiam, mas na assistência financeira, material e técnica, consoante as carências de âmbito local que as capitánias e as Casas dos Pescadores inqui-

²⁵ “A obra de assistência da Junta Central das Casas dos Pescadores”: 81-82.

riam junto das comunidades. Eram diagnósticos regulares, conduzidos através da Organização das Pescas a fim de atenuar o defeito das infra-estruturas dos portos, abrigos e lotas e de prevenir a “agitação social” da “gente do mar”. Na prática, o Estado acudiu a estas necessidades, ora segundo critérios de influência política executados através da União Nacional e outras organizações políticas e paramilitares do sistema ditatorial, ora de acordo com fins de prevenção do conflito social nas comunidades mais expressivas do ponto de vista demográfico.

O apoio à “pequena pesca” permitia auxiliar a sobrevivência de muitas comunidades piscatórias situadas à volta de portos e abrigos, de águas estuáricas, lagunas costeiras e bacias fluviais. Sabendo que as práticas de ocupação plural dessas comunidades eram comuns e muito antigas, o Estado procurou incentivar o desdobramento ocupacional dos pescadores. Mas fê-lo apenas à escala local e regional, isto é, evitando grandes mobilidades sazonais dos contingentes humanos, como era costume desde séculos anteriores. Nas artes costeiras e locais os poderes públicos da ditadura anteviam uma retaguarda eficaz dos programas de fomento das pescas de tipo industrial²⁶. O estímulo dessa complementaridade dos empregos e misteres foi uma das opções mais oferecidas aos pescadores-armadores da “pequena pesca”. Revelou-se uma forma de estancar os salários das pescarias industriais e de manter as fainas locais como um amplo reservatório de mão-de-obra disponível para o recrutamento sazonal que era exigido pelas pescas longínquas do bacalhau e do arrasto.

4. O FOMENTO DAS PESCAS LONGÍNQUAS E O “REGRESSO DE PORTUGAL AO MAR”

Entre as veleidades práticas e ideológicas de reanimação de uma “tradição marítima nacional” supostamente destruída pelos iconoclastas liberais, as oligarquias políticas do Estado Novo elege, em primeiro plano, a reorganização das indústrias do bacalhau.

²⁶ Cf. *A organização portuguesa das pescas*: 14- 17.

A “campanha do bacalhau” mostrou-se um projecto central na economia política do “fascismo português” (Garrido 2010: 134-144). Inspirado na *Bataglia del Grano* de Mussolini, tal programa de autarcia relativa foi imposto em meados dos anos trinta a fim de promover a substituição de importações de bacalhau. Baseado numa pretensão de resgate de uma gesta marítima que teria sido aberta com as primeiras viagens de portugueses para o Atlântico noroeste, por finais do século XV e inícios do século XVI, a “campanha do bacalhau” mobilizou um amplo esquema proteccionista da produção nacional de um pescado rico em proteínas animais e de grande tradição no consumo popular. A renovação da frota bacalhoeira e a normalização do abastecimento foram os sinais mais expressivos da “campanha” e aqueles em que o Estado mais investiu no plano da reprodução simbólica.

Finda a Segunda Guerra Mundial, a “liberdade dos mares” (a vigência da lei das três milhas de “mar territorial”) começou a ser tão incerta quanto a abundância de recursos biológicos nos extensos baixos ao largo da ilha da Terra Nova e da península do Labrador. Perante as ameaças do Direito e da natureza, a “campanha do bacalhau” depressa se tornou um projecto anacrónico. Subitamente, a eficiência económica da indústria que o Estado Novo sempre protegera tinha os dias contados. A pesca com veleiros e linhas de mão, feita por pescadores isolados a bordo de pequenos botes (os “dóris”), compunha um belo bilhete-postal.

Enquanto o Direito do Mar consentiu práticas de livre acesso aos pesqueiros e validou a abundância de recursos, com maior ou menor protecção do Estado a indústria de pescas portuguesa conjugou sem contradição o seu imaginário de potência marítima tradicional — de que a frota de veleiros do bacalhau se tomara o último e principal símbolo — com a defesa dos seus interesses de Estado costeiro, sempre ameaçado pela intrusão dos barcos espanhóis na estreita faixa do “mar territorial” português. Este binómio histórico não se tornou uma séria hesitação, nem sequer ameaçou a forçada coesão da indústria portuguesa de pescas, enquanto a Lei do Mar não se alterou a ponto de confinar as oportunidades de pesca aos recursos situados em águas de jurisdição nacional. O Estado Novo elege a “grande pesca” como alvo favorito dos seus programas de autarcia económica e da sua épica nacionalista; faz dos símbolos materiais

e humanos desse “ressurgimento”, a *white fleet* e os pescadores-marinheiros, emblemas do alegado reencontro da nação com o mar. Volvidos cinco séculos das viagens de descobrimento, a pretensão ideológica e política do Estado Novo em recuperar a grandeza da nação marítima, torna as viagens ao bacalhau um objecto favorito para estabelecer similitudes épicas. A “grande pesca” permitia refundir o pescador com as figuras do nauta viajante; prestou-se a discursos historicistas e a rituais de forte envolvimento popular que se tornaram hegemónicos e que fizeram uso de alguns recursos da propaganda moderna.

A protecção e o fomento da pesca do bacalhau tinham, porém, finalidades prosaicas e distantes da mística imperial de “dilação da Fé”: “Ir ao bacalhau, alimentar o Povo, trazer à pátria o pão dos mares”, eis a divisa mais forte com que os textos de propaganda definem o programa autárcico. O móbil do projecto consistia, de facto, no abastecimento popular.

Por ironia, o Atlântico noroeste ficara de fora dos roteiros épicos do humanismo português. Nem Camões, nem qualquer outro poeta, escritor ou cronista dera importância às viagens que, segundo se crê, resultaram no achamento da Terra Nova por portugueses de origem açoriana em 1501²⁷. No seu tempo, as viagens para o norte do Atlântico terão sido as menos relevantes da expansão marítima dos portugueses e as menos vitais para a estrutura mercantil do Estado. Não podiam, por isso, ser parte da construção concreta e mítica do Império. Não exprimiam negócio de Estado, nem fé, nem Império. A própria “descoberta” da Terra Nova jamais seria objecto de recuperação narrativa oficial e nunca seria inscrita na historiografia oficial do salazarismo sobre a época áurea das Descobertas. Apenas o diplomata e historiador Eduardo Brazão se dedicou ao tema e, ainda assim, sem grande fervor ideológico²⁸.

²⁷ Vide Magalhães 2001.

²⁸ Eduardo Brazão foi embaixador de Portugal em Otava, entre 1962 e 1966. Aproveitou o tempo que lhe sobrava do trabalho diplomático em terras canadianas para investigar as raízes da presença portuguesa na América do Norte e vincar a prioridade da “descoberta” portuguesa da ilha da Terra Nova e dos “grandes bancos”. Sobre o tema publicou três livros: *À descoberta da Terra Nova* (edições canadiana e portuguesa, ambas de 1964); *Os Corte-Reais e o Novo Mundo*

4. 1. A RITUALIZAÇÃO NACIONALISTA DA “CAMPANHA DO BACALHAU”

Não foi por falta de relevo histórico que a pesca do bacalhau deixou de merecer um vasto conjunto de representações ideológicas de produção estatal, desde a literatura à imprensa, do desenho à pintura, ao cinema e ao teatro.

A mais cuidada e arrebatadora iniciativa do Estado Novo neste domínio foi a bênção dos bacalhoeiros, uma festa popular celebrada ano após ano, em Abril, no espaço cénico de Belém, a fim de abençoar os veleiros da frota portuguesa e as suas tripulações no momento da partida para a Terra Nova, cujos pesqueiros ficavam a 1800 milhas de distância. Nos primeiros anos em que se realizou, este majestoso ritual exibiu uma liturgia fascista e combinou-a com a presença da Igreja Católica e da Marinha. Depressa alcançou uma forte mobilização popular. Finda a Segunda Guerra Mundial, a “bênção dos lugres” perdeu alguns aspectos cénicos identificáveis com a estética dos fascismos e tomou a forma de um ritual de Estado, ao mesmo tempo sagrado e profano.

Em plena segunda metade do século XX, não havia na Europa marítima e portuária tamanho ritual de exaltação da vocação marítima de um povo, de uma nação e de um Estado. Não por acaso, a bênção dos bacalhoeiros foi reportada e descrita por jornalistas e escritores estrangeiros²⁹. Tão anacrónica como o próprio regime ditatorial e colonial que a inventou e patrocinou, a festa manteve-se até 1974, o ano em que ocorreu o golpe militar que pôs termo à ditadura de Salazar e Caetano. Na segunda metade dos anos sessenta, a bênção já era uma caricatura da “nação marítima” que o Estado pretendia celebrar. Por razões externas relacionadas com a súbita transformação das condições ecológicas e jurídicas das pescas em águas longínquas, a frota portuguesa de veleiros do bacalhau tornou-se uma relíquia internacional que nenhum outro país podia exhibir.

(Montreal, 1965; Lisboa, 1965 e 1967); *Os descobrimentos portugueses nas histórias do Canadá* (Lisboa, 1969).

²⁹ Alan John Villiers (repórter australiano, 1903-1982) foi o mais célebre e consequente no seu trabalho de reportagem a bordo de um bacalhoeiro português. Sobre a obra de Villiers e suas circunstâncias, vide o estudo introdutório que juntámos à sua reedição crítica e ilustrada (Villiers 2011).

Entre as diversas crónicas de viagem ao bacalhau publicadas até finais da década de quarenta, só uma fora premiada pelos órgãos de propaganda do regime: *Os Grandes Trabalhadores do Mar – Reportagens na Terra Nova e na Gronelândia*, de Jorge Simões³⁰. Ao longo do segundo semestre de 1941, a reportagem fora publicada no Diário da Manhã e distinguida com o prémio “Afonso de Bragança” (jornalismo-reportagem) do Secretariado de Propaganda Nacional. O jornalista e futuro secretário de Henrique Tenreiro limitara-se a escrever uma “crónica de paz nos mares em guerra”. O elogio da neutralidade portuguesa e a glorificação dos homens que arrasavam os perigos da “guerra submarina” valeram-lhe a distinção.

Após o termo da Guerra, em língua portuguesa outras crónicas de viagem ao bacalhau se publicaram, embora jamais distinguidas. Livro fruste e apolo-gético, *Os grandes trabalhadores do mar* serviria de argumento ao único filme de ficção realizado em Portugal sobre o tema da pesca do bacalhau: *Heróis do Mar*, de Fernando Garcia. Estreado no São Luís, em Lisboa, a 14 de Março de 1949, este drama épico de gosto popular recebeu também, nesse mesmo ano, o Grande Prémio do SNI.

O mais extraordinário e divulgado livro sobre a pesca do bacalhau por homens e navios portugueses foi, todavia, *A Campanha do Argus*, do jornalista Alan Villiers, um afamado repórter do National Geographic Magazine, a quem o embaixador Pedro Teotónio Pereira, ainda em Washington, em 1949, dirigiu um convite de Estado para viver e relatar uma campanha bacalhoeira de um lugre português, da largada ao regresso. Poder-se-á perguntar até que ponto Villiers teria composto um retrato diferente da pesca do bacalhau pelos argonautas lusos caso o móbil do livro não tivesse sido a encomenda de Teotónio Pereira. Apesar do condicionamento prévio, a ausência de qualquer registo crítico sobre a faina dos “dorymen” portugueses também decorre do próprio género literário escolhido pelo autor: a narrativa de viagem, esquema clássico e linear, permitiria documentar sem excessos ficcionais e ficcionar sem perder

³⁰ Primeira edição de 1942. A obra foi reeditada recentemente, com um título diverso do original e incluindo um estudo introdutório de nossa autoria (Simões 2007).

a verosimilhança documental. Os actores principais da estória são o próprio navio e os seus homens. Ao jeito de outras narrativas marítimas, o *Argus* e a sua gente fundem-se num único universo humano. Tal como os seus tripulantes, o navio é personificado e animado; provido de uma alma grande que, dia e noite, respeita e desafia as contingências do mar.

O itinerário narrativo da crónica de Alan Villiers não surpreende. O escritor-mareante segue os passos do *Argus*, desde o apresto e da triunfal largada de Belém, descrevendo o cerimonial religioso e profano da bênção do navio e dos demais veleiros da frota, às primeiras milhas de mar e aos primeiros ensaios de pesca no banco da Terra Nova. O roteiro é documental. As sugestões de comunhão entre o “sujeito” (autor) e o “objecto” (os tripulantes do *Argus* e o próprio navio) abundam na narrativa. Um e outros eram, afinal, “homens do mar”, identificação que tanto reforçava a legitimidade da reportagem como a verosimilhança da sua representação escrita. Literariamente interessante, muito rica do ponto de vista documental, *A Campanha do Argus* ressentia-se da ideologia que exprime e oculta. Da ideologia do próprio autor, um conservador rendido aos encantos cénicos e pitorescos do “Portugal salazarista, e da própria malha de interesses que envolvia a reportagem que estivera na origem do livro. Uma malha fina e eficaz que, juntando a diplomacia e a propaganda ao talento e à fama do autor, deu ao mundo mais um belo retrato de um país de intangíveis “virtudes marinheiras” e de um regime político digno da grandeza histórica da “nação marítima”. Dedicada ao “mar português” e aos seus actores vivos ou revivificados, e exibindo urna linguagem estética muito próxima dos cânones oficiais, a narrativa de Villiers reunia todos os requisitos necessários para se juntar ao campo literário do poder salazarista. Sem surpresa, o livro foi distinguido com o “Prémio Camões” do SNI de 1951.

Embora cheio de sugestões épicas, o livro de Alan Villiers não se dá ao género mais comum das narrativas coevas, de ficção e documentário, sobre a pesca do bacalhau — o drama épico. Percorrendo os seus capítulos, de pronto se conclui que *A Campanha do Argus* se furta a qualquer tom dramático. Não refere cenários de violência, de resignação ou de sofrimento; não descreve ambientes lúgubres e promíscuos. Sendo Villiers um “homem do mar”, habituado às privações da vida a bordo e aos rigores da navegação transoceânica,

é de admitir que tudo aquilo que impressionou Bernardo Santareno anos depois- quando, em 1957 e 1958, o médico e dramaturgo português foi a bordo do navio-hospital *Gil Eannes*, do arrastão *David Melgueiro* e do navio-motor *Senhora do Mar* – tenha parecido a Villiers fascinante, mas nunca dramático ou sequer cruel. Por essa razão, talvez se perceba a diferença das crónicas de um e outro e por que tiveram tais escritos reacções distintas por parte do público e das próprias autoridades portuguesas.

É evidente que Bernardo Santareno não apreciou *A Campanha do Argus*. Seja nas *Crónicas dos Mares do Fim do Mundo*, seja n' *O Lugre* (ambas publicadas em 1959), o dramaturgo dá voz aos pescadores anónimos de bacalhau, mas quase olvida os capitães. Relação de forças que difere muito da narrativa de Villiers, um marinheiro-escritor que entendia a importância das hierarquias de mando e da disciplina a bordo, com certeza mais interessado no engenho da pesca e da navegação do que em compor retratos intimistas dos homens e dos seus destinos trágicos. É certo que ambas as visões do fenómeno acabam por exprimir, de forma diversa, sugestões épicas muito salientes. Numa escrita impetuosa, ostensivamente mais ficcional do que a do livro de Villiers, n' *O Lugre* — peça dramática que estreou em 26 de Outubro de 1959, no Teatro Nacional D. Maria II, com reacções hostis do público —, Santareno imagina episódios de violência a bordo de um velho lugre de madeira. A ânsia dos homens em seis meses de mar, os constrangimentos do quotidiano e a dureza do trabalho acabam por compor um quadro lúgubre da pesca do bacalhau que chega a incluir alguma crítica de sentido político. Ainda que Santareno, futuro militante comunista na clandestinidade, exprima aqui e ali uma visão neorealista da faina, optando por um retrato envolvente não hesita em qualificar os pescadores-marinheiros de “tipos perfeitos da raça”.

Se um e outro autores integram os pescadores de bacalhau na galeria de heróis da história portuguesa, no escrito de Villiers tal representação é muito mais vincada e totalizante: o pescador-marinheiro é-nos apresentado como uma construção humana admirável mas não auto-suficiente. O mesmo é dizer que, segundo o autor australiano, os “admiráveis capitães de Ílhavo” ou os pescadores açorianos só evidenciavam as suas qualidades num quadro organizacional mais vasto e dominado pela comunhão de elementos alinh-

dos numa hierarquia natural e funcional: o navio, o armador, a organização corporativa, o governo e o Estado. Nesta construção ideológica que perpassa a narrativa de *A Campanha do Argus*, não há lugar para anti-heróis. Mas eles existem nos textos de Santareno. N’*O Lugre* os pescadores debatem-se com o medo e a morte, com a fragilidade humana que releva do confronto incerto que travam com a natureza.

Sintoma da eficácia das estratégias de reprodução nacional e internacional da ideia de “ressurgimento” da pesca do bacalhau, o certo é que as representações do fenómeno transbordaram a esfera pública. Quer num quer noutra campo, procuraram persuadir os interlocutores de que o Estado Novo português inscrevera no seu projecto cultural e na sua ideia de nacionalismo a recriação historicista de uma “tradição marítima nacional”.

CONCLUSÕES

O mar composto pelo Estado Novo não foi apenas objecto de uma mística pastoral, nem se fez somente de apologias conservadoras ligadas ao ideário ruralista. Esse *mar* teve uma elaboração ideológica relativamente autónoma dessas referências de teor integralista; foi, também, o palco historicista onde as pretensões de grandeza da nação se podiam outra vez alimentar.

Os discursos e imagens que sugerem a reconstrução histórica de uma “comunidade nacional das gentes do mar” radicam na necessidade de legitimar o figurino de enquadramento público-autoritário dos pescadores definido por Salazar em 1937. Concretizado esse intento preliminar que, em 1933, fora inscrito no programa de corporativização do “trabalho nacional” — tarefa tão cheia de certezas doutrinárias como de hesitações políticas —, os argumentos ideológicos e as ritualizações simbólicas promovidos pelo Estado em torno da “grande pesca” procuram fixar horizontes mais largos, de uma soberania concreta e imaginária, como tentam inibir quaisquer visões decadentistas sobre o “mar português”.

As estratégias de reprodução ideológica que identificamos na edificação do maritimismo salazarista podem reunir-se em dois movimentos correlativos, particularmente nítidos nos processos de propaganda da “obra social das pescas: a)”

uma nacionalização tradicionalista da “cultura popular”, ou daquilo que o Estado declara como tal; b) uma folclorização da “cultura nacional”, ou seja, do conceito e das práticas que sinalizam publicamente a sua existência.

A este projecto binário, pouco distinto do que diversos autores identificaram no estudo das práticas culturais impostas ao mundo rural³¹, acrescem circunstâncias específicas das pescas portuguesas: um “meio social” muito marcado pela polarização territorial das suas comunidades; um nicho de escassa expressão demográfica quando comparado com o universo nacional agrário; por fim, o facto de as “pescas corporativas” terem conhecido, logo em 1936, um patrão político carismático e empreendedor, que cedo emprestou ao sector e às relações entre o “público” e o “privado” uma fortíssima dimensão oligárquica.

Apesar destas singularidades, a fim de combater cepticismos políticos e prevenir críticas à organização corporativa, a doutrina legislativa e a propaganda sugeriram sempre uma osmose entre a oligarquia de Estado e as populações marítimas. Monótono, o discurso oficial proclamou amiúde uma identificação profunda entre o “interesse nacional” e as necessidades dos colectivos piscatórios. Não obstante a retórica e os fins instrumentais desta construção ideológica de fundo historicista, é evidente que o *maritimismo* foi um eixo da identidade discursiva do nacionalismo português que o Estado Novo retocou da herança demo-liberal.

BIBLIOGRAFIA

- Alexandre, Valentim (2000). *Velho Brasil novas Áfricas Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 227-229.
- Boletim da Pesca* (1967). “A obra de assistência da Junta Central das Casas dos Pescadores nos seus trinta anos de existência”, 95.
- Fernandes, José Manuel (1999). “Habitação Social”, in Barreto, A.; Mónica, M. Filomena (coords.). *Dicionário de História de Portugal*. Vol. VIII (Suplemento). Porto: Figueirinhas.

³¹ Ver Melo:2001:11-67.

- Garrido, Álvaro (2003). “Os bacalhoeiros em revolta: a greve de 1937”, *Análise Social*, 37, 1191-1211.
- Garrido, Álvaro (2009). *Henrique Tenreiro: uma biografia política*. Lisboa: Temas & Debates.
- Garrido, Álvaro (2010). *O Estado Novo e a campanha do bacalhau*. 2ª ed. Lisboa: Temas & Debates, 134-144.
- Léonard, Yves (1998). *Salazarismo e fascismo*. Lisboa: Editorial Inquérito, 173-190.
- Magalhães, J. Romero (2001). “A caminho do Noroeste”, in Garrido, A. (coord.). *A pesca do bacalhau - história e memória*. Lisboa: Editorial Notícias, 17-30.
- Medina, João (2000). *Salazar, Hitler e Franco- estudos sobre Salazar e a ditadura*. Lisboa: Livros Horizonte, 90-184.
- Melo, Daniel (2001). *Salazarismo e Cultura Popular, 1933-1958*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 11-67.
- Mosse, George L.; Braun, Emily; Ben-Ghiat, Ruth (1997). *A estética no fascismo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 27-50.
- Patriarca, Fátima (2000). *Sindicatos contra Salazar: a revolta do 18 de Janeiro de 1934*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Rosas, Fernando (2001). “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”, *Análise Social*, 35, 157, 1031-1054.
- Rosas, Fernando (2012). *Salazar e o poder – A arte de saber durar*. Lisboa: Tinta da China.
- Simões, Jorge (2007). *Heróis do mar. Viagem na pesca do bacalhau*. Lisboa: Caleidoscópio.
- Tenreiro, H. (1949). “O problema da pesca”, in *II Conferência da União Nacional*. Lisboa.
- Torgal, Luís Reis (2009). *Estado Novo. Estados Novos*. 2 vols. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Villiers, Alan John (2011). *A campanha do Argus. Uma viagem na pesca do bacalhau*. 3.ª ed. Lisboa: Cavalo de Ferro/Museu Marítimo de Ílhavo, 7-35.

Cruzamentos

HÉLIA CORREIA

A VÊNIA AO MAR
Bowing to the Sea

HÉLIA CORREIA

relogiodagua@relogiodagua.pt

Associação Portuguesa de Escritores, Pen Clube Português

DOI

http://dx.doi.org/10.14195/0870-4112_3-2_8

Recebido em setembro de 2015

Aprovado em setembro de 2015

Biblos. Número 2, 2016 • 3.^a Série
pp. 171-182

I

Vi, numa praia, uma mulher deitando longamente no mar cinzas e flores. Não era uma paisagem de alcantis, não havia moldura dramática para a cena. Se o lugar estava inquieto, isso devia-se ao geral movimento de partida, quando todos recolhem os pedaços de civilização que lhes pertencem. O sol, ao afundar-se, deixa apenas a garantia de que voltará. Só nas ilhas de solo muito negro as pessoas acorrem ainda para aplaudir, como se nada fosse garantido e a adoração os ajudasse. E o sol não pousa com tranquilidade, desfaz-se em mais pequenos sóis chispantes, que dançam, como dizem que acontece nos milagres cristãos. São uns quinze minutos em que a vida de muita gente muda. Não merecem confiança, ilhas assim. Estão e não estão inteiramente aos nossos pés.

Nas costas da Europa ocidental, pode dormir-se com tranquilidade. O som do mar é cândido e, aos olhos que se fecham na luz, nada acontece. Acham-se a salvo, ao mesmo tempo, das visões e das dentadas de animais marinhos. Não são nem sonhadores nem cadáveres. Os cadáveres deslizam muito longe, chegam aos litorais que nem areia lhes podem oferecer: à pedra em bruto. Os nossos, os daqui, entram na água distraídos pela sombra do seu corpo. Na verdade, não chegam a entrar, no sentido de entrar em que é preciso atravessar alguma coisa de compacto: no sentido da dilaceração. Tão pouco falaremos de uma entrega. Parece que se brinca e não se brinca, na medida em que abundam as histórias de afogamentos por traição dos músculos. Está-se num ambiente de desporto, um desporto que exige um equilíbrio entre soberba e vigilância, como num rali automóvel. Não poderá avaliar-se o grau da alegria em cada um dos veraneantes. Avalia-se o grau do bronzado. A pele produz uma beleza atormentada, uma beleza que não passa de um apelo, de uma conduta defensiva contra um sol capaz, até, de enlouquecer as células. Estes nus não são pobres, são apenas gente que vai morrer, por isso corre, ao contrário do que é aconselhável. Corre sempre na falsa direcção.

Não escreverei que a praia suspirou quando as pessoas a abandonaram: que suspirou, aliviada. Quero escapar às armadilhas da metáfora, ao modo como estendem sobre o texto uma cadeia de facilidades que depois o pendura

pelos pés. Tudo o que realmente aconteceu foi uma alteração da cor da areia, vinda da alteração da cor geral. A incidência quase horizontal do sol lançava os raios nos caminhos da poeira, dos vapores que sujavam o seu brilho. Era uma sujidade cor do ouro quando se liquefaz, a sujidade que sustenta o esplendor. Em frente do esplendor, estava a mulher.

Atirava para as ondas, devagar, os restos de um organismo muito amado. Dado o grande vazio em seu redor, diria que eram cinzas de animal. Para restos humanos estranhar-se-ia uma cerimónia sem outras presenças, sem lágrimas de amigos, sem a fala. Ela enfiava a mão num saco de plástico, insistência da civilização no que tem de pior e de mais prático. Avançava pela zona intermitente em que a onda se expande e ocupa a areia e logo se recolhe sem guardar de tal experiência a mínima memória. A mulher avançava e recuava, ela também, obedecendo ao ritmo. A saia, cor de mel, tinha uma barra de escuridão. Molhara-se. E, se não parecia defender-se, não tinha os movimentos de quem está familiarizado com o mar. Poderia pensar-se que era artrítica. Mas esse pensamento não obtinha aprovação da observadora. Eu queria ver, e via, a mulher jovem, queria apor-lhe a palavra “rapariga”. E, pois que não ousava aproximar-me porque o limite da privacidade, mesmo sem existir, prevalecia, a distância e a névoa cooperaram para que o vulto não desiludisse. Os pés da rapariga confundiam-se às vezes com a espuma e outras vezes com as flores brancas, talvez de íris, que vogavam. Não se podia exigir mais daquele entardecer.

Houve um momento, como há sempre, em que a cor malva e o lilás, descendo bruscamente, intimidavam, e calavam os pássaros nas rochas. É um peso que adensa as próprias águas. As pancadas das ondas são tão fortes que alguém sofrendo de imaginação não deixará de se sentir hostilizado. Provavelmente a rapariga soluçou. Julgou que as cinzas se disseminavam e que eram responsáveis pela noite. Então, partiu, com um pouco mais de pressa do que convinha para o desfecho. Mas, de facto, aquele momento assusta qualquer um.

Se eu evoco esta cena é porque nela pude ver, como nunca, a raridade: alguém que entrega aquilo que já não é humano à desumana imensidão do mar. Há um encontro sem entendimento. As ondas vêm para a rapariga, a rapariga

entrega as cinzas, molha-se, junta flores de íris que não vão morrer nem estão já mortas porque as flores não morrem. A tesoura separa-as do alimento, mas a separação não é fatal. Sabemos quanto duram flores colhidas. A senescência vegetal está bem estudada mas o que configura um assassinio, o corte brusco da tesoura, não. Não dispomos portanto de acurácia para aferir quanta vida há nessas flores que a maré leva sem agradecer. Se se deixasse entrar uma metáfora, tudo se tornaria familiar. O mar envolveria aquelas cinzas num regaço final, a piedade das ondas fá-las-ia tardar um pouco mais a despedida, juntando ainda, com as mãos de espuma, como quem faz um ramo, os íris pálidos. Como uma tal leitura nos consola! Como nos dá confiança olhar o mundo e não ver nele senão uma extensão do nosso corpo e até dos nossos sentimentos! Procedemos assim com tudo, nós, modernos.

Mas, se tentarmos o exercício do respeito, se aceitarmos a incompreensão, veremos que não temos apetrechos para o recolhimento e a humildade. Há muito que nos educaram para o domínio. E o domínio sobre aquele ser perigoso, aquela massa pronta a destruir o que lhe caia sob o alcance, esse gigante móvel e informe, cheio de poder, a que chamamos mar, produz a glória. “Heróis do mar”, assim se consideram os povos de navegadores, entre os modernos. Falo dos modernos com assanhamento e à maneira dos poetas gregos de hoje – não das velhas querelas dos franceses. Mas não há luta contra um inimigo. Nem há ocupação de território. O mar sem fim não é - peço desculpa - português. São coisas que se dizem num poema.

Essa vontade de declarar a posse já se encontra no *mare nostrum* dos Romanos. A herança do conceito e das palavras se chega em toda a sua química pureza aos dias de hoje. Todo o trabalho dos poetas que intentaram glorificar as Descobertas consistiu em encher o oceano de metáforas. O Mostrengo é o último resquício de uma ideia de mar com habitantes. São frequentes na cartografia criaturas disformes, muitas vezes uma mera desordem na colagem da cabeça e nos membros que há num homem. Ante esse grande desconhecido que ameaça, o pequeno homem, no pequeno barco, treme, não do divino horror: de simples medo. Medo da morte por afogamento e do severo Deus que o julgará. Ao marinheiro, mata-o o abismo mas espera-o o inferno. Com certeza se persignará antes de afundar. As Descobertas são um episódio da

vida de miséria das nações. Uma versão de histórias de emigrantes, sendo que estes tomam por caminhos que ainda não foram feitos. “Navegavam com o mapa que faziam”, escreve Sophia, transformando uma aflição numa fórmula eterna de beleza.

Os relatos reais estão, porém, cheios de uma simplicidade camponesa, daquele alento prático que ensina, desde a infância, o pobre a defender-se ou a resignar-se. As circunstâncias lhe dirão como escolher. Se o Mostrengo existisse, jamais ele o teria afrontado. Tão pouco endereçava alguma súplica. Fingir-se-ia de morto até passar. O poema é que trouxe o orgulho para o cenário. O poema é que se vai multiplicando em textos quase sempre abastardados.

Hoje para nós o mar significa uma ameaça de mercúrio e de detritos vários, entre os quais o plutónio letal. Os pilotos dos barcos não precisam de olhar, de utilizar os órgãos dos sentidos. Tanto a areia como as pedras incomodam cada vez mais as novas gerações que preferem banhar-se nas piscinas. *E pur...* ele permanece no seu todo, e a simbiose do belo e do terrível continua sem ter lugar no léxico. Continua a cantar-se a mansidão e o espelhar da alma no seu brilho, teima-se em evocar os velhos feitos que vão servindo, aliás, muitos propósitos. Tema corrente e recorrente, o mar. Mas toda a intimidade que se exhibe é só um artifício. Nunca existe.

Os franceses ditaram muito tempo a ocidente não só o gosto e o procedimento como a cosmovidência da obra criativa. O mar de Baudelaire, coadjuvado pelo género feminino da palavra, é quase sempre reconfortante e eufórico. Mesmo a sua faceta tenebrosa o irmana à pessoa. O abismo do mal abre-se em terra. O próprio Valéry cantou o mar e o cemitério de Sète onde hoje jaz. Mesmo nas longas travessias, o oceano é uma estrada que, requerendo embora competência especial, apesar dos seus riscos, funciona. As descrições assentam normalmente na figura de um obstáculo a transpor, um obstáculo que, levantado pela Natureza, e sendo, pois, inacessível ao humano, só passa a texto, oral ou escrito, se sobre ele se exercer uma torção antropomórfica. Di-lo-emos ou calmo ou caprichoso, traiçoeiro ou cruel, embalador, sussurrante, inconstante, vingativo. Por vezes, num tardio esforço de objectividade, louvamos nele a pedra preciosa, o azul cintilante. É um adorno.

Não que as palavras impossibilitem. O que impossibilita é a importância que nos atribuímos a nós mesmos na distribuição moderna das grandezas. Passámos toda a divindade para longe, para um edifício acolchoado com penguin onde os assexuados tocam harpa. Tudo aquilo que se sabe a seu respeito é que se trata de um lugar aborrecido. Este risonho e condoído Papa, a quem somente o nome de Francisco poderia assentar, decerto espera uma morada de pós-morte um pouco menos confortável e muito mais feliz (foi só um excursão).

Compostos de alma, de matéria e de arrogância, cobrimos tudo com a nossa sombra. Para nos apropriarmos do que é estranho, estendemos, não a mão do domador, que consegue, de facto, enjaular, mas a mão do poeta que não pode senão tornar humano o que o não é. Sob o seu toque, as árvores entristecem, a chuva lacrimeja, o mar abraça lubricamente a areia. Esta imaginação depauperada suporta mal qualquer perturbação. Já não aceita alteridade no universo.

Com que sobriedade os textos gregos nos falavam do mar. O mar era cinzento ou cor de vinho, a sua água amarga para os homens que deviam cuspi-la em situação de tempestade e de naufrágio, como deve cuspir-se qualquer líquido mortal. Cada um dos elementos existia com a sua potência e a sua opacidade. A Física, isto é, a Natureza, oferecia aos filósofos o enigma. Para todos os demais, a convivência com criações de toda a ordem, deuses, monstros, águas paradas, ilhas que sangravam e se empurravam umas contra as outras, era coreografada pelo rito, porque a delicadeza conta muito. Muitos veem sinal de orgulho naquele facto de os deuses serem configurados à nossa imagem. Creio, porém, que foram os Helenos quem rudemente copiou os imortais. Que os idealizaram tão formosos, tão cheios de poder para estabelecerem e aceitarem um fosso intransponível, ou raramente transponível, e abaterem assim qualquer vaidade supranatural.

Dir-me-ão talvez que, para os gregos, tudo é vivo e que, quanto a metáforas, estão servidos. Pois o que acho eu que são os “cavalos do mar” se não uma belíssima metáfora? São cavalos, digo eu. Se olhades bem, vereis que são cavalos de branca crina, não os nossos, mas outros, sem a carne ou o pelo que conhecemos, mas cavalos que correm e deslumbram e premeiam aqueles que se limitam a parar em silêncio para os ver.

O mar dos gregos estava, como a terra e o Monte Olimpo, cheio de corpos que oscilavam entre o belo e o terrível ou, melhor, que continham o belo e o terrível a que já fiz alusão, o admirável e o incompreensível, numa unidade de que perdemos a lembrança ao mesmo tempo que perdemos a palavra com que a designavam. “O belo é o começo do terrível”, escreve o abençoado Rilke, pondo os dois em relação mas já somente num continuum breve. Se ele em Duíno gritar, ninguém o ouve. Os anjos não o ouvem. Porque os anjos já não estão acessíveis naquele parque, naquele terraço do castelo em frente ao mar. O seu terrível é a separação. O terrível dos gregos é o encontro, é o deslumbramento, a luz tão forte que destrói as feições. Assim morreu a mãe de Diónysos. Esta foi uma das inúmeras lições que os gregos tinham contra os males da arrogância. Pois precisavam muito de lições que lhes delimitassem o lugar. Dos homens esperavam a justiça, dos deuses nada. A sua condição era a daquele que se desorienta, que anda errante no mar e no geral percurso de uma vida. Que faça o bem ou o mal é indiferente. Pois não há recompensa, só capricho. Por isso eles amam, não possuem. Toda a posse consiste em assentar uma palavra não só naquilo que testemunham os sentidos como naquilo que existe para além deles. No fim da vida, Eurípides compôs o seu poema trágico “As Bacantes” para dizer que existe o não dizível, ele que fora, de algum modo, um ateu. Mataram-no depois cadelas ou mulheres, as duas lendas seguem paralelas, numa espécie de “coda” ao brutal texto.

II

Foi pela mão da Doutora Maria Helena da Rocha Pereira que cheguei perto das sereias, em Atenas. Estávamos no Museu Arqueológico e eu soube, pelo brilho dos seus olhos, que outra deliciosa aprendizagem me aguardava na sala a que chegámos. Durante mais de uma semana, a Mestre regressou a lugares que tão bem conhecia, desperdiçando um tempo valioso, levada apenas pelo puro amor do ensino. Provavelmente nunca teve aluna tão entusiasmada e barulhenta. Eu encontrei-me, com pavor e alegria, frente à informação direta, mediada não pelos livros mas pela voz serena que para sempre guardo na memória. Passo a passo, ajudou-me a descobrir o admirável e o incompreensível, o preito e a beleza que iam juntos, o apreço dos homens pelos homens e pelas suas obras, os comoventes brinquedinhos das crianças, o grande tribunal que não passava de uma colina a que acedia qualquer um.

Em lugar do esperado saber da Academia, o que acima de tudo recebi nessa viagem foi a dura percepção de que o saber só é saber se posto em causa. Dura e exaltante. Eu percorria os espaços soltando exclamações de dor e júbilo, iniciada no trabalho de apagar certo conhecimento e inserir outro. Esse transtorno ainda hoje traz grande felicidade à minha vida.

Voltando, então, à sala do museu: passei na frente com a impaciência costumada. Previa outra surpresa e ia sorrindo. Mas encarei com estatuetas assustadoras, cabeça de mulher, corpo de pássaro. Algumas tinham pernas com contornos de coxas femininas, bem lançadas, e isso provocava um desconforto ainda maior no visitante que não sabia como assimilar mentalmente essa imagem. Não conseguia caracterizá-las como seres monstruosos. Eram antes como modelos experimentais da Natureza, criaturas a certo momento rejeitadas que poderiam, no entanto, ter prevalecido em vez de nós. Entre a feiura e a beleza não havia grau que se lhes aplicasse. Também nisso eram “outro”, um “outro” que fazia tremer. Eu só podia recorrer a um meio para as conter no mármore que as formava: dar-lhes o nome. É o poder que temos. “São harpias, não são?”.

A Mestre apreciava, com o sorriso que, em circunstâncias especiais, reluz em juvenil malícia, o meu assombro. “São sereias”, disse.

Eu murmurei: “Oh, isto nunca mais acaba”. E já passaram vinte e cinco anos e ainda não acabou: a descoberta.

Nessa tarde, o mar grego transformou-se. Eu senti-me traída desde a infância. As mulheres-peixe, jovens e formosas, que atraíam os homens não somente com o seu canto mas com os seus cabelos, não existiam no Mediterrâneo. São invenções do norte e favorecem as lendas amorosas, simbolizando os perigos do desejo e ecoando talvez ainda o tabu das relações sexuais zoófilas. Fácil de imaginar é o fascínio dos marinheiros por elas. A sua voz não é um produto do mar mas de gargantas que eles poderão beijar como se beija a rameira sifilítica, conhecendo o perigo e fraquejando. Com o desenho gracioso das “mermaids” tudo parece fácil de entender e a manha usada por Ulisses, para fruir, sem risco, o proibido, aconselhado pela Circe dos feitiços, alojou-se no nosso imaginário sem nos prejudicar o crescimento.

Mas os gregos ouviam a história de Ulisses e outras histórias do mar, e nelas as sereias, que em vasos são pintadas com rostos masculinos, esvoaçam à beira dos navios. Não ocorre pensar em sedução. A visão é medonha, não atrai. São o seu canto e a música das suas flautas duplas que arrastam para a morte os navegantes. O canto vem dos domínios do mar, do inconfundível. A iconografia que nos mostra as sereias tão perto do convés deixa bem claro que aos humanos não ocorre travar com elas um combate corpo a corpo ou disparar as setas à distância. Há uma repelência que é, no fundo, tranquilidade da ontologia. Os que ouvem as sereias morrerão. Evitai, pois, as rotas das sereias. Por que razão atraem os humanos para a morte com o seu canto irresistível? Eis a pergunta que não tem lugar. As perguntas são feitas entre iguais, feitas por cidadãos a cidadãos. O mar, com os seus muitos e vários habitantes, consente que o atravessem, exigindo que o temam e o procurem. Pois é certo que, se o não avistarem, estão perdidos de si mesmos, os gregos. Nem sequer se alimentam muito da sua fauna, exceto os insulares. Mas é nele que assenta uma parte importante da harmonia sempre instável do mundo. Poseídon é o deus dos terremotos, sacudidor da terra e igualmente construtor de cidades. Erguem-se e caem fortalezas e os homens poderão aplacar, não pedir contas.

Fazem-me com frequência uma pergunta: porque é que um povo que era tão excelente no exercício físico e que dispunha de uma tal extensão costeira

não cultivou qualquer desporto náutico? Eu penso que conheço uma resposta. Sendo indizível, não a posso dar. Digo só que nos rios, sim, banhavam-se. Brincavam neles as bonitas jovens nuas. Eram águas ligeiras, de passagem, que literalmente não se concentravam. Águas que ainda não tinham dentro delas a amargura do sal. Estas últimas frases, claro, omito-as, porque não gosto de que me olhem com piedade.

Xerxes, o persa, chicoteou o mar porque as correntes não lhe obedeciam. Este é, ao que se sabe, um dado histórico ou, pelo menos, gravado nos testemunhos vivos para o século V. Agamémnon, para convocar os ventos, sacrificou a filha. É um dado mítico. Mas os persas lutavam como escravos, os helenos lutavam pela pátria e não obedeciam a um chefe. Aos deuses e ao mar e à terra obedeciam. Nas cidades agiam fortemente, nas assembleias eram faladores, na política eram implacáveis. Mas sobre o belo e o terrível. Abriam minas, é verdade, mas bem longe, onde o sagrado se rarefazia e as entidades ctónicas se achavam muito mais fundo do que a prata cobiçada.

O mar destruidor e indiferente, referência última do olhar dos caminhan-tes, o que intimida porque mata mas também porque nunca se deixa interpretar, esse corpo mutante em que não pode um homem segurar-se e confiar, o som sem fala, a transparência imperscrutável, tudo desapareceu nos novos tempos. A ciência fez muito do trabalho pela ditadura do positivismo até que finalmente abriu as portas às incertezas, aos acasos, aos possíveis. Diz-nos ela que vimos do mar e somos água. É um grande argumento a desfavor do meu modo de estar perante o mundo: a ausência de familiaridade. Comemos sal, choramos sal. Comemos sol na clorofila e sol na carne de quem come clorofila. Bebemos água doce. Se não fossem a fala, a cidade e o sagrado seríamos exatos animais, plantas, os frágeis vivos dependentes das grandes massas cósmicas. Aquilo que nos distingue gera a angústia que só a humildade apazigua nas suas formas nobres: arte e rito que proveem, aliás, do mesmo impulso e resultam na mesma exaltação. Não passamos de emanações moleculares, porém capazes de inteligência e espanto, mais ainda do que de autoridade e de memória. Sendo a origem comum, o grande passo é separar os elementos, consagrá-los, olhá-los com a frescura de quem olha pela primeira vez, sem converter. Essa a ecologia,

esse o poema, o difícil poema despojado. Creio que, entre os modernos, só as mentes redimensionadas pelo ópio puderam conceber esse outro mar, desumano, terrível, o puro mal parado, negro, intenso e sem objeto. Coleridge, Poe, até mesmo Baudelaire, que canta o mar como semelhante em tantos dos seus poemas, em *Sept Vieillards* lhe chama “monstrueuse et sans bords”.

Esse é o mar desafiante, o novo mar para o qual a rapariga atira as cinzas. O mar que existe, sem a compaixão, sem entender a dor que há numa perda, sem se dar a qualquer metamorfose. Esta é a rapariga, com o seu saco de alta poluição, com cinzas, flores e gestos absolutos. Coberto tudo pela luz do entardecer que há-de trazer a noite verde e inenarrável.

Entrevista

COM MÁRIO RUIVO

GESTÃO E GOVERNAÇÃO
DO OCEANO E DO “MAR
PORTUGUÊS”, ESSE “NOVO”
PATRIMÓNIO A HAVER...

*Management and Governance
of the ocean and the “Portuguese Sea”,
the so-called “new” heritage to be...*

ENTREVISTA COM MÁRIO RUIVO

cointersec.presid@fct.pt

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

ANTÓNIO CAMPAR DE ALMEIDA

campar@ci.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Recebido em setembro de 2015

Aprovado em dezembro de 2015

Biblos. Número 2, 2016 • 3.ª Série

pp. 185-197

O Professor Mário Ruivo é licenciado em Biologia pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (1950) e especializou-se em Oceanografia Biológica e Gestão dos Recursos Vivos Marinhos na Universidade de Paris – Sorbonne (1951-54). Doutor Honoris Causa pela Universidade dos Açores. Desde cedo dedicou especial atenção à investigação do Mar e à sua aplicação, tendo sido reconhecidos internacionalmente os seus méritos nesta área do conhecimento e convidado a integrar diversos cargos dentro do sistema das Nações Unidas, entre os quais Diretor da Divisão dos Recursos Aquáticos e Ambiente da FAO (1961-74) e Secretário da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI) da UNESCO (1980-88). Internamente tem desempenhado diversos cargos de direcção, entre outros como Diretor-geral da Investigação e da Protecção dos Recursos do Meio Aquático, Coordenador da Equipa de Missão para o Programa Dinamizador em Ciências e Tecnologia do Mar (PDCTM), Conselheiro Científico da EXPO'98.

Para além da sua militância cívica na luta pela democracia e liberdade, de regresso a Portugal, em 1974, foi Secretário de Estado das Pescas e Ministro dos Negócios Estrangeiros (IV e V Governos Provisórios, 1974-1975).

Como docente foi Professor Catedrático Convidado na Universidade do Porto/ICBAS, onde lecionou o Curso de Política e Gestão do Oceano.

Da sua longa experiência e conhecimento sobre os assuntos do mar resultaram numerosas publicações científicas no campo da oceanografia biológica e gestão da pesca, assim como estudos, ensaios e artigos sobre política e gestão do oceano, ciência, sociedade e ética, aspetos institucionais da cooperação internacional em assuntos do mar e ambiente.

Biblos: Começando por agradecer a sua amabilidade em conceder esta entrevista para a revista *Biblos*, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, queria salientar que para nós é uma grande honra poder ouvir a opinião de um dos maiores especialistas portugueses sobre os assuntos do mar, precisamente o tema a que é dedicado este número da revista.

Os aspetos que pensei poderem ser importantes para os leitores da nossa revista têm a ver com as possíveis alterações, em termos de recursos biológicos, e pesqueiros em particular, na sequência das mudanças climáticas previstas,

assim como as consequências para Portugal do alargamento da Plataforma Continental. Para já, e aproveitando a sua larga experiência como participante em organismos de investigação e gestão do mar, podia começar por abordar, talvez, esse tema mais genérico da gestão internacional dos mares e oceanos.

Mário Ruivo: Estando a geografia do Mar em fase ativa nas últimas décadas, enriquecida por uma visão ecossistémica, começaria, antes de me referir aos recursos, por pôr em evidência dois aspectos que me parecem relevantes. Recorde-se que a geografia do Mar foi marcada pela profunda visão tradicional centrada sobre os continentes e as interfaces costeiras, particularmente atenta aos requisitos da navegação, pesca e atividades litorais, a par da aquisição de dados e informações relevantes para a cartografia, enriquecida pelos inventários da flora e fauna marítimas e, de certo modo, por uma reflexão sobre os processos interactivos do litoral com as zonas costeiras.

O bicho homem, a nossa espécie, há uns milhares de anos, ficou bloqueado quando se confrontou com a fronteira constituída pelo Mar, continuando a explorar as praias e o que delas podia beneficiar. Lá foi aprendendo a lidar com este meio aquático, tão fora do habitual, carregado de mistério. A nossa cultura continua, porém, a ser a de um bicho terrestre que durante milénios tem explorado o Mar baseando-se na experiência terrestre. Esta perspectiva dominante marcou, até há poucas décadas, a visão contemporânea, podendo dizer-se que ainda só uma escassa minoria tem perceção da natureza e usos do Oceano, espaço dinâmico e interativo, inspirador do regime do direito do Mar em vigor. Esta visão é muito recente. Se se olhar historicamente para as cartas marítimas, torna-se evidente a preocupação e esforço, ao longo dos tempos, para sistematizar, classificar, ordenar e dar expressão às grandes bacias oceânicas (o Oceano Atlântico, o Oceano Índico, o Oceano Pacífico), em grande parte derivada da contribuição de Portugal na exploração do Mar Oceano e o desempenho levado a cabo nas descobertas.

A visão de um Oceano dinâmico e interativo afirma-se no preâmbulo seminal da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), aprovada em 1982, tendo entrado em vigor em 1994, reconhecendo que este espaço – 2/3 da superfície do planeta – deve ser tratado como um todo, incorporando os

impactos de origem antropogénica nesta fase do Antropoceno. Acho curioso que nós, os portugueses, tenhamos usado durante muito tempo o conceito abrangente de Mar-Oceano, no fundo, o reconhecimento da dimensão dum espaço marítimo desconhecido que ficava para além dos mares que iam sendo progressivamente “descobertos” pelas navegações exploratórias.

Vale a pena referir que, para além das disposições da CNUDM, de carácter prospetivo avançado para a época, fruto do progresso do conhecimento científico e da cooperação internacional, sobretudo no âmbito do sistema das Nações Unidas, abriu-se caminho a uma abordagem ecológica e ambiental, que não tinha podido afirmar-se, em parte devido à inércia das instituições, ou seja, do sistema de governação dos espaços marítimos. Este processo foi condicionado pelas Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (1972) e sobre Ambiente e Desenvolvimento (1992) nas quais se conceptualizou o desenvolvimento sustentável orientado pelas dimensões económica, social, ambiental e, mais recentemente, institucional; processo ultimamente modelado pelas Conferências do Rio de Janeiro (1992), Rio+10 e Rio+20, e por um conjunto de instrumentos internacionais conexos, como a Convenção-Quadro para o Combate às Alterações Climáticas, a Convenção sobre Diversidade Biológica, entre outras.

No que toca às Alterações Climáticas, o bicho homem confrontou-se com um processo que lhe tem escapado institucionalmente, embora há muito que o tenha desencadeado. Refiro-me, pela sua atualidade, à introdução na atmosfera de gases geradores de efeito de estufa e às alterações climáticas, o que se reconhece, agora, requerer a urgente adopção de um instrumento transversal de gestão compulsiva. Grande esperança está depositada na próxima Conferência das Partes (COP21), em Paris, em Dezembro deste ano [2015], convocada pelo governo francês, que pretende dar resposta à integração equilibrada das actividades de origem antropogénica. Tal objectivo requer uma abordagem internacional solidamente assente em políticas democráticas, no respeito dos valores humanos e numa cidadania informada.

Se analisarmos a nossa experiência nacional é evidente a paradoxal situação de, todos os anos, perdermos metros da orla costeira e, simultaneamente, aumentarmos, com base no conhecimento e dados científicos, a extensão da vasta

Plataforma Continental. Com imaginação, um português poderia ir a pé a partir do continente, passeando pelos fundos marinhos sob soberania nacional, até aos Açores, e se tivesse genica continuaria a andar chegando à Madeira, podendo alcançar, um pouco mais adiante, as Selvagens.

Biblos: Já que esteve a falar nos problemas climáticos, nas alterações climáticas, alguns cientistas dizem que, mesmo que parássemos agora com a grande emissão de dióxido de carbono para a atmosfera, pretensamente o grande causador das alterações, que seriam necessários muitos anos até haver reposição das condições, não direi pré-revolução industrial mas pelo menos do início do séc. XX. Quer isso dizer que não será muito animador para quem pretende, com todos esses encontros internacionais, parar ou pelo menos mitigar as causas das alterações climáticas?

Mário Ruivo: Tenho vindo a acompanhar este processo, pela interface com o Oceano e impactos ambientais.

Estamos confrontados com um problema de cultura, com raízes na própria educação de base. Continuamos, frequentemente, a dizer que somos um “pequeno país” quando, com a incorporação no território nacional dos espaços marítimos, sobretudo pela extensão da Plataforma Continental, nos convertemos, neste século XXI, num vastíssimo país. Neste contexto, a governação do Oceano e da zona costeira requer a participação informada dos cidadãos, integrados em sociedades democráticas a todos os níveis dos processos de decisão.

Fala-se muito da necessidade de consolidar uma literacia do Oceano. É, sem dúvida, urgente criar uma nova mentalidade que facilite a percepção e diálogo entre partes interessadas, parlamentos, partidos políticos e os movimentos cívicos que busquem soluções de interesse mútuo. Não foi por acaso que a Expo’98 foi centrada sobre o tema “O Oceano, O Nosso Futuro”. Precedida de vários anos de preparação, durante seis meses toda a população portuguesa beneficiou de uma intensa divulgação nos meios de comunicação, o que não foi por acaso! O espírito, conteúdos temáticos e vivência da Expo’98 pretenderam ser um instrumento de consciencialização de que o regresso de Portugal ao Mar era uma ambição realizável.

Recorde-se que foi possível fazer aprovar, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, 1998 como o Ano Internacional dos Oceanos, abrindo um debate à escala mundial. Agora teremos que ser capazes de assegurar continuidade a este processo, desenvolvendo estratégias mobilizadoras e alocando os meios necessários.

Biblos: Ia precisamente perguntar isso.

Mário Ruivo: Quando ainda era professor no ICBAS, na Universidade do Porto, onde leccionei Política e Gestão do Mar, fui convidado a participar num debate da Academia de Ciências da Galiza, sobre o tema “O que é isso de recurso marinho?” E, recurso marinho, é qualquer substância, qualquer matéria, qualquer propriedade que, graças ao conhecimento, pode ser transformado numa “coisa” útil; reconhecendo que um recurso que é abundante ou banal poderá tornar-se raro. Referindo-me aos recursos haliêuticos, eu próprio comecei por me dedicar ao estudo dos *stocks* de sardinha e de outras espécies de interesse económico como o bacalhau, cuja deficiente gestão conduziu a situações de sobrepesca em várias regiões.

Biblos: E quanto às implicações das alterações climáticas?

Mário Ruivo: Certamente, com todas as suas implicações na degradação da qualidade do meio marinho ... Com o passar dos tempos, os “recursos” estão sujeitos à evolução dos processos naturais em articulação com os de origem antropogénica. Poderíamos referir outros temas mediáticos, como os recursos que começam a dar aparentes sintomas de utilização excessiva, de que são exemplo os hidrocarbonetos extraídos dos espaços marítimos. Hoje em dia perspectiva-se a extracção de placas minerais ou dos nódulos de manganésio, para além da possível extracção de terras raras de difícil acesso e já escassas nos continentes, indispensáveis para as tecnologias electrónicas de ponta. Também no respeitante ao património genético da biodiversidade marinha, entrou-se numa fase ativa de bioprospeção com vista ao desenvolvimento de produtos farmacêuticos, químicos, de grande potencial.

Entrámos numa fase do relacionamento entre as sociedades humanas e o Oceano que exige uma governação e gestão dos espaços marítimos de base científica, tendo em conta a interatividade entre os processos naturais e os de origem antropogénica, balizadas pelas fronteiras e regimes legais em vigor, fortemente influenciadas por condicionantes económicas e políticas. Entrámos numa fase de ocupação tridimensional do Oceano – de que é expoente o desafio do canadiano James Cameron, que mergulhou num equipamento altamente sofisticado até ao fundo da fossa das Marianas, quase onze mil metros de profundidade. Temos, porém, que manter presente que o bicho homem, no meio marinho, sem conhecimento científico e sem tecnologia de apoio, é cego, surdo e mudo. Torna-se, pois, imperativo assegurar um conhecimento científico atualizado, apoiado numa investigação, observação e colheita de dados que permitam alcançar os objectivos de um desenvolvimento sustentável. Esse é o grande desafio com que estamos confrontados e ao qual deve obedecer a periódica avaliação e atualização da Estratégia Nacional para o Mar, tratando o Oceano como um *common* ao serviço da comunidade.

Biblos: Agora com o alargamento da plataforma continental, imagino que já haja bastante conhecimento; fizemos estudos aprofundados sobre essa área, ou não?

Mário Ruivo: Se nos referirmos ao estado do conhecimento dos fundos marinhos à escala mundial, estamos a referir-nos a uma escassa parcela da ordem de um por cento.

Biblos: Estou a falar cá em Portugal.

Mário Ruivo: O interessante estudo coordenado pela Universidade dos Açores e publicado num bem documentado volume, *As montanhas submarinas, ecologia, pescas e conservação*, põe em evidência uma situação peculiar: há milhares de montanhas submarinas espalhadas pelo globo, das quais, só agora, se tem conhecimento graças a plataformas e equipamentos de investigação com maior capacidade tecnológica, para além dos progressos da observação espacial que permitem cartografar os fundos marinhos e mesmo estudar certos aspetos dos respectivos ecossistemas.

Recordo que tive a satisfação de ter mergulhado a 2200 metros, em 1956, quando, em cooperação com os meus colegas franceses da Universidade de Marselha e do Laboratório d’Endoume, com a colaboração da Marinha de Portugal e da Marinha Francesa, foi possível levar a cabo uma campanha do Batiscafo FNRS III, ao largo de Sesimbra. Tratou-se de uma tentativa para trazeremos os nossos fundos marinhos à atenção da opinião pública. Recorde-se que os fundos marinhos constituem o “laboratório” mais ativo do planeta, com espécies que vivem na ausência de luz, sujeitas a altíssimas pressões, espécies quimiossintéticas, ou seja, capazes de converter compostos inorgânicos em energia que lhes permite viver em locais aparentemente inóspitos. As potencialidades da Plataforma Continental requerem o prosseguimento ativo do seu conhecimento: entender, explorar e garantir a protecção ambiental. Evitar degradar tendo em conta as implicações da prospecção e da extração, avaliando os impactos ambientais e assegurando a conservação da biodiversidade e a qualidade do meio marítimo. Todos os anos, identificam-se centenas de espécies novas, basta fazer uma expedição, são aos milhares (veja-se o resultado do *Census of Marine Life* que durante 10 anos fez 540 expedições).

Para que Portugal possa beneficiar dos espaços marítimos sob soberania ou jurisdição nacional, em particular dos fundos marinhos, há que fazer um investimento, com forte empenho nacional, que nos permita adquirir capacidade endógena para entender, conhecer e contribuir para uma exploração responsável. Tornar-se-á necessário assegurar *joint ventures* mediante negociação com outros países, empresas, tendo em conta o interesse nacional, reconhecendo que não é um investimento com lucro imediato. De notar que Portugal se encontra inserido num triângulo de particular interesse – com o Brasil e Angola - que poderá ser mobilizador de uma estratégia de interesse mútuo no Atlântico alargada aos outros países de língua portuguesa, eventualmente no âmbito da CPLP.

Biblos: Há mecanismos institucionais de apoio a esse desiderato?

Mário Ruivo: É altura de olharmos construtiva mas criticamente para o sistema institucional, procurando avaliar a sua eficiência e tendo em conta a experiência dos dois Ministérios do Mar pioneiros (em 1983 e 1991). Pessoalmente,

entendo que haverá que revitalizar o sistema, a actual situação institucional, pois creio que, apesar das boas intenções, bloqueia o futuro. A Comissão Interministerial [Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar - CIAM] é, conceptualmente, vocacionada para a cooperação entre ministérios de tutela e partes interessadas mediante uma abordagem horizontal integrada. Para além da visibilidade mediática do Mar Português, é preciso, agora, incentivar uma abordagem mais operacional que requer uma cooperação efetiva e genuína. Defendo a reativação da CIAM como mecanismo de coordenação, apoiada na valorização das competências dos ministérios de tutela mediante a sua mobilização e apoio direto, atribuindo incentivos a sinergias de interesse mútuo e a projetos de interesse nacional, contrariando previsíveis pressões sectoriais. Nesse aspeto, começa a haver sinais de que os partidos e o governo estão mais sensíveis à problemática do Mar. Os meus amigos costumam dizer que, como “otimista do grupo”, continuo a pensar que tem valido a pena o esforço de promover “o regresso de Portugal ao Mar”. Mas não bastam palavras bonitas. Urgem iniciativas concretas, com continuidade, cabendo um papel fundamental às Universidades e respetivas unidades de investigação, bem como aos laboratórios do Estado, em articulação com o setor empresarial que, por enquanto, continua ainda muito tradicionalista.

Biblos: Por aquilo que acaba de dizer, ainda há pouco tempo o que se pretendia e pensaria fundamental era desenvolver mais estudos sobre o mar, por exemplo através dos Institutos ou das Universidades que se têm vindo a dedicar ao assunto. Não acha um pouco estranho que tenha acabado o curso de Biologia Marinha nos Açores e quase só termos um curso de Biologia Marinha no Algarve, embora haja outros para mestrados e doutoramento cá no país? Quer dizer, quando se devia fomentar e aumentar o estudo sobre o mar, começam-se a fechar cursos dedicados ao mar, não é um pouco estranho?

Mário Ruivo: Analisando o estado do conhecimento sobre os ecossistemas, nesta fase do Antropoceno, são evidentes os sinais de que estamos num daqueles períodos quase “tectónicos” do relacionamento das sociedades humanas com o Planeta e de busca de uma governação responsável dos *commons*. É reconhecido que temos

de abordar as ciências do mar numa visão pluridisciplinar sustentada por uma oceanografia operacional. Simultaneamente, em contraste com os requisitos do conhecimento para a realização de um desenvolvimento sustentável do Mar Português, deparamo-nos com um panorama preocupante. Basta olhar para os jornais e estar atento às declarações do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas – CRUP. Constata-se um acentuado envelhecimento dos quadros docentes por limitações no recrutamento e a degradação do financiamento a projectos de investigação. Respeitante do tema que estamos a comentar, a questão que se põe neste momento é se, efectivamente, Portugal pretende assumir o regresso ao Mar como património comum para o seu desenvolvimento sustentável. O exemplo da Noruega é particularmente relevante: quando tiveram consciência que o Mar do Norte era rico em petróleo e gás, investiram durante duas/três décadas e hoje são uma potência marítima dotada de poder económico e cultural virado para o futuro. De notar que a União Europeia, por iniciativa à qual Portugal esteve ativamente associado, acabou por assumir que o Mar justificava uma política integrada europeia. Toda a gente reconhece ser prioritário criar emprego promovendo iniciativas geradoras de riqueza, criando condições para se evitar a dolorosa emigração de recursos humanos especializados formados em Portugal. Há vozes em todos os grupos ideológicos, que reconhecem o valor de uma estratégia coerente e consensual, como foi a Expo’98, que estimulou a atenção dedicada aos assuntos do Mar. Temos de inserir na governação as condições para que o Mar Português deixe de ser um “eterno” potencial que nos deixa extasiados, para ser convertido num efectivo potencial de desenvolvimento sustentável.

Biblos: Já agora e só para acabar, em termos de recursos, claro que nós não vamos fazer aquilo, que por exemplo, fez a Islândia, em situação de crise vamos mas é virar-nos para o recurso que temos que é o mar e portanto deixemo-nos de outras veleidades. Em Portugal felizmente não temos só o mar, mas por aquilo que se ouve falar ultimamente, começa a haver alguma escassez de certas espécies, daquelas que têm sido tradicionalmente mais pescadas, falando no aspeto alimentar já que somos dependentes, somos importadores de parte do nosso alimento, sabe-se alguma coisa em concreto sobre o futuro das espécies de pesca cá em Portugal e da nossa potencialidade?

Mário Ruivo: No fundo temos de refletir sobre o processo e causas da atual situação das pescas. O problema da gestão deste setor situa-se num horizonte temporal vastíssimo. Até há um século considerava-se que o Mar era inesgotável, pensava-se que os recursos do mar não tinham limites em relação à capacidade de exploração. As estatísticas da FAO, porém, já referiam que, nas últimas décadas, 70% dos grandes *stocks* pesqueiros à escala mundial se encontravam em estado de sobrepesca. Mas tem-se informação e dados estatísticos que os *stocks* pesqueiros têm a sua dinâmica própria, no contexto dos ecossistemas e interações ambientais com actividades de natureza antropogénica. Portugal possui uma costa com *canyons* (canhões) submarinos, que potenciam fenómenos de afloramento, também conhecidos como *upwelling*, isto é, massas de águas profundas trazidas à superfície, ricas em nutrientes, que condicionam a produtividade, a abundância e distribuição de fitoplâncton e do zooplâncton, modulando as cadeias alimentares, nas quais, no topo, para além dos grandes predadores (atuns, espadarte), tem-se vindo a afirmar um predador terrífico, o bicho homem. A regulamentação da pesca tem sido objetivo de numerosos instrumentos reguladores, à escala nacional e regional, nomeadamente no âmbito das organizações regionais de pesca da FAO. Atualmente está instalada a ideia de que a aquacultura poderá vir a responder aos problemas de alimentação do futuro – de certo modo estamos na expectativa de entrar, à escala mundial, no Neolítico do Mar, quer dizer, cultivar os recursos pesqueiros com tudo o que isso significa de potenciais impactos ambientais.

Não só para as pescas, mas como para os outros domínios dos assuntos do mar, a capacidade nacional académica, de investigação, e dos laboratórios de Estado (o IPIMAR, a cuja criação estive associado, agora IPMA), requer avaliação que permita ajustá-la aos novos requisitos, reforçando essa capacidade nacional e a cooperação com o Instituto Hidrográfico, o LNEC e outras instituições qualificadas.

De notar que Portugal dispõe de dois navios oceanográficos na Marinha, a par de outros meios, que têm contribuído para a aquisição de dados, colheitas e estudo dos fundos marinhos e para o alargamento da Plataforma Continental. Merece ser recordado, também, o navio de investigação “Arquipélago”, do Departamento de Oceanografia e Pescas, da Universidade dos Açores, com

base na cidade da Horta no Faial. Quando procedemos a inventariação das infraestruturas, dos meios e financiamentos atribuídos para projectos de investigação no Mar, constatamos progressos, o mesmo se passando na formação de recursos humanos qualificados. Impõe-se continuar a consolidar este processo, o que nos permitirá melhor responder aos requisitos e compromissos assumidos ao serviço do interesse nacional.

Para terminar, penso que o Oceano e a consciência das consequências das alterações climáticas e do acordo climático que será adoptado em Paris, requerem intenso acompanhamento, esperando que as negociações da COP21 convirjam num instrumento vinculativo, com consenso global, de vital importância para o futuro da humanidade. Estamos inseridos neste processo de governação no qual cabe um papel determinante à comunidade científica e técnica, que, paralelamente com a investigação e com a docência, tem a função de contribuir para a divulgação dos conhecimentos e para a análise dos problemas. Em última análise, significa que cabe ao Estado, à administração pública, adotar mecanismos institucionais em que a comunidade científica não seja um ator meramente simbólico, mas seja efetivamente reconhecida como parceiro social, num mundo cujo progresso material, social, cultural e ambiental está dependente do conhecimento científico, da sua aplicação respeitosa e responsável e dos processos naturais no âmbito dos quais as sociedades humanas buscam formas de sobrevivência compatíveis com a capacidade ecológica no Planeta, evitando ou atenuando conflitos, mitigando, adaptando. Neste contexto, os contributos dos “velhos da tribo” já não chegam!

Biblos: Professor, muito obrigado.

(entrevista conduzida e editada por António Campar)

Recensões

FLORES, JORGE (2015).

Nas margens do Hindustão. O Estado da Índia e a expansão mogol ca. 1570 – 1640.

Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 566 p.

Formalmente bem escrito e de mensagem clara, mas substancialmente complexa, este livro, além do alto valor científico, distingue-se do ponto de vista didáctico, pelas curtas “conclusões” inseridas no final de cada capítulo, pelo “epílogo” ou resumo geral, pelos “apêndices” de glossário, rol de reinos e reinados, bibliografia extensa (existente em arquivos portugueses, europeus e indo-persas), estudos, mapas e índices.

Ou por falta de curiosidade historiográfica dos estudiosos (mesmo dos especialistas da História da Expansão Ultramarina) ou por insuficiência das fontes históricas portuguesas da época, é um facto que a temática central desta obra não é muito conhecida. Com efeito, as fontes clássicas do período falam dos “mogores” e da sua presença em contacto com o “Estado da Índia”, mas não lhes conferem a devida relevância, a avaliarmos pelo que Jorge Flores reconstitui e explica historicamente. Se consultarmos, à laia de balanço historiográfico, o *Glossário Luso-Asiático* de Sebastião Rodolfo Dalgado, encontramos no vol. II (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921: 63-64, o sentido ou sentidos da palavra “mogor” (em vez de mogol). Citamos: “Em três sentidos encontramos o termo empregado pelos nossos escritores antigos: indivíduo do povo da raça mongólica (em rigor, turca), que se estabelece no Indostão; rei deste povo, da dinastia Timur e reino de Deli ou Industão”. E acrescenta Dalgado que os portugueses “tiveram muitas relações políticas com os reis mogores, particularmente com o célebre Akbar, e foram os primeiros que lhes deram o título de Grão-mogol, à semelhança do Grão-turco”. E o que diz Jorge Flores? Tentemos, apenas, abrir o apetite para a leitura.

Segundo ele, “o Mogol” manifestou uma constante ambição de alargamento do seu império, mas debatendo-se, compreensivelmente, com oscilações quanto às prioridades fronteiriças, convindo reter que o exército, as caçadas imperiais e a mobilidade da corte constituíram instrumentos essenciais no seu processo expansionista. Daí o autor prestar particular atenção, quanto à evolução do império, às lógicas geo-políticas inerentes aos movimentos dos imperadores mogóis Akbar (1556-1605), Jahangir (1605-1627) e Shahjahan (1627-1658), consubstanciados na mudança da capital imperial, acto a que, por regra, correspondeu uma alteração das prioridades quanto às fronteiras a defender ou a alargar.

No que concerne às relações entre o império Mogol e o Estado da Índia, Jorge Flores resume-as no “Epílogo: O urso e a baleia” (p. 481). Concretamente, “Os primeiros sinais de preocupação [dos portugueses na Índia] datam dos anos de 1530, quando da intervenção de Humayun no Guzerate. Porém, é o decisivo alargamento do império mogol para sul e em direcção ao mar depois de 1570 que alarma em definitivo os portugueses. [...] O urso mogol, continental, [ficava] face a face com a baleia portuguesa, marítima, ainda que esta se preocupasse muito mais com aquele do que o inverso”. Estratégia defensiva portuguesa, a partir desta altura? Tentar conhecer melhor a fronteira setentrional do império mogol. Porquê? Quanto mais dificuldades os mogóis tivessem de enfrentar ali, mais controlado estaria o seu apetite político a sul. Assim, os movimentos de Otomanos e Safávidas, até aí observados no âmbito de outras prioridades estratégicas, passam a ser ponderados em função das suas relações com os mogóis. No dizer do autor da obra *Nas margens do Hindustão*, os lusos passarão a orientar os seus comportamentos pela discrição, pragmatismo, flexibilidade e ambiguidade.

A visão conjuntural da evolução do império mogol, particularmente nas suas relações com o “Estado da Índia”, é outra componente importante desta excelente obra, que não merece apenas ser lida, mas estudada. Finalizaremos esta breve notícia, informando que a Academia Portuguesa da História decidiu atribuir-lhe, recentemente, o “Prémio Fundação Calouste Gulbenkian”.

JOÃO MARINHO DOS SANTOS

uc3928@fl.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

MONTEIRO, JOÃO GOUVEIA;
COSTA, ANTÓNIO MARTINS DA (2015).

1415: a conquista de Ceuta.

Lisboa: Manuscrito, 224 p.

Transcrição do que se passou, em narrativa corrente e bem explícita, enriquecida de 260 notas bibliográficas e de informações complementares incluídas nas páginas 189-211, a fim de não colidirem com a sequência do texto, para mais posto na boca do próprio cronista Gomes Eanes de Zurara, como se fora ele próprio o narrador.

Não de menor valia a tarefa de António Martins Costa: seleccionar nos arquivos as ilustrações mais adequadas – desenhos, gravuras, mapas (de Ana Sena), fotografias antigas e actuais, a cores e a preto e branco – que muito enriquecem o trabalho por ilustrarem uma história que, dada a sua minúcia e cópia de intervenientes identificados, corria sério risco de poder enfadar.

Um dado, porém, há-de realçar-se, para além do óbvio, que é a reconstituição pormenorizada dos factos, antes, durante e depois: faculta-se ali matéria de mui férteis ulteriores pesquisas. Manancial abundante, por exemplo, para quem queira saber se alguns dos seus ancestrais esteve envolvido nestas guerras africanas e nelas veio a notabilizar-se.

Perdoar-se-me-á se exemplifico com uma curiosidade que tive. Sou natural de uma modesta povoação são-brasense chamada Corotelo. Sita numa das passagens naturais que levava do litoral para a serra algarvia, pareceu-me que a sua etimologia poderia prender-se com vocábulo que signifique ‘passagem’ (em Coimbra, designam-se “cortadas” as vias secundárias, mais até em contexto rural) ou mesmo ‘entrada’, relacionável com ‘cortelo’ (donde poderá ter derivado ‘cortelho’), caminho mais curto, atalho. Não identificara ainda qualquer paralelo para o topónimo; mas a presença do apelido Curutelo, de alguém embarcado, a 26 de Julho de 1415, na armada que fundeara em Lagos

com destino a Ceuta, aguçou-me a curiosidade. Sumária pesquisa levou-me a saber que, no Minho, mais concretamente em Freixo (Ponte de Lima), há o castelo de Curutêlo, também referido como Castelo de Corutel e Paço de Curutêlo, um “paço de feição acastelada implantado em área rural, que se ergue a meia encosta do monte de São Cristóvão dos Milagres ou do Curutelo, sobranceiro a um pequeno vale”. Por onde uma singela referência nos pode levar, a determinar mais pesquisas!...

Pesquisa árida, esta, sem dúvida, em chancelarias, meticulosa, que nos faz seguir a par e passo – na primeira pessoa e com breves parêntesis explicativos, aqui e além – as narrativas subsistentes, tornando-as acessíveis e... menos áridas! Por isso é explicado entre parêntesis o significado dos termos fora do comum. E o continuado uso da primeira pessoa estabelece bem sugestiva ligação entre Zurara e o autor, que, a dado momento, até parece ter-se distraído e comenta: “Um caso que me impressionou...” (Monteiro; Costa, 2015: 181). Antes (Monteiro; Costa, 2015: 158), não hesitara mesmo em aludir ao facto de os representantes vimaranenses se não haverem coibido de fazer “bom uso de uma certa teatralidade típica das assembleias de Cortes”!...

Não se imagine, contudo, que de mera “cópia” se trata, do jeito do que hoje se designa – para usarmos o anglicismo corrente – *copy and paste*. Está dividida em duas partes lógicas: “A conquista” (Monteiro; Costa, 2015: 13-97) e “E depois do adeus?” (Monteiro; Costa, 2015: 99-188) e houve o cuidado de também as entremear de sugestivos títulos, a aliciar à prossecução na leitura, igualmente propiciada pelos muitos capítulos, que são curtos, a motivar como se de um romance histórico se tratasse.

No ano em que se comemoram os 600 anos da conquista de Ceuta – sempre o irresistível apelo do mar!... – e, um pouco por toda a parte, o tema se debate com entusiasmo, devido, justamente, a estar, de novo, em jogo a relação Europa / África, tanto do ponto de vista estratégico-político e económico como também, de novo (repito!), religioso – o que não é de somenos!... – a opção concretizada neste livro, para além de original, traz-nos a visão da época, o que então, como hoje, se debateu. Fizeram bem em, ao de leve (Monteiro; Costa, 2015: 103-107), aludir ao “debate historiográfico”. E foi oportuno, depois do que em Zurara se lera, pegarem no estudo de Isabel e Pedro Drumond Braga

(1998). *Ceuta portuguesa (1415-1656)*, para espreitarmos “algumas particularidades da situação de Ceuta” (Monteiro; Costa, 2015: 122), nomeadamente em termos da sua orgânica social.

Ceuta foi, na verdade, mais uma daquelas aventuras em que o Português é exímio: vamos à aventura, que daí certamente haveremos de colher proventos! E a descrição de Zurara constitui, nesse aspecto, bem explícito documento. Nada que se compare com a “guerra colonial”, mas não deixa de ser curioso verificar que a história irá repetir-se em relação a outras aventuras ulteriores: entusiasmo e “vã cobiça” (para usarmos da expressão do Velho do Restelo) e, depois, agruras imensas. O capítulo “mobilizar homens para servirem em Ceuta” (Monteiro; Costa, 2015: 153-161) é disso bem elucidativo, como o é igualmente, noutro sentido, mas com muitas semelhanças, aliás, com a actualidade, o que trata das “recompensas e histórias de vida” (Monteiro; Costa, 2015: 162-167).

Completam o volume as fontes e a bibliografia (Monteiro; Costa, 2015: 213-219) e a “chave das siglas e principais abreviaturas”.

Um livro que, apesar de recheado de nomes e de factos, numa sequência que se arriscaria a ser desenxabida e, por isso, menos apetitosa, está, ao invés, bem escrito, tem mui cuidada apresentação gráfica, não há gralhas (a grande pecha dos nossos dias, em que a revisão tem sido deveras descuidada!...), e mui prazenteiramente se lê até final!

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

jde@fl.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

CUNHA, PEDRO PROENÇA;
GOUVEIA, MARGARIDA PORTO (2015).

*The Nazaré Coast, the Submarine
Canyon and the Giant Waves: a Synthesis.*

Coimbra: University of Coimbra, Marine and Environmental Sciences Centre. 32 p.
Também disponível em <http://hdl.handle.net/10316/28661>. Acedido em 30/9/2015.

Na sequência de um desafio proposto pelo surfista americano Garrett Mc Namara à Universidade de Coimbra, na sua legítima curiosidade de ver explicada cientificamente a origem da ocorrência das ondas gigantes junto à Nazaré, que ele e poucos mais têm surfado, foi solicitado ao professor de Geologia Pedro Proença Cunha que realizasse essa tarefa. Do trabalho encetado, em conjunto com uma sua discípula Margarida Porto Gouveia, resultou o livro *The Nazaré Coast, the Submarine Canyon and the Giant Waves: a Synthesis*, editado pela própria Universidade, no âmbito do Centro de investigação MARE.

Não obstante o desafio posto se destinasse ao entendimento da elevada ondulação, os autores, até pela sua formação, procuraram fazer um enquadramento geomorfológico e geológico quer do fundo do mar próximo, quer da costa adjacente. Para isso apresentaram cartografia baseada em trabalhos publicados por geólogos e geomorfólogos e em dados fornecidos por entidades hidrográficas nacionais. Nesta análise é incluída uma evolução histórica deste litoral, depois da subida do nível do mar no pós-glaciário, que com a extensão de lagunas para o interior, como é o exemplo de Pederneira/Cós, de S. Martinho do Porto/Alfeizerão e de Foz do Arelho/Óbidos, se mostraram bastante dinâmicas desde os tempos medievais, de tal modo que acabaram por ser totalmente colmatadas, no primeiro caso, ou apenas parcialmente nos outros dois casos.

E porque a costa também é importante para a vida de comunidades humanas que aí se instalam, não foi descurada a evolução do povoamento das localida-

des do Sítio da Nazaré e da própria vila da Nazaré, ilustradas através de extratos de cartografia antiga, principalmente do século XIX e início do século XX. De igual modo tiveram o cuidado de salientar algumas das vicissitudes históricas, caso do seu povoamento nos séculos XIV e XVIII, assim como sociais e económicas por que passaram, durante os séculos XIX e XX, tendo para isso recorrido a fotografias antigas, infelizmente sem datas.

Mas o fulcro do trabalho incide sobre o canhão e o seu papel na transformação da ondulação de modo a torná-la particularmente elevada em frente à praia do Norte e da Ponta do Guilhim. As razões apontadas podem ser sintetizadas do seguinte modo:

- O canhão permite a aproximação da onda até próximo da costa com as mesmas características que tem no largo;
- Redução brusca da profundidade do canhão mais profundo para a plataforma que leva a um empolamento da onda;
- Refração da onda, com desvio para norte, portanto para a plataforma, no setor proximal do canhão, o que faz acrescentar onda à já anteriormente empolada;
- Formação de uma corrente longitudinal à praia e para norte que deflete para o largo próximo do cabo o que contribui também para um maior empolamento da onda.

A conjugação destes fenómenos, a que eventualmente se poderá juntar uma maior elevação dos fundos da plataforma próximo da costa, em frente ao cabo, a confirmar com levantamentos batimétricos de pormenor, o que ajudaria à convergência da ondulação, portanto ao aumento da sua altura, fazem com que a onda aqui se apresente com alturas nitidamente superiores às que tem ao largo. Os autores vêm, deste modo, aprofundar e clarificar as explicações que têm sido dadas, entre as quais estão as apresentadas em cartaz junto do Forte do Guilhim.

Este trabalho tem, também, a virtude de mostrar a ligação que deve existir entre a Universidade, com a investigação que aí é feita, e a vida real, neste caso concreto uma atividade desportiva, mas que se tem mostrado de

grande importância económica e de promoção das potencialidades turísticas e de lazer, para além das paisagísticas, do nosso país. Ou seja, a descoberta de um património natural, tornado fonte de lazer, incentivou e criou a oportunidade para as entidades científicas aprofundarem o seu conhecimento e ajudarem a torná-lo ainda mais conhecido e admirado. Mais uma vez a investigação ao serviço da sociedade.

ANTÓNIO CAMPAR DE ALMEIDA

campar@ci.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

FONSECA, SENOS DA (2015).

Embarcações lagunares. Bateiras & artes.
Tomo II. Architectura naval lagunar.

Aveiro. 280 p.

O livro de Senos da Fonseca sob o título de *Embarcações lagunares. Bateiras & artes* foi dado à estampa em Julho de 2015, em edição de autor. Pretende ser o Tomo II relativamente a *Embarcações que tiveram berço na laguna. Architectura naval lagunar*, editado pela Papiro Editora, em Agosto de 2011, vencedor do Prémio Almirante Sarmiento Rodrigues em 2011, atribuído pela Academia de Marinha.

O autor considera este seu livro fruto de seis anos de trabalho apaixonante, tendo a mais-valia da apresentação de planos geométricos e de construção, planos 2D e 3D, das *embarcações* estudadas, o que permite a sua guarda para memória futura. É de exaltar o trabalho final, na concretização deste projecto, de Luís Costa, autor dos desenhos em 3D que ilustram o texto. Com esta obra, completa-se o estudo de todas as embarcações que tiveram a sua origem na Laguna de Aveiro, cuja formação também é tida em linha de conta como objecto de várias polémicas, sendo actualmente consensual que se terá iniciado cerca do século X.

O livro, depois de uma introdução do autor e de um 1.º capítulo dedicado à história lagunar, divide-se, essencialmente, em duas partes – *embarcações e artes*. Relativamente às embarcações, neste caso, *bateiras*, é sugerida uma definição para o termo, bem como uma classificação pessoal, lógica, que as classifica quanto às águas onde exercem (ou exerceram) a sua actividade e quanto à sua forma. De entre as *bateiras* apresentadas, são elencadas e estudadas a *bateira ilhava*, a *chinchorra*, a *bateira de mar*, a *labrega*, a *mercantela/berbigoeira*, a *çaçadeira*, a *bateira erveira*, a *ladra* e a *chata ou patacha*. Relativamente ao capítulo 13,

As artes, que estrutura a segunda parte do livro, Senos da Fonseca resume as da ria de Aveiro a cinco classes – *artes de arrastar (arrastos interiores)*, *tresmalhos*, *cerco* ou *salto*, *aparelhos sedentários* e *aparelhos de mão*.

O volume é grandemente enriquecido por 201 figuras, fora as separadoras de capítulos que não são numeradas, entre muitas fotografias que, normalmente, explicitam o que se pretende afirmar, figuras de época, planos geométricos 2D e 3D, algumas simulações de *artes* e numerosíssimas tabelas elucidativas.

O capítulo 14 encerra em si o actual *Regulamento de Pesca da Ria de Aveiro* (RPRA), com cinco quadros que manifestam a situação actual da pesca profissional da Ria de Aveiro. O capítulo 15, da autoria de AML, apresenta os nomes dos construtores navais recolhidos no Arquivo Histórico da Marinha, desde os finais do século XIX até aos do século XX.

Além disso, *Embarcações lagunares* é muito valorizado por um extenso, claro e explícito glossário, respeitante à terminologia marítima, quer de carácter geral, quer regional, e que constitui o 16.º capítulo, ao longo de 24 páginas. No final, é apresentada uma vasta e apropriada bibliografia, bem como um índice normal e completo. As notas de rodapé são abundantes (171) e esclarecedoras.

A apresentação do volume é cuidada, numa encadernação de cartolina colorida, ornada, na capa, por uma composição de *bateiras* (em 3D) encaixadas e sobrepostas, além da identificação da obra, terminada por duas badanas. A da capa elenca os títulos editados pelo autor e a da sobrecapa guarda um precioso DVD que acompanha o volume e que encerra todos os planos geométricos das embarcações em 2D e em 3D. Para trabalho nestes ficheiros, aconselha-se o AutoCAD 2013 (ou compatível).

À guisa de conclusão, o autor, na contracapa, refere que “Na Laguna, sempre muito instável, os monumentos são as Embarcações Lagunares (existentes ou desaparecidas), pois é através delas que se pode fixar o historial dos momentos chave, marcantes, onde se operaram grandes e repentinas modificações. Que exigiram mudanças de atitude diferenciadas, pois o homem lagunar não deixou de ser, também aqui, um produto das circunstâncias. As embarcações – cada uma delas um prodígio do espírito criador do empírico mestre naval lagunar –, servem-nos para podermos fixar, com muita e real certeza, a história deste singular e intruso acidente geográfico”.

Todo o livro é perpassado por uma descrição técnica e minuciosa, à laia de engenheiro, em que o autor, sempre que acha oportuno, relewa a sua veia poética, como homem sensível que é. O seu humanismo também é evidente, já que ao tratar as *bateiras* e as *artes* que as utilizam ou utilizaram (algumas já estão extintas), nunca esquece o homem lagunar – mestre construtor naval ou pescador – que dedicou toda a sua vida à laguna e às suas embarcações.

Na verdade, *artes* e *embarcações* colocam questões de uma ordem diferente. À diferença das *bateiras*, as *artes*, por mais que sejam estudadas e fixadas, estão constantemente a obedecer a pequenas mudanças, produto da criatividade dos pescadores. Além disso, têm saído, com frequência, *Publicações Avulsas do Ipmar*, relativas a *artes* de pesca de rios, da lagoa de Óbidos e da ria de Aveiro, com uma técnica de difícil abordagem, tantos os desenhos, perspectivas e medições.

A Laguna de Aveiro fica a ser, assim, a região, de que existe um levantamento exaustivo e actual de *embarcações* e *artes de pesca*, se a este volume acrescermos o precedente estudo de 2011, *Embarcações que tiveram berço na Laguna. Arquitectura naval lagunar*, com a mais-valia de ambos possuírem um DVD que os acompanha, como já referido.

ANA MARIA LOPES

lopesam1@hotmail.com

Associação de Amigos do Museu Marítimo de Ílhavo

PAUL-HORN, INA (2015).

Aktualität der Metapher: das Meer, die Metapher und die Sprache.

Frankfurt am Main: Peter Lang. 249 p.

Atualidade da metáfora: O mar, a metáfora e a linguagem, de Ina Paul-Horn, é um recentíssimo contributo para o estudo filosófico do mar. Embora se apresente como um estudo com uma unidade temática e teórica, nomeadamente em torno do “significado da metaforologia para a filosofia”, com a intenção de “dar um contributo para a reflexão e o esclarecimento da metáfora” (p. 13), trata-se de uma reelaboração de diversos estudos da autora sobre alguns temas mais ou menos diretamente ligados à questão da metáfora em geral, e da metáfora do mar em particular. A obra começa com uma introdução sobre a metáfora do mar, seguida de três partes. A primeira parte trata da linguagem, consistindo essencialmente de dois estudos sobre o *Crátilo* de Platão e sobre a teoria do símbolo de Susanne K. Langer. A segunda parte trata do projeto de uma metaforologia de Hans Blumenberg. A terceira parte dedica-se, por fim, ao estudo filosófico da metáfora do mar, destacando-se breves capítulos sobre o mar em Kant, Hegel, Nietzsche, Simmel, concluindo com Elias Canetti e os mitos de Narciso segundo Ovídio e da Pequena Sereia de Andersen.

A parte mais aprofundada e o núcleo teórico da obra é o seu estudo da metaforologia Blumenberg, que é dividida em três fases. Estas fases correspondem a três textos do autor sobre a questão, nomeadamente *Paradigmen zu einer Metaphorologie (Paradigmas para uma metaforologia)* (1960), “Ausblick auf eine Theorie der Unbegrifflichkeit” (“Panorama de uma teoria da inconceitualidade”), publicado em *Schiffbruch mit Zuschauer (Naufrágio com espetadores)* (1979) e “Anthropologische Annäherungen an die Aktualität der Rhetorik” (“Aproximações antropológicas à atualidade da retórica”), publica-

do em *Wirklichkeiten in denen wir Leben (Realidades em que vivemos)* (1981). Encontramos aqui o desenvolvimento da teoria da metáfora absoluta como metáfora não traduzível em conceito e orientação fundamental, pré-conceitual, da consciência humana, em direção à reflexão sobre a importância do “inconceitual” para a ligação do conceito ao “mundo da vida” (p. 114) e, finalmente, a reflexão sobre a retórica como lugar do exercício metafórico. A retórica, segundo Blumenberg, vem suprir a incapacidade da metafísica de dizer algo de relevante sobre o homem, é “uma teoria do homem fora da idealidade, do homem abandonado pela evidência” (p. 137) e, assim, o meio para a criação “de instituições lá onde faltam as evidências” (p. 140). A retórica é a ação linguística que substitui a ação física no espaço intersubjetivo, constituindo uma racionalidade sustentada sobre um “princípio de razão insuficiente” (pp. 151 ss.) que permite navegar entre os escolhos da impossibilidade de uma orientação científica e de um decisionismo irracional. Este caminho é análogo à moral provisória de Descartes que, sem qualquer outra orientação segura, lhe permite no entanto sair da floresta. A metáfora, como o “elemento significante da retórica” (p. 159), é o correlato de um homem que se descobre como não possuindo uma essência definida e que tem, em consequência, de fazer o seu caminho sem um guia que o conhecimento dessa essência lhe pudesse fornecer. Segundo a autora, citando Blumenberg, a metáfora é, finalmente, “mais do que um substituto para um conceito em falta ou, em princípio, possível. É um ‘elemento projetivo’, ‘que tanto expande quanto ocupa o espaço vazio.’” (p. 161)

De modo mais sumário, o livro recupera o *Crátilo* de Platão, especialmente nas suas definições linguísticas da fluidez e do estancamento da fluidez oceânica das diferenças pela imposição do nome e do conceito, segundo uma metáfora fundamental que vai marcar muito das concepções filosóficas da linguagem desde então. O capítulo sobre Susanne K. Langer mostra como esta filósofa, oriunda de uma formação empirista e lógica, sublinha no entanto o facto de que os dados empíricos são “em primeira linha símbolos”, construídos por um processo de ideação que se traduz numa função essencialmente “formadora e abstrativa” (p. 55) e não comunicativa da linguagem. Estes “significam sempre mais do que referem” (p. 58), e a sua origem deve ser buscada em “conceptual models” de tipo metafórico.

No que mais especificamente se refere ao estudo da metáfora do mar Paul-Horn exhibe, nos diferentes autores estudados, em primeiro lugar, a definição do mar a partir da sua profundidade como expressão da “ausência de fundo da nossa existência” (p. 167). Em Kant, o oceano é o lugar da ilusão e, por isso, a navegação do entendimento é feita sempre à vista da costa, da terra firme. Pelo contrário, em Hegel encontramos já o elogio do mar como expressão da ligação entre os homens, da infinidade, da indústria e da superação do homem que se lança num meio cujo perigo e dureza reside paradoxalmente na sua aparente serenidade e ausência de resistência. O mar é, para a geofilosofia de Hegel, lugar da história e do espírito que se descobre a si, ou seja, do verdadeiro infinito entendido como “estar em si mesmo no seu outro, ou o processo de, no outro, chegar até si próprio” (p. 177). Como mediador universal, vamos encontrar ainda o mar enquanto representante do dinheiro em Simmel, o sem forma que tudo igualiza, a fluidez e a liquidez essencial ao tráfico capitalista, “assustador destruidor das formas” (p. 212). Mas também o super-homem de Nietzsche é expresso como “um mar”. Neste contexto, a autora propõe um “olhar pós-metafísico sobre o mar”, olhar que “implica que não podemos alijar, mas temos nós próprios de assumir a responsabilidade pelo ilimitado e pelos limites” (p. 205). O mar é também, por fim, o lugar das transformações e do devir, como Proteu, capaz de assumir todas as formas. É metáfora do nascimento, e também do ‘eu’ que se transpõe para o outro, numa superfície de projeção que é a chave do encontro erótico. Ele é o “símbolo fascinante do inconsciente, do seu poder tentador e insondável” (p. 18).

Além do tratamento algo sumário de alguns dos temas e de alguma ausência de verdadeira problematização filosófica, e apesar do esforço de unidade temática, o livro deixa transparecer que se trata de uma recolha de textos cuja articulação num todo nem sempre é bem conseguida. No entanto, a originalidade do tema, e a correção com que a generalidade dos tópicos são tratados fazem desta *Atualidade da metáfora: O mar, a metáfora e a linguagem* de Ina Paul-Horn um trabalho de indiscutível interesse filosófico.

DIOGO FERRER

dferrer@fl.uc.pt

Faculdade de Letras e Colégio das Artes da Universidade de Coimbra

CARVALHO, ARMANDO SILVA (2015).

A sombra do mar.

Lisboa: Assírio & Alvim, 99 p.

“A poesia portuguesa é uma praia constantemente batida pelas ondas do mar”: esta metáfora do jornalista Luís Miguel Queirós (2012) traduz bem uma das linhas temáticas mais exploradas pelo cânone lírico nacional. Da poesia galego-portuguesa a Sophia de Mello Breyner, de Camões a Pessoa, muitos são os escritores e poetas para quem o mar foi e é tema, motivo de inspiração, ornamento retórico.

No ano em que celebra meio século de vida literária e depois de ter ganhado, em 2014, o Grande Prémio de Literaturas dst, com a obra *De Amore*, Armando Silva Carvalho publica *A sombra do mar*, com chancela da Assírio & Alvim. Trata-se uma vez mais de um livro de poesia, composto por 54 poemas, que vem confirmar o seu lugar na literatura portuguesa. Autor de uma obra considerável, entre lírica e ficção, Armando Silva Carvalho firma, com este livro recente, a sua *maturidade poética*.

Embora a sua escrita dificilmente se compagine com doxas poéticas ou discursos ideológicos datados, é interessante compreender (e sentir) como o poeta explora o mar, esse elemento ancestral e tantas vezes glosado, na coletânea que agora se apresenta, rompendo radicalmente com normas ou tradições. Aliás, os estudiosos da sua obra são praticamente unânimes em reconhecer que este é um traço distintivo da sua poesia: desde o primeiro livro, de 1965 – *Lírica consumível* – até *A sombra do mar*, de que aqui se fala, a obra poética de Armando Silva Carvalho é anti-normativa, radical, fugindo a dominantes de sentido tradicionais e traduzindo uma “afirmação poética de certo modo (...) situada nas margens do que pode ser o perfil dominante da cultura nacional” (Martins 1999: 312).

Nestes textos, o mar não se reduz nem a tema, nem a motivo e muito menos a ornamento retórico. *A sombra do mar* é o outro lado do mar da vida.

A face obscura. A faceta anti-heróica. O não épico. O mar é presença metafórica intensa, personagem que se vai transformando à medida que os textos se sucedem, adquirindo, em cada poema, novos sentidos e tensões: o mar é a água doméstica ou água do duche de *A água* e de *A toalha do banho*; é “terra navegável”; é a praia de “Jazz”; é também mar, mar ele mesmo, o campo de lavra de pescadores de “Ou”. Foi já bem assinalado por exegetas vários, nomeadamente por Joana Matos Frias (Frias 2013), o valor não funcional da metáfora na lírica de Armando Silva Carvalho, o que se confirma neste livro. Aqui a metáfora é estruturante dos textos, é operadora privilegiada de uma razão poética que busca perscrutar a vida e a passagem do tempo, a efemeridade e a doença, a morte e o fim.

Ao longo dos 54 poemas deste livro, assistimos concomitantemente ao desenrolar de uma ‘história’, pela qual o ‘eu’ faz introspeção sobre a vida, o envelhecimento, o quotidiano, o tempo, o real, como fica bem patente se atentarmos na sequência dos primeiros sete textos: do *Introito – à manhã*, passando por *Sem cabeça*, *A água*, *Chuva doméstica*, *A toalha do banho*, *Fruta e pequeno almoço*, até à *Leitura de jornal*. *A sombra do mar* constitui-se como um conjunto de textos líricos mas com feição narrativa, confirmando, aliás, uma tendência identitária da poesia do Autor, sobretudo a partir das publicações pós-Abril, como bem assinala Pedro Serra ao referir a “dicção poética subsumida pela pulsão narrativa” (Serra 2010: 87), uma das características da fenomenologia textual do autor. Sem perderem a indizibilidade poética, os seus textos contam uma história: fragmentos de vida (*Chuva doméstica*), pedaços do quotidiano (*Contabilidade*) objetos anti-líricos, assuntos da agenda mediática (*Os bancos*) preenchem um universo marcadamente intersubjetivo, autorreflexivo mas também crítico e irónico.

Quando, em 2012, o poeta escreveu o texto “A resistência com Bernardo Soares”, para responder a um inquérito feito pelo grupo de investigação Lyra Compoetics a vários poetas nacionais sobre o poder de resistência da poesia, deu testemunho lúcido do “caráter performativo de uma transitividade muito limitada” (Frias 2013: 114) da palavra poética. Porém, a sua palavra poética é palavra de resistência e de engajamento. Não se encerrando num processo de interiorização lírica autocentrada, os textos também nos falam do mundo

exterior, da política, dos dramas sociais e do tempo em que vivem: o poder dos *media*, a “barbárie tecnológica”, a epidemia do ébola, o buzzão de Higgs, etc. Fazem-no, porém, sem cair no esquematismo ideológico ou sem determinismos maniqueístas, garantindo, desse modo, a sua perenidade. Fazem-no, porém, através da ironia e do distanciamento, pelos quais o sujeito poético comenta a realidade individual e coletiva, relacionando esses tópicos a sentidos maiores, a motivos ancestrais da existência e da interrogação filosófica: o tempo, o envelhecimento, a morte – “Se pudesse até de mim me afastava. / O que não deve faltar muito, / segundo as minhas contas” (p. 60).

A qualidade do poeta também se pode aferir pela grandeza dos poetas com quem dialoga e de que se apropria. Armando Silva Carvalho presta, em muitos destes textos, homenagem a grandes nomes da poesia e das letras lusófonas, de António Vieira a Clarice Lispector, de Cesário a Eugénio, não faltando, claro, Pessoa ou Sophia. Com eles, e às vezes contra eles, constrói um caminho em que a poesia é redenção, salvação – como fica bem patente em *Vésperas*, texto que homenageia Eugénio de Andrade – e, afinal, o que fica: “O brilho é sempre o mesmo, mas é apenas delas, / das palavras” (p. 62).

BIBLIOGRAFIA:

- Frias, Joana Matos (2013). “O riso agudo dos cínicos: Desassossego e ironia em Armando Silva Carvalho”, *elyra*, 2, 11-125.
- Martins, Mário Frias (1999). “Recensão crítica à obra poética de Armando Silva Carvalho”, *Colóquio Letras*, 153-154, 311-312.
- Queirós, Luís Miguel (2012). “Um mar de palavras”, *Publico.pt*. Também disponível em <http://www.publico.pt/culturaipsilon/jornal/um-mar-de-palavras-25352011>. Acedido em 30/11/2015.
- Serra, Pedro (2010). “A dureza das coisas e a fusão das letras. Da efabulação poética em Armando Silva Carvalho”, *Colóquio Letras*, 173, 84-94.

ANA TERESA PEIXINHO

apeixinho71@gmail.com

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra / CEIS20

MACEDO, HELDER (2015).

Parts of Africa.

Trad. Philipp Rothwell. Dartmouth, Massachusetts: University of Massachusetts Dartmouth, 201 p.

Quando, em 1991, *Partes de África* apareceu em Portugal, editado pela Presença, o público leitor reagiu com alguma perplexidade. Sabia-se que Helder Macedo tinha dado a lume alguns livros de poemas (e.g. *Vesperal*, 1957, muito elogiado por Jorge de Sena; *Das fronteiras*, 1962, aclamado por João Gaspar Simões); sabia-se que era detentor da Cátedra Camões no King's College de Londres, com ampla obra académica publicada. Sabia-se também que ele se tinha exilado em Londres no início dos anos sessenta para evitar perseguições salazaristas; que voltara depois da Revolução dos Cravos para participar na política de democratização do país, tendo sido Secretário de Estado da Cultura do infelizmente malogrado governo de Maria de Lourdes Pintasilgo; mas pouco se sabia, em geral, do seu percurso de vida e dos seus dilemas existenciais e profissionais.

O romance *Partes de África* é uma cortina aberta para como se formou a imaginação narrativa de Helder Macedo. Um romance de originalíssima forma, que combina história, ensaio, autobiografia e ficção – e termina com um poema. Um romance que finge não ser e uma autobiografia que finge ser, *Partes de África* é um dos primeiros ajustes de contas poéticos com o colonialismo português. Talvez não por acaso, foi no Brasil que os leitores imediatamente lhe fizeram justiça, mesmo antes da edição brasileira em 1999. O público brasileiro, em geral, foi-lhe favorável, e apaixonadamente o adoptaram os críticos e os académicos. Os ensaios sobre a escrita criativa de Helder Macedo, não sendo totalmente inexistentes em Portugal, multiplicam-se no Brasil pelas centenas, dissertações de mestrado e teses de doutoramento incluídas, sendo *Partes de África* o romance ainda hoje mais estudado. Nele, a ex-colónia encontrou ampla matéria para reflectir sobre o colonialismo português, o modo como a

sua imoralidade foi sendo sempre moralmente justificada, até ao momento do reconhecimento da inevitabilidade do seu fim. No romance, este é o momento em que o jovem Helder, filho e neto de reputados administradores coloniais, começa a perguntar-se quem seriam afinal os “bons” e os “maus” do império colonial português. É o momento em que na imaginação de um filho privilegiado do colonialismo começa a despontar o que viria a ser a memória do autor pós-colonial.

Helder Macedo garante em algumas das suas entrevistas que não é um autor de difícil leitura, que é fácil o seu vocabulário. Depende. Se se entender a leitura deste romance como uma descoberta ávida do interessante percurso de vida de alguém capaz de dar conta da história de Portugal desde o salazarismo até à Revolução de Abril e depois; de alguém, um protagonista-narrador, que vive uma relação ideológica atormentada com o pai; de alguém que se move em interessantes circuitos literários e artísticos; de alguém a crescer emocional e sexualmente em ambientes empolgantes; de alguém a escolher ser especialista de literatura e cultura portuguesas em terra estrangeira – a leitura não será demasiado exigente. O difícil é captar o tom multifacetado do romance, que narra uma história nacional trágica (antes e depois de Abril de 1974) numa voz pessoal que vai do solene e dramático ao cómico, irónico e mesmo sarcástico. É aqui que se torna necessário apreciar bem a tradução de Phillip Rothwell, que veio em boa hora inaugurar o lançamento da ficção de Helder Macedo no mundo de língua inglesa.

Phillip Rothwell não é um tradutor qualquer. Aluno de Helder Macedo em King’s College, é hoje King John II Professor of Portuguese Studies da Universidade de Oxford. Entre a sua já vasta obra sobre literatura e cultura portuguesas e de língua portuguesa, conta-se um estudo muito inovador, de orientação lacaniana, sobre a identidade portuguesa. Refiro-me a *A Canon of Empty Fathers. Paternity in Portuguese Narrative* (Lewisburg: Bucknell University Press, 2007). O oitavo capítulo do livro é, como o próprio título indica, dedicado a Helder Macedo: “Farewell to the Father: Metaphors, Triangles, and the Missing Ink in Helder Macedo”. A análise arguta que Rothwell oferece da narrativa de Helder Macedo, em particular de *Partes de África*, revela bem a sutileza e profundidade da sua compreensão deste autor no seu contexto

histórico, político e cultural. Estamos perante um tradutor bem digno do seu autor. A tradução que aqui tenho o gosto de apresentar capta brilhantemente, simultaneamente com rigor e humor, os vários estilos e tons de um romance de facto muito complexo. Por mais fácil que se possa entender a sua leitura a um certo nível, *Partes de África* é um romance cheio de alusões culturais, históricas e políticas, e subtilmente consciente da teoria literária que o funda. A tradução não foi decerto fácil, como de resto o tradutor reconheceu no lançamento do livro em Oxford, por ocasião da homenagem prestada a Helder Macedo nos seus oitenta anos em 28 de Novembro passado. Phillip Rothwell faz anteceder *Parts of Africa* de uma oportuna introdução – “Literary Legacies and Postcolonial Reconciliations” – logo seguida de uma breve nota sobre, justamente, o desafio que constituiu para si a tradução de *Partes de África*. A meu ver, o êxito da tradução mede-se pela forma como a linguagem habilmente escolhida pelo tradutor retrata um ser pós-colonial por demais consciente desse ambíguo prefixo “pós”. A concluir a sua introdução, Phillip Rothwell sugere que o narrador, com a sua pose anti-colonial auto-depreciativa, se revela produto da mesma herança cultural e política contra a qual lutou, um gesto que denuncia, não radical rejeição, antes compreensão e necessidade de reconciliação. A tradução recria bem esse gesto – ou tom.

Não hesito em augurar um futuro muito auspicioso nos mundos de língua inglesa para este primeiro romance de Helder Macedo, magnificamente vertido na língua de Shakespeare por Phillip Rothwell.

MARIA IRENE RAMALHO

irsantos@wisc.edu

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Universidade de Wisconsin-Madison

Futuros

Aquilo que ainda está para vir sempre fascinou e ao mesmo tempo intrigou o Homem de todos os tempos e de todas as culturas. Porvir ou posteridade, horizonte a construir ou fadário, o que há de acontecer é um mistério instigante. Porém, a ausência indelével que dentro de si carrega acaba afinal por reverter num potentíssimo catalisador do preenchimento desse espaço e desse tempo ainda por vir.

Aquilo que ainda está para vir, não sendo presente, tem os seus cenários vinculados ao fluxo do andamento temporal, a cada um dos momentos que vivemos. Levada ao seu ponto extremo, a confiança nos ritmos de repetição sustém a formulação das leis da física, do desenvolvimento ambiental, da evolução económica, dos desempenhos sociais, dos sistemas de informação, de comunicação, etc. Contudo, apesar de a planificação recorrer a metodologias de prognóstico e antecipação extremamente exigentes e que pretendem ser cada vez mais rigorosas, facto é que a sua aplicação não consegue rasurar um certo grau de imprevisibilidade. A instabilidade parece alojar-se na cadeia dialética mais acabada. Aliás, é a própria física, como a mecânica quântica o sugere, a sustentar a hipótese de existência de uma multitude de universos paralelos, onde diferentes futuros se materializam, ou a possibilidade de viajar no tempo, como a relatividade geral o prevê, com a contingência de um regresso ao passado. Assim, o avanço pode comportar um retrocesso no tempo.

A qualidade do que é novo sem que seja presente sempre se mostrou extremamente apelativa, ao longo dos séculos, para a imaginação, o onirismo, as profecias, com toda uma gama de utopias a partir daí formada. Na verdade, aquele mesmo presente em que a utopia se implanta é o trampolim que o relega para a inatualidade. Mas foram as vanguardas a levarem essa atração pela novidade até um ponto extremo, com o seu desejo absoluto de viver hoje o amanhã. A performance, meio expressivo privilegiado dessa deslocação de

sentido, pretende afinal trazer o amanhã para o hoje, acabando porém por o vincular ao mais lídimo presente.

De resto, este enigma que pende sobre aquilo que ainda não é mas virá a ser confere a este campo uma abertura que só encontra a sua resolução no plural: *Futuros*. Se o que há de vir não está pura e simplisticamente inscrito na previsibilidade, nas pré-determinações e até nas realizações de um presente ou de um passado que seja, a sua declinação é a da pluralidade. O leque de possibilidades rasgado por esses *Futuros* é tal que os limites de previsão se passam a erigir em potenciais focos de interação com os fulgores da criação, infiltrando-se na ficção, de forma a potenciar, em sucessivas simbioses, a carga metafórica de uma materialidade sempre incompleta, a desvelar a sua humanidade.

O mundo, em geral, vive uma situação de alguma indefinição de sentidos, até de desorientação e de ausência de rumo, padrão que se vem perpetuando desde os alvares do século XXI. Assiste-se, porventura, a uma crise de *Futuros*. As humanidades e as artes são territórios habituados e indispensáveis para reconstituir, entender e explicar as dinâmicas evolutivas que envolvem a humanidade e as formas sociais em que ela se vai organizando. Daí que quem maneja estes saberes possua conhecimentos e instrumentos de análise da máxima utilidade, não só para pré-figurar o que deste tempo de algum impasse pode surgir, como para alertar, sem que essas reflexões se possam assumir como veredictos, quanto aos riscos a evitar ou até dar pistas do que seria útil tentar construir.

Garantia de alternativa e de mudança, essa pluralidade que marca os *Futuros* poder-se-á pois resolver em contributo para a pluralidade dos presentes. Ou não, quando transmutada numa disparidade carente de nexos. Não obstante, de uma ou de outra forma, o confronto prístino permanece: a realização dos *Futuros* nunca será plural. A sê-lo, essa coexistência requererá a passagem para um outro plano, o teológico.

Ao conjunto de questões, que envolve várias perspetivas disciplinares, relacionado com o tema *Futuros*, será dedicado o próximo número da revista *Biblos*, o n.º 3 da 3.ª série.

Até 30 de setembro de 2016, a Coordenação de *Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra* receberá artigos, a enviar por correio

eletrónico para o endereço biblos.fluc@fl.uc.pt. Todos os artigos devem seguir as normas redatoriais da revista (Normas para autores) e serão submetidos à arbitragem científica de uma comissão formada por especialistas. A atividade editorial da revista segue o *Código de ética. Guia de boas práticas para editores de revistas da Universidade de Coimbra* (Políticas editoriais).

<http://www.uc.pt/fluc/biblos>

NEXT EDITION

Futures

What is yet to come has always both fascinated and intrigued Man throughout all times and cultures. Whether what is yet to come is seen as a horizon, the unknown, posterity, or fate, it is an intriguing mystery. However, the indelible emptiness that it carries in and of itself eventually becomes a powerful catalyst to fill that space and time which has yet to come.

What is yet to come is closely related to scenarios of progressive time flows, scenarios of each and every moment of life, since it never happens in the present. Relying upon the repetition of rhythms, at its extreme, is what sustains the formulation of the laws of physics, as well as environmental development, economic change, social skills, information systems, communication methods, etc. However, although planning methods apply extremely accurate predictive and anticipatory methodologies, which are increasingly rigorous, its implementation is always restrained by a certain degree of unpredictability. Instability seems to inhabit the most complete dialectical chain. In fact, physics sustains the hypothesis of the existence of a multitude of parallel universes, where different futures are materialized, just like quantum mechanics suggests. It also sustains the possibility of time travel as a way to return to the past, as predicted by general relativity. Thus, moving forward implies returning to the past.

Throughout centuries, the quality of what is new but not present has always been very appealing to both the imagination, the oneiric realm, the prophecies. It has created a whole set of utopias. In fact, that same present when a utopia is established, is the stepping stone that relegates it to obsolesce. But vanguards, driven by their intense wish to live tomorrow today, have taken that attraction to the new to an extreme. So performance is the perfect expression of that displacement of sense to bring tomorrow to the present. Nevertheless performance is what ends up anchoring tomorrow to the most genuine present.

Thereafter, the enigma of the times yet to come offers such a wideness of meanings that its solution can only be found in the plural form: *Futures*. If what is yet to come is not purely and simply written in the predictability, in the pre-determinations or in present achievements, or even in the past ones, then its declination is plural. The set of possibilities opened up by these *Futures* is such that the limits of prediction become potential outbreaks of interaction with the flames of creation. They spill over into fiction, in order to enhance through consecutive symbioses, the metaphorical load of an ever incomplete materiality, unveiling its humanity.

The world we live in is going through a period of uncertainty, even disorientation and lack of direction. This pattern is occurring since the beginning of the twenty-first century. Eventually, we are living times of crisis, *Futures'* crises. Humanities and arts are fields both necessary and used to rebuild, understand and explain the evolving dynamics of humanity and the social forms that humanity organizes. Therefore, those who work on this fields have the necessary knowledge and the analyses' tools. They can not only foresee what might come after the present time, but also warn about the risks to avoid or even give some clues as to what we should try to build, without ever assuming those reflections as verdicts.

The plurality inherent to *Futures* assures the possibility of alternative and change. Therefore it sometimes becomes a contribution to the present's plurality. And sometimes it doesn't, when it is transformed in a disparity without nexus. However, in any case, the pristine confrontation goes on: the achievement of *Futures* will never be plural. If it were, that coexistence would require a transition to another level, the theological.

The next edition of the Journal *Biblos* (no. 3 in the 3rd series) will be dedicated to the theme of the *Futures* and proposals on all aspects of this theme, and from across the range of disciplines, are invited.

Article proposals should be sent by email to the Journal's guest editor at biblos.fluc@fl.uc.pt. The deadline for submission is September 30, 2016. All proposals must conform to the Journal's guidelines (Guidelines for Authors) and will be peer reviewed by an experts committee. Editorial activities will

comply with the *Code of Ethics. Best Practice Guidelines for Journal Editors of the University of Coimbra* (Editorial policies).

<http://www.uc.pt/fluc/biblos/english>

